

ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo
Brazilian Ecotourism Journal
Volume 6, N° 4, Novembro 2013



**Anais (resumos)
IX CONECOTUR**

Congresso Nacional de Ecoturismo

V ECOUC

Encontro Interdisciplinar de
Ecoturismo em unidades de Conservação

Rio Branco / AC - 11 a 14 de Novembro / 2013

Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 06, Número 04, novembro de 2013

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Executivo

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editoras de Idiomas

Malila Carvalho de Almeida Prado

Editor de Design (Capa e layout do site)

Lucas Neiman

Fotos

Zysman Neiman

Website: www.sbecotur.org.br/rbecotur

End.: Rua Dona Ana, 138, Vila Mariana,
São Paulo, SP - Brasil, CEP 04111-070

Tel.: (11) 99195-7685

E-mail: rbecotur@sbecotur.org.br

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana Maria Wegmann Saquel

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Dr. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Denise de Castro Pereira

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Profa. Dra. Elizabete Tamanini

Profa. Dra. Fernanda Sola

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Profa. Dra. Glória Maria Widmer

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Prof. Dr. Hermann Atila Hrdlicka

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Profa. Dra. Lilia dos Santos Seabra

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

Profa. Dra. Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima

Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas

Profa. Dra. Marlene Huebes Novais

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Profa. Dra. Odaleia Telles M. Machado Queiroz

Prof. Dr. Paolo Giuntarelli

Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Profa. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Prof. Dr. Zysman Neiman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
EDITORIAL	06
ARTIGOS	
Gestão participativa e ecoturismo em Unidades de Conservação: a voz da comunidade através do Conselho Gestor	11
Naia Valeska Maranhão de Paiva, Maria Valéria Pereira de Araújo	
Planejamento e Política Pública do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil	27
Iracly Wanderley Filha, Francisco Fransualdo de Azevedo, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Jaci Câmara de Albuquerque	
O Ecoturismo em Santo Antônio do Itambé (MG) como indutor do envolvimento comunitário no entorno de Unidades de Conservação	45
Tainá Gonçalves Bulhões, Nauê Gonçalves Bulhões, Bernardo Machado Gontijo	
O cicloturismo como fator de desenvolvimento da atividade turística nas cidades de Araguaína e Nova Olinda(TO)	63
Thiago Junior Lima Carvalho, Jônatas Leite Ramos, Elisabeth Sydow	
Potencialidades do ecoturismo na Serra do Tepequém (RR) sob múltiplos olhares.....	83
Emerson Clayton Arantes, Simone Briglia de Araújo, Georgia Patrícia da Silva, Elizabete Melo Nogueira	
O geoturismo como segmento diferencial para o polo turístico da Chapada das Mesas: estudo de viabilidade de práticas geoturísticas no Complexo de Pedra Caída em Carolina (MA).....	103
Rozuila Neves Lima, Rosélis de Jesus Barbosa Câmara, Fernando Campelo Pãozinho	
Etnoturismo e etnoecologia: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas	121
Elizabete Melo Nogueira, Georgia Patrícia da Silva, Canrobert Penn Lopes Costa Neto, Márcia Teixeira Falcão, Raimunda Maria Rodrigues	
Parques da Copa do Ceará: uma proposta de gestão de roteiros de ecoturismo para o desenvolvimento regional	141
Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento	
Paisagens do ecoturismo na estrada real: reflexão sobre o planejamento e gestão do segmento no Polo Diamantina (MG)	157
Gabriela Duarte Vieira, Nauê Gonçalves Bulhões, Tainá Gonçalves Bulhões	
Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local.....	176
Patrícia Betti, Valdir Frigo Denardin	
O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza	191
Paula Normandia Moreira Brumatti	

RESUMOS

Caracterização das atividades de turismo de observação de golfinhos em Baía Formosa (RN)	209
Lucélia Allynny Fernandes, Tatiana Moritz, Michele Galdino Câmara	

Uso público na Reserva Biológica do Tinguá (RJ) e entorno: uma análise da percepção ambiental dos visitantes	211
Andréia da Silva Lopes Stellet de Oliveira, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, Monika Richter, Sílvia Maria Varela	

Turismo de Base Comunitária: o caminho para a inclusão social, conservação ambiental e geração de emprego e renda na comunidade de Santa Maria do Baixo Acará - Trilha do Cutiti (PA).....	213
Flavio Henrique Souza Lobato, Jamyle Cristine Abreu Aires, Alan Carlos de Jesus Costa	

Complexo Ecológico Parque dos Igarapés (PA), uma dicotomia: de dia um complexo ecológico turístico, à noite um degradador ambiental	215
Flavio Henrique Souza Lobato, Jamyle Cristine Abreu Aires, Alan Carlos de Jesus Costa	

Mapeamento de Unidades de Conservação com iniciativas de Turismo de Base Comunitária	217
Andréia da Silva Lopes Stellet de Oliveira, Ana Paula Veríssimo de Moraes, Patrícia Isabella Frutuoso Lima, Eduardo Gustavo Soares Pereira, Aleixa Miranda Viana, Teresa Cristina de Miranda Mendonça Nascimento	

Trilhas ecológicas de Cerro Corá (RN)	219
Clébia Bezerra da Silva*, Ednaja Faustino Silva de Moura*, Ricardo Farias do Amaral	

Roteiro Tucorin: turismo comunitário no Baixo Rio Negro (AM)	221
Ruth Maria de Souza Neves, Marco Antonio Vaz de Lima	

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica trimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

MISSÃO: Publicar artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os **eixos temáticos** desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Neste número especial da Revista Brasileira de Ecoturismo estão presentes os trabalhos aprovados e apresentados no IX Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) e no V Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), constituindo-se, assim, nos anais oficiais dos eventos. Os trabalhos de pesquisa e Iniciação Científica foram avaliados pelo Comitê Técnico-Científico dos eventos, com os mesmos membros desta Revista, sendo esse o motivo pelo qual os resumos estão aqui publicados sem passar pelo trâmite regular. Cabe salientar que este número não faz parte das edições regulares da Revista, que mantêm sua periodicidade trimestral, mas representa os trabalhos selecionados tanto no formato de artigo original, como resumo para a Jornada de Iniciação Científica.

Realizado entre 11 e 14 de novembro de 2013, os eventos, que discutiram a Integração de Roteiros Ecoturísticos na América do Sul, tiveram a organização sob responsabilidade da Secretaria de Turismo e Lazer do Estado do Acre, e teve a coordenação científica da Sociedade Brasileira de Ecoturismo. Promoveram um amplo debate entre profissionais das universidades, instituições de ensino em geral, poder público e iniciativa privada, operadoras, agências, comunidades tradicionais e locais e organizações não governamentais, no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado à práticas de mínimo impacto, visando não somente avaliar o conhecimento e as atividades que estão sendo implementadas no setor, como também promover uma relação interdisciplinar de aprendizado coletivo, aglutinando os diversos setores numa discussão única entorno da temática e das áreas afins.

Ao todo foram selecionados e apresentados 11 trabalhos de pesquisa, e 6 trabalhos de Iniciação Científica, totalizando 17 trabalhos acadêmicos que constam destes anais.

A Equipe Técnica dos eventos foi assim constituída:

COMITÊ ORGANIZADOR

João Bosco Nunes – Coordenador Geral

Jáqueson Queiroga – Coordenação de Logística

Diego Gurgel – Coordenação de Comunicação

José Sérgio Lopes Siqueira - Assessor de Eventos e Cerimonial

Zysman Neiman - Coordenação Científica

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Profa. Dra. **Elizabete Tamanini**, Universidade da Região de Joinville, SC, Brasil.

Profa. Dra. **Ivani Ferreira de Faria**, Universidade Federal do Amazonas, AM, Brasil.

Prof. Dr. **Luiz Afonso Vaz de Figueiredo**, Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André, SP, Brasil.

Profa. Dra. **Maria Goretti da Costa Tavares**, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Profa. Dra. **Nadja Castilho da Costa**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Profa. Dra. **Rosane Balsan**, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil.

Profa. Dra. **Rozuila Neves Lima**, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Prof. Dr. **Zysman Neiman** - Universidade Federal de São Paulo, Diadema, SP, Brasil.

Boa leitura!

Zysman Neiman

Editor Chefe

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país.



SEÇÃO
ARTIGOS



Gestão participativa e ecoturismo em Unidades de Conservação: a voz da comunidade através do Conselho Gestor

***Participatory management and ecotourism in protected areas: the voice of the
community through the Management Council***

Naia Valeska Maranhão de Paiva, Maria Valéria Pereira de Araújo

RESUMO

Este artigo problematiza a consolidação da gestão participativa em Unidades de Conservação - que apresentam o ecoturismo como principal atividade - através do Conselho Gestor da área protegida. Objetiva-se compreender a participação da sociedade e a representatividade do turismo sob a ótica da criação e gestão de Unidades de Conservação(UC) por meio dos conselhos gestores, exemplificada através da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC), localizada no Rio Grande do Norte, onde o ecoturismo se apresenta de maneira relevante, através de mergulhos nos recifes de corais, representando uma das principais atividades econômicas da região, principalmente no Distrito de Maracajaú. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se uma metodologia qualitativa, transversal, de natureza exploratória e de caso, mediante pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo dos instrumentos de gestão da APARC, sendo eles o Decreto de Criação e o Regimento Interno. A presente pesquisa permitiu concluir que a participação ativa da sociedade presente em uma área protegida pode ser realizada através da existência e atuação do conselho gestor, que deve ter suas atribuições e competências bem estabelecidas nos documentos de criação e gestão de uma UC, para que ele possa realmente atuar como instrumento de participação, e ser representativo perante as atividades desenvolvidas no local, exemplificada neste artigo através do ecoturismo, demonstrando também a importância da definição de limites e critérios de utilização desses espaços para que a realização da atividade turística seja desenvolvida de maneira sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão participativa; Ecoturismo; Unidade de Conservação; Conselho Gestor.

ABSTRACT

The aim This article discusses the consolidation of participative management in protected areas - that have ecotourism as main activity - through the Management Council of the protected area. It aims to understand society participation and representativeness of tourism from the perspective of the creation and management of protected areas (PA) through management councils, exemplified by the Environmental Protection Area of Coral Reefs (APARC), located in Rio Grande do Norte, where ecotourism is presented in a relevant way through diving in coral reefs, representing one of the main economic activities of the region, especially in the District of Maracajaú. To develop this study used a qualitative methodology, cross-sectional and exploratory case through literature search and analysis of content management tools APARC, namely the Decree of Creation and the Bylaws. This research showed that the active participation of society present in a protected area can be accomplished through the existence and activity of the management council, which must have their responsibilities and authority well established in the documents for the creation and management of a UC, so it can actually act as an instrument of participation, and be representative before the activities at the site exemplified in this article through ecotourism, demonstrating the importance of setting limits and criteria for using these spaces for the realization of tourism is developed in a way sustainable.

KEYWORDS: Participative Management; Ecotourism; Protect Areas; Council Manager.

Introdução

O assunto participação tem se tornado usual em diversos meios há alguns anos, principalmente no âmbito governamental e social. A gestão participativa pode ser vista como uma maneira capaz de revigorar as políticas públicas de modo a transformar a sociedade atual, possibilitando uma maior equidade social.

No Brasil e em relação à atividade turística, se considerarmos a partir do ano de 2003, quando foi criado o Ministério do Turismo, observa-se que o tema participação é um dos principais pontos discutidos no Plano Nacional de Turismo (PNT), que é o instrumento de gestão das políticas públicas direcionadas a esta atividade. O PNT 2003-2007, referente ao planejamento das diretrizes, ações e metas para o Turismo, propõe um modelo de gestão descentralizada e participativa, devendo atingir até a última instância, o município, local onde de fato o turismo acontece. O Plano concebe este tipo de gestão como um desafio a ser ultrapassado e “sugere” integrações e interlocuções entre os diversos níveis hierárquicos de gestão pública, além de ponderar que as informações contidas nele foram provenientes de discussões e fóruns de diversas “origens”, apresentando uma proposta de construção coletiva, entre os governos federal, estadual e municipal, as entidades não governamentais, a iniciativa privada e a sociedade como um todo.

O PNT 2007-2010, que surge com a bandeira da inclusão social como prioridade, compromete-se com a continuidade da descentralização e participação no processo de gestão da atividade turística, e apresenta como primeiro objetivo específico a ser alcançado o de garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada.

A inclusão da participação social nos processos de gestão de políticas públicas tem sido observada com maior frequência nos últimos anos e tende a aumentar à medida que a população torna-se mais consciente de seus direitos e deveres, e passa a exigir que sua voz seja ouvida. No entanto, o que muitas vezes é observado, é a fragilidade do discurso da gestão nomeada participativa, que pode surgir acobertada por outras intenções, supondo-se real, mas sem que verdadeiramente aconteça.

Relacionado ao tema gestão participativa, Demo (2001) e Souza e Rodrigues (2004) têm escrito que o espaço de democracia e de participação deve ser buscado, conquistado, construído e não somente aceitar que o Estado seja o único agente do processo de planejamento.

Para que a participação ocorra de maneira efetiva é necessário que haja gestão pública, comprometida com o bem-estar da comunidade e capaz de compreender o atual estágio de democracia originada de uma sociedade mais articulada e ciente de sua força política.

Há autores, como Dias (2008), que defendem que a participação só será bem sucedida se ocorrer em dimensões menores, como regiões ou municípios, caso contrário, consideram um mito a incorporação de uma sociedade no processo de

participação.

Sobre esse assunto Fischer (2007) ressalta que a atual perspectiva de desenvolvimento baseia-se na idéia da sustentabilidade e numa visão integrada dos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais inerentes a qualquer local, pressupondo a articulação dos atores sociais das diversas esferas.

Beni (2006) destaca que somente por meio do sentimento de coresponsabilidade da comunidade perante a participação nos processos é que os resultados positivos poderão surgir.

Pesquisas têm demonstrado que a participação da comunidade no processo de gestão tem alcançado resultados positivos quando há o sentimento de pertencimento e propriedade do espaço que será administrado, sendo também mais fácil obter o apoio da comunidade quando há seu envolvimento no referido processo (REID; MAIR; GEORGE, 2004; MARTÍNEZ, 2008; YATES; STEIN; WYMAN, 2010).

E a inclusão da comunidade sendo um dos pilares do turismo sustentável, caracteriza na gestão participativa um equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade turística e a preservação ambiental, a viabilidade econômica e a equidade social (ANSARAH, 2004; MAGALHÃES, 2002; SWARBROOKE, 2002).

No que se refere à gestão participativa em áreas protegidas foi constatado avanços após o ano 2000, já que alguns documentos legais foram promulgados, tais como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) em 2000, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) em 2006, entre outros instrumentos, que trouxeram à tona a questão da participação social, refletindo alguns anseios da comunidade. Tais documentos e demais instrumentos legais criados, serviram de referência na implementação da gestão participativa na criação, planejamento e gestão de Unidades de Conservação (UC).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído em 18 de julho de 2000 por meio da Lei Federal 9.985, constituindo-se assim a primeira normatização nacional das áreas naturais protegidas por lei. Em seu artigo 5º, inciso III, é assegurada a participação efetiva das populações locais durante todo o processo mencionado acima, da criação até a gestão de uma UC. Neste documento, são estabelecidos instrumentos de gestão com participação da sociedade civil, como o conselho gestor (consultivos e deliberativos) envolvendo vários setores da sociedade.

A criação desses conselhos gestores, com o intuito de inserir a comunidade local no processo de gestão de UCs, exerce uma função relevante no controle social da gestão pública, estabelecendo-se como uma ferramenta eficiente de participação da sociedade, tema abordado neste estudo.

Sendo assim, o presente trabalho estuda a gestão participativa em uma UC do Rio Grande do Norte, a Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais (APARC), através da atuação de seu conselho gestor. Nesta Área de Proteção Ambi-

ental (APA) o ecoturismo se apresenta como atividade relevante, através de mergulhos nos recifes de corais existentes na área protegida, representando uma das principais atividades econômicas da região.

A criação da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais surgiu da necessidade de preservação da área, visto que a mesma, devido sua beleza natural, tornou-se nos últimos anos pólo de atividades turísticas, representando, muitas vezes, ameaças à sustentabilidade ambiental da região (IDEMA, 2012).

A APARC e o seu Conselho Gestor foram criados a partir do Decreto nº 15.476, de 06 de junho de 2001, e compreende a APA mais recente do Estado do RN. E o conselho é o órgão superior que funciona como instância consultiva para o planejamento e gestão desta área, cujo objetivo geral é garantir a gestão democrática da UC.

A APARC compreende a região marinha que abrange a faixa costeira dos Municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros, na porção nordeste do RN, totalizando uma área de 180.000 hectares, e tem como objetivo assegurar o uso devido de seus recursos naturais, garantindo que sejam obedecidas as normas ambientais em vigor, os planos de manejo e de gestão ambiental e o zoneamento orientador do uso. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) é o gestor responsável pela área e que dispõe de Sede Administrativa (ECOPOSTO) localizada no Distrito de Maracajaú, em Maxaranguape, local onde o turismo ocorre com maior intensidade.

A pesquisa obedece a um recorte transversal, haja vista que reflete o momento atual do processo de gestão participativa da APARC, e compreende um estudo de natureza exploratória, e distingue-se também por ser um estudo de caso. Segundo Godoy (1995), o estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Yin (2005) menciona que a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Desse modo, este tipo de estudo enquadra-se nesta pesquisa, que também se caracteriza como qualitativa. Segundo Richardson (1985), a metodologia qualitativa pode descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

O presente trabalho utilizará análise e tratamento de dados secundários, adotando-se a análise de conteúdo dos instrumentos de gestão da APA, sendo eles o Decreto de Criação e o Regimento Interno.

Antes de prosseguir com a análise dos dados mencionados é importante fazer uma breve contextualização sobre a relação turismo e participação, e sobre conselho gestor.

Turismo e gestão participativa

A relação entre turismo e participação pode ser observada mediante a inserção ativa da comunidade no processo de planejamento turístico, que é, de fato, a base do turismo sustentável.

A expressão “turismo sustentável” é citada por Swarbrooke (2002) como sendo aquela que encerra uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade.

De acordo com Ansarah (2004), o turismo sustentável é definido como um modelo de desenvolvimento econômico concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade receptora; proporcionar ao turista uma experiência de qualidade; e manter a qualidade do meio ambiente de que tanto a comunidade anfitriã como os visitantes dependem.

A OMT (2012) define o desenvolvimento turístico sustentável como aquele que tem plenamente em conta os atuais e futuros impactos econômicos, sociais e ambientais, abordando as necessidades dos visitantes, da indústria, das comunidades, do meio ambiente e de acolhimento. E também menciona que:

Desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todos os interessados, bem como uma forte liderança política para garantir uma ampla participação e construção de consenso. Alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo e requer monitoramento constante dos impactos, introduzindo as necessárias medidas preventivas e/ou medidas corretivas sempre que necessário (OMT, 2012, s/p).

No contexto da discussão referente ao turismo e à gestão participativa, é importante entender que o planejamento e desenvolvimento da atividade turística podem e devem ser influenciados pela comunidade, através da força que o poder de escolha é capaz de representar, e por meio da real inclusão e participação ativa na própria atividade, fazendo com que os gastos sejam minimizados e as melhorias maximizadas. Porém, na realidade, este entendimento não acontece da maneira que deveria, fazendo com que ocorra a manipulação dos instrumentos de gestão pelo lado que se favorece pela não participação da comunidade.

Demo (2001) afirma que participação é conquista, sendo um processo infindável, em um constante vir-a-ser, sempre se fazendo, não existindo participação suficiente, nem acabada, pois a que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.

A participação é alcançada mediante luta social, dedicação, coragem, pelo anseio em estar presente no processo. Porém, se ela não existe, esta lacuna deve ser considerada como um estímulo para que o processo de conquista se inicie.

Fischer (2007) evidencia a ausência da dimensão social da gestão, tanto na ação isolada e descontextualizada de gestores governamentais e não-governamentais como na perspectiva dos cidadãos que se utilizam de serviços públicos. E ressalta que participação faz parte do processo de gestão social e que é necessária para que esta seja alcançada. O autor ainda define gestão social como ato relacional capaz de regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisões, valorizando as estruturas descentralizadas e participativas para alcançar um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo.

Alguns autores, como Dias (2008), acreditam que o planejamento participativo pode ser considerado um mito, principalmente quando se trata de âmbito nacional, onde não há como incorporar as massas diretamente. No entanto, existem outros mecanismos para essa inclusão, como partidos políticos, organizações não governamentais, organização representativa da comunidade, entre outras. De acordo com o autor, se o alvo for uma cidade, uma região ou um segmento da economia esse tipo de planejamento é possível, e certamente é necessária a participação da comunidade envolvida.

Para Demo (*apud* DIAS 2008, p.114) a participação é sim realizável, todavia nunca será de modo totalmente satisfatório; esta não é dada, mas criada, bem como não é dádiva, mas sim reivindicação. Assim precisa ser construída, forçada, refeita e recriada.

Demo (2001, p.48) destaca que o “*planejamento participativo é possível. Nenhum Estado é tão monolítico, que a participação seja de todo inviável*”.

Para Beni (2006), em todo e qualquer projeto de mobilização social, o ideal é que a vinculação do público chegue ao nível de corresponsabilidade, pois as pessoas compreendem o quanto a sua participação é importante, sentindo-se responsáveis e acreditando no projeto. Deste modo, os objetivos podem ser alcançados e de maneira duradoura.

No entanto, a participação não resolve todos os problemas, mas é uma opção política que quando inserida no processo de gestão, impulsiona um sentimento de responsabilidade, de cidadania, de compartilhamento e pertencimento a um grupo ou comunidade, capazes de reestruturar a relação entre a sociedade civil e o Estado.

A participação faz parte do processo de descentralização, e no Brasil esse discurso de descentralização da política turística se inicia em 1992, com a regulamentação da Lei 8.181/91, quando são estabelecidas as diretrizes para a implantação de um Plano Nacional de Turismo, apresentando assim, uma profunda alteração, pois o que se observava antes era uma gestão altamente centralizada. E inicia-se também um fortalecimento da idéia do turismo como fator de desenvolvimento (DIAS, 2008; BENCKER, 1999).

Outros autores também destacaram a questão da descentralização, tais como Beni (2006) que menciona que as mudanças verificadas na década de 1990 nas polí-

ticas públicas de turismo apresentaram uma feição evolutiva ao ampliar o debate entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade.

É também nesta década, mais precisamente em 1996, que é lançado o documento Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas – 1996/1999, cuja finalidade foi promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e desenvolvimento socioeconômico do país (BRASIL, *apud* DIAS, 2008).

A Política Nacional de Turismo, de acordo com o governo, sustentava-se em cinco macroestratégias:

- a implantação de infraestrutura básica e turística;
- a capacitação de recursos humanos para o setor;
- a modernização da legislação;
- a descentralização da gestão do turismo; e
- a promoção do turismo no Brasil e no Exterior.

Sobre a macroestratégia referente à descentralização, Cruz (2002, p.63) menciona:

Essa macroestratégia revela uma postura do poder público federal presente, também, em outros setores da administração pública, de transferência de atribuições – no caso, no que se refere ao turismo – para outros atores sociais (organismos estaduais de turismo, prefeituras, setor privado). Trata-se do que Becker chama de “descentralização controlada”, já que o governo federal busca manter o controle estatal da atividade, agora por meio de concessões e negociações.

Neste PNT, alguns programas foram desenvolvidos pelo Governo Federal para consolidar as diretrizes estabelecidas, e dentre eles destacam-se:

- Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT
- Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR – NE
- Programa Nacional de Ecoturismo – PROECOTUR

No PNMT, o discurso do processo de descentralização permanece sendo mencionado e visa: implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, (...), de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa (DIAS, 2008).

Em relação ao PNMT, Beni (2006) destaca que o programa foi criado com o objetivo principal de melhorar o produto turístico por meio da conscientização dos municípios e de seus habitantes acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderi-

a aportar, bem como da descentralização das atividades de planejamento.

O PROECOTUR foi criado com o objetivo de desenvolver e propor uma política e um programa destinado à prática do Ecoturismo e o resultado foi o firmamento das Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo (DIAS, 2008). E dentre as ações estabelecidas para alcançar os objetivos está a “participação comunitária”, trazendo a tona novamente a temática da participação.

O governo seguinte, iniciado em 2003, cria o Ministério do Turismo, que foi comemorado por todos aqueles envolvidos com o setor, demonstrando valorização do governo em relação à atividade, e que apresenta como desafio conceber um novo modelo de gestão pública, pautada na descentralização e participação, e propõe um sistema de gestão com vários atores estrategicamente relacionados de modo a atingir até o município, última instância da administração, ocorrendo, inclusive, a criação e constituição de novos atores que farão parte da gestão do turismo.

Em 29 de abril do mesmo ano, o governo divulgou o Plano Nacional de Turismo 2003/2007: Diretrizes, Metas e Programas, que propõe um novo modelo de gestão descentralizada, com a reformulação do Conselho Nacional do Turismo e dos Fóruns Estaduais, e cuja proposta de descentralização é mencionada com veemência, conforme segue (BRASIL, 2003, p.13): *“outro instrumento do processo de descentralização será a constituição de 27 fóruns estaduais”; “ainda com parte da política de descentralização, os Municípios serão incentivados a criar os Conselhos Municipais de Turismo”*.

E por se definir como um instrumento de planejamento de Ministério do Turismo, a participação também é mencionada como parte deste processo, conforme mencionado a seguir (BRASIL, 2003): *“este documento está sendo elaborado de forma participativa dentro de um processo permanente de discussão e atualização”* (p.15), *“a elaboração do Plano Nacional do Turismo com ampla participação da sociedade, são sinais claros de que o turismo é uma das grandes prioridades desse governo”* (p.18), *“desejamos desenvolver o turismo com base no princípio da sustentabilidade, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica”* (p.31).

No governo seguinte, foi lançado o Plano Nacional de Turismo 2007/2010 - uma viagem de inclusão, com intuito principal de fortalecer o mercado interno, e que se apresenta como um instrumento de ação estratégica, delineada em programas e metas para os quatro anos de governo, e também como um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País.

A proposta de gestão descentralizada e participativa, tão mencionado no PNT anterior, é mantida neste plano, e compreende o primeiro objetivo específico mencionado dentre vários apresentados e que propõe *“garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada”* (BRASIL, 2007, p.16). Um capítulo do programa é destinado exclusivamente para este modelo de gestão, cujo título é Gestão Descentralizada do Turismo e que afirma o seguinte:

O Plano Nacional de Turismo concebeu e o MTur implementou, com base em sua atuação, um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, integrando as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada, por meio da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade nas diversas escalas territoriais e de gestão do País, alcançando todas as regiões brasileiras e todos os setores representativos do turismo, de modo a legitimar e a subsidiar a ação ministerial e dos seus parceiros (BRASIL, 2007, p.43).

O PNT também propõe uma gestão capaz de solidificar uma inter-relação entre vários atores da sociedade e o poder público. A passagem abaixo ilustra isso:

A proposta de gestão centralizada do Plano Nacional do Turismo vem fomentando a consolidação de uma rede de entidades e instituições, em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor (BRASIL, 2007, p.21).

E esses atores devem se mostrar mais presentes e conscientes do papel que eles representam em todo o contexto da gestão proposta: *“Esse conjunto de atores deve ter cada vez mais ampliados e fortalecidos seus espaços de discussão e participação no processo de gestão do desenvolvimento da atividade, em todo o território nacional”* (BRASIL, 2007, p.21).

Sendo assim, observa-se que no Brasil há instrumentos de gestão de política pública do turismo que visam consolidar a gestão descentralizada e participativa da atividade, porém, uma condição fundamental para que haja essa consolidação, é que verdadeiramente ocorra a atuação dos indivíduos e grupos locais, discutindo e propondo, se organizando e exercendo sua cidadania, na busca por uma verdadeira democracia. Os caminhos da construção desse processo apontam para uma gestão do turismo que se alicerce na sustentabilidade, através da ampla participação da comunidade nas tomadas de decisões, já que a participação mencionada configura-se como um dos pilares do turismo sustentável.

É neste âmbito que surgem os debates relativos à gestão participativa em Unidades de Conservação, por meio da criação de conselhos gestores e outras inclusões sociais como modo de manifestação coletiva e participação.

Até o ano 2000, data da edição do SNUC, as unidades eram administradas exclusivamente pelo Estado. Hoje, devem ser geridas com a participação direta ou pelo menos mais próxima daqueles que podem influenciar na gestão ou que são mais diretamente influenciados, positiva ou negativamente, pela presença de uma UC. Os conselhos gestores passam a se estabelecer como órgãos diferenciados da administração pública, formados em parte pelo Estado e em parte por representantes mais próximos da sociedade civil diretamente envolvida com a UC.

Conselho Gestor

O SNUC é conduzido por várias diretrizes, de modo a garantir a concreta participação da população local. Nesse contexto, surgiram os conselhos gestores, que, assim como a organização social das comunidades, são considerados instrumentos de gestão participativa.

Os conselhos gestores das unidades de conservação, ao unir governo e sociedade civil, tornam-se ambientes importantes de discussão e participação dos atores locais nos processos de tomadas de decisões, sendo, portanto, ratificado pela legislação brasileira como o espaço oficial de participação da sociedade na gestão de UCs e tem como propósito principal auxiliar no processo de gestão das áreas protegidas, integrando a representação dos diversos setores da sociedade.

O conselho, presidido pelo chefe da unidade de conservação, deve ter a representação dos órgãos públicos e da sociedade civil o mais paritário possível, considerando as peculiaridades regionais. Assim, devem ser contemplados, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins (turismo), representações da sociedade civil, comunidade científica, organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, a população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região, e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica (BRASIL, 2011).

A classificação do conselho gestor, como sendo consultivo ou deliberativo, será de acordo com o tipo de UC e está previsto no SNUC. Para as UCs de proteção integral, o conselho será consultivo. E para as UCs de uso sustentável, o SNUC não prevê de maneira explícita para todas as áreas desta classificação, mas somente para as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável cujos conselhos são deliberativos.

No momento em que o Conselho Gestor é deliberativo, implica dizer que todos os envolvidos podem dirimir sobre a área, acatando as leis que regem a UC. O fato do conselho ter algum poder de decisão faz com que a comunidade se sinta estimulada e envolvida no processo. Quando é consultivo, que tem como uma de suas funções demonstrar seus pensamentos e ideias, pode acarretar descontentamentos, já que muitas vezes as opiniões não produzem efeitos práticos, fazendo com que os conselhos se tornem burocráticos e pouco ativos.

De acordo com Loureiro, Azaziel e Franca (2007), o fato de o conselho ser deliberativo em UCs não significa risco à integridade do patrimônio, mas a garantia de que todos os envolvidos possam decidir sobre a área, respeitando-se a lei maior que rege uma determinada unidade. O conselho pode deliberar dentro dos limites de uso estabelecidos, o que facilita a motivação e o envolvimento comunitários, pois, para um cidadão é desestimulante utilizar parte de seu tempo apenas manifestando opiniões, sem efeitos práticos. Para o bom funcionamento de um conselho importa mais o status de legitimidade e representatividade que ele alcança. Se ele for mobilizador, sério e democrático, resultará em efetivo poder de intervenção nas políticas e ações soci-

ais, mesmo sendo consultivo.

Segundo o mesmo autor, existem no Brasil conselhos gestores deliberativos de políticas públicas que, por terem sido criados de “cima para baixo”, são instâncias viciadas que reproduzem o favorecimento de determinados setores e o clientelismo. Eles não são condizentes com os princípios preconizados, inerentes à concepção dos espaços de exercício da democracia participativa. Em contrapartida, existem conselhos e fóruns populares sem existência formal, que alcançam resultados efetivos com base no seu acatamento e na criação de estratégias que garantem a autonomia necessária e o diálogo indispensáveis com os governos.

Sendo assim, independente da classificação do conselho e do poder de decisão que ele representa, e ainda considerando os limites estabelecidos por lei, o importante é que ele seja válido e representativo, capaz de gerar atitudes democráticas e desempenhar ações efetivas. Para que, juntamente com a comunidade, seja capaz de influenciar no manejo racional e equilibrado dos recursos naturais, possibilitando o desenvolvimento de atividades, tais como a visitação pública, podendo ser exemplificada através do ecoturismo, cuja matéria-prima desta atividade é o meio ambiente.

Análise dos dados

A APARC compreende a APA mais recente do Estado do RN, que também possui as APAs Piquiri-Uma (1990), de Jenipabu (1995) e de Bonfim-Guaraíra (1999), sendo que as duas últimas, assim como a dos Recifes de Corais, apresentam significativa importância turística para o Estado. Porém somente a APARC foi criada após a Lei 9.985/2000 que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs.

A criação da APARC ocorreu em 6 de junho de 2001, através do Decreto nº15.746, que será analisado neste trabalho, e ocorreu mediante necessidade em preservar a área, pois a atividade turística já havia iniciado naquela região e apresentava crescimento desordenado. A área é detentora de grande beleza natural e diversidade biológica, de modo que a procura pelos passeios até os recifes de corais aumentavam e os limites para a exploração desta área deveriam ser estabelecidos com brevidade, com o intuito de manter a biodiversidade e demais atributos ecológicos, e que fosse realizado de uma maneira socialmente justa e economicamente viável. Tal posicionamento pode ser observado no art. 1º do Decreto de Criação, onde consta a finalidade da criação da APARC:

Proteger a biodiversidade e a vida marinha presentes na área com ocorrência de recifes de corais e suas adjacências; controlar e normatizar as práticas do ecoturismo comercial, do mergulho e da pesca local; desenvolver na comunidade local, nos empreendedores e nos visitantes uma consciência ecológica e conservacionista sobre o patrimônio natural e os recursos ambientais marinhos (RIO GRANDE DO NORTE, 2001, p.1).

A pesca é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas nos municípios que abrangem a área de proteção, cuja realização foi limitada e foram estabelecidos critérios para mantê-la. No decorrer da análise do Decreto de Criação, verifica-se que no art 1º também é mencionado que deve ser finalidade da APARC:

incentivar a utilização de equipamentos de pesca artesanal ecologicamente corretos”. E que, segundo o art. 3º, deverá ser permitida “exclusivamente a pesca artesanal, com utilização de linha e anzol”. E conforme art.4º, serão proibidas as seguintes atividades: “Pesca submarina na área de domínio dos Recifes de Corais, através de mergulho livre ou utilizando qualquer equipamento de ar comprimido; captura de peixes ornamentais, lagostas, e qualquer organismos aquático (RIO GRANDE DO NORTE, 2001, p.2).

Os limites estabelecidos para a atividade pesqueira, fez com que muitos pescadores, cujo ofício foi passado de pai para filho, buscassem outro tipo de atividade, pois já não conseguiam o seu sustento com a pesca. Muitos deles migraram para o turismo, realizando o transporte de turistas da praia até os recifes de corais, haja vista que na APARC seriam permitidos os seguintes usos além da pesca artesanal com linha e anzol: “*visitação aos bancos de recifes de corais; o ecoturismo submarino para a observação dos peixes e dos recifes de coral, utilizando equipamento autônomo ou em apnéia (...)*”(RIO GRANDE DO NORTE, 2001, p.2).

No mesmo decreto de criação da APARC foi instituído também o Conselho Gestor, sendo o órgão superior que funciona como instância consultiva para o planejamento e gestão desta Unidade de Conservação, conforme consta no art. 6º: “*Fica instituído o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental – APA dos Recifes de Corais, como instância consultiva para o planejamento estratégico da unidade*” (RIO GRANDE DO NORTE, 2001, p.2).

A composição do conselho gestor é descrita no art. 8º e apresenta o turismo como parte representativa do conselho, que será composto pelo Diretor Geral do IDEMA e por um membro representante de cada um dos seguintes órgãos, entidades e segmentos:

- Secretaria de Estado de Turismo;
- Prefeitura Municipal de Touros;
- Prefeitura Municipal de Rio do Fogo;
- Prefeitura Municipal de Maxaranguape;
- Empresários do turismo que praticam passeios marítimos na área da APA;
- Mergulhadores;
- Organização não governamental ambientalista sediada e atuante nos Municípios abrangidos pela APA;
- Colônia de pescadores sediada e atuante nos Municípios abrangidos pela APA;e
- Associação de moradores das praias dos Municípios de Touros, Rio do Fogo e Maxaranguape(RIO GRANDE DO NORTE, 2001, p.3).

A presidência do conselho gestor atende aos requisitos estabelecidos no art. 15º da Lei 9.985 do SNUC, que rege: “*A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável pela sua administração (...)*” (BRASIL, 2001, p.3).

No Regimento Interno do Conselho, que foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA), são apresentados seus objetivos e atribuições, a composição e competência dos conselheiros, sua organização (em relação à estrutura, ao plenário, à presidência, à secretaria executiva, às câmaras técnicas e comissões, e aos conselheiros relatores) e o seu funcionamento (referente às reuniões, desenvolvimento de trabalhos, vistas, votação e atas).

O conselho gestor da APARC pode ser entendido como um instrumento de participação ao observar os artigos 2º e 3º de seu Regimento Interno, em que informa o seu principal objetivo como sendo o de garantir a gestão democrática da Unidade de Conservação, e uma de suas atribuições como sendo “*propor formas de cooperação entre órgãos públicos e a sociedade civil para realização dos objetivos da gestão da área de proteção ambiental*”, respectivamente (RIO GRANDE DO NORTE, 2009, s/p).

Uma nova estruturação do conselho é apresentada no Regimento Interno, em que permanecem as representações citadas no Decreto de Criação e acrescentando mais sete conselheiros, sendo eles representantes da Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU; do IBAMA/SUPES/RN - ICMBIO/RN; do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA/RN; da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e da Câmara de Vereadores dos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo, e Touros. Essa inclusão de novos representantes é legítima se o conselho assim decidir, conforme o art. 9º do Decreto de Criação no qual afirma: “*poderão fazer parte do Conselho da APARC os órgãos federais com atribuições e atuação na área, bem como organismos privados de âmbito nacional ou regional, cuja participação na gestão da APA seja considerada relevante pelo Conselho*” (RIO GRANDE DO NORTE, 2001, p.4).

O discurso da gestão participativa que se espera de um conselho gestor pode ser observado no momento em que os conselheiros, investidos de seus cargos, possuem poderes constituídos legalmente para praticar, em reuniões do Conselho, todos os atos necessários à consecução dos objetivos da APARC, conforme ilustrado no art. 7º do Regimento Interno, onde são apresentadas algumas competências do conselho gestor:

Comparecer às reuniões, em dia, local e hora designados, participar dos trabalhos das Câmaras Técnicas e Comissões, usar da palavra quando lhe for concedida e propor assuntos para deliberação pelo Conselho Gestor; (...) exercer o direito de votar e ser votado; levar ao conhecimento do plenário qualquer ato ou fato que em seu entender, colida com os objetivos do Conselho Gestor ou com os da APARC; (...) fazer constar em ata, seu ponto de vista discordante, ou do órgão que representa, quando julgar relevante (RIO GRANDE DO NORTE, 2009, p.4)

As reuniões do conselho gestor, que devem ocorrer bimestralmente em caráter ordinário, é o momento que verdadeiramente deve ocorrer a aplicabilidade da teoria, ou seja, em que a prática deve dar lugar aos escritos, tanto do Decreto de criação, quanto do Regimento Interno. Devem ainda ser públicas e realizadas em local acessível, de modo que todos os interessados nos assuntos da pauta possam assisti-las. O art. 19 do Regimento Interno ilustra bem isso: *“Para o desempenho de suas atividades, o Conselho Gestor funcionará por meio de reuniões (...); As reuniões do Conselho Gestor serão públicas, e deverão ocorrer em local de fácil acesso, preferencialmente, dentro do seu território”* (RIO GRANDE DO NORTE, 2009, s/p). Na APARC, as reuniões ocorrem na sede do IDEMA, denominada ECOPOSTO, e está localizada dentro da área protegida, no Distrito de Maracajaú, município de Maxaranguape.

E a votação, que também é uma etapa importante no processo de participação, é mencionada no Regimento Interno no art. 22 e 23, respectivamente: *“Após, esgotadas as discussões, as matérias serão colocadas em votação pelo Presidente da reunião”; “Terão direito a voto, todos os Conselheiros, titulares ou seus respectivos suplentes (...)”* (RIO GRANDE DO NORTE, 2009, s/p). Com a ressalva de que o conselho da APARC possui caráter consultivo e atende a uma hierarquia que, no caso de empate, o voto de qualidade cabe ao Presidente da reunião.

Acima são citados alguns trechos selecionados do Decreto de Criação de APARC e do Regimento Interno do Conselho Gestor e possuem como principal características as aplicações de normas e vigências de gestão de uma área protegida baseada na lei 9.985 do SNUC e que permite um estudo da gestão participativa que se pretende aplicar mediante objetivos, atribuições e funcionamento do conselho, bem como das competências dos conselheiros e que possibilita também verificar de que modo a atividade turística foi regulamentada neste espaço que prima pela preservação ambiental.

Conclusão

A pesquisa realizada focalizou o tema gestão participativa em unidades de conservação através do conselho gestor e a representatividade do turismo na área protegida, através de uma análise dos documentos de gestão da Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais, sendo eles o Decreto de Criação e o Regimento Interno.

O roteiro do estudo foi orientado pela perspectiva de contribuir para uma compreensão sobre a gestão participativa em unidades de conservação, e a representatividade do turismo, sob a ótica da criação e gestão de uma área protegida.

Os resultados obtidos permitem demonstrar a importância da definição de limites e critérios bem estabelecidos para a atividade turística desenvolvida em unidades de conservação, de modo que sejam realmente obedecidos por aqueles que usufruem da atividade sem permitir que os anseios mercadológicos se sobreponham ao objetivo principal de uma área protegida. E permite também evidenciar o papel do conselho gestor, como importante instrumento de participação da sociedade, devendo ser comprometido e representativo, através de uma atuação coordenada e justa, de modo a tornar público o debate sobre a formação de espaços de participação como um meio de fortalecer a democracia de uma nação.

Referências Bibliográficas

- ANSARAH, M.G.R. (org). **Turismo**: como aprender, como ensinar. 2. 3. ed., São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
- BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENI, M.C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei nº 9.985, 18 jul 2000. Brasília: MMA, 2011. 76 p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo – PNT 2003/2007 – Diretrizes, Metas e Programas**. Brasília: MTur, 2003. 48 p.
- BRASIL. **Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – Uma viagem de inclusão**. Brasília: MTur, 2007. 88 p.
- CRUZ, R.C.A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. 5. São Paulo: Cortez, 2001.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.
- FISCHER, T. O futuro da gestão. **Revista HSM Management**. São Paulo, n. 64, 2007.
- GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35. n. 3. mai/jun, 1995.
- IDEMA. Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br>> Acesso em: 20 abr 2013.
- LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação**: aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Ibase, 2007
- MAGALHÃES, C.F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Rocca, 2002.
- MARTÍNEZ, R.E.R. Community involvement in marine protected areas: The case of Puerto Morelos reef, México. **Journal of Environmental Management**. 88 (2008) 1151-1160.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Desenvolvimento sustentável do turismo. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/>>. Acesso em: 19 jun. 2012.
- REID, D.G.; MAIR, H.; GEORGE, W. Community tourism planning: A self-assessment instrument. **Annals of Tourism Research**. Vol. 31, N. 3, pp. 623-639, 2004.
- RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.
- RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Estadual de Meio Ambiente. Resolução n.º 05, de 19 de agosto de 2009. Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno de Área de Proteção Ambiental – APA dos Recifes de Corais. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/entidades_ambientais/gerados/conema_atos_normativos.asp> Acesso em: 20 abr 2013.
-

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto n.º 15.746, de 06 de junho de 2001. Dispõe sobre criação de Área de Proteção Ambiental – APA dos Recifes de Corais. Disponível em: <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/unidades_de_conservacao/gerados/recifes_corais.asp> Acesso em: 20 abr 2013.

SOUZA, M.L.; RODRIGUES, G.B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2002. V. 1.

YATES, G.E.; STEIN, T.V.; WYMAN, M.S. Factors for collaboration in Florida's tourism resources: Shifting gears from participatory planning to community-based management. **Landscape and Urban Planning**. 97 (2010) 213-220.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Naia Valeska Maranhão de Paiva: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

E-Mail: naivaleska@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2902793440696058>

Maria Valéria Pereira de Araújo: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

E-Mail: valeriaraujofpb@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9227834040889428>

Data de submissão: 28 de junho de 2013

Data de recebimento de correções: 28 de junho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Planejamento e Política Pública do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil

Planning and Public Policy of Tourism: a theoretical discussion in the context of Protected Areas of Brazil

**Iracy Wanderley Filha, Francisco Fransualdo de Azevedo,
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Jaci Câmara de Albuquerque**

RESUMO

Um dos aspectos inerentes à discussão sobre o turismo em Unidades de Conservação (UCs) - áreas naturais protegidas pelo poder público e/ou pela iniciativa privada, destinadas à conservação da biodiversidade e outros fins - é o planejamento e a gestão. Este estudo tem o objetivo de discutir as estratégias de planejamento e gestão do turismo em Unidades de Conservação. A pesquisa exploratória abordou qualitativamente a normatização estabelecida pela Lei Federal Nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e as diretrizes, metas e programas do Plano Nacional do Turismo (PNT) 2003-2007, com vistas ao turismo em UC's direcionando uma análise crítica acerca do planejamento, gestão, políticas públicas, Estado e desenvolvimento. Os principais resultados evidenciam que, os estados e municípios brasileiros, na sua maioria, não dispõem de infraestrutura necessária à efetiva implantação do turismo em unidades de conservação, de modo que os recursos estruturais possibilitem a consolidação das funções socioambientais, econômicas e culturais do ecoturismo em UCs. Em se tratando do Plano Nacional do Turismo os resultados também revelam que no Macro Programa 4, de estruturação e diversificação da oferta turística, há referência à segmentação do mercado porém, este não evidencia quais segmentos serão trabalhados prioritariamente e nem como devem ser geridos. O presente estudo busca despertar para a necessidade de ampliar e aprofundar debates sobre o planejamento e gestão do turismo em UCs que ofereçam ferramentas de intersecção entre o desenvolvimento da atividade ecoturística e a gestão socioambiental no sentido de promover as condições de infraestruturas e técnico-científicas necessárias à implementar eficiente e eficaz de um ecoturismo de base sustentáveis em Unidades de Conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Planejamento; Política Pública; Unidades de Conservação; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This One of the aspects of the discussion on tourism in protected areas (PAs) - natural areas protected by the government and / or private initiative, aimed at biodiversity conservation and other purposes - is planning and management. This study aims to discuss strategies for planning and management of tourism in protected areas. Exploratory research addressed qualitatively regulation established by Federal Law No. 9.985/2000, establishing the National System of Conservation Units - SNUG and guidelines, goals and programs of the National Tourism Plan (PNT) from 2003 to 2007, with a view to tourism UC's directing a critical analysis about the planning, management, public politic, and state development. The main results show that, the states and municipalities, mostly lack the infrastructure necessary for effective implementation of tourism in protected areas, so that the structural features enable the consolidation of functions environmental, economic and cultural ecotourism CUs. In the case of the National Tourism Plan results also reveal that the Macro Program 4, structuring and diversification of tourism, there is reference to market segmentation however, no evidence which segments are primarily worked nor how they should be managed. This study seeks to awaken the need to broaden and deepen discussions on the planning and management of tourism in protected areas that offer tools intersection between the development of ecotourism activity and environmental management in order to promote the conditions of infrastructure and the necessary technical and scientific efficiently and effectively implement a basic sustainable ecotourism in protected areas.

KEYWORDS: Tourism; Planning; Public Politic; Conservation Units; Development.

Introdução

No decorrer da história da humanidade, as relações das diferentes sociedades com o espaço natural tem provocado a perda da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade como a desterritorialização das espécies da flora e fauna, em alguns casos, por meio da relação imperiosa do consumo do espaço natural pela atividade turística. Este processo de degradação tem influenciado o surgimento de diversos estudos científicos e discussões globais na busca de estratégias adequadas para mitigar ou melhorar o que foi estabelecido como problemática ambiental.

Este estudo tem o objetivo de discutir as estratégias de planejamento e gestão do turismo em Unidades de Conservação (UCs) direcionando uma apreciação crítica para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação brasileiro numa interface com o “Plano Nacional do Turismo – Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007” (PNT, 2003).

A metodologia utilizada para a realização deste estudo abordou, qualitativamente, sob uma perspectiva crítica, a pesquisa bibliográfica, documental e em meios digitais, acerca do planejamento, gestão, políticas públicas, Estado, desenvolvimento sustentável e turismo.

Para identificar as estratégias do planejamento e da gestão do turismo nas Unidades de Conservação brasileiras, esta pesquisa procurou examiná-las frente às categorias estabelecidas pela Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (ver Quadro 1 adiante), as diretrizes do Plano Nacional do Turismo (PNT) para o turismo e suas correlações com o aporte teórico.

Considerando as normas constituídas pelo SNUC (Lei Federal Nº 9.985/00), no Brasil foram instituídos 02 (dois) grupos de UCs: a) Unidades de Proteção Integral e b) Unidades de Uso Sustentável, subdivididos em 12 (doze) categorias específicas. A gestão do SNUC é feita com a participação das três instâncias de governança do poder público (federal, estadual e municipal). Analisando as conformidades legais do SNUC é possível perceber a visão estratégica que este propõe aos tomadores de decisão de modo que possibilitem aos atores das UCs, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerar renda, emprego, desenvolvimento e propiciar uma efetiva melhoria na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo.

A participação do governo no planejamento e na gestão pública do turismo e de Unidades de Conservação é assegurada quando da criação de órgãos consultivos, instrumentos legais, programas, projetos, políticas públicas e de espaços de participação popular. Nesta perspectiva, o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007 está estruturado em Macro Programas, Programas e Ações advindas dos seus objetivos gerais e específicos na área do turismo. Estes assimilam a noção do território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas maneiras de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento.

As instituições políticas, numa palavra o Estado, na sua capacidade de desenvolver o sistema político, ao criar instrumentos legais e políticas públicas precisam cumprir a sua função que é a de dar respostas às demandas procedentes do ambiente social. Porém, os principais resultados evidenciam que, os Estados e Municípios brasileiros, na sua maioria, não dispõem de infraestrutura necessária à efetiva implantação do turismo em unidades de conservação como recursos humanos e financeiros, capacidade administrativa, elaboração e execução de Planos de Manejo e Zoneamento Econômico-Ecológico. Nesse sentido, estão sujeitas a prováveis impactos negativos no meio ambiente podendo não atingir seus objetivos, previstos em lei, de conservação e bem estar da população.

Planejamento Turístico X Espaço: a relação com o Estado

Hodiernamente a atividade turística tem apresentado um forte crescimento no cenário internacional e se constituído uma das atividades econômicas mais importantes do mundo. De acordo com Cruz (1999, p.2):

[...] as estatísticas oficiais mostram ainda que a atividade turística revela números expressivos, também, no que se refere a deslocamentos de fluxos, à mão de obra empregada na atividade, na geração de renda etc.

A Organização Mundial de Turismo (2003) compreende o turismo como “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras”. Assim, de acordo com Dias (2011, p.4):

O turismo é considerado hoje como a atividade econômica mais importante do mundo em alguns países, regiões e localidades e constitui um fator determinante nos rumos do desenvolvimento. Podemos identificá-lo como um fenômeno que apresenta várias faces – social, geográfica, econômica, cultural, ambiental – destacando-se em todas elas como uma força que provoca mudanças, em rápidos processos de transformação.

Por esse contexto é perceptível o fato do turismo interferir significativamente na organização do espaço geográfico¹ e, enquanto prática social, à medida que se apropria desse espaço ele o consome e (re)produz. O turismo que, antes de tudo, é uma prática social vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em uma nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica irrefutável (CRUZ, 2003). Parece claro afirmar que, ao longo da história, as civilizações em seus distintos modos de organização espacial interferem no espaço seja pelo trabalho - através da técnica, seja pela definição cultural. Como afirma Soares (2001, p. 44),

O ponto central dessas ações de interferências está no espaço geográfico, que por sua vez, figura-se como resultado da interação contínua e indissociável entre sistemas de objetos² e sistemas de ações.

Numa análise estrutural, é possível afirmar que as civilizações ora mencionadas produzem o espaço geográfico inter-relacionando causas e consequências, o todo e as partes em sua complexidade e totalidade dinâmica.

Desta feita, convém ressaltar que na atividade turística estão contidas várias formas de inter-relações que atribuem valor e sentido ao espaço geográfico. Através desta atividade utilizam-se tanto os objetos naturais (Ex. as dunas, falésias, cachoeiras, praias, vegetação, rios, montanhas) para visitação, como também os objetos artificiais para atendimento ao público, como é o caso das estradas, restaurantes, hotéis, transporte e outros serviços.

Nessa perspectiva analítica, Nascimento (2008, p. 27) *apud* Santos (1985) as-

segura que:

O espaço deve ser analisado a partir de quatro categorias as quais devem ser consideradas em suas relações dialéticas, são elas: estrutura, processo, função e forma. A *forma* é o aspecto visível, arranjo de um ou um conjunto de objetos, formando um padrão espacial (equipamentos turísticos, por exemplo)³; a *função* indica o papel a ser desempenhado pelo objeto criado, o lazer e o trabalho, constituem algumas das funções associadas aos equipamentos turísticos.

A *estrutura* é outra categoria de análise do espaço que está relacionada diretamente à natureza social e econômica de uma sociedade⁴ num determinado momento temporal. Numa tentativa de inserção da forma e da função na estrutura social é possível captar a natureza histórica do espaço (NASCIMENTO, 2008). Ao pensarmos a relação turismo e espaço entendemos que a prática social da atividade turística “consome” o espaço geográfico no momento em que se apropria deste introduzindo objetos que podem contribuir com o seu desenvolvimento e/ou incorporaram outros já existentes acarretando mudanças parciais ou totais em suas funções. O espaço turístico é, antes de tudo, um espaço geográfico e, portanto, constitui um produto social em permanente processo de transformação (SANTOS, 1985).

São necessários procedimentos e tarefas que se atenham a todas as inter-relações e consequências do consumo do espaço pelo turismo, de modo que haja benefícios para o ambiente heterogêneo e dinâmico dos sistemas ecológicos, econômicos e sociais que o compõem. Nesse sentido, presume-se que, para a consolidação das funções socioambientais relativas ao desenvolvimento da atividade turística faz-se necessário que a sociedade programe estratégias de planejamento que garantam a participação dos múltiplos atores sociais neste processo. Para Cruz (2006, p. 342):

O planejamento é algo que remete sempre ao futuro, já que não se pode planejar o passado ou o presente. Planejar significa, sempre, projetar o futuro que se deseja. Cruz ainda divide o planejamento em três 4 momentos: é preciso olhar para o passado e identificar os erros que não se deseja voltar a cometer, diagnosticando o presente, e daí pensar os cenários futuros, em segundo lugar diz que o planejamento é meio e não o fim, sendo um processo político-ideológico que exprime anseios, objetivos e visões de mundo dos atores sociais que o conduzem. Em terceiro lugar que é o planejamento é um processo, e por isso comporta uma gama de ações (a organização social de um dado setor como da vida social – e este caso o turismo- somente pode resultar de um processo contínuo de planejamento e, finalizando diz que planejamento local e regional não são necessariamente excludentes, ou se já o planejamento regional não elimina a possibilidade de existência de planejamento de escala local, desde que, naturalmente, estes sejam convergentes. Tais processos de planejamento envolvem, também a elaboração de políticas públicas.

Assim sendo, há que se pensar num planejamento qualitativo do turismo de modo que este tenha como objetivo a conservação do espaço natural, da cultura regional e o desenvolvimento socioeconômico das pessoas do espaço onde se estabelece. Por sua vez, tal processo, para minimizar os impactos socioambientais e culturais inerentes à atividade turística precisa se basear na pesquisa e avaliação que busca sugerir a otimização do potencial de contribuição ao bem estar do ser humano e ao meio ambiente (HALL, 2001; OMT, 2003).

A capacidade de os indivíduos e grupos participarem no sistema de planejamento turístico se configura como condição *sine qua nom* na tomada de decisões e elaboração de políticas públicas. Tais decisões são interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não seriam decisões individuais. O fato é que a participação não é somente o resultado de valores culturais ou democráticos, mas também produto das estruturas do governo público e do grau em que essas estruturas são verdadeiramente abertas à participação e ao debate.

De modo similar, cabe verificar a possível atuação dos agentes políticos em exercerem suas responsabilidades na criação e implementação de políticas públicas na configuração do turismo no espaço geográfico. Nesse contexto, Bobbio (1986, p. 95) afirma que:

Do ponto de vista de uma definição formal e instrumental, condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência é requisitada. Sejam quais forem às decisões.

Pela afirmativa supracitada, as instituições políticas, numa palavra o Estado, na sua capacidade de desenvolver o sistema político, por sua vez precisam responder às demandas sociais para cumprirem a sua função. Planejar é, portanto, apenas uma parte de um processo global de “planejamento-decisão-ação”. O pensador italiano Bobbio (1986) destaca duas características distintivas da atuação estatal. A universalidade, onde o Estado toma decisões em nome de toda a coletividade que ele representa, e não apenas da parte que exerce o poder; e a inclusividade que em princípio, nenhuma esfera da vida social encontra-se fora do alcance da intervenção do Estado. Isso, no entanto, não significa que o Estado tenha de intervir ou regular tudo – apenas os Estados totalitários têm essa pretensão –, mas que é prerrogativa do Estado definir as áreas em que irá ou não intervir, conforme o tempo, as circunstâncias e o interesse público.

Por essa análise, o Estado, para atender às reivindicações da sociedade toma decisões sem gerar novos conflitos com os atores sociais. Isto é política, ou seja: *politics*. Já o termo *policy* faz referência à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por instituições políticas, evidenciando temas de foco coletivo,

mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política (RUA, 2009). No Quadro 1 é possível ter clarificado as diferenças entre política pública e decisão política.

Quadro 1: Diferença entre política pública e decisão política.
Table 1: Difference between public policy and political decision.

Política pública	Decisão política
Geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.	Corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

Fonte: Adaptado de Rua (2009, p.9).
Source: Adapted from Rua (2009, p.9).

Por esse entendimento, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública⁵ (RUA, 2009). É importante ressaltar que esta consiste na resolução pacífica de conflitos sociais imprescindíveis à preservação da vida em sociedade. Dada à relevância de se entender o seu significado no contexto deste estudo, é pertinente entendê-la como tudo que as instâncias de governança do Estado (federal, estadual e municipal) fazem ou o que não fazem, já que, o fato de não haver ação reflete o baixo nível de valor agregado a determinados temas ligados ao contexto em tela. Para aprofundar ainda mais o entendimento conceitual acerca do termo política pública destacamos a concepção segundo a qual esta se caracteriza como:

O conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público (SANTOS, 2012, p.117 *apud* GUARESCHI, 2003).

Sendo a política pública para o turismo tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação a esse setor, o planejamento turístico, tem como objetivo geral promover o desenvolvimento da atividade turística setorial de modo que esta tenha condições de ampliar gradualmente sua atuação, minimizando seus efeitos negativos e potencializando os resultados desejados pela demanda coletiva.

Recentemente os governos tem se envolvido cada vez mais na divulgação e no marketing dos destinos, e no desenvolvimento conjunto de atrações ou instalações

turísticas com o setor privado. Como afirma Petrocchi (1999) o turismo receptivo é um dos alvos da política governamental para os próximos anos. O país já reconhece que as ações implementadas pelas atividades turísticas podem desencadear oportunidades econômicas superiores a qualquer outro setor. No entanto, é preciso atentar para métodos de planejamento turístico que considerem as necessidades de infraestrutura, o uso adequado do solo e de recursos (naturais e culturais), a qualificação profissional dos atores, a divulgação e o marketing e a garantia de participação de todas as estruturas sociais.

O Planejamento governamental turístico no âmbito das Unidades de Conservação (UCs): uma aproximação com o desenvolvimento sustentável

É clara a compreensão de que, sendo os elementos do espaço (meio físico, social e cultural) a “matéria-prima” da atividade turística, sua interrelação com o meio ambiente é incontestável. O turismo, nas suas formas de “consumir” o espaço, estabelece uma relação “comensal” quando o aproveita de forma apropriada e satisfatória, contribuindo ou não nas questões naturais. No entanto, quando estabelece uma relação predatória com o espaço geográfico pode descaracterizar sistemas ecológicos e socioculturais essenciais ao equilíbrio e manutenção da vida na Terra. Para Ansarah (2001, p. 30):

O estudo do turismo deve ser direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas de desenvolvimento. Sem esgotar os recursos naturais e culturais nem deteriorar o meio ambiente, entende-se que a proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis.

Furtado (2000, p. 22), explora o conceito de desenvolvimento atribuindo-o basicamente duas dimensões, existindo ainda uma terceira que, segundo o autor, seria menos explícita. A primeira dimensão, em síntese, estaria relacionada ao incremento da eficácia do sistema social de produção, a segunda na satisfação das necessidades básicas humanas e a terceira na consecução dos objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização dos recursos escassos. Segundo ele, essa terceira dimensão seria a mais ambígua de todas, chegando a ser percebida apenas no discurso ideológico, concluindo que:

[...] a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica (FURTADO, 2000, p.22).

Apesar dessa noção de desenvolvimento não se pode, contudo, atrelar a ideia

de desenvolvimento diretamente à questão do crescimento econômico, mas sim, numa das condicionantes desse processo e não somente a única das questões nele envolvidas. Nesse sentido, o crescimento econômico, situado na questão do aumento da eficácia de produção, segundo Furtado (1974, p.22), não teria condição suficiente para indicar se determinado local é ou não desenvolvido, assim ele esclarece:

O aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, o aumento da disponibilidade de recursos e a elevação dos padrões de vida podem ocorrer na ausência de modificação nos processos; por exemplo, quando aumenta a pressão sobre as reservas de recursos não reprodutíveis (FURTADO, 1974, p.22).

Para Sachs (2004, p.15), a sustentabilidade tem como base cinco dimensões principais que são a sustentabilidade social, ambiental, territorial, econômica e política. Este mesmo autor acrescenta mais duas dimensões ou critérios de sustentabilidade: cultural e ecológica, significando:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) entende que o turismo sustentável e seguro deve levar em consideração todos os aspectos da diversidade cultural e institucional, privilegiando aspectos físicos e ambientais capazes de influenciar diretamente nas condições de saúde, qualidade de vida e segurança das pessoas e comunidades. Foi nesse cenário que surgiu a necessidade de se trazer a dimensão ambiental para a dinâmica do desenvolvimento da atividade turística. De acordo com a IUCN, a criação de UCs é à medida que melhor exemplifica, na atualidade, a tentativa de preservar os recursos naturais e a vida dos diversos ecossistemas nessas áreas protegidas sendo que, seus princípios devem ir além das questões ecológicas, já que compreende também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais, além da satisfação dos visitantes do destino.

Visando disciplinar o uso de áreas protegidas, o governo brasileiro aprovou em 2000, a Lei Federal Nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Esta Lei estabelece critérios e normatizações para criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação – UCs. De acordo com a referida Lei, Uni-

dades de Conservação são entendidas como:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei Nº 9.985/00, Art. 2º)

Considerando as normas constituídas pelo SNUC (Lei Federal Nº 9.985/00), no Brasil foram instituídos 02 (dois) grupos de UCs: a) Unidades de Proteção Integral e b) Unidades de Uso Sustentável, subdivididos em 12 (doze) categorias especificadas conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Grupos de Unidades de Conservação e suas categorias de manejo.
Table 2: Groups of Protect Areas and their management categories.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação Ecológica (ESEC)	Área de Proteção Ambiental (APA)
Reserva Biológica (REBIO)	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)
Parque Nacional (PARNA)	Floresta Nacional (FLONA)
Monumento Natural	Reserva Extrativista (RESEX)
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Fonte: Brasil (2000).
Source: Brasil (2000).

De acordo com a Lei Federal 9.985/00, o SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições: Órgão consultivo e deliberativo: representado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem a função de acompanhar a implementação do SNUC; Órgão central: representado pelo Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de coordenar o SNUC; Órgãos executores: representados na esfera federal, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e IBAMA, em caráter supletivo, e nas esferas estadual e municipal, pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. Ainda de acordo com a referida Lei, os órgãos executores do SNUC têm a função de implementá-lo, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais mas, nas respectivas esferas de atuação. As competências dos órgãos para a

gestão do sistema vão desde a coordenação e acompanhamento até a sua implementação propriamente dita.

Diante da necessidade de se manter a integridade das UCs, cumpre frisar, de uma forma ímpar, que a atividade turística para se estabelecer nesses espaços naturais legalmente protegidos, precisa levar em consideração a relação entre as pessoas, suas atividades e o uso que fazem do espaço que as envolve, com respeito aos limites dos sistemas ecológicos e dos sistemas socioculturais. Nesse contexto o ecoturismo é, segundo as “Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo”,

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p.19).

No entanto Soares (2011, p.41 *apud* PIRES *et al.* 2002, p.126) diz que “há controvérsias sobre a correta utilização da terminologia e a interpretação de seu significado”. E ainda afirma que “muitas vezes, é nele que os conflitos e problemas gerados na dinâmica dos acontecimentos e na profusão de realidades que os envolve vão desembocar”.

No universo analítico sobre o significado de ecoturismo, são utilizados diversos termos, como “turismo de natureza”, “turismo responsável”, “turismo verde”, “turismo ecológico”, “turismo ambiental”, “turismo sustentável”, e estes se apresentam de formas semelhantes e até mesmo idênticas. Por isso, a opção do ecoturismo pela prática em Áreas Naturais Protegidas (ANPs), torna-o “considerado por alguns autores um tipo especial de turismo na natureza” (SOARES, 2011 *apud* PIRES, 2002, p.126).

De acordo com a conceituação de ecoturismo, cabe frisar que, há uma clara demonstração de que, nesse tipo de atividade deve ser priorizada a harmonia entre as componentes ecológicas e dos valores culturais sistemicamente inseridos nas UCs. Sendo assim há uma oportunidade para se promover uma consciência ecológica e a conservação socioambiental desses espaços naturais protegidos. Com efeito, esse fato requer um planejamento e gestão e racional do ecoturismo evidenciando os limites dos sistemas ecológicos e socioculturais

O Plano Nacional do Turismo (PNT) X SNUC: a relação com o Ecoturismo

O ecoturismo tem despertado a preocupação de agentes de governança e da sociedade sendo esse um dos fatos que gerou a implementação do SNUC. Além disso, o governo brasileiro também criou o Plano Nacional do Turismo (2003/2007), com programas que apresentam ações que se aproximam da gestão turística em Unidades de Conservação. Dessa forma, como explica Azevedo e Soares (*apud* POLES; RABINOVICI, 2010):

O ecoturismo surgiu como um segmento turístico preocupado com os recursos culturais e naturais com a localidade, a participação e a uma série de estratégias que tencionam aumentar os impactos positivos do turismo sobre a natureza e a conservação ambiental. Por estas características o turismo é considerado como a menos impactante das alternativas econômicas nos ambientes naturais protegidos por lei, se tornando, inclusive, justificativa para a criação de UCs, em virtude da necessidade de sobrevivência dentro do sistema capitalista.

Dentro do PNT, distribuídos em 7 Macro Programas, pode-se dizer que o Macro Programa 4, o Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização, o Programa de estruturação dos segmentos turísticos, programa de estruturação da produção associada ao turismo, programa de apoio ao desenvolvimento regional do turismo são os que mais se aproximam da gestão turística em Unidades de Conservação. Esse fato pode ser comprovado tanto pela necessidade de se ter a participação das instâncias de governança como pela necessidade de se segmentar o turismo nas diversas modalidades apresentadas pelo Programa dentre estas, o Ecoturismo (PNT, 2007, p.68). Esses Programas assimilam a noção do território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas maneiras de se organizar e se relacionar com a natureza, a cultura e com os recursos de que dispõe. Pelo previsto nos Programas, as ações a serem desenvolvidas serão articuladas reconhecendo o espaço regional e a segmentação do turismo, construído e implementado pelos próprios atores públicos e privados nas diversas regiões do país, constituindo uma estratégia facilitadora do desenvolvimento territorial integrada (PNT, 2007).

Analisando as conformidades legais do SNUC e do PNT - 2003/2007 para o ecoturismo em UCs é possível perceber a visão estratégica que estes propõem aos tomadores de decisão de modo que possibilitem aos atores das UCs, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerar renda, emprego, desenvolvimento e propiciar uma efetiva melhoria na qualidade de vida das populações locais do Brasil. Contudo, os Estados e Municípios brasileiros precisam ter condições infraestruturais, técnico-científicas, para possibilitarem a consolidação das funções socioambientais, econômicas e culturais do ecoturismo em UCs. De acordo com Monteiro e Nóbrega (2008, p.72)

O Zoneamento Ambiental e os Planos de Manejo são os principais instrumentos de gestão de unidades de conservação. O Zoneamento Ambiental estabelece uma compartimentação de um determinado território em zonas diferenciadas de utilização do solo e dos recursos naturais, considerando as questões geomorfológicas, bióticas e socioculturais. Todas as unidades de conservação devem ser gerenciadas por um Plano de Manejo, também chamado de Plano de Gestão. Atualmente, esse planejamento tende a ser participativo, envolvendo a sociedade como um todo, especialmente as populações vizinhas e Organizações - Não Governamentais – ONGs.

Assim, o Zoneamento Ambiental e os Planos de Manejo são os principais instrumentos de planejamento e gestão de UCs, inclusive para a implementação do ecoturismo nessas áreas protegidas. Segundo o Prof. Dr. Giovane de Farias Seabra⁶ na maioria das UCs não existe infraestrutura necessária à preservação dos ecossistemas e ao acompanhamento, acolhimento e fiscalização dos visitantes, estando sujeitas a prováveis impactos negativos do meio ambiente.

O Plano de Manejo possibilita a todos os atores sociais, instâncias governamentais e Organizações – Não Governamentais (ONGs) dialogarem acerca das potencialidades, problemas e soluções para o desenvolvimento do ecoturismo com vistas à sustentabilidade nas UCs. Nesse sentido, este Plano pode ser entendido como um instrumento de gestão participativa e que possibilita a ampliação do debate inclusivo acerca do desenvolvimento sustentável da atividade turística nas UCs. Nesse contexto, Philippi Jr. e Maglio (2004, p.221) afirmam que

os primeiros passos para a sustentabilidade nas suas várias dimensões são o planejamento e a gestão. O planejamento deve ser considerado um conjunto de ações intencionais integradas e coordenadas que visam a tornar realidade os objetivos almejados. A gestão é considerada um “processo político administrativo de responsabilidade do poder constituído que, apoiado por uma participação social, é destinado a formular, implementar e avaliar políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Programa de Monitoramento de áreas Protegidas do Instituto Socioambiental, entre as 1.034 (mil e trinta e quatro) Unidades de Conservação existentes hoje no Brasil, apenas 97 (noventa e sete) contam com conselhos gestores – instâncias previstas na gestão das UCs que devem ser constituídas de forma paritária por representantes da sociedade civil, do governo e da população local, dependendo da categoria da unidade de conservação.

De acordo com (VALLEJO, 2006, p.21),

os principais problemas dos conselhos gestores são relativos à falta de meios de comunicação, à lentidão dos órgãos ambientais em repassar verbas para o funcionamento, implementação das decisões tomadas e o desinteresse dos chefes da UCs.

Nesse ínterim, observa-se que esses problemas comprometem o planejamento e a gestão participativa da atividade turística. A gestão do turismo em UCs precisa propor o ordenamento das atividades humanas nesses espaços para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio. O artigo 225 da Constituição Federal, ao

mesmo tempo em que estabelece “o meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito e como “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, também impõe ao “Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Quintas (2006, p.30) em sua abordagem sobre Gestão ambiental define como:

O processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.

O que deve ficar claro é que “gerir” ou “gerenciar” denota saber manejar as ferramentas existentes da melhor forma possível e não necessariamente desenvolver a técnica ou a pesquisa como parte das ciências naturais, pesquisas ambientais, sistemas e outros. Para se atingir formas de turismo mais sustentáveis e adequadas em UCs, os gestores ou gerentes precisam ter uma visão holística⁷ e apurada do contexto político para que seja possível compreender a estrutura dos problemas de planejamento e gestão como uma meta política em termos de realização.

Considerações finais

Na relação entre turismo e UCs, percebe-se que a atividade turística não pode ser vista como a panacéia dos males que são provocados ao espaço geográfico e a sociedade. No entanto, pode-se crer que, se esta for desenvolvida em harmonia com os sistemas socioambientais, poderá minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo em longo prazo.

Um melhor redimensionamento dos objetivos do Plano (PNT) direcionados ao planejamento e gestão do ecoturismo em UCs, como também a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas as questões de organização dos espaços, permitirá a melhoria da qualidade de vida da população local, muitas vezes desprovidas de condições dignas de sobrevivência, e a sustentabilidade do ecoturismo nessas áreas protegidas.

Por essa abordagem, cabe frisar a importância da ampliação de um debate crítico, contextualizando a manutenção do equilíbrio natural e integridade sociocultural e a intensidade da degradação dos sistemas naturais e desestabilização dos sistemas socioculturais bem como as estratégias adequadas para melhorar ou mitigar o que foi estabelecido como problema socioambiental e cultural.

Referências bibliográficas

ANSARAH, M.G.R. (Org.) **Turismo Como aprender, como ensinar**. SP: editora SENAC. 2001. 406 P.

AZEVEDO, F. F.; SOARES, A.S. Construção e Conservação no Ecoturismo das UCS Área de proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN): a percepção dos atores que neles atuam. **Anais do VI Encontro Nacional das Anppas**, 2002. Pará.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

CIVIDANES A.; KUTZKE C. O conhecimento do Espeleoturismo em Curitiba, **Mono-grafia**. Curitiba: Unioandrade, 2003.

COELHO, R.C. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 116p. : il. Especialização – Módulo Básico

CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, R.C.A. Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral nordeste do Brasil. 1999. **Tese** (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. Atlas. 2003. SP

DIAS, R.; FIGUEIRA; V. **A Responsabilidade Social no Turismo**. Escolar. 2011. São Paulo.

EMBRATUR. **Turismo, estruturação e legislação básica**. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br>. Acesso em 10 de junho de 2013.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: AEA/UFPA, 1999.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ISA – Instituto Soambiental. <http://www.socioambiental.org>. Acesso em 11 de junho de 2013.

MCKERCHER B. A proteção do Meio Ambiente, **revista eletrônica Label France**, n° 45, dezembro, 2001.

NASCIMENTO, L.K.S. Geografia, turismo e meio ambiente: uma nova face do litoral dos municípios de Extremoz e Ceará-Mirim. Natal, RN, 2008. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 114f.

NÓBREGA, M.R.W.; MONTEIRO, J.S. M. Gestão ambiental em unidades de conservação: reflexões e proposta acerca das instalações (eco) turísticas na Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá, Maracanã-Pará. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.3, 2008.

NUNES, P. **Conceito de gestão e de gestor**. mimeo, 2006.

Organização Mundial do Turismo (OMT). **Turismo no mundo**. Disponível em <http://www.word-turismo.org>. Acesso em 10 de junho de 2013.

PÁDUA, M.T.J. Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: MILANO, M.S. **Unidades de Conservação**: Atualidades e Tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p.7-13.

PETROCCHI, M. O turismo é a atividade que mais distribui renda e empregos. **Comércio Exterior**. BB, 21, p. 16-20. 1999.

[PHILIPPI JR.](#), A.; MAGLIO, I.C. Política e Gestão Ambiental: conceitos e instrumentos. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M.C.F. (orgs) **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, 2004 (Coleção Ambiental)

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia – Associação de Geografia Teórica**. Rio Claro, SP, v. 31, 2002.

QUINTAS, J.S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. Edição Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Gestão Estratégica. Centro Nacional de Informação, Tecnologias Ambientais e Editora. 2ª edição. ed. revista. – Brasília : Ibama, 2006. 134p. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5)

RODRIGUES, A.B. **Turismo e Ambiente: Reflexões e propostas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUA, M.G. **Políticas públicas**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SACHS, I. **Caminho para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 4. ed. 4.reimp.- São Paulo. Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 3. Ed. São Paulo : Hucitec, 1978.

SARTOR, L.F. **Introdução ao Turismo**. Caxias do Sul. Universidade de Caxias de Sul: Porto Alegre, escola superior de tecnologia, São Lourenço de Brindes, 1997.

SOARES, A.S. O ecoturismo sob a égide da sociedade do consumo: um estudo das Unidades de Conservação de uso sustentável do RN. Natal, RN, 2011. **Dissertação** (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Turismo. 111 f.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC: a lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000, 32 p.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

TELES, M.L.S. **Educação sem fronteiras: cuidando do ser**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

UICN/PNUMA/WWF. **Estratégia mundial para a conservação**, CESP: São Paulo, 1980.

VALLEJO, R.L. Unidades de Conservação: Uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Mimeo**. Universidade Federal Fluminense. 2006.

Notas

¹ [...] entendido como a conjugação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações (SANTOS, 1999, p. 51).

² Os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana (SANTOS, 2006).

³ Entende-se por equipamentos turísticos, o conjunto de elementos, ou objetos inseridos no espaço que serão responsáveis pela dinamização da atividade turística, podemos citar como exemplo: hotéis, pousadas, equipamentos de lazer, restaurantes e outros.

⁴ A Sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciados, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades (RUA, 2009, p. 14).

⁵ Políticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (Leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que

normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

⁶ Tal afirmativa encontra-se no artigo “Planejamento e gestão em unidades de conservação: comunidade, visitantes e preservação ambiental”.

⁷ *Holos*, palavra grega, significa todo, totalidade (Holístico).(TELES, 2003, p. 50).

Iracy Wanderley Filha: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

E-Mail: ciciea.wf@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5372082985640197>

Francisco Fransualdo de Azevedo: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

E-Mail: ffazevedo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2719998085102847>

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

E-Mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0025142529544906>

Jaci Câmara de Albuquerque: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

E-Mail: jaci@ifto.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3942151441935777>

Data de submissão: 29 de julho de 2013

Data de recebimento de correções: 29 de julho de 2013

Data do aceite: 25 de outubro de 2013

Avaliado anonimamente

O Ecoturismo em Santo Antônio do Itambé (MG) como indutor do envolvimento comunitário no entorno de Unidades de Conservação

The Ecotourism in Santo Antônio Itambé (MG, Brazil) as an inducer of community involvement in the surroundings of Protect Areas

***Tainá Gonçalves Bulhões, Nauê Gonçalves Bulhões,
Bernardo Machado Gontijo***

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre a forma com que o ecoturismo induz o envolvimento das comunidades localizadas no entorno de Unidades de Conservação, considerando que elas são criadas com intuito, também, de uso público, no qual o turismo se enquadra e é visto pelo governo como importante ação para preservação das Unidades de Conservação e valorização das culturas das comunidades de seu entorno. É proposto o estudo de caso da pequena cidade de Santo Antônio do Itambé para observar a influência da visibilidade do ecoturismo no Parque Estadual do Pico do Itambé ao envolvimento comunitário. A metodologia perpassa pela elaboração do referencial que sustentou, nessa pesquisa, o plano teórico metodológico orientado pela pesquisa qualitativa, sendo ele acerca do histórico Parque em questão e levantamento das teorias e publicações sobre o ecoturismo e o envolvimento comunitário com a atividade. Como forma de coleta de dados, foi utilizada à pesquisa de gabinete e bibliográfica, a observação assistemática e a aplicação de entrevistas, com a realização de quatro visitas em campo nos anos de 2009, 2010 e 2012. O resultado desse trabalho indicou que o desenvolvimento do ecoturismo na cidade tem se transformado em objetivo comum para o futuro econômico e cultural da comunidade, contudo o ecoturismo ainda não foi capaz por si só de induzir o envolvimento comunitário. Todavia a atividade se encontra em estágio inicial havendo possibilidade de reverter à postura dos sujeitos a tempo de se envolverem, apropriarem e planejarem o turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Envolvimento Comunitário; Unidade de Conservação; Santo Antônio do Itambé.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the way that ecotourism induces the involvement of communities located around the protected areas, considering that they are created with the intention also of public use, where tourism fits and is seen by the government as important action to preserve the protected areas and appreciation of the cultures of the communities surrounding it. It is proposed by a case study of the small town of Santo Antônio do Itambé to observe the influence of the visibility of ecotourism in the State Park Pico Itambé in the community involvement. The methodology goes through the preparation of reference, in this research, the theoretical methodology guided by qualitative research, it is about the park and its historic and about theories and publications on ecotourism and community involvement with the activity. As a means of data collection was used to desk research and literature, the systematic observation and interviews with people involved in the State Park. Was done four visits to Santo Antônio do Itambé, in the years 2009, 2010 and 2012. The result of this study indicated that the development of ecotourism in the city has been transformed into common goal for the economic and cultural future in the community, however ecotourism has not been able by itself to induce community involvement. However the activity is in initial stage with the possibility of reversing the position of the subject in time to get involved, take ownership and plan tourism.

KEYWORDS: Ecotourism; Community Involvement; Protected Areas; Santo Antônio do Itambé.

Introdução

A cidade de Santo Antônio do Itambé, pertence à microrregião de Conceição do Mato Dentro no estado de Minas Gerais, e está localizada na divisa com a microrregião do Vale do Jequitinhonha. Distante 17 quilômetros da cidade do Serro, 110 km de Diamantina e 350 km de Belo Horizonte.

Segundo o IBGE (2010) o município possui 4.135 habitantes, sendo que apenas 29% residem na área urbana. Sua economia baseia-se no setor de serviços, com expressão para o mercado informal, autônomo e pluriativo. Entretanto, a influência da agropecuária, principalmente no molde familiar, para economia local se mantém representativa, principalmente no que tange à segurança alimentar das famílias.

As cidades desses limiares do Jequitinhonha, incluindo Santo Antônio do Itambé mantêm características típicas ao interior mineiro que moldam sua ruralidade, e a economia ligada à agropecuária, além da manutenção de expressões culturais típicas ao ambiente rural, como relações de maior proximidade e intimidade com os outros, valorização dos saberes e fazeres, e uma expressiva relação de territorialidade e de aproximação com o meio natural (BULHÕES, 2013).

O município pertence à Serra do Espinhaço, também conhecida como cordilheira e cadeia, que inicia em Minas Gerais e adentra a Bahia até a divisa com o Piauí. É em Santo Antônio do Itambé que se localiza o Pico do Itambé, ápice do Espinhaço e constitui um grande divisor entre as bacias hidrográficas do centro-leste brasileiro e a do Rio São Francisco (COMIG; IGC/UFGM, 1997 *apud* MONTEIRO, 2011). Segundo Saadi (1995, *apud* MONTEIRO, 2011), a denominação “serra” esconde uma realidade fisiográfica que é mais bem definida pelo termo “planalto”.

A cidade se dispõe entre os rios Preto e Branco. A denominação desses rios se dá pela característica de suas águas. O primeiro mais amarronzado, mesmo sendo uma água límpida e transparente, e o Rio Branco com águas mais claras. Os dois rios se encontram dentro da cidade formando o Rio Guanhães, afluente da sub-bacia do Santo Antônio, que por sua vez corre para o Rio Doce. Devido à característica geológica da cidade e a presença desses rios, Santo Antônio do Itambé possui dezenas de cachoeiras, cânions e mirantes.

O Pico do Itambé é um importante marco da paisagem do noroeste mineiro e foi um valioso ponto de referência dos primeiros desbravadores do território brasileiro, em virtude de sua magnitude. A presença marcante da Serra do Espinhaço proporciona à região grande visibilidade para a atividade turística.

A Serra do Espinhaço recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2005, o título de “Reserva da Biosfera Mundial” que confere um diferencial ao município. O título da UNESCO também reconhece a necessidade de amparo à região, no que diz respeito à sua proteção, referência recorrente entre os cientistas como Gontijo (2008).

Se não tomarmos cuidados quanto à preservação do que ainda resta de biodiversidade na Cadeia do Espinhaço e em seus biomas adjacentes, estaremos na eminência de sofrer um grande “terremoto ambiental” já que estamos, como mostra a geografia de nossa “tectônica ambiental”, localizados bem em cima de seu hipotético epicentro (GONTIJO, 2008, p.13).

O processo de ocupação humana ao longo da história provocou a fragmentação da vegetação nativa do Espinhaço. O elevado valor ambiental da Serra do Espinhaço confronta sua alta relevância econômica, principalmente para a mineração, agroindústria e, atualmente, para a silvicultura, atividades com impactos ambientais expressivos.

A atenção para a proteção do Espinhaço por meio das Unidades de Conservação (UCs) vem desencadeando uma nova dinâmica territorial ao Jequitinhonha, e logo, também, em Santo Antônio do Itambé. A concepção de UCs introduziu não apenas um novo formato de produção do espaço como também o discurso da atividade turística como opção acessível e condizente para manutenção e substituição econômica desses territórios.

A lei nº 9.985 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com objetivos de contribuir para a manutenção da diversidade biológica, proteger as espécies ameaçadas de extinção, colaborar para a preservação e a restauração de ecossistemas naturais, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, entre outros. O SNUC define Unidades de Conservação (UCs) como

O espaço territorial com limites definidos, que possuam características naturais relevantes e importantes recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com objetivos de conservação, legalmente instituído pelo Poder Público e sob regime especial de administração, apropriadas à sua proteção, e as divide em duas categorias, as Unidades de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, esta permite o uso direto de seus recursos naturais, ou seja, a exploração sustentável, social e economicamente viável dos recursos ambientais (SNUC, 2000).

Neste sentido, o turismo vem sendo tratado como uma das principais alternativas seja no âmbito social ou seja no âmbito econômico, para promover o desenvolvimento de diversas localidades que se encaixam no mesmo contexto, o de criação de uma Unidade de Conservação, como é o caso de Santo Antônio do Itambé (BULHÕES, 2013).

Parque Estadual do Pico do Itambé

Criado em 21 de janeiro de 1998, através do Decreto nº 39.398 do Governo Estadual de Minas Gerais, o Parque Estadual do Pico do Itambé - PEPI visa proteger as riquezas naturais em seu domínio, como cachoeiras, cursos d' água e vegetação única. A exploração sustentável do ecoturismo e a realização de pesquisas científicas se enquadram

nos objetivos desta Unidade de Conservação (STCP, 2004).

Segundo o plano de manejo elaborado pela STCP (2004) a área do parque está distribuída entre os municípios de Santo Antônio do Itambé (2.926 ha), Serro (930 ha) e Serra Azul de Minas (840 ha). A maior área de abrangência territorial, a portaria principal e a sede administrativa do PEPI estão no município de Santo Antônio do Itambé. Observa-se que grande parte da influência das transformações socioespaciais da cidade foram exercidas pela criação do PEPI e pela visibilidade turística do mesmo (BULHÕES, 2013).

Para o Estado de Minas Gerais a criação deste Parque traz uma série de benefícios, por exemplo, fica assegurada a proteção das cabeceiras de duas importantes bacias hidrográficas, dos rios Jequitinhonha e Doce e a indução ao turismo, na Figura 1 é possível ver as áreas protegidas adjacentes ao PEPI.

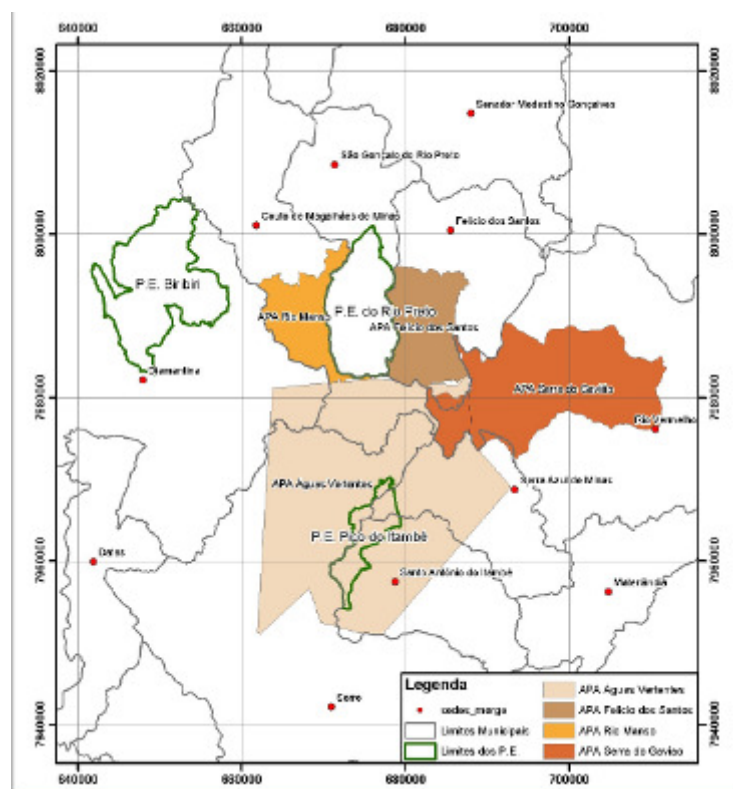


Figura 1: UCs adjacentes ao PEPI. **Fonte:** STCP (2004).
Figure 1: Protected Areas adjacent to the PEPI. **Source:** STCP (2004).

Forjadas no imaginário urbano, tendo como referência a dicotomia sociedade/natureza, aparecem, em especial, as unidades de conservação de proteção integral, que demandam a retirada de antigos moradores de seu interior para a preservação da natureza. Comumente, essas unidades são materializadas em espaços rurais, sobre-

pondo-se a territórios materiais e imateriais constituídos historicamente pelas comunidades que ali habitam (MONTEIRO, 2011).

O PEPI se enquadra na categoria de Unidade de Proteção Integral. Nesta categoria está assegurada a proteção integral dos recursos hídricos e minerais, da fauna e da flora, sendo permitida a exploração do turismo sustentável e a pesquisa científica (SNUC, 2000). De acordo com o SNUC os Parques – Nacional, Estadual ou Natural Municipal dependendo do âmbito de sua criação - integram a categoria mais restrita, as Unidades de Proteção Integral - são de posse e domínios públicos e têm

(...) como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000).

Segundo Aldibert (2004) estas áreas restringem ou impossibilitam a utilização pelos atores locais dos recursos naturais ali existentes, esses atores também demonstram desinteresse e desconhecimento acerca das UCs o que remete à problemática da falta de envolvimento da comunidade na atuação do Parque e de outras atividades, como o turismo, que podem substituir as práticas agora proibidas.

A criação do PEPI levou para Santo Antônio do Itambé a efetivação da legislação e fiscalização ambiental o que representou, praticamente, a extinção de suas principais atividades econômicas. A exploração de mata nativa para produção e venda de carvão e a extração de areia, principal suporte para a construção civil no município, foram diretamente afetadas. A extração de lenha, de minerais e de matéria-prima para confecção de artesanato, a caça, o garimpo também sofreram repressões com a criação do PEPI (ALMEIDA *et al.*, 2012).

Esse contexto de conflitos já é amplamente observado no âmbito das UCs e as comunidades do entorno. O principal meio que tem sido apontado para redução destes conflitos é a gestão participativa e o envolvimento comunitário. O turismo, por meio do ecoturismo, é então, observado como principal objetivo comum entre o PEPI e a comunidade por se conceber como opção econômica e via de desenvolvimento do município e como meio para educação ambiental e preservação do ecossistema protegido, já que o ecoturismo determina *“entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal”* (BRASIL, 2010, p.11)

O turismo foi colocado como principal opção econômica, o que influencia os moldes culturais do Jequitinhonha e de Santo Antônio do Itambé. A atividade turística tem foco central em grande parte das expectativas de alternativa econômica da comunidade, contudo a atividade ocorre de forma pontual, a maior parte dos turistas não visita a cidade, vai exclusivamente ao Parque.

O turismo realizado nas UCs pode então se transformar em uma ferramenta capaz de envolver a comunidade tanto na gestão participativa do PEPI, de forma a reduzir os conflitos de interesses, quanto no planejamento da atividade, como forma de permitir a divisão justa das divisas e benefícios gerados?

Este artigo, por tratar apenas de um recorte dessa situação não poderá responder concretamente a tal pergunta, mas a observação do ocorrido em Santo Antônio do Itambé poderá nortear uma resposta.

Ecoturismo e o Envolvimento Comunitário

A compreensão sobre o fenômeno turístico se dá como consequência do seu entendimento como trocas e encontros entre os sujeitos e deles com o espaço. Tem-se o turismo como uma atividade que se desenvolve no espaço, produzindo-o e reproduzindo-o e, também, promovendo o movimento de pessoas para vários lugares, em busca de consumi-los (RODRIGUES, 1997).

Para Bedim (2008) as forças produtivas que envolvem o turismo não apenas intervêm como recriam modos de organização socioespacial. O turismo, enquanto esfera produtiva diferenciada, *“provoca a coexistência, a (des)integração ou a superposição de distintas formas de relações de produção, engendrando e acentuando desigualdades a partir dos diferenciados ritmos de desenvolvimento”* (BEDIM, 2008, p.28).

A articulação produtiva que define a prestação de serviços diretos ou indiretos ligados ao turismo, agregam-se a processos sociais, costumes, espaços, indivíduos e grupos humanos - os quais possuem ritmos diferenciados de transformação na história, assim como a formação econômico-social que os envolve (BEDIM (2007). O turismo é, em si, um fenômeno social moderno nascido das contradições da própria maquinaria produtiva da modernidade. Assim Bedim (2007) o considera produto do processo histórico moderno, se inserindo entre as inúmeras concepções da modernidade e suas tendências econômicas, políticas, culturais e ambientais a transformar o mundo.

Traz consigo a importância da era moderna na experiência ocidental; signo de um mundo sem fronteiras, porém delimitado em si; a compressão tempo-espaço a produzir contradições ao reduzir as distâncias aparentes entre os homens e os últimos ‘refúgios naturais’ da Terra (BEDIM, 2007).

O turismo pode ser considerado uma atividade essencialmente humana, pois a viagem cria intrínsecas relações do resultado do encontro entre os visitantes e os autóctones. Caracteriza ainda uma prática social, pois oportuniza a união de culturas, trocas de experiências, satisfação de desejos, busca de emoções e formas de aprendizagem diante do novo. Neste sentido, o turismo compõe juntamente com o lazer, a cultura, as atividades artísticas, a melhoria da qualidade de vida e o hedonismo, um “novo estilo de vida” caracterizado por elementos que visam cada vez mais à supremacia do indivíduo (RODRIGUES, 1997, *apud* ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

Deve-se considerar, ainda que inserida em um contexto global urbano, que a cultura ocidental se afastou, devastou, e às vezes até negou, seus ambientes naturais e costumes tradicionais ao se destinar interesse e valor à urbanidade e à tecnologia disseminando padrões globais vemos o surgimento da pós-modernidade. Que aponta a revalorização da cultura rural e de expressões arcaicas, mais simbólicas e de maior proximidade com a natureza. Devemos perceber que o turismo faz uso dessa tendência, já que ele se torna um dos responsáveis por essa reaproximação, podendo ocasionar em resultados positivos ou negativos. E é a partir das UCs que se tem pautado o turismo de natureza no Brasil.

Vale destacar que, inicialmente, a criação de parques nacionais tinha como objetivo principal o desenvolvimento do turismo e de atividades de lazer. Eram instituídos como símbolos da identidade nacional, no intuito de contribuir para a divulgação do país no exterior e para abrigar remanescente do patrimônio florestal nacional (SCALCO, 2009, p.71).

Contudo, devido às características globalizantes e dominadoras do modelo econômico mundial o turismo representa, cada vez mais, acúmulo de divisa e o crescimento econômico. Isso gera como consequência a transformação de expressões culturais e dos espaços em produtos altamente comercializáveis. As Unidades de Conservação, hoje, representam um potencial atrativo para o desenvolvimento do ecoturismo, sobretudo quando se trata das UCs da categoria Parque. Segundo Medeiros *et al.* (2011), a visitação nos Parques do Brasil tem potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano, considerando as estimativas de fluxo de turistas projetadas para o país (cerca de 13,7 milhões de pessoas) até 2016. O ecoturismo é um negócio. É um negócio lucrativo. E de risco, alto risco, sendo conceituado pelo Ministério do Turismo como

(...)um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2010, p.17).

Devemos considerar alguns fatores para compreender porque o turismo em áreas naturais deve estimular o envolvimento comunitário como forma de efetivar seu desenvolvimento e a distribuição de seus benefícios. Como vimos o Brasil tem nortearado o desenvolvimento do turismo de natureza para UCs, todavia estas além de apresentarem conflitos socioambientais com as comunidades de seu entorno, não foram completamente implantadas, muitas não possuem plano de manejo nem finalização da regularização fundiária.

Frente ao quadro de conflitos gerados é fundamental pensar em alternativas que visem compatibilizar as distintas formas de uso e apropriação dos recursos naturais,

por parte dos diferentes grupos sociais envolvidos. No caso da relação entre as comunidades e os Parques o principal uso possível é o turismo. Por isso a importância do envolvimento comunitário com intuito de apropriação do desenvolvimento do ecoturismo na cidade, Para o Ministério do Turismo *“o envolvimento comunitário, principalmente em áreas protegidas, é fundamental para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e o sucesso do desenvolvimento do Ecoturismo”* (BRASIL, 2010, p.71)

Metodologia

Com intuito de alcançar os objetivos propostos, primeiramente foi realizada a pesquisa bibliográfica, presente no embasamento teórico deste trabalho e, posteriormente, o estudo de caso que se enquadra na proposta da pesquisa, de caráter qualitativo.

Na busca da reflexão sobre a possibilidade do ecoturismo induzir o envolvimento comunitário em Santo Antônio do Itambé e ao tentar explicar isso em termos de significado e significância, ou seja, por meio da busca do esclarecimento sobre a natureza do mundo vivido, a fim de compreender as transformações socioespaciais locais. Para isso é imprescindível o conhecimento da vida cotidiana, conforme proposto por Lefebvre (2008).

Dessa forma, o estudo de caso será o método utilizado, já que segundo Dencker (2000, p.127) *“é o estudo profundo e exaustivo de determinados objetos ou situação. Permite o conhecimento em profundidade dos processos sociais”*. Para a construção das considerações acerca do estudo de caso se fez necessário à realização de visitas ao município e observação dos fatos ou fenômenos para obter informações quanto a realidade local. A observação é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sobre determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a *“identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”* (LAKATOS, 1996 *apud* QUARESMAS, 2005).

As imersões ocorreram nos anos de 2009, 2010 e por duas vezes em 2012. Nos dois primeiros anos a ida a cidade foi impulsionada pelo lazer, contudo veio a se fundamentar como o método não formal da pesquisa, proposto por Lefebvre (2008), já que foram estas visitas que impulsionaram a investigação sobre o tema neste local. Diversas percepções surgiram e alguns questionamentos perpassaram pela busca de entendimento quanto à falta de interação percebida entre o PEPI e a comunidade, mesmo com tamanha proximidade física entre eles, a compreensão das possibilidades do desenvolvimento do turismo tanto pelo potencial local quanto pela necessidade de novas fontes de renda a um município de caráter humilde. A demonstração das expectativas locais em torno da atividade turística, obtida pelas conversas informais, demonstraram que mesmo presente no discurso o turismo ainda é incipiente no município, mas desencadeia uma dinâmica própria de influência à transformação socioespacial.

Tornou-se imprescindível identificar as percepções dos atores locais sobre esse processo. Esses dados foram obtidos através das entrevistas, pois elas se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados, dados que a pesquisa bibliográfica e a observação não subsidiavam. Foi feito uso do método de entrevista com alguns tópicos de história de vida.

As entrevistas semiestruturadas, segundo Quaresma (2005), é muito utilizada quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo, assim, um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

As entrevistas foram aplicadas em dois momentos do ano de 2012 não foram embasadas em dados amostrais por ser uma pesquisa de cunho qualitativo. Sobre esse aspecto Valles (1997 *apud* MURTA, 2009, p.56) afirma que *“as técnicas quantitativas fixam a priori o desenho amostral da pesquisa, enquanto na realidade qualitativa o investigador esta impedido de determinar previamente o numero de entrevistas necessárias à sua investigação”*.

Não possuindo um cálculo amostral nem determinando um número de sujeitos, é feito uso de duas técnicas para fechar o número de entrevistas. Para o contato com os sujeitos a serem entrevistados, se fez uso da técnica “bola de neve”, seguindo a sugestão de Murta (2009), embasada por Godoi e de Mattos (2006), segundo a qual

O acesso aos entrevistados deve organizar-se através de uma técnica, denominada “bola de neve” pelas redes sociais naturais. A captura pelos sujeitos participantes da amostra se dá por meio de amigos, parentes, contatos pessoais e conhecidos. Visando evitar uma ruptura entre os momentos da vida cotidiana e a elaboração dos discursos na entrevista (GODOI; DE MATTOS, 2006 *apud* MURTA, 2009, p.56).

Para que o resultado das entrevistas permitisse a conquista do objetivo proposto, de refletir sobre o turismo como indutor do envolvimento comunitário de Santo Antônio do Itambé, foi delimitado na técnica bola de neve grupos de sujeitos relevantes à temática. Portanto os atores locais (sujeitos reconhecidos pela comunidade como relevantes no município, sujeitos engajados no desenvolvimento da atividade turística e aqueles que porventura não entram na “bola de neve”), os órgãos públicos locais (escola, prefeitura – secretária de turismo e meio ambiente, de educação e associação municipal dos produtores rurais), os sujeitos do PEPI (gerente e funcionários) e os sujeitos diretamente atingidos por ele (reassentados).

Em março de 2012 foram realizadas 12 entrevistas. A relação dos entrevistados por grupos de sujeitos entrevistados, anteriormente definido, se vê na Figura 2.

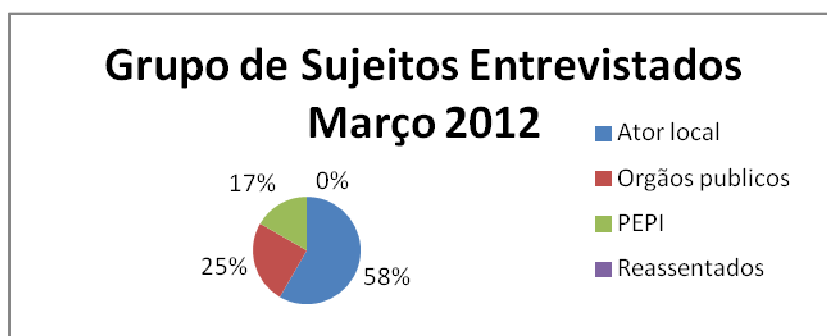


Figura 2: Gráfico da porcentagem de entrevistas - março de 2012 - por grupo de sujeitos.

Figure 2: Graph of the percentage of interviews - march 2012 - by subject group.

Fonte: elaboração própria (2012). **Source:** Authors (2012).

No segundo momento foram realizadas 19 entrevistas, todavia não feito uso da fala de todos na análise do trabalho, para evitar a repetição, mas também dar ênfase aos discursos que melhor podem contribuir. Vale atentar que todas as representações se fazem presente por contribuírem para a realização desta reflexão. A relação de entrevistados por grupo de sujeitos está apresentada na Figura 3.



Figura 3: Gráfico da porcentagem de entrevistas realizadas em novembro de 2012 por grupo de sujeitos.

Figure 3: Graph of the percentage of interviews conducted in November 2012 by a group of subjects.

Fonte: elaboração própria (2012). **Source:** Authors (2012).

Por meio da entrevista foram alcançados dados de duas naturezas. Um deles é chamado de objetivo ou concreto (dados que podem ser obtidos através de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis e outros) de referência aos fatos de transformação espacial originada pelo PEPI, como as datas de criação, o número de famílias afetadas e os impactos sociais gerados. O outro, denominado de subjetivo, inclui dados que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. São informações ao nível mais profundo da realidade e que só podem ser

conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos (MINAYO, 1993).

Como última etapa da pesquisa o estudo das informações recolhidas por meio da observação e dos resultados das entrevistas propostas permitiu a realização da reflexão indicada no objetivo deste trabalho. Oferecendo como resultado o entendimento sobre a indução do envolvimento comunitário a partir da criação de um Parque, bem como o desenrolar dessa influência e as perspectivas de futuro dessa comunidade, à luz da percepção local.

Ecoturismo e suas consequências para envolvimento comunitário em Santo Antônio do Itambé

A iniciativa de criação do PEPI partiu do então prefeito de Santo Antônio do Itambé, Antônio Augusto Gonçalves Neto e por isso, inicialmente, o projeto possuiu apoio da comunidade local. Foi ele quem mobilizou as prefeituras de Serro Azul de Minas e Serro para aderirem à ideia, mas manteve as principais infraestruturas do PEPI para o seu município, facilitando a visibilidade turística da cidade do Itambé, com a instalação da sede e da portaria principal do parque.

O prefeito conquistou a comunidade com a promessa da indução do turismo como alternativa de renda e de resolução rápida das questões fundiárias para legalização das terras do PEPI. E deve-se considerar que a iniciativa teve cunho governamental muito voltado para o recolhimento e repasses de recursos.

O ICMS Ecológico passou a ser um instrumento para beneficiar os municípios que priorizam saneamento básico e as Unidades de Conservação. Com relação ao subcritério Unidades de Conservação, o Governo compensa os municípios que abrigam em seu território, UC federais, estaduais, municipais e particulares, após cadastramento junto ao IEF e mediante aprovação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM (STCP, 2004).

O repasse do ICMS Ecológico, leva em consideração o percentual da área do município ocupada pela UC, sendo mais bem remunerado pelas áreas que possuem maiores restrições de uso, em função da necessidade de sua proteção ambiental. Este instrumento acaba sendo um grande incentivador para os municípios mineiros buscarem a criação de Unidades de Conservação.

Contudo, não foi necessário muito tempo para que as consequências do PEPI atingissem a comunidade mais negativa do que positivamente. Sua criação levou para Santo Antônio do Itambé a efetivação da legislação e fiscalização ambiental o que representou, praticamente, a extinção de suas principais atividades econômicas: exploração de mata nativa para produção e venda de carvão e a extração de areia, principal suporte para a construção civil no município, foram diretamente afetadas. A extração de lenha, de minerais e de matéria-prima para confecção de artesanato, a caça, o garimpo também sofreram repressões com a criação do PEPI (ALMEIDA *et al.*, 2012).

Apresento abaixo dois discursos, resultado das perguntas que abordaram a criação do PEPI e as impressões locais.

O ano não sei, mais ou menos, 2005, 2002, aproximadamente. Eu não guardo data. A maioria encarou péssimo né. Por quê? Porque se caçava, se destruía né. Os animais, as matas. Com a entrada do parque a área preservada não pode ser violada (Ator local - poder público).

Aconteceu... que muitos já pegou e “ah porque esse parque, o pessoal, só vem pra fazer a gente passa fome, não deixa a gente roçar, que não deixa garimpa, que não deixa fazer nem aquilo.” Né, pegou achar ruim. Mas agora eles já tão concordando, já tá vendo, assim, o trabalho que a gente tá fazendo tá sendo valorizado, entendeu? Tá valendo a pena a gente fazer o trabalho. Eu mesmo gosto de fazer (Ator local – reassentado e funcionário do PEPI).

A cidade recebeu o projeto pioneiro do IEF de regularização fundiária e reassentamento para UCs, que teve início em 2007. Segundo Lara (2009), para a implantação do parque, 27 famílias que residiam no interior da área tiveram que ser removidas e indenizadas, houve surgimento de conflitos devido a natural resistência dos moradores, por causa de seus modos tradicionais rurais, em deixar a terra em que nasceram e de onde extraíam o sustento.

Na negociação, parte das famílias foi indenizada, os demais moradores estão sendo reassentados em uma fazenda adquirida pelo IEF nas redondezas. Mas o processo de regularização ainda não foi concluído e mantêm diversos transtornos às famílias diretamente atingidas. As casas construídas foram padronizadas e não levaram em conta as características de cada família, algumas ainda não possuem água e ainda não foram entregues (ALMEIDA *et al.*, 2012).

Atentamos para o fato de que o município ainda não apresenta uma infraestrutura adequada para a efetivação da atividade turística. Mas, o seu relevante potencial deve ser lembrado, ao considerar o acréscimo da busca e deslocamento urbano para espaços de natureza abundante, quanto pelo resgate e manutenção cultural, interação e conservação ambiental. Nesse cenário é observado que a comunidade cria expectativas de crescimento para a cidade por meio do turismo, mas não é capaz de realizar de fato, ações que concretizem suas vontades e expectativas, devido as imposições burocráticas e financeiras. Abaixo é destacado uma passagem retirada das entrevistas que trata desta consideração.

Itambé eu vejo o seguinte. Itambé é uma cidadezinha como é... Várias cidadezinhas de Minas Gerais, porém com potencial turístico muito grande. Potencial ecológico muito grande. E. o Itambé a....16 anos atrás começou a mudar aqui muito. Começou a crescer economicamente falando. O comércio deu uma melhorada. Só que é... eu acredito que é...de uns anos pra cá deu um declíniozinho, retrocedeu um pouco. Então a cidade hoje acho que ela tá muito a desejar em questão de estrutura.

Falando no turismo então a cidade tá aí sem bases descentes. Sem estrutura nenhuma pra receber o turista hoje. Nós temos um potencial turístico muito grande que são várias cachoeiras. Tem hoje o Parque Pico do Itambé que tá em implantação, tá em fase de implantação, mas vai ser. Com fé em Deus. É um dos grandes atrativos nossos aqui. (...) Eu acredito que aqui a gente tem mais potencial que a maioria das cidades. São várias cachoeiras, o acesso é fácil né. O que eu acho que nós precisamos aqui hoje é trabalhar mais nossos recursos humanos aqui. Trabalhar mais o pessoal para receber o turista e tirar proveito disso (Ator local – produtor rural).

Contudo, mesmo havendo imparcialidade para resolução do conflito da regularização fundiária é possível perceber que, em sua maioria, a população de Santo Antônio do Itambé reconhece os benefícios da criação do PEPI, tanto os que tangem as melhorias ambientais, quanto às expectativas sobre o turismo, que é baseado nas suas atrações naturais, como rios, cachoeiras, PEPI e o Pico do Itambé. Foram selecionadas duas falas que apresentam isso.

Diminuiu bastante fogos. Tinha épocas aí que era muito fogo...muito incêndio. Já diminuiu bastante. Você vê que a vegetação já tá diferente...porque o parque já tá...já tão fechando o parque, então já tá dando controle. E mais fiscalização no entorno então já tem sim muita melhoria (Ator local - professora).

Hoje o povo já entende que não pode. Então já melhorou muito essa parte do Parque Estadual. E eu penso assim que futuramente que o povo vai entender muito melhor. Porque trouxe oportunidade né...assim funcionários...pessoas que tem esclarecimento que entendem né e fizeram cursos e que podem explicar pra gente. Pra população. O valor do parque. Então hoje eu acho que o povo já entende. Tá se educando mais e já entende que não pode depredar as coisas da natureza. Então eu vejo uma coisa muito boa ter criado o parque do Itambé (Ator local – idosa).

Mas, mesmo com esse reconhecimento, ainda são incipientes as ações conjuntas para conquista de objetivos comuns. Sobre essa falta de envolvimento trago as passagens abaixo

O parque é o seguinte, ele faz parte assim, principalmente da cidade, e outra, tanto o Parque precisa da comunidade, como o pessoal precisa do Parque. Porque o Parque é uma vida nova, é uma área, principalmente a água, a comunidade igual Santo Antônio do Itambé, que as água toda nasce do Parque. Todo mundo serve, o pessoal serve na rua e com a água do parque, de dentro do parque. Só que tem muitas coisas que precisa de fazer no parque pra ajudar né e a comunidade é assim meia parada, muitas horas não dá, assim, valor muito pra ajudar o parque ter uma coisa melhor (Ator local - PEPI).

Hoje, há 14 anos da criação do Parque Estadual do Pico do Itambé, é possível perceber certa esperança nos discursos coletados, e parte aqui apresentados, os quais muitas vezes estão associados ao relato do estranhamento, causado pela criação do PEPI. Há, entretanto, o reconhecimento de alguns benefícios gerados pela sua criação, como a regularização fundiária, a contratação de mão-de-obra local e as expectativas geradas pelo turismo.

A perspectiva criada pelo PEPI em Santo Antônio do Itambé inclui as influências regionais que o atingem, as expectativas geradas por essas influências à comunidade local e pela dificuldade de se aplicar ações concretas para efetivá-las. O passo mais importante, para que Santo Antônio do Itambé consiga se beneficiar do turismo, é que ele cresça junto com o PEPI e a partir de sua comunidade local. Para isso, é preciso que os sujeitos se mobilizem e que hajam efetivamente para conquistarem o pertencimento ao processo turístico e à nova função que espaço tem assumido.

Considerações finais

A introdução do turismo como elemento chave para o desenvolvimento da economia local surge motivada por alguns fatores. O principal deles, por ser o que exerceu influência direta no município, foi a criação do Parque, conforme mostrado anteriormente. Mas também se deve considerar que a atividade turística está sendo incentivada em todo entorno de Santo Antônio do Itambé. Cidades como Diamantina e Serro já possuem visibilidade não só no cenário do turismo mineiro, como no nacional. Santo Antônio do Itambé está inserida no Circuito dos Diamantes e na área de influência da Estrada Real, os moradores começam utilizar da atividade turística como fonte de renda e de expectativas de melhora na qualidade de vida, outros passaram a trabalhar no próprio PEPI.

A estruturação do PEPI o transforma em um atrativo relevante para alavancar o turismo em Santo Antônio do Itambé, mas a cidade e sua comunidade precisam acompanhar e participar dessa estruturação para que se engajem e se apropriem integralmente, se tornando responsáveis por todo processo de desenvolvimento do turismo.

Dessa forma, o turismo pode sim, ser um elemento capaz de induzir o envolvimento comunitário em prol do planejamento participativo da atividade e a distribuição de seus benefícios. Contudo deve-se atentar para a ineficiência na participação dos principais meios coletivos para o planejamento e gestão do PEPI e turismo no município. O conselho consultivo do PEPI e o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR são as principais formas de aproximação da comunidade com as decisões de planejamento dos mesmos e apresentam baixa efetividade. Todavia, a participação da comunidade, como um todo, ainda é incipiente, bem como uma integração entre o planejamento municipal e do PEPI, logo não houve a construção de objetivos comuns e aplicação de planejamentos participativos efetivos.

O turismo é o elemento potencial para o crescimento econômico e social e para promover o envolvimento comunitário de Santo Antônio do Itambé, mas devemos re-

lembrar do caráter excludente e seletivo dessa atividade, portanto, se não houver a apropriação local dessa oportunidade, a cidade corre risco de se tornar mais um refúgio natural construído por investimentos externos.

No caso de Santo Antônio do Itambé a carência está na educação, na capacitação profissional, na falta de orientações para associativismo e no incentivo a participação popular para organização comunitária. Estes seriam meios de auxiliar a comunidade a assumir uma postura ativa na tomada de decisão e apropriação da sua realidade local. A fala a seguir sintetiza e introduz a reflexão do vir-a-ser do município.

Eu gosto demais da minha terra que é aqui Santo Antônio do Itambé. Nasci lá praticamente no pé do pico. Onde tem muita água...muita planta né. Então no meu tempo de criança eu olhava pra Serra do Itambé nem sabia o que que era aquilo né. Via aquela serra e não significava nada. Mas hoje eu acho que significa tudo né...é um ponto assim turístico. É o motivo que traz muitas pessoas de fora. A gente já sabe o significado dele mesmo...pra natureza... mesmo pra assim pra ecologia né. Porque é o motivo das pessoas entenderem o significado das plantas e tudo que fica envolta dele. Até porque foi criado o parque estadual. Aí tem a chefe lá do IEF que esclarece. Faz palestra. Leva as crianças lá. Aí o povo já vai entendendo o valor né. As crianças que antigamente já todo pássaro que via ia matar né...hoje eles já tão entendendo que não pode fazer isso. Não pode queimar né. Antigamente o povo queimava demais. O povo plantava bastante aqui no município, mas era tudo assim aquela agricultura ainda atrasada né. Porque o povo queimava, era tudo...não tinha. Hoje o povo já entende né porque tem uma coisa pra frear um pouco. Explicar o que não pode né. Acho muito importante né. Acho que é o motivo também né, o que nos temos. As belezas naturais que a gente tem, tem o pico as cachoeiras. São motivos pra atrair assim as pessoas os visitantes. E acho que essa parte de turismo vai melhor muito também (Ator local – professora aposentada).

O vir-a-ser de Santo Antônio do Itambé deve passar pela concepção de mecanismos de mobilização e de participação, que podem conferir a conquista de uma autogestão comunitária, tanto do turismo quanto econômica e social. Porém, para isso é necessário criar condições de capacitação dos sujeitos, para que possam estar mais preparados para participação, de fato, nas discussões. O devir de Santo Antônio do Itambé caminha para a destinação turística da cidade, contudo esse caminho deve ser construído coletivamente, por todos os atores produtores desse espaço, visto o potencial que o turismo representa.

Cabe ressaltar a afirmação de Rudolf Steiner - fundador da Antroposofia, da Pedagogia Waldorf, dentre outros - "A natureza faz do homem um ser natural. A sociedade faz dele um ser social. Somente o homem é capaz de fazer de si um ser livre". Acredita-se então que se deve incentivar o engajamento das comunidades envolvidas com o propósito da preservação ambiental. Dessa forma chama-se atenção para a

necessidade do incentivo a autonomia, liderança, a pro-atividade da comunidade. A conquista do homem livre pode ser garantida pelo caminho do reconhecimento e pertencimento ao lugar, seus significados e significâncias, como forma de buscar um futuro desejado pelos e para os itambeanos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, F.B.; BULHÕES, T.G.; SILVA, K.F. Turismo no espaço rural: um olhar sobre a comunidade Santo Antônio do Itambé (MG). **Anais** do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Re-vista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.4, nov-2012, p.823.

AUDIBERT, E.A. **Preservar com ou sem presença humana?** – A problemática ambiental no contexto de áreas protegidas. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de UFRGS, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BEDIM, B.P. O espaço capitalista da natureza e seu (contra)uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas: um ensaio teórico. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 7, núm. 3, 2007, pp. 75-89. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115416285008.pdf>. Acesso em: 26/10/2012.

BEDIM, B.P. **O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG) [manuscrito]**: simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital” / Bruno Pereira Bedim. – 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7MDM8U/bruno_bedim_mestrado_ufmg_turismo_ibitipoca.pdf?sequence=1> Acesso em: 26/06/2013.

BULHÕES, T.G. Transformações Socioespaciais e Ruralidade no Entorno de Unidades De Conservação: um olhar para Santo Antônio do Itambé/MG. **Monografia**, Instituto de Geociências - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CHIZZOTTI, A. A Pesquisa Qualitativa nas Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. Portugal: **Revista Portuguesa de Educação**. Ano/vol 16, num 002, 2003. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37416210.pdf>. P. 221 – 236.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. **Anais** do V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo- Anptur, 2008. Belo Horizonte, MG.

GONÇALVES, R.N. (sup.). **Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha:** diretrizes gerais para a ordenação territorial. Salvador: Ministério do planejamento e orçamento e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1997.

GONTIJO, B.M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. In: Megadiversidade - Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação. Belo Horizonte: **Conservation International**, vol. 4, n. 12, 2008, p. 7-16.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=31#topo_piramide. Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

LARA, M. **Acordo preserva natureza do Parque Estadual do Pico do Itambé. Belo Horizonte:** Estado de Minas, 19 de julho de 2009. Disponível em: http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2009/07/19/em_noticia_interna.id_sessao=2&id_noticia=119288/em_noticia_interna.shtml

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MONTEIRO, F.T. **Parque Nacional das Sempre-vivas (MG):** travessias e contradições ambientais. UFMG: Belo Horizonte, 2011.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico:** pesquisa qualitativa em saúde. 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MURTA, I.B. “**A gente é dono e não é**”: representações sociais em torno da atividade turística e do processo de patrimonialização em São Bartolomeu (MG). Belo Horizonte: UFMG, 2009.

QUARESMA, V.B.; JUREMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: www.emtese.ufsc.br. Acesso em: 07/02/2011.

SCALCO, R.F. Desafios, Paradoxos e Complexidade na Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto/MG. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé.** Encarte 2 - análise da região da unidade de conservação - SDS-02/02 - Diamantina 2004b.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **Plano de manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé:** encarte 2 - análise da região da unidade de conservação sds-01/02 - revisão final. Curitiba, 2004.

ZAMIGNAN, G.; SAMPAIO, C.A.C. Turismo de Base Comunitária como Perspectiva para a Preservação da biodiversidade e de Modos de vidas de comunidades tradicionais: a Experiência da micro-bacia do rio sagrado, Morretes (pr). **Anais** do V Encontro Nacional da Anppas, Florianópolis: 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT1-142-147-20100809214216.pdf>. Acesso em: 27/08/2012.

Tainá Gonçalves Bulhões: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: taina_gbulhoes@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6772228461686706>

Nauê Gonçalves Bulhões: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil.

Email: nauegb@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7010523049833393>

Bernardo Machado Gontijo: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: gontijobm@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0882015654292509>

Data de submissão: 28 de junho de 2013

Data de recebimento de correções: 28 de junho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

O cicloturismo como fator de desenvolvimento da atividade turística nas cidades de Araguaína e Nova Olinda (TO)

The Bicycle Touring as a factor of development of touristic activities in the cities of Araguaína and Nova Olinda (TO, Brazil)

Thiago Junior Lima Carvalho, Jônatas Leite Ramos, Elisabeth Sydow

RESUMO

O cicloturismo é uma modalidade do ecoturismo que está ganhando cada vez mais adeptos no país, por ser uma atividade de baixo impacto ambiental, já que é realizado com bicicletas. O objetivo do trabalho consiste em propor a implementação de roteiros de cicloturismo para contribuir para o desenvolvimento da atividade turística na região. A metodologia de pesquisa aplicada foi dividida em duas partes, sendo a primeira um levantamento bibliográfico sobre o tema em livros, revistas, *internet*, artigos, monografias, manuais e normas técnicas da ABNT. A segunda foi uma visita de campo para identificar as condições das estradas, as potencialidades e a infraestrutura turística da região. Os resultados comprovaram a viabilidade dos roteiros. No entanto, os destinos finais ainda possuem infraestrutura insuficiente para receberem turistas, mas a consolidação dos potenciais roteiros poderá vir a sanar a maioria das deficiências encontradas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Cicloturismo; Roteiros; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The Bicycle touring is a segment of ecotourism that is gaining more and more followers in the country, for being a low-impact activity. The aim of the paper is to propose the implementation of roadmaps to practice bicycle touring to develop tourism in the region. The methodology employed was divided into two parts. The first part was a reading on the subject in books, magazines, internet, articles, monographs, manuals and technical standards of ABNT. And the second part was a technical visit to identify road conditions, potential tourist and infrastructure of the region. The results proved the feasibility of the routes, however the final destinations still have insufficient infrastructure to receive tourists. But the consolidation of the roadmaps is essential to improve the weaknesses and improve the quality of life of local people.

KEYWORDS: Ecotourism; Bicycle Touring; Roadmaps; Local Development.

Introdução

O homem, desde seus primórdios, por motivos diversos, sentia necessidade de sair do seu local de origem para explorar outras regiões e descobrir novos caminhos. Por isso, o deslocamento sempre fez parte do cotidiano das pessoas bem como, para vários autores, ele é considerado como ponto inicial da atividade turística, que ajuda a incrementar a economia de diversas localidades.

Fatores aliados ao crescimento das cidades, aumento da renda e do tempo livre atuam como base de solidificação das atividades turísticas, principalmente aquelas realizadas em contado com a natureza. Entre as diversas modalidades do turismo, a que se encontra em maior expansão é o ecoturismo que é um dos segmentos da atividade turística que utiliza de maneira sustentável o patrimônio natural e cultural. Além disso, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambiental, valorizando o espaço e consequentemente a comunidade local. O aumento do trânsito, do sedentarismo e da poluição aumentou a busca por uma qualidade de vida e a relação do homem com a natureza. É por isso que os profissionais de turismo estão cada vez mais preocupados com o impacto ambiental que a atividade turística pode trazer. É neste contexto que a bicicleta surge como uma solução eficiente, especialmente para o turismo sustentável.

O cicloturismo é um segmento do turismo que movimenta outras cinco modalidades: o turismo rural, o ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e gastronômico. Também é uma atividade do turismo de lazer que permite o exercício físico, contato com a natureza e a experiência de conhecer detalhes de lugares que seriam imperceptíveis em outros meios de transporte. O desenvolvimento de roteiros de cicloturismo pode atuar como vetor de diversificação da economia regional, geração de emprego, valorização da herança cultural, conservação do patrimônio (histórico, ambiental e cultural), divulgação da cidade e incentivo para a permanência de turistas mesmo em baixa temporada. Podem, ainda, criar na comunidade e nos visitantes a conscientização sobre a importância da preservação ambiental, partindo do princípio “conhecer para preservar” e, também, agir como meio de fixação da população rural, evitando o processo do êxodo.

Para Cavallari (2012, p.133):

Hoje, o cicloturismo representa muito mais do que apenas uma forma eficiente e econômica de viagem. Em meio à crise climática, aos questionamentos éticos e econômicos sobre nosso atual estilo de vida, nossos métodos de produção e hábitos de consumo, diante da busca constante e mais responsável por melhor qualidade de vida, novamente a bicicleta, através do cicloturismo, apresenta seu discurso revolucionário e libertário.

Desenvolvimento do Turismo

Para Ignarra (2003) a expansão do turismo está ligada a vários fenômenos da globalização. A evolução dos meios de transporte, especialmente o ferroviário, facilitou a locomoção do homem marcando o início das infraestruturas turísticas, tornando-a uma atividade altamente lucrativa.

O turismo é um importante impulsionador de geração de renda para as pessoas. As localidades que descobrem e trabalham seu potencial turístico são automaticamente beneficiadas em diversas áreas.

A atividade turística é entendida como um fator importante para qualquer economia local, regional ou nacional, pois o movimento constante de novas pessoas aumenta o consumo, incrementa as necessidades de maior produção de bens, serviços e empregos e, conseqüentemente, a geração de maiores lucros, que levam o aumento de riquezas pela produção da terra, pela utilização de equipamentos de hospedagem e transporte e pelo consumo ou aquisição de objetos diversos, de alimentação e de prestação dos mais variados serviços (ALEXANDRE, 2003, p.6).

Segundo o Plano Aquarela 2020 (2009), a renda total gerada pelo turismo internacional em 2008 alcançou US\$1,1 trilhão e respondeu por 30% de todas as exportações de serviços do mundo. No Brasil a renda foi em torno de 5,8 bilhões. A marca recorde de 197 milhões de viagens internas em 2012, divulgadas pelo Ministério do Turismo, apenas demonstra o crescimento do turismo interno.

A ascensão do setor turístico, assim como sua expansão econômica no cenário global, levou a necessidade de estudar, planejar e desenvolvê-lo como fonte econômica mundial. O turismo integra diversas áreas, de forma direta ou indireta, necessitando de parcerias para o sucesso da atividade. Essas parcerias ajudam a consolidar os atrativos turísticos. Para Melgar (2001), são elas que incentivam o deslocamento das pessoas para ver, fazer, sentir ou desfrutar de sua existência. Mas antes de consolidar um atrativo é preciso identificar o seu potencial e criar metas para preservar seus bens naturais e culturais, pois o desenvolvimento turístico sem planejamento pode trazer impactos negativos.

Para Alexandre (2003), o turismo precisa ser planejado para que as necessidades e potencialidades sejam gerenciadas e transformadas em estratégias que levem à inclusão do patrimônio natural, histórico e cultural no circuito econômico, evitando seu uso predatório. Por isso, o turismo deve se desenvolver de forma sustentável, conciliando a atividade com a conservação ambiental.

Beni (2004) afirma que a melhor maneira de estudar turismo é através de segmentação, que é a decomposição da população em grupos homogêneos e traz enormes vantagens competitivas para as empresas do mercado.

Segundo Ignarra (2003) um mercado composto por milhões de consumidores precisa se segmentar para compreender de forma mais rápida sua estrutura e suas necessidades. A segmentação se torna um recurso eficaz para planejar, estudar e satisfazer demandas diversas. Para o Ministério do Turismo (2008) “a segmentação é uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado”. Ainda segundo o autor, a segmentação do turismo não é excludente nem estática. Assim como as viagens podem ter mais de um motivo caracterizados em segmentos diferentes, um local pode ter potencialidade para mais de um segmento. Um destino que se especializa em apenas em um tipo de segmento está enfraquecendo seu mercado, perdendo divisas importantes trazidas por outros tipos de turistas.

Para Poon (2007, *apud* NETTO *et al.*, 2009) a atividade turística está ficando mais flexível, segmentada, diagonalmente integrada e ambientalmente sensata. Em um planeta onde se prega constantemente um desenvolvimento econômico sustentável, a segmentação do turismo ecológico vem se transformando em um mediador da harmonização do homem com a natureza, com destaque para o Ecoturismo, um segmento amplo que possui diversas modalidades.

Ecoturismo

Segundo Bueno *et al.* (2011) no início do século XX, as teorias Fordistas, além de modificarem a indústria, modificaram também as atividades turísticas. Estas ganharam características mais padronizadas, quando começaram a comercializar pacotes turísticos que ofertavam serviços como alimentação, transporte e recreação, produzindo o modelo caracterizado como turismo de massa. O turismo de massa acabou causando desastres ambientais durante a década de 1960, comprometendo as belezas naturais de diversas regiões.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, define o modelo de desenvolvimento sustentável como um “desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Segundo Ceballos-Lascurián (1993, *apud* MEDINA (2007), o turismo se destaca neste contexto por gerar riqueza através do uso dos recursos naturais aliados às premissas da sustentabilidade. Então, no confronto dos dois modelos citados, o turismo sustentável se destaca como solução para os problemas ambientais enfrentados atualmente.

Os movimentos ambientalistas fizeram o turismo passar por um processo de mudança cultural, tornando-se mais conservacionista. Eventos como a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a Rio 92 ampliaram os debates sobre o desenvolvimento sustentável, fazendo com que os gestores aprendessem a conciliar a promoção de um destino turístico com a conservação.

Segundo Fonseca (2009), a promoção de um atrativo serve para atrair e ampli-

ar o fluxo de turistas, já a conservação serve para controlar esse fluxo, visando a preservação do meio ambiente sem atrapalhar o desenvolvimento da comunidade local, incentivando suas tradições e manifestações culturais, transformando-as em atrativos para os turistas.

Foi para ajudar a atividade turística nesse processo de preservação que surgiu um novo segmento no setor: o Ecoturismo. As primeiras manifestações de práticas ecoturísticas foram motivadas por uma procura de mudança na qualidade de vida, fuga do estresse e da agitação dos grandes centros urbanos. Bueno et al. (2011), considera o Ecoturismo como uma modalidade do Turismo que busca a conservação ambiental. Segundo definição do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR:

O Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente - PNUMA (*apud* BUENO, *et al.*, 2011), o Ecoturismo define-se pelo contado com a natureza, provocando em seu participante um comprometimento com conservação e preservação, baseados no tripé da sustentabilidade, conservação e interpretação. Para o Ministério do Turismo, o Ecoturismo é uma importante ferramenta de conservação da natureza e assume um papel de difusor das informações ambientais, principalmente através da ligação entre preservação e geração de renda, incomum em outras atividades econômicas, gerando assim uma corrente educacional preservacionista demonstrando-se eficiente na solução de problemas conhecidos e não solucionados por outras atividades.

De acordo com Mendonça e Neiman (2005) para conservar a natureza é necessário ir além da criação de normas técnicas e leis. É preciso trabalhar as pessoas, despertando sua consciência ecológica e incentivando sua relação com o ambiente natural. A educação ambiental nas visitas à natureza é a base inicial para a formação de uma sociedade sustentável e deve, além do desenvolvimento com a comunidade local, trazer uma experiência que possa enriquecer e conscientizar. Neiman (2008) afirma que o processo de educação ambiental, aliando teoria à prática, vem como uma tentativa de resgatar valores, trazendo uma nova relação entre o homem e a natureza. Ainda para o autor, o ecoturismo, no Brasil, é antagônico, pois para os especialistas ele é “a melhor alternativa para conciliar conservação, Educação Ambiental e benefícios às comunidades receptivas”, mas são raros os roteiros que se apoiam nesse tripé, predominando o “quanto mais, melhor”.

O Ecoturismo tem se mostrado um importante campo de atuação no desenvolvimento da educação ambiental, fundamentada na própria Política Nacional do Turismo, que a define como base para promoção entre a comunidade e os turistas. A visita a lugares onde a natureza demonstra sua pujança pode ser direcionada a mudanças

nas percepções conservacionistas. O afeto com a natureza e com a cultura local possibilita o desenvolvimento de uma visão lúdica de apropriação, ampliando sua interpretação sobre o meio ambiente. Porém, é necessário que os moradores percebam a importância da conservação, pois uma sociedade consciente do seu papel e sua relação com o meio ambiente torna-se mais preparada para cobrar dos turistas o mesmo respeito dado pela comunidade.

A atividade ecoturística pode proporcionar novas oportunidades de trabalho e renda para a população local através da interação entre os turistas e a comunidade, agregando valor ao produto turístico sem esquecer a importância da associação entre os poderes públicos, privado e a comunidade para o desenvolvimento do ecoturismo. A inclusão da comunidade, seja como forma de desenvolver o produto turístico ou como forma de aumentar os atores na tomada de decisões, criam resoluções democráticas que geram apoio para a proteção ambiental. É nesse contexto que há uma ligação entre o turismo convencional e o turismo de base comunitária, que tem como meta a inclusão da comunidade como tomadora de decisões sobre a atividade turística. Surge então um novo modelo que engloba as duas premissas, chamado de “ecoturismo de base comunitária”.

Algumas pessoas confundem o Ecoturismo com o Turismo de Aventura. O Turismo de Aventura é uma modalidade que engloba atividades esportivas de caráter recreativo, que podem ocorrer em diversos espaços (natural, construído, urbano, rural). Já o Ecoturismo é mais abrangente e pressupõe atividades em espaços exclusivamente naturais, que promovem a reflexão e integração entre o homem e ambiente. Entre essas atividades se destaca o Cicloturismo. Para Bueno, *et al.* (2011), o Cicloturismo é considerada uma modalidade do Ecoturismo, pois é um lazer que se compromete com a conservação de áreas naturais e incentiva um relacionamento com as comunidades visitadas.

Cicloturismo

Segundo Roldan (2000) os primeiros relatos sobre o surgimento da bicicleta ocorreram em 1817 quando o Barão alemão Karl Drais Von Samerbroon (1785-1851) desenvolveu um veículo de duas rodas feito completamente de madeira, que o ajudaria a passear mais rápido pelos jardins reais. O veículo era impulsionado empurrando os pés contra o chão, causando certo desconforto nos pés. Os pedais apareceram pela primeira vez em 1865 na França, na invenção conhecida como “velocípede”. Eles eram incorporados na roda dianteira. Cavallari (2012, p. 133) cita que o velocípede “*logo se transformou em um veículo de transporte, eficiente e econômico, para a crescente classe trabalhadora urbana na Inglaterra, da época da Revolução Industrial*”.

Roldan (2000) afirma que a primeira máquina a ser chamada de bicicleta (termo que significa duas rodas) surgiu em 1870. Com o avanço da metalurgia, que passou a fornecer metais resistentes para a fabricação de peças mais compactas e leves, a bicicleta deixou de ser feita em madeira. A roda dianteira do novo modelo era maior que a roda traseira, pois os construtores descobriram que quanto maior fosse

essa roda, maior era a distância percorrida com um giro dos pedais. Porém, o principal problema deste modelo era o centro de gravidade na dianteira, que facilitava o giro em torno do seu eixo, fazendo com que seu condutor caísse de cabeça no chão. Para minimizar os acidentes, foram desenvolvidas bicicletas com roda traseira grande e roda pequena na frente, impedindo o giro em torno do eixo. A roda com *pneu* foi introduzida pelo veterinário irlandês Dunlop, substituindo as rodas de metais e madeira, deixando as pedaladas mais confortáveis.

Segundo Cavallari (2012) com a melhoria dos métodos de fabricação, as bicicletas foram ficando cada vez mais baratas e populares. Tanto que em 1878 foi fundado na Inglaterra o *Bicycle Touring Club*, mais tarde rebatizado de *Cyclist's Touring Club* (CTC). Essa entidade inspirou o patrono do ciclismo francês Paul de Vivie (1953-1930) a iniciar em 1881, o que viria a se tornar mais tarde a *Fédération Française de Cyclotourisme* (Federação Francesa de Cicloturismo), criando assim o termo cicloturismo, que mais tarde foi adotado em boa parte do mundo.

A possibilidade de usar a bicicleta como meio de transporte em viagens, provocou a união entre o turismo e o ciclismo. Para Roldan (2000) a atividade une o prazer da realização de uma viagem com a paixão pelo ciclismo.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (2007) define o cicloturismo como uma atividade turística que tem como elemento principal a realização de roteiros de bicicleta.

Segundo Roldan (2000, p.24)

[...] entendemos o cicloturismo como todo o tipo de viagem com um dia ou mais de duração, que tenha como objetivo conhecer lugares e praticar turismo, utilizando a bicicleta como meio de locomoção, diferenciando de outras atividades competitivas por suas maiores dimensões espaciais cronológicas e seu planejamento prévio.

Já para Schetino (*apud* FONSECA, 2009) além de ter a bicicleta como principal meio de transporte, o cicloturismo se diferencia do turismo esportivo porque o segundo tem como foco o esporte e o turismo permanece em segundo plano.

Segundo o Manual de Incentivo e Orientação para Municípios Brasileiros: Circuitos de Cicloturismo, desenvolvido pela Associação dos Ciclousuários de Florianópolis (ViaCiclo), o cicloturismo é um segmento do turismo que movimenta outras cinco modalidades: o turismo rural, o ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e gastronômico. E que todos os municípios brasileiros têm potencial para atender pelo menos duas destas modalidades.

Para Cavallari (2012) cicloturismo não exige uso de grandes equipamentos e necessita da estrutura social disponível na região para realizar seu percurso, como meios de hospedagem, bares, padarias, restaurantes e comércio em geral. Ele ainda sugere que para o cicloturismo a *bike* precisa ter componentes leves para vencer obs-

táculos com segurança e rapidez, economizando a energia de quem está pedalando.

Apesar de existir há bastante tempo na Europa, o cicloturismo ainda é uma atividade recente no Brasil. Segundo o Manual Circuitos de Cicloturismo, o primeiro circuito oficial brasileiro foi o Circuito Vale Europeu (na região do Vale do Itajaí) em 2006, e que se transformou em uma referência no cenário turístico nacional, chegando a registrar no ano de 2010 cerca de 4.000 visitas. Há, também, o Clube de Cicloturismo do Brasil, criada em 2001, que difunde e incentiva a prática da atividade no país e possibilitar a troca de informações entre os cicloturistas.

Ainda de acordo com o manual, o cicloturista viaja para ficar em contato com a natureza, conhecer zonas rurais e se relacionar com a comunidade local. Ele vive intensamente o trajeto e dá tanta ou maior importância ao percurso quanto ao destino final.

Entender o perfil deste turista com características específicas é essencial para divulgar melhor qualquer roteiro cicloturístico. A tabela a seguir demonstra o resultado de uma pesquisa realizada com 302 cicloturistas praticantes, durante o período de março a abril de 2008 no site do Clube de Cicloturismo do Brasil sob a coordenação de Andressa Paupitz.

Tabela 1: perfil do cicloturista brasileiro.
Table 1: Profile of the Brazilian bicycle tourist.

85%	Dos participantes são do sexo masculino
52%	Preferem realizar viagens com amigos ou em casal
71%	Estão numa faixa etária entre 26 e 45 anos
53 %	São casados
52%	Preferem pedalar distancias entre 50 e 100 quilômetros
53%	Preferem pedalar em pista de terra
35%	Tem como motivação o contato com a natureza e o ambiente
44%	Tem como motivação a aventura da viagem

Fonte: PAUPITZ (2008). **Souce:** Paupitz (2008)

Para Cavallari (2012), o cicloturista viaja em busca da filosofia da experiência ao ar livre, entrando em contato com a natureza e com a população local. Ele precisa conhecer e seguir códigos de ética, respeitando principalmente as comunidades. O autor recomenda algumas iniciativas como reconhecer e respeitar a ordem social, política e econômica local; respeitar os limites territoriais estabelecidos e estabelecer uma passagem minimamente impactante.

Quanto aos impactos ambientais ele cita algumas regras que podem ser adotadas pelos cicloturistas e condutores para minimizá-los, como escolher terrenos mais duráveis

para pedalar (como rochas e areia); não pedalar de forma desnecessariamente agressiva; evitar danificar a vegetação com a bicicleta; evitar cruzar cursos de água (especialmente córregos rasos, nascentes e fios de água), pois a bicicleta pode causar assoreamento e contaminar a água com óleo ou afins; evitar abrir atalhos; nunca deixar sujeira para trás e evitar fazer fogueiras.

É essencial, também, que um roteiro de cicloturismo obedeça regras e normas de segurança para minimizar situações de risco. Há um protocolo básico de segurança, que pode ser aplicado em qualquer trilha, roteiro de cicloturismo ou cicloexpedição, como: evitar pedalar sozinho e à noite; manter vacinas em dia; usar roupas e calçados adequados ao roteiro e ao clima; não pedalar sobre calçadas e demais locais reservados exclusivamente para pedestres; não pedalar em vias de mão única na contramão; lembrar de sinalizar mudanças na direção; manter-se hidratado; levar lanterna de cabeça com pilhas extras; levar lanche de trilha ou refeição; ter sempre um mapa impresso do roteiro em mãos para evitar falhas de aparelhos eletrônicos.

Quanto ao roteiro, é importante estudá-lo previamente adquirindo o máximo de informações; analisar sua viabilidade e adquirir dados sobre cada um dos participantes e contar com o auxílio de carros de apoio.

Em relação ao direito de prioridade durante um roteiro de Cicloturismo é importante saber que o Código Nacional de Trânsito indica a bicicleta como tendo a preferencial sobre os demais veículos.

Art. 58 – Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado pela via, com preferência sobre os veículos automotores.

Normas da ABNT para cicloturismo

Para garantir que um roteiro de cicloturismo seja feito com segurança e qualidade, a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas em parceria com o Ministério do Turismo criou a Norma NBR 15509-1 (2007) específica para a operação de guias e condutores em cicloturismo. Essa Norma é uma extensão das Normas NBR 15285, NBR 15286 e NBR 15331 que tratam do Turismo de Aventura.

De acordo com a Norma, o condutor precisa ter noções de mecânica de bicicleta para dar apoio em situações adversas; técnicas de dirigibilidade de bicicleta e posicionamento de corpo nas diferentes situações de progressão; ergonomia da bicicleta e regulação de selim e guidão para diferentes pessoas; direção defensiva e aptidão física condizente com o percurso.

O uso de veículos de apoio também é essencial para garantir a segurança do roteiro. A Norma sugere a quantidade de condutores e clientes em operações com o

auxílio de veículos de apoio, conforme a tabela 2.

Tabela 2: exemplo da relação de quantidade de condutores e clientes em operações com veículo de apoio.

Table 2: example of the relationship of the number of guides and customers in operations with support vehicle.

Operação com veículo de apoio	
Quantidade de clientes	Quantidade mínima de condutores
1 a 5	1
6 a 10	2
11 a 20	3
21 a 30	4

Fonte: ABNT NBR 15509-01 (2007). **Source:** ABNT NBR 15509-01 (2007).

Para operações sem veículo de apoio, a Norma sugere um condutor para cada conjunto de seis clientes, conforme tabela 3.

Tabela 2: exemplo da relação de quantidade de condutores e clientes em operações com veículo de apoio.

Table 2: example of the relationship of the number of guides and customers in operations without support vehicle.

Operação sem veículo de apoio	
Quantidade de clientes	Quantidade mínima de condutores
1 a 6	2
7 a 12	3
13 a 18	4
19 a 24	5

Fonte: ABNT NBR 15509-01 (2007). **Source:** ABNT NBR 15509-01 (2007).

A Norma sugere que alguns equipamentos sejam disponibilizados, tais como: estojo de primeiros-socorros; lanterna; relógio; cabos de câmbio; óleo lubrificante; adaptador de válvula para câmaras de ar; chave de válvula de câmara; alicate de corte; aparelho de comunicação para o veículo de apoio, entre outros.

O conjunto de ferramentas básico da operação deve conter jogo de chaves Allen; jogo de chaves de boca; bomba de ar; câmara de ar; chaves de fenda; chaves Philips; alicate de bico; chave de corrente e *kit* reparo de câmara.

Para o cliente, a organização deve dispor e assegurar bicicleta adequada ao tipo de percurso; recipiente para água (como caramanhol, cantil e mochila de hidratação); vestimenta e calçado fechado adequado, capacete de ciclismo, luvas de ciclismo e óculos para proteção.

A organização ainda deve ser responsável pela inspeção periódica e manutenção preventiva desses equipamentos. O responsável pela operação deve avaliar as habilidades do cliente em um percurso teste ou num trecho inicial do próprio percurso. O objetivo dessa avaliação é verificar sua aptidão física para seguir o roteiro. Ele ainda tem o dever de esclarecer algumas informações antes da partida, como o tempo de duração, pontos e horários para alimentação; descrição das características do local; tipo de percurso; procedimentos de mínimo impacto ambiental; descrição dos cuidados com a segurança; verificação e exigência de vestuário apropriado para a atividade; se o produto inclui seguro, entre outros.

Roteiros

Roteiros Araguaína/Cachoeira do Jenipapo

A cidade de Araguaína está localizada ao norte do estado do Tocantins próxima a divisa dos estados do Pará e Maranhão e a 350 km da capital Palmas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censo 2010) a cidade conta com a segunda maior população do Estado com cerca de 150.000 habitantes. O município também é reconhecido como capital econômica do estado, com destaque na área de serviços (movendo cerca de 50% do Produto Interno Bruto) e para a zona rural com predominância da pecuária de corte além de ser considerado um forte polo econômico regional.

Ainda, segundo o IBGE, a região do município é caracterizada como área de transição de Cerrado para Amazônia contendo características destes dois biomas. O clima pode ser definido como tropical úmido com temperatura média de 30°. Com paisagens repletas de córregos, riachos e rios é denominada pela Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR como “vale dos grandes rios”, por estar situada entres os rios Araguaia e Tocantins.

O roteiro sugerido é em uma estrada de terra que liga a cidade de Araguaína até a Cachoeira do Jenipapo na região do município de Babaçulândia. A estrada entrou em desuso após a pavimentação da TO-423 que liga a TO-222, transformando-o num trajeto mais rápido e seguro para veículos automotores. O roteiro tem início no Bairro Jardim das Flores, com aproximadamente 42 quilômetros até a Cachoeira do Jenipapo, e pode ser dividida em três etapas (Figura 1).



Figura 1: mapa do roteiro araguaína/cachoeira do jenipapo.

Figura 1: Maps of tour araguaína/cachoeira do jenipapo.

Fonte: Google Mapas (2013). Alterado por Thiago Carvalho.

Source: Google Maps (2013). Modified by Thiago Carvalho.

A primeira etapa liga a cidade de Araguaína até a TO-423 com aproximadamente 32 quilômetros de estrada de terra, a segunda parte é o trecho asfaltado de aproximadamente 7 km de extensão sobre a TO-423 e a última parte é o trajeto de aproximadamente 3 km em estrada de terra (Figura 2). O tempo médio do percurso é de 2h, pedalando na velocidade média de 25 km/h. É um roteiro que não exige pernoite, pois é possível ir e voltar no mesmo dia.

As boas condições das estradas, aliadas ao relevo quase plano da região, exigem do ciclista menos experiência e qualidade técnica. A rodovia TO-423 está em ótimo estado de conservação e as larguras das estradas possibilitam a presença de mais grupos com menos impacto ao meio ambiente.

O caminho apresenta diversas características geográficas e culturais da região, com a presença de grandes quantidades de riachos que cortam a estrada. O local é cercado de áreas arborizadas e bem conservadas que permitem o início do lazer antes da chegada ao ponto final. As fazendas de criação de gado e a agricultura de base familiar também estão presentes principalmente no início e na última parte do trajeto. O roteiro cruza com a Ferrovia Norte-Sul e também há uma grande área preservada com vegetação típica da transição entre cerrado e Amazônia, que descrevem o bioma regional.



Figura 2: trecho da estrada de terra que liga Araguaína a Cachoeira do Jenipapo.

Figure 2: stretch of dirt road that connects the Araguaína to Waterfall of Jenipapo.

Foto: Autores (2013). **Photo:** Authors (2013).

A Cachoeira do Jenipapo (Figura 3), o ponto final, é um dos principais atrativos do município de Babaçulândia que está localizada cerca de 47 km de Araguaína seguindo o trajeto TO-222 e TO-423. A cachoeira tem cerca de 8 metros de altura, dividida em três quedas. O local ainda conta com uma pequena infraestrutura com restaurante e bar, banheiros, área segura para banho e trilha indicativa para caminhada até o local da queda de água.



Figura 3: Cachoeira do Jenipapo localizada na região de Babaçulândia

Figure 3: Waterfall of Jenipapo localized in the Babaçulândia regions.

Foto: Autores (2013). **Photo:** Authors (2013).

Roteiro Nova Olinda/Palmeirante

Nova Olinda está localizada na microrregião de Araguaína. De acordo com dados do IBGE (2010), a população local é de 10.686 habitantes e sua área é de 1.566 km². Boa parte da renda do município vem da agropecuária e de algumas indústrias locais.

O município de Palmeirante também está localizado na Mesorregião Ocidental do Tocantins e na Microrregião de Araguaína, em uma área de 2.641 km², nas margens do Rio Tocantins. Segundo os dados do IBGE (Censo 2010) sua população é de 4.954 habitantes e, boa parte da sua renda vem da agropecuária e da pesca. O povoado de Palmeirante foi durante muito tempo conhecido como Olho Grande, pois segundo relatos dos moradores mais velhos do local, alguns pescadores ao olharem para o rio à noite, viram uma grande cabeça de um bicho desconhecido que possuía apenas um olho grande no meio da testa. Mas entre os mais jovens, corre a notícia que o lugar teria recebido o nome de Olho Grande por que ali viviam pessoas muito invejosas.

Os dois municípios têm festas de tradições religiosas. Em Palmeirante, do dia 10 ao dia 19 de março e na segunda quinzena de setembro, se comemora o festejo de Nossa Senhora de Nazaré. Já em Nova Olinda, no dia 29 de junho, é celebrada solenemente a festa de São Pedro Apóstolo, o padroeiro da cidade. As cidades também contam com uma infraestrutura básica para receberem turistas como pousadas, hotéis, restaurantes, hospitais, postos de saúde, farmácias, entre outros. A criação de um roteiro cicloturístico irá incentivar a atividade turística nos municípios e ajudar a incrementar a renda da região.

O roteiro exige um preparo físico maior, já que é um percurso mais extenso de 80 km (Figura 4). O ponto de encontro sugerido para a partida desse roteiro é a Praça da Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo, um ponto de referência na cidade de Nova Olinda. O cicloturista irá pedalar aproximadamente 2 km dentro da cidade até entrar em uma estrada de terra secundária. No percurso, são encontrados biomas típicos do cerrado e da Amazônia, além de diversos animais silvestres (Figura 5). Aproximadamente a cada cinco quilômetros encontram-se entradas para fazendas e pequenas propriedades rurais. Após 20 km pedalados o cicloturista passará pela Agrovila Alto Bonito, uma pequena comunidade de agricultores onde vivem aproximadamente cinquenta famílias. No caminho também são encontradas algumas nascentes, córregos e rios, como o Gameleira (um pequeno rio de água potável onde o cicloturista poderá se refrescar). O roteiro também cruza a Ferrovia Norte-Sul e a rodovia estadual TO-226. Chegando a Palmeirante o cicloturista poderá conhecer a Praia das Palmeiras (Figura 6), um dos principais atrativos turísticos do local à beira do Rio Tocantins e pernoitar em uma das pousadas, hotel ou acampar na praia, se preferir. A praia só funcionava durante três meses do ano, mas por causa do projeto de compensação do Consórcio Estreito de Energia (CESTE) ela passou por uma reestruturação e agora é permanente, possuindo barracas onde funcionam bares, lanchonetes e restaurantes, palco para shows e banheiros, inclusive para pessoas com deficiência física e dificuldades de locomoção. O tempo médio desse percurso pedalando a 15 km/h é de aproximadamente 7h, incluindo as paradas. É um roteiro que precisa ter pernoite, pois fica muito cansativo ir e voltar no mesmo dia.



Figura 4: mapa do roteiro Nova Olinda/Palmeirante.

Figure 4: Map of the tour Nova Olinda/Palmirante.

Fonte: Google Mapas (2013). Alterado por Jônatas Ramos.

Source: Google Maps (2013). Modified by Jônatas Ramos.



Figura 5: Bicho-preguiça atravessando a estrada na região de Palmeirante.

Figure 5: Sloth crossing the road in the region of Palmeirante.

Foto: Autores (2013). **Photo:** Authors (2013).



Figura 6: Praia das Palmeiras, no município de Palmeirante.
Figure 6: Palmeiras Beach, in the Palmertante City.

Metodologia

Foi feita pesquisa em livros, artigos, monografias, manuais, *internet* e normas técnicas da ABNT, buscando nortear referências sobre assuntos como turismo, ecoturismo e cicloturismo. Neste período foi realizada uma breve pesquisa com alguns participantes de ciclismo da região sobre possíveis roteiros. Após a definição deste, a segunda etapa foi a realização de uma pesquisa de campo com o objetivo específico de analisar a viabilidade de implementação dos roteiros, segurança, características da região, condições gerais da infraestrutura, registro dos atrativos turísticos nos percursos e registro fotográfico. A primeira visita foi realizada dia 10 de fevereiro de 2013 no roteiro que liga Araguaína a Cachoeira do Jenipapo, com 42 km de extensão. A segunda visita foi realizada no dia 17 de fevereiro de 2013 no percurso que liga o município de Nova Olinda a Palmeirante em uma estrada secundária de 80 km de extensão. Durante esta pesquisa também foram observados possíveis pontos de apoio para os cicloturistas. Após as visitas, a terceira etapa foi a elaboração de mapas dos roteiros, além de um levantamento teórico sobre características específicas de cada município.

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa bibliográfica demonstram o lado positivo que o cicloturismo pode gerar em uma comunidade. A atividade cicloturística pode gerar empregos, valorizar a herança material e imaterial, conservar o patrimônio histórico e a biodiversidade, aumentar a consciência da população local e dos turistas sobre a necessidade de

proteção do meio ambiente, além de divulgar a cidade para outros tipos de turistas.

As belezas naturais e encantos característicos encontrados nos roteiros demonstram a potencialidade turística da região para outros segmentos, como o ecoturismo e turismo rural. Os rios, riachos e córregos presentes no percurso podem se desenvolver como atrativos naturais além das cachoeiras, praias e outros pontos já utilizados pela população local. Porém, a infraestrutura das estradas, comércio e empresas ligadas especificamente ao turismo (hotéis, serviços de alimentação e meios de transporte) reforçam a importância do desenvolvimento de projetos para melhoria dessas áreas.

O cicloturismo pode se desenvolver como um novo segmento de mercado na região de Araguaína, divulgando o seu potencial. Ajudando a população e o poder público a compreender o turismo como uma nova fonte econômica, atuando na sua diversificação através da criação de micro e pequenos negócios e operando como instrumento real de melhoria da qualidade de vida.

Sobre os roteiros indicados, é válido destacar os pontos positivos encontrados em ambos, como a qualidade das estradas secundárias, áreas de preservação ambiental, a cultura tradicional e a hospitalidade. Contudo, como em quase todos os destinos turísticos em estágio inicial, diversos problemas podem ser encontrados. Destacam-se como pontos negativos a má conservação dos trechos pavimentados, e a falta de infraestrutura nos destinos finais.

No primeiro percurso, os principais problemas são encontrados na Cachoeira do Jenipapo. Não é possível pernoitar no local, pois falta uma estrutura onde o visitante possa se hospedar e uma área adequada para *camping*. Outros problemas observados foram a quantidade de banheiros do local que é insuficiente para receber um grande número de pessoas, a trilha interna, que liga a área comunitária até a cachoeira, não possui uma estrutura de segurança, e algumas pontes do trajeto precisam de reparos.

No segundo percurso, o ponto mais crítico é na Rodovia Estadual TO-226 que está mal conservada e cheia de buracos, oferecendo riscos de acidentes, sendo essencial o acompanhamento de veículos de apoio para garantir mais segurança ao cicloturista durante a execução desse roteiro. Outro ponto negativo é a estrutura hoteleira de Palmeirante, que é insuficiente para receber um grande número de hóspedes. A cidade possui um hotel, com 10 leitos e duas pousadas, uma com 7 e outra com 5 leitos.

O desenvolvimento adequado do cicloturismo poderá trazer inúmeras possibilidades, como o fechamento de parcerias com a população rural para atuarem neste o planejamento e até mesmo como ponto de apoio, ofertando serviços ao viajante durante o percurso para ajudar a complementar a renda destas famílias. O

primeiro percurso conta com alguns bares e casas de moradores que podem servir como ponto de apoio, já no segundo percurso, a comunidade Agrovila Alto Bonito poderia ofertar refeições para os cicloturistas como forma de geração de renda extra para o local. Também ajudará a combater a sazonalidade, principalmente na praia das Palmeiras, que tem um fluxo turístico significativo apenas no mês de julho (em outras épocas do ano a praia fica praticamente vazia) e a presença de cicloturistas no local poderá desenvolver o turismo na baixa temporada e contribuirá com o aumento da renda da população local e da melhora da infraestrutura da cidade.

O cicloturismo é um modelo ideal de desenvolvimento responsável do turismo, adotado por inúmeros países no mundo, que já defendem a bicicleta como meio de transporte do futuro. É cada vez mais perceptível os benefícios sociais, físicos, econômicos e culturais desse segmento e várias pessoas estão aderindo a esta tendência, o que nos incentiva a desenvolver os respectivos roteiros nas cidades de Araguaína e Nova Olinda.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, L.M.M. Política de turismo e desenvolvimento local: um binômio necessário. In: BEZERRA, D.M.F. (org.) **Planejamento e gestão em turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: 15509-1**: cicloturismo parte 1: requisitos para produto. Rio de Janeiro, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS CICLOUSUÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS - VIACICLO. **Circuitos de cicloturismo: manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros**. Disponível em: <<http://www.clubedecicloturismo.com.br/arquivo/Manual-Circuitos-Cicloturismo.pdf>> Acesso em 20 de dezembro de 2012 às 20:30

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. rev. e amp. São Paulo: Senac, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Código de Trânsito Brasileiro**, Brasília, DF, 23 set. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm> Acesso em 02 de março de 2013 às 15:30

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Aquarela 2020**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BUENO, C.; PARDO, F.L.; REIFF, F.; VINHA, V.a. **Ecoturismo responsável e seus fundamentos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2011.

CAVALLARI, G. **Manual de mountain bike & cicloturismo**. 1. ed. São Paulo: Kapalaço, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

FONSECA, D.H.Q. **Análise do segmento de cicloturismo no Caminho dos Anjos**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Infográficos Cidades Araguaína – TO**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=170210>> Acesso em 25 de março de 2013 às 13:00.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Infográficos Cidades Nova Olinda – TO**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=171488>> Acesso em 25 de março de 2013 às 13:15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Infográficos Cidades Palmeirante – TO**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=171570#fontes>> Acesso em 25 de março de 2013 às 13:35.

MEDINA, P.B.J. Avaliação dos impactos da visitação pública no Rio Formoso, Bonito, MS, Brasil: subsídios à gestão ambiental do turismo em áreas rurais. **Tese** doutorado. Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2007.

MELGAR, E. **Fundamentos de planejamento e marketing em turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2005.

NETTO, A.P.; ANSARAH, M.G.R. **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2009.

NEIMAN, Z. Ecoturismo e educação ambiental em unidades de conservação: a importância da experiência dirigida. In: COSTA, N.M.C. (org.), NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Paulo: Rima, 2008.

PAUPITZ, A. **Perfil do cicloturista brasileiro**. 2008. Disponível em <<http://www.clubedecicloturismo.com.br/artigos/080301pesquisa/pesquisa.html>> Acesso em 01 de março de 2013 às 19:10

ROLDAN, T.R.R. **Cicloturismo: planejamento e treinamento**. Campinas: UNICAMP, 2000.

:

Thiago Junior Lima Carvalho: Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil.

Email: tiagojr7@hotmail.com

Jônatas Leite Ramos: Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil.

Email: jonatas_lr@hotmail.com

Elisabeth Sydow: Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil.

Email: elisabeth@uft.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6435264980379189>

Data de submissão: 28 de junho de 2013

Data de recebimento de correções: 28 de junho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Potencialidades do ecoturismo na Serra do Tepequém (RR) sob múltiplos olhares

Potential of ecotourism in the Serra do Tepequém (RR, Brazil) under multiple perspectives

**Emerson Clayton Arantes, Simone Briglia de Araújo,
Georgia Patrícia da Silva, Elizabete Melo Nogueira**

RESUMO

Este trabalho apresenta potencialidades do desenvolvimento do turismo na Serra do Tepequém, localizada no Estado de Roraima, bem como a percepção de moradores, visitantes, e empresários de pousadas sobre o ecoturismo praticado na região. A partir da análise do referencial teórico sobre o assunto, pretendeu-se diagnosticar e prognosticar propostas para esse setor. Quanto aos procedimentos metodológicos, recorreu-se à pesquisa exploratória e descritiva. O aspecto lógico se caracterizou pelo dedutivo, enquanto que a abordagem se deu pelo modelo quali-quantitativo. Para a coleta dos dados, foram utilizados questionários, aplicados aos moradores, visitantes e entrevistas aos empresários de pousada. Os resultados obtidos refletiram a realidade do ecoturismo que se apresenta atualmente na região, que apesar de não dispor de infraestrutura condizente, consegue atrair visitantes, que ficam satisfeitos. Os empresários e os residentes acreditam que existe um grande potencial para incrementar ecoturismo na região, em função da demanda premente e dos atrativos naturais existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Ecoturismo; Atrativos; Natureza; Tepequém.

ABSTRACT

This paper presents the development potential of tourism in the Serra do Tepequém (RR, Brazil), and the perception residents, visitors, and business owners of inns on ecotourism practiced in the region. From the theoretical analysis on the subject, intended to diagnose and predict proposals for this sector. Regarding methodological procedures, recourse to the exploratory and descriptive research. The appearance is characterized by the logical deductive approach while the model is given by the qualitative and quantitative. For data collection, we used questionnaires administered to residents, visitors and interviews with entrepreneurs hostel. The results reflected the reality of ecotourism that currently has in the region, although it lacks infrastructure befitting, manages to attract visitors who are satisfied. The entrepreneurs and residents believe that there is great potential to increase ecotourism in the region, due to demand urgent and attractive nature exist

KEYWORDS: Tourism; Ecotourism; Attractive; Nature; Tepequém.

Introdução

No Brasil, a inserção do ecoturismo se deu no final da década de 80, acompanhando a tendência internacional. Nesse ensejo, em 1989, a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR – autorizou os primeiros cursos de guia direcionados a esse tipo de turismo. Em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD – conhecida também como Rio-92, o termo ecoturismo alcançou maior evidência, agradou ao público e estimulou um mercado promissor, que desse momento em diante não parou mais de crescer. Posteriormente a esse evento, órgãos e instituições ligadas ao segmento foram sendo criados para fornecer o apoio necessário que a atividade requer.

Quando se compara o Brasil com a Europa, em termos de desenvolvimento ecoturístico, é verificado que se está bastante distante do desejado. A Europa e os EUA já possuem um trabalho bem mais avançado, permitindo que figurem entre os primeiros da lista, em termos de visitação. Outro exemplo ocorre com a Costa Rica, que recebe aproximadamente 600 mil visitantes por ano, enquanto a Amazônia atrai apenas cerca de 50 mil.

No Estado de Roraima, a região da Serra do Tepequém ficou conhecida na década de 1930, por ter sido um local de grande exploração mineral, em especial, do diamante. Durante anos, essa foi a atividade principal praticada na região, que gradativamente foi sendo substituída pela pecuária bovina. Hoje, essa atividade de garimpo figura apenas em relatos de antigos moradores, ou ainda quando aparece um garimpeiro remanescente na esperança de encontrar alguma riqueza.

Embora a região tenha a pecuária extensiva como uma das principais atividades econômicas, a região possui um expoente natural suficiente para ofertar o ecoturismo que, se bem utilizado, pode impulsionar micros e pequenos negócios; geração de emprego local; fixação da população no interior; melhorias no saneamento; alternativas de arrecadação municipal, dentre outros benefícios.

Ensejado por essas alternativas possíveis de proporcionar melhorias a uma determinada localidade, o presente trabalho teve como objetivo geral descobrir qual a percepção da comunidade sobre o ecoturismo, bem como identificar atividades que podem ser desenvolvidas em conformidade com os preceitos desse serviço.

O aspecto lógico da pesquisa se caracteriza pelo dedutivo, enquanto que a abordagem se deu pelo modelo *quali-quantitativa*. O horizonte-temporal foi inteiramente evidenciado pelo transversal, dando preferência para informações atuais sobre o tem. Na coleta dos dados, foram utilizados questionários aplicados junto a 86 (oitenta e seis) moradores, 40 (quarenta) visitantes e 4 (quatro) empresas (pousadas), perfazendo um total de 140 respondentes.

Acredita-se que estudo pode auxiliar na construção de parâmetros e possíveis linhas de conduta com vistas ao correto desenvolvimento, implantação e funcionamento do ecoturismo de forma a assumirem ações ambientais e sociais. Que as ações propostas venham beneficiar todos os atores envolvidos, tanto a

comunidade do entorno como os grupos empreendedores.

Este trabalho está dividido em seções, sendo a primeira a revisão de literatura do ecoturismo como uma prática mundial, bem como suas proposições. Seguidamente, na segunda seção faz-se a caracterização do Município de Amajari, dando ênfase aos seus aspectos físicos geográficos. Na terceira seção, apresentam-se os resultados sobre o ecoturismo pela ótica dos empresários de pousada, moradores, e visitantes, bem como as potencialidades ecoturísticas, apontando as atividades que podem ser praticadas na região da Serra do Tepequém. Na última, manifestam-se as considerações finais, sucedidas das referências.

O ecoturismo como uma prática mundial

O termo ecoturismo surgiu no meio acadêmico no final da década de 1970, quando começaram a ser divulgados com maior intensidade os vídeos e documentários sobre viagens que tinham como cenário a natureza, com o intuito de promover o turismo ecológico no mundo.

A partir daí, as regiões mais longínquas, que dispunham de aptidões naturais para o incremento das atividades ecoturísticas, começaram a fomentar a ideia principal que alicerça o ecoturismo, ou seja, a valorização das premissas ambientais, sociais, culturais e econômicas.

De acordo com Western (1995), o ecoturismo explodiu no mundo das viagens e da conservação como uma espécie de *tsunami*, um verdadeiro maremoto; porém, suas origens são definitivamente mais evolutivas que revolucionárias. As raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre.

Os primeiros visitantes considerados como ecoturistas foram os que, há pouco mais de um século, chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite, vindo em seguida os visitantes pioneiros do Serengeti, os aventureiros caminhantes do Himalaia e, mais recentemente, os milhares de ecoturistas que fotografam pinguins na Antártida.

Ao longo do século XX, foi possível assistir a várias mudanças com relação às viagens a áreas naturais. Um exemplo é o que ocorria anteriormente na África, onde o safári de caça era notadamente uma atividade fortemente desenvolvida na região. Aos poucos, foram perdendo lugar para novos modelos de turismo, onde a preocupação com o ambiente e com os seres que nele habitam se tornaram mais importantes devido à amplitude da consciência aos danos até então praticados.

Neto (2007) destaca que a primeira utilização do termo ecoturismo é, frequentemente, apontada a Lascuráin (1998). Mas Dias (2003) chama a atenção para o fato de que o primeiro a utilizar o termo tenha sido, de fato, Hertzner (1965), que apresentou as primeiras ideias sobre turismo e desenvolvimento, propondo fazer dele um instrumento útil para o ecodesenvolvimento, no momento em que a crise ambiental emergia.

De acordo com Campos (2005, p.3), “o ecoturismo é uma nova concepção de turismo que supera as práticas convencionais”. Segundo esse autor, essa modalidade

de turismo é nova, pois apresenta características de conservação do meio ambiente; e educacional, na medida em que o turista tem respeito pelo espaço visitado.

No mesmo sentido, Faria (2012) define Ecoturismo como:

O turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população envolvida sem causar impactos negativos à sua territorialidade (FARIA, 2012, p 57).

Acerca das definições, Faria (2012) afirma que para designar ecoturismo, surgem diversas denominações como *turismo sustentável*, *turismo responsável*, *turismo alternativo* e ainda *turismo ecológico*. Essas definições direcionam o ecoturismo como um tipo de turismo, tendo como principal atrativo a natureza, envolvendo o patrimônio e atrativo cultural em algumas conceituações.

A Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The International Ecotourism Society – TIES*) denota que essa atividade designa um envolvimento sério com a natureza e com a responsabilidade social, além dos próprios viajantes ou visitantes, surgindo dessa forma a expressão viagem responsável (MUNHOZ, 2010).

Nesse sentido, o ecoturismo está pautado em cumprir papéis importantes, como a questão da educação ambiental e a integração das comunidades locais no planejamento e gestão da atividade, além do comprometimento do uso racional dos recursos disponíveis. O turismo responsável é para Hertzner (1965 *apud* NETO, 2007), embasado nos seguintes moldes:

- Mínimo impacto ambiental;
- Mínimo impacto sobre – e o máximo respeito pelas comunidades locais;
- Máximo benefício econômico para os países anfitriões; e
- Máxima satisfação recreacional para os turistas.

Dessa forma, percebe-se que a concepção de ecoturismo por Hertzner(1965) busca preservar o meio ambiente e promover a satisfação de uma elite amante da natureza. Na verdade, conforme descrito por Western (1995), chega a ser um conjunto de interesses que se manifestam nas preocupações de ordem ambiental, econômica e social.

No que tange às preocupações de ordem ambiental, o ecoturismo alcançou maior notoriedade na Conferência das Nações Unidas, a chamada Rio-92, onde o tema principal foi o meio ambiente. A partir desse momento o ecoturismo, em especial no Brasil, passou a ser visto como uma ferramenta capaz de trazer benefícios à natureza e à sociedade, ou seja, fazer uso do ambiente de maneira planejada e responsável, aliado à melhoria de condições de vida para as comunidades locais.

Estudos realizados e disponibilizados em Brasil (2007) ressaltam que para uma prática turística ser entendida como ecoturística, é necessário oferecer ações para que o turista seja informado e sensibilizado para a conservação e importância das áreas visitadas.

Nesse aspecto, é primordial que os locais onde as atividades ecoturísticas são desenvolvidas tenham pessoas capacitadas para fornecer informações e auxiliar os visitantes do local da melhor maneira possível, tanto no quesito relativo às práticas que podem ser desenvolvidas no local, como esclarecimentos quanto ao uso correto do ambiente como um todo.

No que tange aos diferenciais do ecoturismo em meio ao segmento turístico, Pires (2005 *apud* HINTZE, 2008) considera o atendimento a pequenos grupos de até 25 pessoas, a utilização de meios de hospedagem com menos de 100 leitos; operações com empresas de pequeno e médio porte, concentrando-se na condução e na acomodação de pequenos grupos para oferecer atendimento personalizado, com uso de materiais interpretativos e guias especializados, além da preocupação com a capacitação e o treinamento de guias, operadores e fornecedores de serviços requeridos pela atividade.

Como a atividade ecoturística depende da conservação dos recursos da área natural, acredita-se que possa haver uma parceria natural entre empresas privadas que organizam experiências de viagem pela natureza e os atores (governos, entidades não-governamentais e privadas) responsáveis pela proteção das áreas naturais. Nesse aspecto, pode-se esperar que, no caso de essa perspectiva se cristalizar, seja possível imaginar uma verdadeira experiência ecoturística, permitindo a difusão da consciência ambiental a um público bem maior, além de provisão de recursos econômicos para a comunidade local que permitam maximizar seu desenvolvimento.

Para Azevedo (2007), os elementos que fazem parte desse tipo de turismo são sustentabilidade, natureza e cultura, que se interrelacionam de uma maneira singular na Amazônia. Isso só vem confirmar o potencial do ecoturismo no Estado de Roraima, onde essa atividade, que pode ser diversificada, ainda é pouco explorada.

Todavia, Faria (2012, p. 57) ressalta que para desenvolver o ecoturismo é necessário levar em consideração alguns princípios básicos:

- O Atrativo ecoturístico deve envolver o patrimônio natural e cultural utilizado de forma integrada;
- Utilização sustentável e conservacionista dos atrativos;
- Envolvimento da comunidade (planejamento e gestão participativa e comunitária das atividades ecoturísticas);
- Forma ideal de funcionamento em pequenos grupos respeitando a capacidade de carga e de suporte;
- Valorização (formação e capacitação) dos recursos humanos locais;
- Conservação e valorização das atividades tradicionais do lugar e

- Respeito à identidade cultural e territorial do lugar.

Dessa maneira, o ecoturismo pode ser uma forma de valorizar e conservar as atividades tradicionais das comunidades locais e gerar o desenvolvimento, especialmente na Serra do Tepequém.

Metodologia

Para Gil (2010), a pesquisa pode ser requerida quando não se dispõe de informações suficientes para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Desse modo, a metodologia utilizada no presente estudo buscou sustentação na classificação dos objetivos mais gerais em pesquisa exploratória, que Gil (2010) descreve como sendo aquela que é realizada quando o tema escolhido é pouco explorado, tornando difícil se formular hipóteses precisas a respeito.

A linha filosófica teve bases positivistas, que segundo Barros, Lehfeld (2009), se trata do tipo de pesquisa na qual se realiza a observação dos dados da experiência, das leis que regem o fenômeno. Para esta linha filosófica, todo conhecimento humano origina-se direta ou indiretamente da experiência, e para tal constatação, se realizou uma visita à região da Serra do Tepequém, no mês de outubro de 2011.

No que tange ao aspecto lógico, o modelo a ser utilizado se caracterizou pelo dedutivo que, segundo Lakatos e Marconi, (2010, p.72), “*reformula ou enuncia de modo explícito uma informação já contida em premissas*”. Assim, se partiu da análise de modelos já pré-concebidos de atividade ecoturística no caso em questão, onde se buscou elementos já existentes com relação a ele.

A abordagem aplicada se deu por meio do modelo *quali-quant*. No primeiro momento, apresentando-se de forma qualitativa, que conforme Richardson *et al.* (1999), diz-se do tipo de pesquisa caracterizada pela tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados. Foram entrevistados os empresários das pousadas.

Em um segundo momento, a abordagem se materializou sob o viés quantitativo, pois como novamente descrito por Richardson *et al.* (1999), o método quantitativo se dá pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas, por meio de técnicas estatísticas, das mais simples às mais complexas. No presente estudo, para se obter as informações no modelo quantitativo, foi utilizado um questionário de Hanai (2009), o qual foi adaptado segundo as necessidades da pesquisa.

Para se calcular a amostra necessária de questionários para aos moradores, levou-se em consideração a população urbana de 1.219 habitantes, conforme dados da Sinopse do Censo/IBGE/2010. Desse modo, levou-se em conta o erro amostral de 9%, que conforme exposto por Santos (2011), é a diferença entre o valor estimado

pela pesquisa e o verdadeiro valor, além do nível de confiança no valor de 90%, que exprime a probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa. Os cálculos foram realizados online, em sítio denominado cálculo amostral. Como resultado da amostra necessária, se precisaria aplicar 79 questionários para a pesquisa, no entanto foi possível atingir 86 respondentes, excedendo o que seria indispensável.

Quanto ao empresários de pousadas, devido à época de em que se desenvolveu o trabalho, só foram possíveis 04 respondentes, do total de 06. O número de visitantes atingiu um total de 40 respondentes.

Caracterização do ecoturismo na Serra do Tepequém no município de Amajari

O Brasil, conhecido mundialmente por suas belezas naturais e “exotismo”, atrai demanda interna e externa, em especial para áreas de difícil acesso, a exemplo: a região central do País, as áreas do sertão, e regiões pouco habitadas como Pantanal e Amazônia.

No caso da Amazônia, têm-se o Estado de Roraima, localizado ao norte do País, fazendo fronteira com a Guiana e Venezuela e que é conhecido pela biodiversidade de sua flora e fauna. As cachoeiras, corredeiras, serras, zonas de mata e savanas recortadas por rios de águas transparentes denotam o potencial do estado para o Ecoturismo, sendo, portanto, uma boa alternativa para os amantes da natureza.

Conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, o município de Amajari está localizado ao norte do Estado de Roraima, na mesorregião Norte, microrregião Boa Vista, situado nas coordenadas geográficas 61°25'15' de longitude Oeste e 03°39'19' de latitude Norte. Limita-se ao norte com Venezuela e com o município de Pacaraima; ao Sul com o município de Alto Alegre e Boa Vista; a Leste com o município de Pacaraima e Boa Vista, a Oeste com a República Bolivariana da Venezuela.

O roteiro integrado da rota 174 AM/RR tem início em Manaus no Estado do Amazonas e percorre toda extensão da BR-174 até Pacaraima, município do Estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela (Figura 1). Durante o trajeto, está inserido nessa rota o município de Amajari/RR, onde se localiza a Serra do Tepequém, uma elevação em forma de Tepuí, ou seja, com paredes retas, de até 1000 metros, e topo achatado.

A Serra do Tepequém se dá pelo Município de Amajari, ficando à 40 quilômetros da sede do município e a 250 km da capital Boa Vista. A região é conhecida por ser palco do garimpo de pedras preciosas entre as décadas de 30 e 70 do século passado. O topo da Serra é um imenso vale, atravessado pelos rios Sobral e Paiva.

No caminho para a serra, a paisagem vai mudando a cada quilômetro rodado. O cerrado e os igarapés que lembram o Pantanal vão, aos poucos, cedendo lugar à mata fechada. Numa visita é possível conhecer a geologia, formas primitivas de mineração, impactos ambientais provocados pelo garimpo e algumas cachoeiras.



Figura 1: Mapa Rota 174. **Figure 1:** Map of Rota 174.

Fonte: Revista Rota dos 15 pontos (2010). **Source:** Revista Rota dos 15 pontos (2010).

De acordo com Bezerra Neta *et al.* (2007), a paisagem regional que compõe as áreas de entorno da serra do Tepequém (Figura 2) é caracterizada por uma diversificação de formas de relevo, sendo distinguida por uma estrutura de relevo tabular, compondo um testemunho isolado do Planalto Sedimentar Roraima, e em seu topo, por uma área aplainada denominada de planície e intermontana, que tem altitudes que variam entre 575 a 670 metros e está encaixada entre morros residuais e as encostas íngremes (Figura 3).



Figura 2: vista da Serra do Tepequém. **Figure 2:** View of Serra do Tepequém.

Fonte: Nascimento (2012). **Source:** Nascimento (2012)



Figura 3: Imagens da Serra do Tepequém. **Figure 3:** Images of the Serra do Tepequém.
Fonte: Portal da Amazônia. **Souce:** Portal da Amazônia.

Neste trabalho buscou conhecer e analisar a percepção de moradores, visitantes, e empresários de pousadas sobre o ecoturismo praticado na região, onde há algumas empresas atuando, em relação às ações socioambientais e operações dessa modalidade. Realizou-se uma pesquisa de opinião com empreendedores de pousada, residentes, e visitantes.

Coleta de dados e resultados

Ótica dos empresários

Em primeiro momento, tentou-se saber junto aos empresários do setor o que pensam sobre o ecoturismo. Foram entrevistados 4 representantes das pousadas existentes na região, que serão identificados como pousadas A, B, C e D. De acordo com os respondentes, todas possuem infraestrutura básica, que permite o apoio à atividade ecoturística na região, sob a forma de estacionamentos, sanitários e acomodações. No quesito portaria e recepção, apenas a pousada C possui esse tipo de serviço; enquanto que na disponibilidade de restaurante, somente a pousada B desenvolve essa atividade, com disponibilidade de alimentação. As pousadas A e D somente atuam com oferta de acomodações, configuradas como unidades habitacionais, sendo que a pousada A com 10 Uh e o empreendimento D com 03 Uh, com pretensões futuras de construir mais 02 Uh.

No que tange à abordagem dos impactos ambientais oriundos do fluxo de visitantes na região, as pousadas A, B e D foram unânimes em apontar a presença de lixo, poluição sonora e vandalismo, como sendo pontos negativos. A pousada C não pontuou nenhum tipo de impacto, mas todas revelaram que é bastante importante para negócio manter o controle do número de visitantes à área, justamente para evitar tais transtornos.

Ao tratar dos fatores que podem ser considerados fundamentais para que haja o incremento do ecoturismo na região do Tepequém, as pousadas A, B, C, e D consideraram necessário que haja maior interesse por parte dos atores envolvidos, ou seja, governo, empresas e sociedade.

Tomou-se ciência que os empresários das pousadas imbuídos do desejo de melhorias em seus negócios, em cooperação com outros empreendedores se reuniram e fundaram recentemente a Associação de Empreendedores em Turismo do Tepequém, justamente por considerarem que somente estando organizados, serão capazes de conseguir alcançar seus objetivos em comum, seja na disponibilidade de telefonia para que os empreendimentos usufruam da comodidade de oferecer o recebimento de cartões de crédito ou simplesmente a construção de escadarias que permitam o fácil acesso às cachoeiras.

Em relação à questão da sustentabilidade, todas as pousadas responderam que, com vistas ao potencial natural da região para desenvolver práticas de ecoturismo, é possível promover atividades sem degradar a natureza, necessitando-se para isso de um prévio estudo e controle constante no decorrer das atividades.

No quesito sobre os atrativos naturais da região, permitindo maior difusão da cultura local, todas as pousadas responderam que concordam plenamente, tanto que, em virtude desses atrativos naturais, alguns eventos são promovidos pelo SESC e pelo próprio município do Amajari, tendo-se como exemplo as corridas de cavalo e festejos locais.

Quando questionadas sobre possuírem guias ou profissionais capacitados para acompanhar os visitantes em suas atividades, as pousadas A, C e D responderam ter esse tipo de profissional disponível, e quando não possuem de imediato, indicam um guia da comunidade local para o visitante. Somente a pousada B não disponibiliza esse serviço.

Ótica dos Moradores

A aplicação dos questionários com os moradores locais, precisamente da área urbana no município de Amajari, aconteceu nos meses de setembro e outubro do ano de 2011, com uma amostra de 86 respondentes

Quando perguntado sobre considerar sua cidade ou região atrativa, 88% dos respondentes afirmaram que sim, e somente 12% responderam que não a considera atrativa. Também foi perguntado se o morador gosta do desenvolvimento do turismo na cidade ou região onde ele vive. Percebeu-se que 9% dos respondentes foram indiferentes quanto ao assunto, 21% afirmaram não gostar do desenvolvimento turístico, e uma expressiva soma de 70% se declararam de acordo, conforme gráfico 1, fato esse relevante quando se pretende desenvolver o ecoturismo (Gráfico 1).

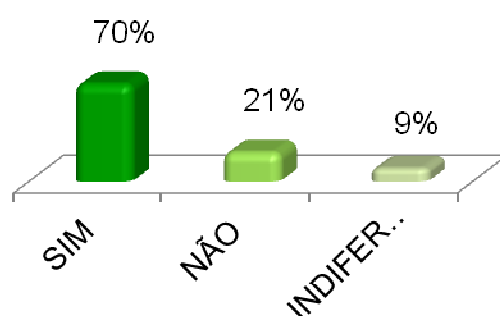


Gráfico 1: Percepção do desenvolvimento da sua cidade ou região relacionado ao turismo.

Graph 1: Perception of the development of your city or area related to tourism

No que se refere à valorização da comunidade local, na percepção dos moradores, ficou demonstrado que 95% dos respondentes se sentem valorizados de alguma forma com a chegada dos turistas, e apenas 5% se dizem não valorizados.

Quando pesquisados sobre o interesse em trabalhar com turismo/ecoturismo na cidade ou região onde vivem, 53% dos respondentes afirmaram que sim, enquanto que 47% responderam que não (Gráfico 2). Esse visível equilíbrio é verificado devido ao fato de boa parte da população local possuir atividades voltadas para o funcionalismo público, para o trabalho com a terra em suas propriedades ou ainda alguns remanescentes da atividade de garimpo.

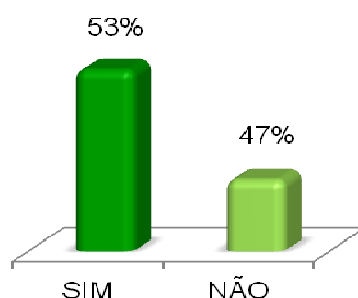


Gráfico 2: Interesse em trabalhar com turismo/ecoturismo na sua cidade ou região.

Graph 2: Interest in working with tourism / ecotourism in your city or region.

De acordo com os resultados, 79% dos respondentes demonstram ter vontade de participar de palestras e reuniões para tratar sobre ecoturismo, e apenas 21% apresentaram não ter interesse. Quando à vontade de participar de alguma associação relacionada ao ecoturismo, 74% dos respondentes sinalizaram sim, têm vontade de participar de alguma associação relacionada ao ecoturismo, enquanto somente 26% não manifestaram interesse.

Também pode ser constatado maior disponibilização de equipamentos turísticos com ações materializadas na criação da Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Moradores de Tepequém e na Associação de Empreendedores em Turismo do Tepequém, ambas criadas com o intuito de fomentar e organizar as atividades decorrentes do turismo na região.

O quadro abaixo mostra esta questão e outras do instrumento de coletas de dados e as respostas em termos percentuais:

Dos respondentes, 71% sinalizaram não perceber nenhum problema ou impactos para a região onde vivem, em decorrência do ecoturismo, no entanto 29% apontam sim, existir tais problemas e impactos, principalmente na poluição da água, do solo, sonora e visual, abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados (Gráfico 3).

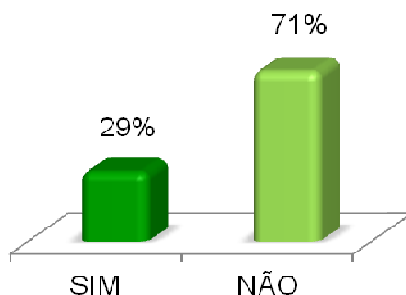


Gráfico 3: Problemas e impactos para cidade ou região.

Graph 3: Issues and impacts to city or region

Nesse sentido, observou-se, que 92% dos respondentes acreditam que se houver um maior fluxo de visitantes na região, certamente ocorrerá o desenvolvimento do ecoturismo, gerando renda e promovendo o surgimento de novos negócios. Apenas 8% responderam que não, que o número de visitantes não exerce influência para o desenvolvimento do ecoturismo.

No intuito de obter informações acerca do envolvimento e conhecimento dos moradores locais sobre o ecoturismo, foi perguntado aos respondentes se o ecoturismo praticado na região está beneficiando os moradores locais e quanto ele acha que sabe ou conhece sobre o assunto. De acordo com as informações, 7% dos respondentes dizem que ninguém está se beneficiando, 20% responderam que todos estão se beneficiando, enquanto que 73% sinalizaram que alguns estão se beneficiando da atividade.

Ótica dos visitantes

No questionário aplicado aos visitantes, obteve-se o número de 40 respondentes. Em uma das questões abordadas, foi perguntado sobre o costume de visitar o ambiente natural e o meio rural. Como resultado se obteve 90% dos respondentes sinalizando que sim, dessa forma evidenciando que a região de Tepequém possui demanda para dinamizar a atividade ecoturística. Apenas 10% sinalizaram que não, que não costumam visitar o ambiente natural e rural, sendo assim visitas esporádicas

No aspecto de acreditar sobre o incremento da atividade ecoturística na região, 100% dos respondentes foram unânimes, sinalizando que sim. Esse resultado demonstra que as expectativas são positivas e que há o desejo de uma grande maioria com expectativa de que os projetos no segmento do ecoturismo venham a trazer prosperidade para a região.

Em se tratando do envolvimento da população local para o desenvolvimento do ecoturismo, 100% dos respondentes confirmaram que sim, ser importante o envolvimento da população local, e isso indica que, direta ou indiretamente, a comunidade poderá usufruir dos resultados, principalmente quando da geração de renda, estímulo à preservação do meio ambiente e reforço e valorização da cultura local.

Com relação à figura do profissional guia, foi perguntando ao visitante sobre a contratação do referido profissional para acompanhar nos passeios à região. Somente 20% dos respondentes afirmaram que sim, haver contratado o guia para acompanhá-los nos passeios, e 80% respondentes sinalizaram que não contrataram nenhum guia. Nesse quesito, com relação ao profissional guia, é interessante salientar que a maioria dos visitantes só contrata o guia quando está em visita pela primeira vez à região, e em um segundo momento, dispensam o serviço por acreditarem possuir conhecimento suficiente sobre a região, o que lhes permite desbravá-la sozinhos, sem auxílio de um profissional.

Associada à questão do guia, foi efetuada a pergunta quanto à avaliação do serviço oferecido. Para tanto, considerou-se os 20% de respondentes da questão an-

terior, e como resultado, obteve-se 33% que avaliaram o serviço como ótimo, 56% como bom, e 11% como regular, sem pontuações para as demais avaliações (Gráfico 4).

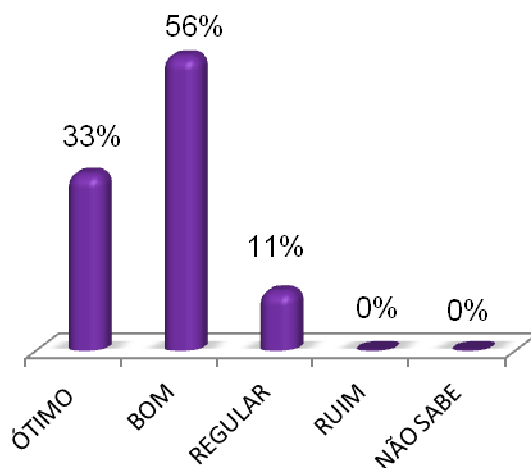


Gráfico 4: Avaliação do serviço de guia.
Graph 3: Evaluation of the service guide.

No aspecto da hospedagem, foi perguntado ao visitante o local onde ficou instalado durante sua visita à região da Serra do Tepequém, 75% dos respondentes ficaram instalados em pousadas, 0% em hotel, 0% em camping, 10% em casa de amigos, o que é comum, devido a muitas famílias possuírem sítios, chácaras e fazendas na região, e 15% outro (Gráfico 5). O fato de se ter incluído a variante hotel na pesquisa ocorreu por se acreditar que no município de Amajari pudesse haver algum estabelecimento em atividade, expectativa esta sanada após a aplicação do questionário.

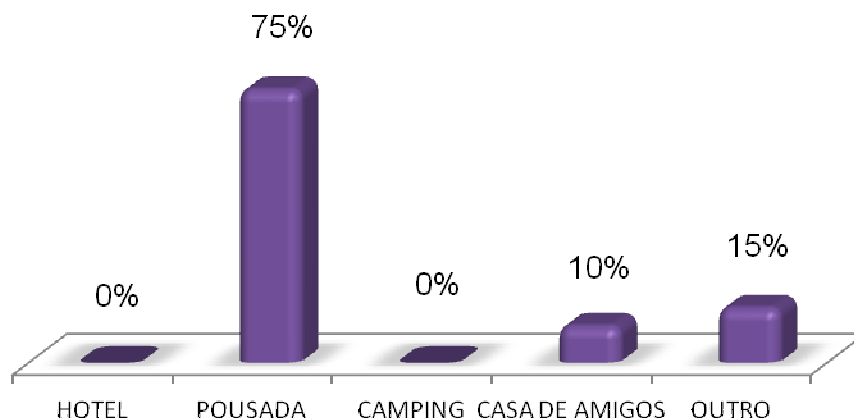


Gráfico 5: Local de hospedagem do visitante.
Graph 5: Local of hosting of the visitor.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, foi possível observar, em outros estudos sobre o assunto, que a principal ferramenta para detectar as potencialidades ecoturísticas de um determinado lugar é constatar sua vocação natural. Para tanto, foi perguntado ao visitante como ele avalia a diversidade de atrativos existentes na região. Como resultado, teve-se 52,5% respondentes considerando ótimo, em seguida 42,5% considerando bom, e apenas 5% considerando regular os atrativos existentes na região (Gráfico 6).

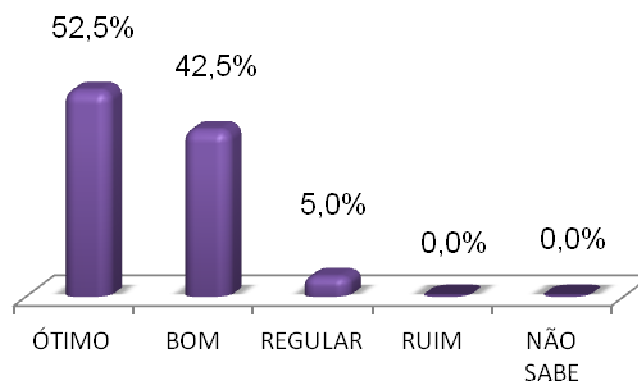


Gráfico 6: Diversidade de atrativos existentes.
Graph 6: Diversity of attractive existing.

Outro ponto importante, diz respeito aos preços praticados sobre os serviços oferecidos. Nesse aspecto, foram avaliados de forma generalizada os passeios, atividades e hospedagem. Assim, se obteve 7,5% que consideram barato os valores cobrados, 72,5% avaliam como razoável e 20,0% dos respondentes classificam como caro os preços praticados (Gráfico 7).

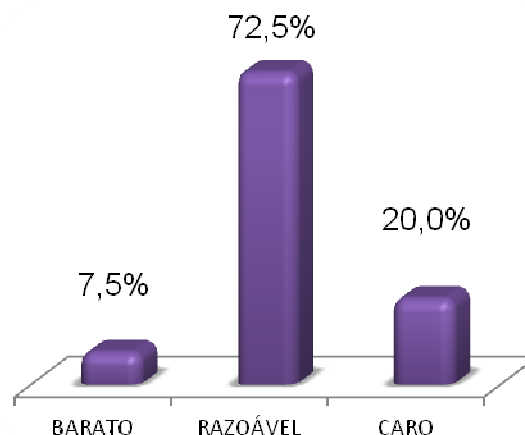


Gráfico 7: Preços cobrados nos serviços.
Graph 7: Prices charged by services.

Sob a impressão geral deixada pela região ao visitante, foram obtidos os se-

guintes resultados: do total de respondentes, 75,0% sinalizaram como ótimo, enquanto 22,5% consideram como bom e 2,5% como regular, evidenciando dessa forma, que apesar de ainda não estar estruturada em sua totalidade, a região desperta o interesse de pessoas em conhecê-la e assim constatar de perto o motivo pelo qual tem sido um dos locais do estado de Roraima que tem conseguido nos últimos anos chamar atenção, devido a sua grande beleza.

Para concluir a etapa de questões direcionadas aos visitantes, lhes foi perguntado se voltariam à região novamente. Como resultado, obteve-se 95% dos respondentes sinalizando que sim, que retornaria à região, e apenas 5% respondentes sinalizou que não (Gráfico 8).

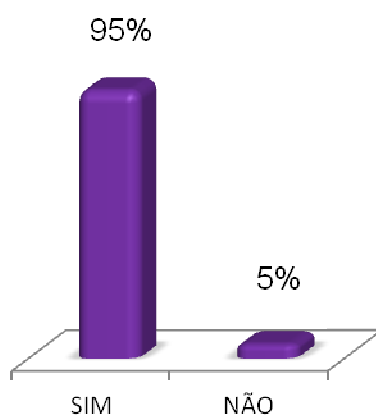


Gráfico 8: Desejo de retornar a região do Tepequém.
Graph 8: Desire to return to the region of the Tepequém

Levando-se em consideração os resultados, aqui demonstrados, nota-se que eles refletem a realidade de um local com grandes possibilidades de, quem sabe num futuro próximo, figurar entre os principais roteiros ecoturísticos da região norte, conforme expectativas de projetos já em andamento, como exemplo o da Rota - 174, que tem como principal objetivo expor para o mercado consumidor de ecoturismo e turismo de aventura, um roteiro integrado com muito verde e belas paisagens do extremo norte do país.

Nesse aspecto, estudos realizados por Mendes *et al.*, (2007) ressaltam a importância de se refletir sobre os desdobramentos evidenciados pelo ecoturismo e dessa forma trazer essas reflexões para as potencialidades existentes em diversas localidades do Estado de Roraima para a prática do mesmo. Ficou evidenciada, mediante a pesquisa, a região de Tepequém/RR, como local propício para diversas práticas que podem ser assim configuradas:

- Tirollesa: prática da travessia de montanhas, vales, lagos ou canyons, por meio de cordas, utilizando uma roldana e equipamentos apropriados. Essa modalidade de esporte radical é muito difundida no mundo inteiro;

- Cavalgada: Tipo de atividade onde se realiza percursos em meio a natureza. É o tipo de atividade especialmente indicada para terrenos acidentados ou onde o tráfego de veículos não seja possível ou permitido;
- Passeios a pé em veredas: caracterizado por caminhadas leves, de baixo impacto, no entanto Tepequém propicia ao ecoturista mais radical, opções de caminhadas com maior grau de dificuldade;
- Observação de aves: é o passeio ecoturístico que tem por objetivo observar as aves em seu habitat natural, sem interferir no seu comportamento ou ambiente;
- Cicloturismo: é uma modalidade onde a bicicleta é o meio de transporte utilizado para percorrer trilhas destinadas à esta atividade;
- Observação de fauna e flora: caracterizada pela observação de animais e plantas em seu habitat natural, frequentemente com um roteiro ou para pesquisa científica;
- Estudos do meio ambiente: é a realização de estudos na área que se está percorrendo, sobre as rochas, vegetações, águas, etc. O ideal é que esse tipo de atividade seja acompanhada por um guia, que poderá indicar áreas para pesquisa no local visitado;
- Trekking: é uma atividade de trilhas ou caminhadas, de mais de um dia de duração, por áreas naturais com relevante beleza cênica, geralmente com incursões em áreas montanhosas.

A tiroleza, o cicloturismo, o *trekking*, a observação de pássaros, a realização de estudos no meio ambiente, a cavalgada que é uma atividade plenamente viável de se inserir face à paisagem e peculiaridade do terreno. Enfim, todos esses produtos podem ser organizados e gerenciados de tal modo que possibilitem trazer significativos benefícios à região, como indução a pequenos negócios locais, geração de emprego no interior, melhoria na infraestrutura e a preservação do patrimônio natural e cultural do lugar.

Considerações finais

A Serra do Tepequém vem se destacando por ser um dos principais destinos turísticos, perto da capital do estado, recebendo vários visitantes. A atividade turística no destino vem se desenvolvendo ao longo da década de noventa, sendo atualmente um dos principais setores de fomento para a economia local, embora tenha atividade pecuária em ascensão. Desde que foi identificada a potencialidade da região para o turismo, novas empresas foram atraídas para o município, tais como: pousadas, restaurantes e outros equipamentos turísticos que foram sendo disponibilizados para o atendimento da crescente demanda.

Na percepção, da maior parte dos turistas, o destino encanta pelas belezas naturais, e a qualidade nos serviços prestados para os entrevistados é boa, entretanto, pode ser melhorada.

Em relação aos preços, passeios e hospedagem são caracterizados como razoáveis. Entretanto, quando os turistas são questionados a respeito do nível de satisfação em relação à região, a maior parte deles está satisfeita e pretende voltar.

A análise das percepções e atitudes dos residentes tem sido efetuada pela preocupação relacionada aos aspectos negativos que o turismo pode desencadear nas localidades receptoras e pelos aspectos positivos que podem ser potencializados. Os resultados parecem apontar para a satisfação relacionada aos benefícios econômicos gerados pelo ecoturismo.

Também é possível observar a percepção positiva a respeito dos benefícios culturais e da influência do turismo na cultura local, uma vez que existe uma agenda de eventos culturais. Entretanto, fatores negativos apontados foram com relação ao meio ambiente, na ótica dos entrevistados.

As análises e conclusões sobre o cruzamento das variáveis relacionadas às potencialidades do turismo na região demonstram que tanto os visitantes, empresários e residentes apreciam a atividade turística e querem o seu desenvolvimento.

Considera-se, ainda, que há necessidade de ações de planejamento turístico. O turismo na região nasceu da ação coletiva da iniciativa privada e de poder público, mas não se pode deixar de considerar que a iniciativa privada foi muito forte e empreendedora, nesse caso.

Diante dos resultados, observa-se a necessidade de um constante aperfeiçoamento do serviço turístico prestado ao visitante, e com maior preocupação com a comunidade local. Assim, o planejamento da atividade turística no município, bem como a articulação e colaboração entre os agentes envolvidos no turismo, garantirá a vitalidade do destino, bem como a proteção ambiental.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, L. L. Ecoturismo de grupos indígenas: Experiências Sustentáveis? **Tese** de Doutorado - Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém: NAEA/UFPA, 2005.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A.S. **Projeto de Pesquisa:** Propostas metodológicas. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BESERRA NETA, L. C.; COSTA, M. L.; BORGES, M. S. A planície intermontana Tepequém, Roraima, e sua vulnerabilidade erosiva. *In*: ROSA-COSTA, L. T. ; KLEIN, E. L.; VIGLIO, E. P. (Eds.) Contribuições à Geologia da Amazônia. Belém: SBG - Núcleo Norte, v.5, 2007. pp.89-100.

BRASIL. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Silvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha (Coord). Brasília: EMBRATUR. 1994.

CAMPOS, M. D. Etnociência ou etnografia de sabers, técnicas e praticas? *In*: AMOROSO, M. C.; MING, L. C. & SILVA, S. M. P. (orgs.) Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatadas. Rio Claro, UNESP/CNPQ, 2002.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1. Ed. 3ª reimpressão. – São Paulo: Atlas 2007.

FARIA, I. F. *Ecoturismo Indígena: Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo*. São Paulo: Annablume 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Edição. – São Paulo: Altas, 2010.

HANAI, F. Y. Sistema de Indicadores de Sustentabilidade: Uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil. São Carlos. **Tese** de Doutorado. ESSC/USP. São Paulo, 2009.

HINTZE, H. C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? Piracicaba. **Dissertação** de Mestrado. Escola Superior de Agricultura/USP, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011). **Banco de Dados-Cidades@. Sinopse do Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?Uf=RR>. Acesso em: 09 out. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, A. M. S. et al Ecoturismo, Preservação e Desenvolvimento Local: Algumas considerações. **Acta Geográfica** – [online]. 2007, nº2. ISSN 1980-5772.

MUNHOZ, A. N. R. Ecoturismo, Políticas Públicas e Planejamento Participativo e Comunitário no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas. Manaus. **Dissertação** de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Meio Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2010.

NASCIMENTO, F. A. TAVARES JÚNIOR, S. S; BESERRA NETA L. C. Estudo do Compartimentos Geomorfológicos na Serra do Tepequém – RR, através de fotointerpretação em imagens de sensores remotos e produtos integrados via IHS. **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.2, N.4, 2012, p.1464 – 1474.

NETO, J. C. F. Ecoturismo no Litoral do Paraná: Caminhos e Descaminhos. *Curitiba*. **Tese** de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2007.

REVISTA ROTA DOS 15 PONTOS Ano 1, nº1, jul, 2010.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

RORAIMA.-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento. CGEES. In RORAIMA. **Informações Socioeconômicas de Amajari/Roraima-2010**. Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Amajari.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo Amostral**: Calculadora on-line. Disponível em <<http://www.glaubersantos.com/calculoamostral.html>>. Acesso: 05 nov. 2011

WESTERN, D. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, K; HAWKINS, D.E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora SENAC, 1995.

Emerson Clayton Arantes: Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: emersonclaytonarantes@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3222349800613241>

Simone Briglia de Araújo: Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: simonearaujo@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7205204167097633>

Georgia Patrícia da Silva: Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: geoufpe@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8762583706265854>

Elizabete Melo Nogueira: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: betemnogueira@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7571793745280814>

Data de submissão: 29 de junho de 2013

Data de recebimento de correções: 29 de junho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

O geoturismo como segmento diferencial para o polo turístico da Chapada das Mesas: estudo de viabilidade de práticas geoturísticas no Complexo de Pedra Caída em Carolina (MA)

Geotourism as differential segment for the tourist pole of the Chapada das Mesas: feasibility study of geotouristic practices in the 'Pedra Caída' Complex in Carolina (MA, Brazil)

***Rozuila Neves Lima, Rosélis de Jesus Barbosa Câmara,
Fernando Campelo Pãozinho***

RESUMO

Diante os diversos segmentos do turismo surge algo inovador e que valoriza os aspectos geológicos e as formações do relevo em geral, unindo a arte de contemplação dos monumentos naturais à busca de conhecimento. Esta forma de agregar valor turístico ao patrimônio geológico denomina-se Geoturismo. O real sentido da prática do geoturismo, compõe-se em atividades de educação, geoconservação e interpretação de geossítios, trabalhando roteiros guiados e que instigue a conscientização de não degradar as formações e monumentos originários das ações do tempo e do relevo. Neste contexto, a pesquisa o objetivo geral da presente pesquisa é desenvolver um estudo acerca da viabilidade de desenvolvimento de práticas geoturísticas no entorno do Parque Nacional da Chapada das Mesas mais especificamente no Complexo de Pedra Caída em Carolina (MA). Trata-se metodologicamente, de uma investigação exploratória e descritiva utilizando procedimentos bibliográficos, de campo e documental. Diante da metodologia aplicada e resultados da pesquisa conclui-se que existe a viabilidade de práticas do geoturismo no Complexo de Pedra Caída.

PALAVRAS-CHAVE: Geoturismo; Geopatrimônio; Geoconservação; Parque Nacional da Chapada das Mesas.

ABSTRACT

Given the various segments of tourism is something innovative and that values the geological features and formations of the relief in general, combining the art of contemplation of the natural monuments to the pursuit of knowledge. This way of adding value to the tourist geopatrimônio called Geotourism. The real meaning of the practice of geotourism, consists of educational activities, and interpretation of geoconservation geosites working guided tours and instigate awareness of not degrading the originating formations and monuments of the actions of weather and topography. In this context, research the overall goal of this research is to develop a study on the feasibility of developing geotouristic practices surrounding the National Park of Chapada das Mesas specifically in Complex Fallen Stone in Carolina (MA, Brazil). It is methodologically of an exploratory and descriptive procedures using bibliographic and documentary field. Given the methodology and results of the research concluded that the viability of geotourism practices in Complex Fallen Stone.

KEYWORDS: Geotourism; Geological Heritage; Geoconservation; National Park of Chapada das Mesas.

Introdução

Da perspectiva de utilização do espaço geográfico para práticas turísticas surge à necessidade de se trabalhar a geoconservação, uma ferramenta de sensibilização e mobilização para proteger a geodiversidade, mais precisamente o geopatrimônio existente em um espaço ou região. Como consequência desta necessidade, originam-se os Geoparques, espaços com grande geodiversidade distribuídos em geossítios e que em sua área pode-se desenvolver atividades voltadas para a visitação e educação geoambiental. Esta forma de agregar valor turístico ao geopatrimônio denomina-se Geoturismo. O real sentido da prática do geoturismo, compõe-se em atividades de educação e interpretação de geossítios, trabalhando roteiros guiados e que instigue a conscientização de não degradar as formações e monumentos originários das ações do tempo e do relevo.

É nesse contexto que apresentamos um estudo acerca da viabilidade de práticas geoturísticas e sugestões de roteiros para o potencial da geodiversidade do Complexo de Pedra Caída, localizado no entorno do Parque Nacional da Chapada das Mesas, em Carolina – MA, como segmento complementar à oferta turística existente. Assim vemos o geoturismo como agente promotor da geoconservação a partir de estratégias de sensibilização e mobilização dos visitantes e moradores locais por meio de uma transmissão de um conhecimento e ações sustentáveis voltados para o uso dos atrativos para fins de lazer e turismo, direcionando tais princípios ao Complexo de Pedra Caída.

As propostas e discussões apresentadas resultam de estudos e pesquisas exploratória e descritiva utilizando procedimentos bibliográficos, de campo e documental realizados pelos Grupos de Estudos e Pesquisas “Turismo e Meio Ambiente” e “Gestão, Marketing e Sustentabilidade no Turismo”, com linha de pesquisa Desenvolvimento Regional e Marketing Territorial, resultado ainda de um produto monográfico.

Geoturismo: ferramenta de geoconservação como segmento turístico

O geoturismo é um segmento do turismo caracterizado por ter o patrimônio geológico como principal atrativo, e que, através de atividades de interpretação ambiental busca a compreensão dos fenômenos geológico-geomorfológicos atuantes no local visitado, assim como promover as Ciências da Terra e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas. (LOPES; ARAÚJO, 2011, p.1). Este segmento trabalha as questões voltadas para a geodiversidade e geoconservação trazendo como principais atrativos o geopatrimônio e atividades voltadas para a educação, prática de lazer e recreação envolvendo as formações geomorfológicas (relevo, rochas, minerais, fósseis e solo) e geológicas (grutas, desfiladeiros e montanhas).

Um dos primeiros pesquisadores a trabalhar a questão da definição de Geoturismo foi Thomas Hose em 1990, mas se faz importante destacar que antes dos estudos deste pesquisador, já se praticava o geoturismo só que ainda sem denominações e características que o definissem, como afirma Lopes e Araújo (2011, p.2).

A partir das concepções de Hose (1995 *apud* NASCIMENTO; RUCHKYS; MANTESSO-NETO, 2007, p.40) o Geoturismo é a provisão de facilidades interpretativas e serviços para promover o valor e os benefícios sociais de lugares e materiais geológicos e geomorfológicos e assegurar sua conservação, para uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesse recreativo ou de lazer.

A ideia do geoturismo começou a se concretizar principalmente a partir da criação dos Geoparques. O que pode se observar é que, com a valorização da geodiversidade por meio da geoconservação gerou-se espaços voltados para a proteção e desenvolvimento de atividades de sensibilização, os Geoparques, e a partir deles percebeu-se que era possível realizar atividades turísticas com o objetivo de levar ao público noções de geoconservação, demonstrando como se modifica o ponto de vista do cidadão a partir do momento em que ele agrega valor a uma rocha, por exemplo, seu olhar se molda a buscar novas respostas para entender os processos que originaram o planeta, uma aula de evolução histórica capaz de instigar uma nova concepção acerca dos recursos naturais.

Alguns autores e pesquisadores enquadram o geoturismo como parte do ecoturismo, sendo considerado como subsegmento. Analisando tais afirmações percebemos que as características de cada um dos dois segmentos possuem semelhanças, mas não devemos confundir seus objetivos e planos de estudo e foco. De modo geral os atrativos geoturísticos são definidos como contrastes geológicos, falhas de relevo, montanhas, cachoeiras, vales, cavernas entre outros. Segundo Lopes e Araújo (2011, p.3),

O ecoturismo, assim como o geoturismo também envolve a sustentabilidade dos locais de visitação, porém, mesmo citando o patrimônio natural como parte dos atrativos, a geodiversidade não é contemplada, ficando apenas como um pano de fundo para a biodiversidade. Isto deixa claro que, as atividades geoturísticas entram em ação para complementar a oferta em um espaço onde já exista a prática do ecoturismo, mas que não abrange a geodiversidade e a proteção do geopatrimônio.

Para explicar e diferenciar o geoturismo do ecoturismo, Silva (2008, p. 150) diz que:

[...] o patrimônio natural não envolve somente as formações biológicas, mas também as geológicas; porém, no ecoturismo, as formações geológicas não são tratadas com mesmo grau de profundidade, embora os aspectos associados ao meio abiótico, especialmente o relevo, também sejam atrativos importantes para o ecoturismo. Os maiores apelos a esse segmento são, sem dúvida, os atrativos relacionados ao meio biótico (fauna e flora).

Em suma, o que deve ficar claro é que, todos os segmentos do turismo ligados à natureza promovendo práticas sustentáveis ao meio ambiente estão intimamente ligados, não trabalham de forma isolada e em um mesmo espaço podem compartilhar atividades simultâneas proporcionando ao visitante uma percepção holística acerca da conservação dos espaços como ferramenta fundamental de sobrevivência dos próprios atrativos (Figura 4), recursos muita das vezes não renováveis. O objetivo comum entre tais segmentos pode ser descrito por Silva (2008):

Portanto, entende-se que o ecoturismo seria o segmento do turismo que trata mais especificamente do meio biótico (biodiversidade) como atração turística, enquanto o geoturismo teria o meio abiótico (geodiversidade) como principal atrativo. Deve-se lembrar, no entanto, que ambos os segmentos estão sempre se desenvolvendo, de forma a promover a proteção do patrimônio natural, histórico e cultural da região visitada. (SILVA, 2008, p. 150).

Ao analisar tais concepções percebe-se a evolução das ideias de realização do turismo, atualmente, consegue-se englobar vários segmentos a partir de diversas atividades em um mesmo espaço ou território turístico, os atrativos potenciais podem compartilhar novas experiências face aos novos modelos de abordagem de utilização dos equipamentos e serviços para qualidade e satisfação do visitante.

O geoturismo é utilizado como estratégia de geoconservação, engloba também a preocupação com o desenvolvimento local, uma vez que, assim como qualquer outro segmento do turismo que gera indicadores econômicos para uma comunidade, o geoturismo não se torna diferente. Lopes e Araújo (2011) complementa que o geoturismo promove a geoconservação do patrimônio geológico e envolve as comunidades locais através das atividades econômicas sustentáveis, aumentando a oferta de emprego e renda e beneficiando o turista a partir da disponibilização de serviços, produtos e suprimentos.

No Brasil só em 2000 começou-se a promover tal segmento, em pequenos focos destacando o Geoparque do Araripe no Estado do Ceará, o primeiro das Américas, atividades geoturísticas nos Estados do Rio de Janeiro e Paraná por exemplo. De acordo com Silva (2008, p. 150),

No Brasil, uma das primeiras providências para se desenvolver o geoturismo é a identificação de aspectos geológicos que possam vir a se tornar atrativos turísticos. Sem dúvida, muitos exemplos de locais de interesse geoturístico já eram atrações, mesmo antes de os geocientistas os terem estudado. Alguns são verdadeiros cartões-postais do Brasil, que servem, inclusive, para identificar o país na atração de turistas do exterior, com destaque para Cataratas do Iguaçu, Pão de Açúcar e Lençóis Maranhenses.

O Geoturismo se apoia no tripé geodiversidade, patrimônio geológico e geoconservação. A essência do Geoturismo está na realização de atividades lúdico-educativas abordando conhecimentos básicos sobre o geopatrimônio, tratando da identificação dos geossítios, demonstrando a importância da conservação e do desenvolvimento sustentável da comunidade envolvendo a geração de renda e a promoção do espaço como atrativo turístico.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas

Em toda a extensão territorial do Estado do Maranhão é possível observar a grande diversidade de biomas, distribuídos de forma a originar todo o complexo natural que se encontra nesta unidade federativa. De acordo com o Plano Maior, elaborado pelo Governo do Estado do Maranhão os destinos turísticos do Maranhão se dividiram inicialmente em 5 (cinco) Polos receptores principais: São Luís, Lençóis Maranhenses, Chapada das Mesas, Delta das Américas e Floresta dos Guarás agregando valores culturais, naturais e instigando o trabalho compartilhado por meio de roteiros direcionados aos principais segmentos do turismo trabalhados em cada região.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas, criado em 12 de dezembro de 2005, classificado enquanto Unidade de Proteção Integral, nomenclatura segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, foi uma iniciativa federal com o objetivo de minimizar os impactos ambientais que estavam sendo causados naquela região de cerrado que abriga grande parte da fauna e flora nativa de vegetação tipo savana. De acordo com Galinkin *et al.* (2004 *apud* MORAES; LIMA, 2007, p.4057),

[...] a região Sul do Estado do Maranhão, onde se localiza a Chapada das Mesas, tem um valor considerável para a manutenção da biodiversidade brasileira, uma vez que atua como ecótono, área de transição ambiental, entre três biomas: Cerrado, Amazônia e Caatinga, portanto, com potencial para abrigar altos níveis de riqueza e abundância de espécies da flora e fauna.

O relevo da região é formado por 4 níveis de formação rochosa, uma delas é a sambaíba, forma morros e chapadas, de composição sedimentar e mais precisamente de arenito. As rochas possuem de 230 a 240 milhões de anos no período Triássico da Era Cenozoica. Outra característica das rochas da região é a presença de ferro e alumínio que formam a laterita, uma rocha escura e que absorve calor.

Acredita-se que em períodos remotos da história do planeta, essa região, onde hoje é o Parque Nacional da Chapada das Mesas já foi fundo de mar e que com a ação eólica e pluvial com o tempo causou um processo de erosão, dando origem aos Canyons. Nesta proposta de estudo, destaca-se como segmento diferencial para desenvolvimento do turismo e reconhecimento do valor da geodiversidade presente no Parque Nacional da Chapada das Mesas, o geoturismo, capaz de diferenciar o produto turístico pelo ponto de vista econômico, agregar valores sustentáveis aos geossí-

tios e incentivar as práticas de ações interpretativas e de educação geoambiental através de uma gestão de ideias compartilhadas por meio de roteiros geoturísticos com foco na geoconservação, educação e práticas de esporte e lazer aos turistas. Dentre Unidades de Conservação existentes no Maranhão, destaca-se neste estudo o Parque Nacional da Chapada das Mesas localizado na região sudoeste do Maranhão (Figura 1).



Figura 1: Mapa com a localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas.
Figure 1: Map showing the location of the National Park of Chapada das Mesas.

Fonte: Brasil (2007, p.3).

Source: Brasil (2007, p.3).

No Estado do Maranhão, o geoturismo ainda não é explorado como um segmento mercadológico, o que justifica a relevância deste trabalho, de propor sugestões de roteiro a partir do geoturismo no Complexo de Pedra Caída, sítio localizado na Zona de Amortecimento no Parque Nacional da Chapada das Mesas.

Conhecendo o Complexo de Pedra Caída

O Complexo de Pedra Caída localiza-se a aproximadamente 32 km da cidade de Carolina-MA às margens da rodovia BR 230, trecho que liga os municípios de Carolina e Estreito, ambos na região sudoeste do Maranhão e está aproximadamente a 865 km da capital do estado, São Luís. O Complexo apresenta uma estrutura turística dotada de equipamentos e serviços agregados aos diversos atrativos naturais distribuídos em uma área total de 10.600 hectares de terra (Figura 2).



Figura 2: Visão aérea do Complexo de Pedra Vaída.

Figure 2: Aerial view of the Complex of Pedra Caída.

Fonte: Google Mapas. (Em: 16 de jul. 2012.).

Source: Google Maps. (On: 16 July 2012.).

O Complexo de Pedra Caída é uma área particular com forte interesse turístico, possui uma vasta diversidade no que tange seu geopatrimônio e utiliza o turismo como ferramenta de sensibilização e mobilização dos visitantes e comunidade residente em suas proximidades. O complexo já oferece as atrações naturais aos visitantes desde 1986. Em 2006 o atual proprietário, senhor Pedro Iran Pereira do Espírito Santo, o PIPES, comprou o complexo, conquistou com êxito, bons resultados no que diz respeito a melhorias e expansão da estrutura física de todo o espaço turístico de Pedra Caída, tornando-se um modelo empreendedor de gestão de equipamentos turísticos da região do Polo turístico da Chapada das Mesas.

Hoje, o Complexo de Pedra Caída é uma referência de práticas de turismo, pois dispõe de uma variedade de atrativos naturais como cachoeiras, cavernas, *canyons*, piscinas naturais adaptadas, morros propícios para realização de atividades ligadas ao ecoturismo como trilhas, contemplação da fauna e flora, cachoeiras e experiências voltadas ao turismo de aventura como realização de *trekking*, rapel, tirolesa, arvorismo e escalada. O que se pode perceber é que todos estes segmentos estão atrelados a uma superfície espacial de uma exposição visível de geodiversidade. As características de vegetação tipo cerrado denotam ao relevo uma percepção de diversificação de geossítios, incluindo monumentos naturais formados por agentes internos e externos do relevo como erosão eólica ou pluvial agregados a certo valor notável para apreciação e estudo.

Diante destas características singulares, o Complexo de Pedra Caída está organizado estruturalmente com espaços de apoio ao visitante, em uma área receptiva, nas demais áreas estão dispostos os principais atrativos e seus valores agregados para a realização do turismo em vista a práticas de conservação. Em sua estrutura física, o sítio dispõe de portão de entrada, salão de recepção, hospedagem, área de lazer, restauração, banheiros e estacionamento. Além dessa estrutura destacam-se abaixo os principais geossítios de grande interesse e valor geoturístico:

Geossítio Santuário de Pedra: Distante 900 metros e tem como valor de interesse o conhecimento da formação rochosa, lazer e contemplação (Figura 3). O acesso é feito por trilha suspensa por meio de passarelas de madeira e em algumas etapas do trajeto encontram-se rampas. Durante o percurso, de 2 horas, pode-se perceber a variação da mudança de clima seco para úmido quando da aproximação do Santuário de Pedra Caída, uma caverna com uma fenda em sua parte superior de onde forma-se a cachoeira com uma queda média de 50 metros.



Figura 3: Cachoeira da Caverna. **Figure 3:** Cachoeira da Caverna.
Fonte: Pedra Caída (2012). **Source:** Pedra Caída (2012).

Ao longo do trajeto (Figura 4) pode-se observar paredões rochosos e pedras diversas com características arenosas com fácil teor de desgaste dependendo do agente causador.

Geossítio Cachoeira da Caverna e Capelão: Distante 6 km (Figura 5). Tem como valor de interesse o conhecimento sobre cavernas, aventura, lazer e recreação. O percurso de 3h e meia é realizado com transporte tipo tração, próprio para o tipo de terreno. Neste roteiro a paisagem possui seu diferencial em um percurso em trilha de um nível leve, com mata do tipo ciliar e no centro de interesse encontra-se uma caverna com uma fenda que vai de encontro a uma cachoeira que forma um poço com aspecto da água de cor clara. A caverna torna-se um dos diferenciais deste roteiro e pode ser trabalhada sob uma perspectiva mais geológica.



Figura 4: Percurso em trilhas até o Santuário de Pedra Caída.

Figure 4: trek to the Sanctuary of Pedra Caída.

Fonte: Fernando Pãozinho (Em 5 de maio de 2012).

Source: Fernando Pãozinho (On May 5, 2012).

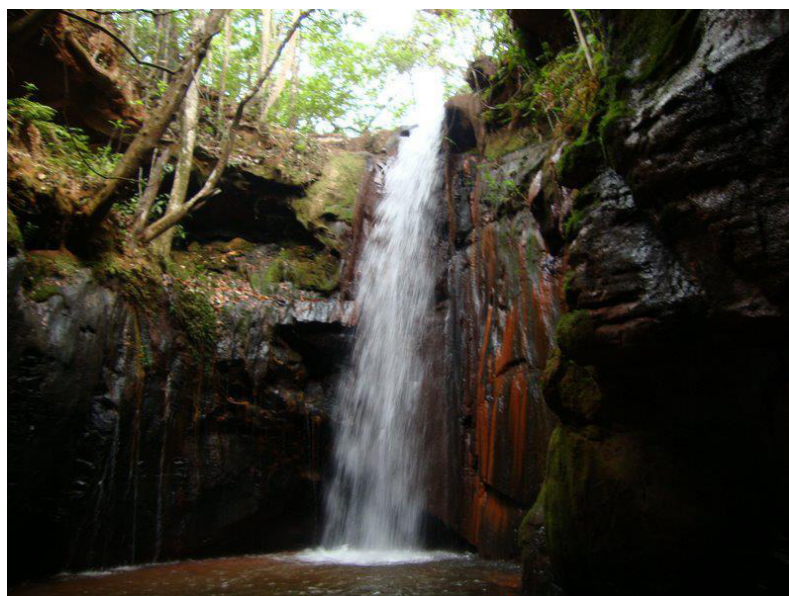


Figura 5: Cachoeira da Caverna. **Figure 5:** Cachoeira da Caverna.

Fonte: Fernando Pãozinho. (Em 5 de maio de 2012). **Source:** Fernando Pãozinho (On May 5, 2012).

Geossítio Cachoeira da Pedra Furada: Distante 5km e tem como valor de interesse aventura, contemplação e lazer. O percurso de 3 horas é feito por meio de trekking (caminhada). A Cachoeira de Pedra Furada não é um percurso indicado para idosos e crianças pelo seu nível de dificuldade. A trilha leva a uma variedade de cenários envolvendo morros, chapadões e rio.

Geossítio Cachoeira Garrote e Porteira: Distante 9 km e tem como valor de interesse aventura, contemplação e lazer. O deslocamento com transporte *off-road* até a Cachoeira do Garrote a 6 quilômetros e mais 3 quilômetros até a Cachoeira Porteira, com duração de 3 horas. As características da geodiversidade presente no percurso compreendem formações de rochas arenosas e sedimentares assim como os outros geossítios. Roteiro indicado para idosos e crianças pelo seu fácil acesso.

Geossítio Brilho: Distante 3,5 km e tem como valor de interesse aventura, contemplação e lazer. O percurso, com 2 horas, compreende 2 quilômetros de caminhada, tendo como referencial a sede do Complexo de Pedra Caída, em cerrado e 1 quilômetro através de hidro *trekking* (caminhada pelo curso d'água) até a Cachoeira. A Cachoeira Brilho localiza-se próximo a outro ponto de interesse, a Cachoeira da Lua, esta por sua vez, localiza-se a aproximadamente 3 quilômetros de percurso. Sua beleza cênica compreende uma paisagem natural, com caráter geoturístico com valor de interesse propício para lazer.

Esses atrativos podem ser denominados como geossítios, devido às suas características geológicas, atribuindo assim valor geoturístico e desenvolvendo em cada ponto atividades dinamizadas envolvendo painéis interpretativos entre outras ações que possibilitem a apreciação do público observador. Percebe-se que são as cachoeiras que atuam como atrativos em destaque, Além destes pontos de interesse destacados anteriormente, as modificações do relevo local permitem a realização de práticas de esporte de aventura, onde se agregou valor turístico à geodiversidade possibilitando atividades de Tirolesas, de Rapel, de Arvorismo, de Trilhas, e a observação da Ponte Pênsil que possibilita o visitante contemplar o cânion próximo ao Santuário de Pedra Caída. Dessa forma deve-se, proporcionar ao público potencial, inovações a partir de criação de novos pontos envolvendo monumentos naturais de grande notoriedade, destacando no percurso áreas que possam surpreender a percepção dos mesmos envolvendo a geodiversidade propondo assim um sentido a mais as paisagens do Complexo de Pedra Caída.

Nos percursos guiados, os monitores ambientais preocupam-se em transmitir informações sobre educação ambiental, conhecimentos sobre tipos de rocha, história geológica dos pontos de interesse e como forma de manutenção e controle é permitida apenas uma quantidade de 15 a 20 pessoas por passeio levando em consideração a capacidade de carga das trilhas e dos geossítios. Isso demonstra que no Complexo de Pedra Caída, as atividades desenvolvidas já tendem ao geoturismo, apenas não possuem uma divulgação e classificação concreta acerca de tal segmento, de modo que as atividades não são baseadas em parâmetros e índices de desenvolvimentos a

nível nacional ou internacional. Por ser um segmento novo no turismo, em termos de classificação de modalidade, o geoturismo ainda se mistura e é confundido dentro de outros segmentos.

Diagnóstico do complexo de Pedra Caída

A segmentação deste tipo de mercado depende da posição em que evidencia a promoção deste tipo de turismo, uma vez que, o proprietário do Complexo ainda não investiu estrategicamente na elaboração de roteiros formatados com as características do geoturismo. Para se desenvolver o geoturismo nas dependências do Complexo de Pedra Caída é necessário realizar um planejamento estratégico para implantação capaz de direcionar as principais ações e aliar a uma nova construção de imagem demonstrando as potencialidades da geodiversidade com o foco para atrair públicos com motivações científicas e também voltados para a educação geoambiental, oferecendo produtos geoturísticos diferenciados, sendo assim uma estratégia que fortalece a prática do ecoturismo e do turismo de aventura, influenciando na imagem do destino, principalmente se a proposta de implantação atingir níveis positivos como na criação de um Geoparque, por sua vez pode ser credenciado em uma rede internacional. Essa estratégia contribui, sobretudo, para o ordenamento territorial e o desenvolvimento sustentável do Polo Turístico da Chapada das Mesas, assim tratado face ao mercado turístico do Estado do Maranhão.

Uma das mais relevantes vantagens do geoturismo é a possibilidade de ser desenvolvido no interior dos Geoparques, isto o diferencia pelos padrões de rede internacional conferindo ao visitante, atividades geoturísticas reforçadas pelos modelos da UNESCO. De modo geral os atrativos geoturísticos são definidos como contrastes geológicos, falhas de relevo, montanhas, cachoeiras, vales, cavernas entres outros. Outro aspecto relevante está no fato de que os autóctones deste processo devem ser beneficiados com a geração de empregos, participação econômica nos espaços geoturísticos e principalmente se estabelece como critérios de sensibilização social fazendo com que a própria comunidade agregue valor à geodiversidade para a conservação e proteção de territórios que fazem parte de sua identidade. É importante conhecer as condições atuais do Complexo de Pedra Caída para se perceber a viabilidade de práticas geoturísticas

Os aspectos positivos do Complexo são as estruturas, os equipamentos e os serviços diferenciados dos demais empreendimentos do Polo Turístico Chapada das Mesas, possui roteiros diferenciados, assim como diversas características que evidenciam a geodiversidade da região. Todos os condutores ambientais possuem um bom nível de conhecimento acerca dos atrativos turísticos existentes e possuem noção mínima sobre o que significa o geoturismo. Outro aspecto importante trata-se da inserção da comunidade, pois todos os colaboradores, incluindo os condutores ambientais, moram na região, e isto, abre uma grande vantagem em vista que, sua identidade está presente nos conhecimentos repassados aos visitantes e no domínio das informações também absorvidas acerca da preservação do seu próprio patrimônio natural.

Compondo o cenário negativo estão as dificuldades na comunicação com o Complexo de Pedra Caída para compra antecipada dos serviços e para obter informações, assim como dificuldade na logística de transporte/modalidade de acesso dos visitantes que se hospedam em Carolina. As ameaças estão na degradação da geodiversidade, onde muitas das rochas de composição sedimentar são riscadas como ato de vandalismo, causando modificações na paisagem e, conseqüentemente, avanço no processo de erosão das rochas (Figura 6).



Figura 6: marcas da degradação dos atrativos (geopatrimônio) no trajeto do roteiro ao Santuário de Pedra Caída.

Figure 6: Marks of degradation attractive (geopatrimony) in the path of the tour to Sanctuary Pedra Caída.

Fonte: Fernando Pãozinho. (Em 5 de maio de 2012). **Source:** Fernando Pãozinho (On May 5, 2012).

Ressalta-se ainda um desconhecimento do potencial geoturístico, o que não favorece a iniciativa de elaboração de roteiros temáticos e de investimento em materiais alternativos de divulgação deste novo segmento trabalhado.

Da situação acima verificamos oportunidade para melhorias deste cenário em Pedra Caída. Considerando-se as características de seu geopatrimônio identificamos a possibilidade do desenvolvimento do geoturismo a partir da criação de programas direcionados ao público-alvo envolvendo a sensibilização aliada aos aspectos de lazer e recreação que já se oferece. Como perspectiva de adaptação do Complexo de Pedra Caída, vislumbra-se também a chance de servir como *loco* inicial do trabalho do geoturismo e, conseqüentemente, o pioneirismo em informações para a criação do Geoparque da Chapada das Mesas, uma vez que, o Estado do Maranhão até o momento da pesquisa não possui nenhum geoparque.

Sugestões de ações e atividades para a prática do geoturismo no Complexo de Pedra Caída

Diante do estudo de viabilidade da implantação do geoturismo no Complexo de Pedra Caída como segmento capaz de agregar valor à geodiversidade local propõe-se algumas sugestões envolvendo ações de gestão e atividades práticas com características e padrões voltados para a atividade geoturística, uma vez que, o espaço delimitado para estudo constitui-se uma etapa inicial de trabalho para a sensibilização do reconhecimento das oportunidades que tal segmento pode trazer como agente de conservação e promoção do destino turístico Chapada das Mesas como Polo pioneiro do trabalho com o geoturismo no Estado do Maranhão.

Como formas de estruturas para desenvolver o geoturismo, os geoparques, complexos ou similares devem possuir uma estrutura composta por painéis interpretativos ao longo dos roteiros, identificando cada geossítio, guias de turismo com especialização específica, publicações por meio de folhetos informando dados do local e dos atrativos bem como disseminar práticas de educação ambiental, centro de visitantes com capacidade adequada e dotado de um espaço para exposição e outras atividades lúdico-científicas com o objetivo de dar o suporte necessário ao visitante e realizar ações introdutórias acerca do geoturismo

Ao perceber as instalações do Complexo de Pedra Caída e todos os seus roteiros com atrativos que podem ser considerados de apelo geoturístico por suas características e especificidades de vegetação tipo cerrado propõe-se as seguintes ações:

Trilhas e Painéis Interpretativos

Para que se promova a educação geoambiental e a satisfação de uma boa prestação de serviço ao turista, deve-se primeiramente, segundo Nascimento, Ruchkys, Mantesso-Neto (2008), fazer uma boa relação entre os pontos de interpretação e assuntos de interesse geoturísticos. Por meio do estudo e entendimento específico, o condutor pode tornar o roteiro ainda mais interessante, explicando as especificidades da área e relacionando-a a atividades que envolvam dinâmica. Exemplo de assuntos que podem ser explorados na interpretação com foco no conhecimento do geopatrimônio ainda segundo os mesmos autores, são:

- a) Solos, ciclo das rochas, tectonismo, falhas e fraturas, estratificação, evolução das variações do relevo ao longo das eras geológicas na região do Parque Nacional da Chapada das Mesas;
- b) Processos erosivos; Organização das camadas do Arenito nos monumentos e formações em Pedra Caída;
- c) Feições do relevo; intemperismo químico e biológico; falha geológica; processo de formação dos *canyons*;

d) Evolução das vertentes, rupturas de nível e divisores de águas; granulometria dos sedimentos, características singulares da geodiversidade local.

Ao longo das trilhas interpretativas devem existir sinalizações informativas e painéis interpretativos dinâmicos com informações e imagens variando entre mapas de localização e outros pontos de curiosidade disponíveis com caráter educativo e de sensibilização contra a degradação do patrimônio geológico local levando o visitante a se envolver nesta experiência de conhecimento e lazer.

Dessa forma, a cada geossítio, o condutor pode ter o auxílio do painel para que as informações sejam repassadas de forma satisfatória e o passeio torne-se mais temático, trazendo o geoturismo como segmento turístico de apreciação e valorização. As vantagens deste tipo de estratégia de interpretação podem ser percebidas de forma que as informações sejam mais acessíveis e concretas, possibilitando mais liberdade ao visitante em estabelecer seu próprio ritmo de passeio.

Elaboração de folhetos, cartilhas e mapas de localização dos roteiros.

A entrega de material informativo leva a uma estratégia capaz de tornar a sensibilização ainda mais interessante, em vista que, o turista poderá ter em mãos um material de apoio para acompanhar durante os percursos da visita. Esse material pode ser distribuído logo no início quando do repasse de informações no salão de recepção. Esse material deve conter informações mais detalhadas sobre a geodiversidade do local, destacando o geopatrimônio e repassar dicas de orientações de geoconservação. O mesmo pode ainda, ser uma possibilidade do turista, levar consigo informações relevantes que podem ser utilizadas como estratégia de marketing, na divulgação das atividades realizadas no Complexo de Pedra Caída.

Outras atividades e ações que podem ser desenvolvidas nas dependências do Complexo de Pedra Caída se referem à realização de exposições da geodiversidade local, da prática de esportes radicais, com disponibilização de oficinas voltadas para a educação geoambiental, introduzindo princípios de sensibilização com crianças, possibilitando que escolas agendem passeios e isto fortalece ainda mais a associação da imagem ao produto geoturístico.

Para que a comunicação torne-se eficaz entre os turistas e o Complexo de Pedra Caída, seria interessante disponibilizar uma loja ou centro de apoio ao visitante na cidade de Carolina-MA, em vista que, a maior parte dos visitantes se hospeda na sede, logo a partir do centro de apoio, seria possível captar uma demanda mais segmentada e a venda de um *voucher* ou cartão para identificar os serviços a serem utilizados no Complexo de Pedra Caída. Deve-se pensar também na logística de transporte dos visitantes, para complementar ainda mais o leque de serviços oferecidos, o Complexo de Pedra Caída poderia oferecer o transporte da sede do município de Carolina-MA até o próprio complexo.

Implantando um sistema de Gestão do Espaço

Conforme o diagnóstico realizado, o contexto é favorável para a prática do geoturismo no Complexo de Pedra Caída. As iniciativas devem ser assumidas por diferentes atores. A partir do proprietário com a participação de outros atores, produzem sinergias, ajudando a consolidar o capital social territorial, que envolve o Complexo. As intervenções serão orientadas no sentido de fortalecer a prática do geoturismo no Complexo, e produzir efeitos multilaterais em cadeia em outros setores.

Com suas iniciativas e esforços, os atores locais podem contribuir significativamente para melhorar ou criar condições de desenvolvimento em três sistemas interdependentes: o *econômico*, o *social* e o *ambiental*. Assim, à medida em que as iniciativas e o relacionamento intersetorial se fazem de maneira articulada, a prática do geoturismo se fortalecerá produzindo efeitos em cadeia visando assim o desenvolvimento territorial (integral e competitivo), do Complexo de Pedra Caída para o Pólo Chapada das Mesas.

A Gestão integrada no Geoturismo alia-se ao planejamento sustentável, possibilitando que o visitante, ou geoturista, possa consumir um produto econômico que traga resultados satisfatórios como a preservação e conservação do espaço e a inclusão da comunidade. Em pesquisa constatamos como ações os cursos de monitores ambientais ofertados pelo IBAMA e SEBRAE e a presença do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade que realiza inspeção nos atrativos, pois o Complexo está localizado na Zona de Amortecimento do Parque Nacional da Chapada das Mesas.

Mesmo possuindo um acompanhamento na manutenção dos atrativos, por parte do Instituto Chico Mendes e a capacitação de guias condutores, os impactos negativos são visíveis. Assim como o trabalho e a preocupação que tem os guias em limpar os atrativos todos os dias. Devido à fragilidade do seu patrimônio geológico, independente de se implantar a prática do geoturismo no local, necessita-se desenvolver um controle de conservação, uma vez que, muitos dos visitantes acabam degradando as formações rochosas, influenciando na degradação de tais cenários. Portanto sugerimos a ferramenta de gestão EDIL – Educação, Infraestrutura e Liderança, elaborada por Héctor Sanin Ángel – Consultor ILPES. Essa ferramenta tem por objetivo proporcionar experiências qualificáveis e bem sucedidas a partir da gestão sinérgica dos três componentes: educação cidadã, condições físicas e controle, para garantir o adequado uso do equipamento público.

Um programa de educação dos usuários, instrui os visitantes sobre a importância de fazer bom uso do espaço, da paisagem das instalações durante os passeios. Este programa pode ser feito com brigadas juvenis, com recreação pedagógica dirigida a grupos, com lemas e avisos que estimulem à preservação. E, para que os esforços de educação obtenham resultados positivos, são necessárias condições adequadas de infraestrutura, como criar as condições físicas e operativas com a finalidade de que os usuários aceitem, sem desconforto, as medidas de conservação, como recipientes para

jogar o lixo suficiente e adequadamente dispostos, boa sinalização, criação de um ambiente funcional e estético e sua boa manutenção a cargo da administração. E, as ações educativas, apoiadas em condições adequadas de infra-estrutura, se reforçam com liderança por meio de medidas de controle para garantir o comportamento desejado nos usuários, assim, o controle deve ser exercido, com advertências, pelos guardas do parque e com medidas de punição formadora aos infratores das normas de conduta e de preservação do ambiente.

O “EDIL” é uma ferramenta de gestão que funciona com a articulação integral do tripé - educação, infraestrutura e liderança - como visualizamos na figura abaixo. É necessário sinergia para o sucesso do funcionamento.

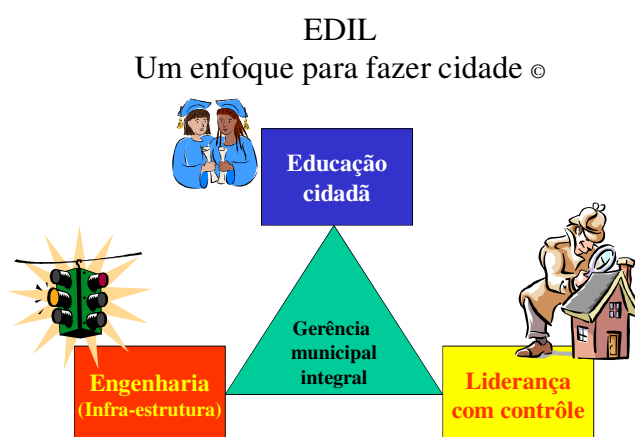


Figura 7: tripé do Sistema EDIL.

Figure 7: tripod of EDIL System.

Fonte: Héctor Sanin Ángel, Consultor ILPES (2007).

Source: Héctor Sanin Ángel, Consultor ILPES (2007)

Com essa ferramenta de gestão é possível evitar a entropia, ou seja, os impactos negativos que a presença de visitantes pode causar no espaço e no patrimônio geológico do Complexo de Pedra Caída.

Considerações Finais

As concepções trabalhadas nesta pesquisa deram ênfase à geoconservação a partir do segmento do geoturismo como principal meio de transmissão desta sensibilização acerca do reconhecimento e valorização do geopatrimônio.

Conclui-se com a pesquisa a viabilidade da prática do geoturismo no Complexo de Pedra Caída em Carolina – MA, diante das características de sua geodiversidade. Observa-se ainda que a formatação deste segmento necessita de um planejamento tu-

ristico que vise aos padrões de elaboração de roteiros e criação de estruturas voltadas para o geoturismo e assim o Complexo de Pedra Caída, localizado na Zona de Amortecimento do Polo Turístico da Chapada das Mesas, ser o pioneiro no desenvolvimento deste segmento no Maranhão. O estudo propõe melhorias nos roteiros e sugere a implantação de uma ferramenta de gestão para garantir a preservação do patrimônio geológico do Complexo.

Diante da viabilidade da prática do geoturismo no Complexo de Pedra Caída, acredita-se na possibilidade de estudos visando propor para o Parque Nacional da Chapada das Mesas, a criação de um geoparque, uma vez que, no Estado do Maranhão ainda não existe nenhum Geoparque. Nessa perspectiva será natural o surgimento de nichos de mercado modificando a cadeia de negócio para sustentar esse novo segmento, o geoturismo.

Essas ações podem subsidiar pesquisas mais amplas, que envolvam todo o território do Parque Nacional da Chapada das Mesas, relacionando aspectos da geografia em geral com a atividade turística, demonstrando a geodiversidade através de práticas sustentáveis.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R.A. **Geografia e cartografia para o turismo**. ed. rev. e ampl. São Paulo: IP-SIS, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 31 de janeiro de 2006**. Altera o art. 1º do Decreto de 12 de dezembro de 2005, que cria o Parque Nacional da Chapada das Mesas, nos Municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no Estado do Maranhão. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10759.htm>. Acesso em: 16 maio 2012.

CHAPADA das mesas... **Revista roteiros do Maranhão**, ano 1, n. 1., p. 8-9, nov. 2009a.

FUNDAÇÃO SOS Chapada do Araripe... [S.l.: s.n.], 2012.

Disponível em: <<http://verdejandonoradio.blogspot.com.br/2010/05/fundacao-sos-chapada-do-araripe-recebe.html>>. Acesso em 15 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Relatório técnico do sobrevôo na área abrangida pelo Parque Nacional da Chapada das Mesas e entorno**. [S.l.]: IBAMA. 2005.

LIRA, I. S. **Metodologia para a elaboração estratégias de desenvolvimento local. Coleção de transparências do curso "Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local"**. Brasília, 2009.

SANÍN, H. **Coletânea de transparências do curso "MBA – CEPAL Gestão de Projetos para Desenvolvimento de APLs"**. Brasília, 2007.

PÃOZINHO, F.C. O geoturismo como segmento diferencial para o polo turístico da chapada das mesas: estudo de viabilidade de práticas geoturísticas no Complexo de Pedra caída em Carolina-MA. 2012. 121 f. **Monografia** – Universidade Federal do Maranhão, 2012.

NASCIMENTO, M. A. L., RUCHKYS, U. A., MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. Natal: Central Zila Mamede, 2008.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. Geoturismo: um novo segmento do Turismo. **Revista de Turismo**. v. 2., n. 3. dez, 2007. Disponível em: http://www.redeapasul.com.br/quadrilatero_ferifero/Geoturismo_Um_Novo_Segmento_do_Turismo.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2012.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo. Patrimônio geológico e geoconservação no quadrilátero ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. 2007. f. **Tese** (Doutorado em Geologia)–, Instituto de Geociências da UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MPBB-76LHEJ/1/tese_ursula_ruchkys.pdf>. Acesso em 14 fev. 2012.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PESQUENAS EMPRESAS. **Estudo de capacidade de carga turística do destino de Carolina**. [S.I.]: SEBRAE [2009?].

Rozuila Neves Lima: Universidade Federal do Maranhão, São Luis, MA, Brasil.

Email: rozuila@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4654403359646517>

Rosélis de Jesus Barbosa Câmara: Instituto Universidade Federal do Maranhão, São Luis, MA, Brasil.

Email: zelis.camara@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1995690638678298>

Fernando Campelo Pãozinho: SEBRAE, São Luis, MA, Brasil.

Email: nando.camp@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1676558237174208>

Data de submissão: 30 de junho de 2013

Data de recebimento de correções: 30 de junho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Etnoturismo e etnoecologia: possibilidades para o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas

Ethnic tourism and ethnoecology: possibilities for a sustainable development at the indigenous communities

Elizabete Melo Nogueira, Georgia Patrícia da Silva, Canrobert Penn Lopes Costa Neto, Márcia Teixeira Falcão, Raimunda Maria Rodrigues

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de discutir e refletir sobre a prática do etnoturismo em comunidades indígenas sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as contradições, interseções e relações entre os dois temas. Buscou-se além de uma discussão teórica, mergulhar em um caso prático para entender como o etnoturismo pode ser utilizado de maneira sustentável na Terra indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), região Ingarikó, a partir do mapeamento das relações entre usos e conhecimentos dos indígenas desta região, utilizando a etnoecologia. A pesquisa tem caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Identificou-se que o ecoturismo embora ressalte a preservação do ambiente é ao mesmo tempo nocivo aos recursos naturais quando não planejado. As comunidades indígenas pesquisadas acreditam que a inclusão dessa atividade produtiva promoveria mudanças para a população, considerada marginalizada, pois esta passaria a ter acesso a mecanismos de produção, sejam eles materiais ou de caráter social e cultural. Neste sentido, o ecoturismo poder ser um caminho para o desenvolvimento sustentável associando-se à etnoecologia. Para tanto, faz-se necessário um planejamento visando à identificação das estratégias mais adequadas para cada comunidade, conforme desenvolvimento local almejado.

PALAVRAS-CHAVE: Terra Indígena Raposa Serra do Sol; Desenvolvimento Sustentável; Etnoturismo; etnoecologia.

ABSTRACT

This study aims to discuss and reflect on the practice of ethnotourism in indigenous communities from the perspective of sustainable development considering that there are contradictions and intersections relations between the two issues. Was sought beyond a theoretical discussion, dive into a case study to understand how ethnotourism can be used sustainably on Indigenous Land Raposa Serra do Sol (TIRSS) Ingarikó region from the mapping of relations of uses, this knowledge of indigenous region using ethnoecology. The research is qualitative, descriptive and exploratory. Was identified that although ecotourism emphasize the preservation of the environment is both harmful to natural resources when unplanned. The indigenous communities surveyed believe that the inclusion of this productive activity will promote changes in the population, that is considered marginalized, they would have access to the mechanisms of production, whether material or social and cultural. In this sense, ecotourism can be a path for sustainable development by joining ethnoecology, therefore it is necessary a planning to identify which strategies would be most appropriate for a community that configure local development desired.

KEY-WORDS: Indigenous Land Raposa Serra do Sol; Sustainable Development; Ethnotourism; ethnoecology.

Introdução

As questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e ecoturismo, de maneira geral, têm sido foco de diversos estudos e pesquisas no âmbito acadêmico, haja vista que existe uma preocupação relacionada à interação do homem com o meio ambiente e os impactos resultantes dessa relação. Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de discutir e refletir sobre a prática do ecoturismo em comunidades indígenas sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as contradições e interseções entre os dois temas.

Entende-se que o turismo consiste no somatório das ações e relações que surgem da inter-relação de turistas, provedores de negócios, governos e comunidades anfitriãs no processo de atrair e hospedar visitantes. Isto leva a assinalar que o turismo é uma combinação de atividades e serviços, que pode proporcionar experiências e também satisfação aos visitantes e receptores.

Acrescenta-se que a atividade turística promove o contato entre pessoas que trocam conhecimentos culturais; fomenta mudanças socioeconômicas e ambientais na comunidade receptora. Ruschmann (2008, p.34) afirma que *“os impactos do turismo referem-se a gama de modificações ou sequência de eventos, provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras”*.

Por essa linha de pensamento, entende-se que qualquer forma de turismo gera impactos, como resultado das relações mantidas, antes, durante e depois da estada dos visitantes, cuja intensidade pode ser minimizada por fatores espaciais e temporais restritos.

Em função dos efeitos negativos, o desenvolvimento do turismo é “assunto proibido” em determinadas regiões, como exemplo algumas regiões indígenas, o que promove o isolamento dessas populações. Há uma dificuldade de entendimento sobre os efeitos positivos dessa atividade, tais como a melhoria da qualidade de vida da comunidade local (criação de infraestrutura, saúde, educação, moradia entre outras coisas), além do conhecimento advindo das experiências compartilhadas pelos visitantes (cultura e modos de vida diferente).

Sobre o turismo em áreas indígenas, Chernela (2004, p.216) ressalta ser *“imperativo que se criem maneiras viáveis para que continuem a preservar suas terras, melhorando simultaneamente a educação, a saúde e o seu padrão de vida”* local. Ressalta-se que os povos indígenas têm pela terra um sentimento maternal e alguns lugares são considerados sagrados, inviabilizando a visitação. Nessa perspectiva, o ecoturismo seria uma alternativa interessante, podendo se firmar como uma proposta de turismo de massa, no qual predomina o consumo desmedido do patrimônio cultural das comunidades locais.

Como observa Faria (2012, p.61), esse tipo de turismo utiliza o patrimônio cultural, natural e a “propriedade coletiva” dos povos indígenas, por isso deveria assegurar-lhes *“participação no processo de gestão e no recebimento de royalties”*, uma vez que o turista desfruta do convívio, assiste às danças e às cerimônias religiosas, dentre outros ritos dos povos indígenas.

De acordo com Neiman e Mendonça (2005, p18), *“o ecoturismo é hoje uma ati-*

vidade que funciona como instrumento de aproximação entre o ser humano e o meio ambiente selvagem, principalmente em Unidades de Conservação”, promovendo o contato dos visitantes com o ambiente natural e a cultura local. Contato este capaz de contribuir para o aprendizado dos turistas e anfitriões e promover consciência ambientalista.

Pelegrini Filho (2000, *apud* BRITO 2009, p.27) afirma que o etnoturismo ou turismo “em áreas indígenas” dialoga com o conceito de cultura e configura-se como “turismo alternativo”, por possuir um público mais seletivo e conter o turismo de massa. O turismo alternativo é apontado por Mieczkowski (1995) como um conjunto de atividades opostas ao turismo de massa, com formas não associadas ao turismo convencional de larga escala.

Para Azevedo (2007), os elementos que fazem parte do etnoturismo são o ecoturismo, sustentabilidade, natureza e cultura, e estes se interrelacionam de maneira singular. Neste segmento, pode-se também utilizar a etnoecologia, que, segundo Toledo (1992) e Nazarea (1999), é o estudo dos conhecimentos, estratégias, atitudes e ferramentas que permitem às diferentes culturas produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social, por meio de um manejo apropriado dos recursos naturais.

Marques (2005, p.108) aponta que “os visitantes que praticam o turismo alternativo” não se contentam somente em conhecer os espaços turísticos, pois estão dispostos a ampliar seus conhecimentos sobre os atrativos, aprender a sua história, contribuir para conservação e conviver com a comunidade local.

Com a etnoecologia é possível aprofundar o conhecimento sobre o modo de vida diferenciado dos indígenas, compreendendo as diferentes dimensões e aspectos das relações entre os povos indígenas e o ambiente natural. Muitos estudiosos, e até mesmo curiosos, passaram a se interessar pelas culturas locais e populações tradicionais, através do estudo de seus saberes e usos do ambiente natural. Seja para fins profissionais ou pela busca do exótico, cada vez mais as comunidades indígenas são procuradas por turistas.

Neste trabalho, buscou-se, além de uma discussão teórica, mergulhar em um caso prático para entender como o etnoturismo pode ser utilizado de maneira sustentável na TIRSS, região Ingarikó, a partir do mapeamento das relações de usos e conhecimentos dos indígenas dessa região, utilizando a etnoecologia. Trata-se de uma pesquisa-participante do tipo descritiva, qualitativa e exploratória. A coleta de dados foi dividida em três etapas. Na primeira fase, realizou-se a pesquisa bibliográfica, buscando obter embasamento teórico para posterior discussão dos dados coletados na pesquisa de campo. Esta ocorreu com a imersão dos pesquisadores na área delimitada, momento em que participaram de reuniões e assembleias. Na terceira fase, procedeu-se a aplicação de entrevistas para apreender a percepção dos indígenas sobre o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Cabe mencionar que a demanda por áreas naturais, a fim de um descanso em contato com a natureza, e por áreas preservadas, confirmam o potencial do etnoturismo.

mo no Estado de Roraima, especialmente na Serra do Sol, onde essa atividade pode ser diversificada. Conforme propõem Wearing e Neil (2001), essa área é propícia para atividades que envolvem desde a “observação de pássaros, estudo científico, safáris fotográficos, *trekking*, mergulho, canoagem, caminhada na mata”, trilhas interpretativas, até o convívio com as comunidades.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: introdução, marco teórico de desenvolvimento sustentável, ecoturismo, e ecologia, considerados conceitos-chave para a análise de resultados e discussões.

Ecoturismo e o etnoturismo

O século XX foi marcado pelo crescimento da procura pelo ecoturismo e por significativas mudanças nas viagens para áreas naturais. De acordo com a Organização Mundial do Turismo - OMT (2002), o ecoturismo é um segmento que tem crescido mundialmente em torno de aproximadamente 20%, ao passo que o turismo convencional cresce 7,5%. O mesmo órgão ressalta que o Ecoturismo, nos últimos 15 anos, recebeu 90% a mais de investimentos. Segundo o World Travel & Tourism Council - WTTC (2012), a contribuição do setor para a economia global em 2011 foi de 6,3 bilhões do PIB, 255 milhões de postos de trabalho, 743 milhões de dólares em investimentos e 1,2 bilhões de dólares em exportações. Isso representa uma contribuição de 9% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 5% de investimentos e 5% de exportações e 1 em cada 12 postos de trabalho.

De acordo com Campos (2005, p.3), “o ecoturismo é uma nova concepção de turismo que supera as práticas convencionais”. Segundo o autor, esta modalidade de turismo é nova, pois apresenta características de conservação do meio ambiente e de cunho educacional, na medida em que o turista tem respeito pelo espaço visitado.

Faria (2012, p.57) define ecoturismo como:

O turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população envolvida sem causar impactos negativos à sua territorialidade.

Para Nogueira e Ghedin (2010, p.784), “definir o ecoturismo passa a ser um exercício que exige práticas diferentes dos vários atores sociais inseridos no mesmo contexto”. De maneira geral, o ecoturismo surge como uma forma de valorizar e conservar as atividades tradicionais das comunidades locais.

Como afirma Chernela (2004, p.215), o foco do ecoturismo é a valorização dos recursos e o fornecimento de receitas para “os povos locais” que contribuem para a proteção dos “ecossistemas ameaçados”, para a conservação da biodiversidade, por meio de uma “aliança entre os defensores ambientais, a comunidade internacional de desenvolvimento e as populações locais”.

Dale (2005, p.8) afirma que uma das grandes riquezas do ecoturismo consiste na gente que o promove, que o executa, que o planeja, visto que, apesar da rentabili-

dade econômica do turismo, quando se pensa nele em termos de ambiente natural, tem-se como proposta o bem-estar das comunidades locais.

A atividade de ecoturismo praticada em áreas naturais pode contribuir para a conservação da área de destino e para manutenção dos valores da comunidade local. Na medida em que a filosofia do ecoturismo é o desenvolvimento sustentável, considerando tanto a diversidade biológica quanto a qualidade de vida das populações visitadas (NOGUEIRA; GHEDIN 2010, p.784).

Posto que nos atrativos ecoturísticos esteja envolvido o patrimônio natural e cultural, nesse contexto submerge o turismo cultural que, segundo os marcos conceituais do Ministério do Turismo - MTur (2010, p.15), "*compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura*". Nesse sentido, entende-se que uma das modalidades de turismo cultural é o etnoturismo.

O etnoturismo é um segmento relativamente novo e as definições acerca do tema se confundem, uma vez que ecoturismo, sustentabilidade e turismo cultural são atividades inseridas dentro das práticas de turismo que acontecem em áreas ou comunidades indígenas. Independente da confusão dos termos, essa atividade consiste no aproveitamento da cultura de uma determinada etnia, de modo que todas as manifestações culturais de um povo passam a ser um atrativo para os visitantes. E, certamente, tais atividades corresponderão aos preceitos do ecoturismo, turismo sustentável, turismo de natureza e de turismo cultural.

A principal ideia do etnoturismo é aproveitar o potencial turístico e divulgar a importância e a necessidade de conservação do ambiente, tanto em relação ao patrimônio natural quanto ao cultural e tradicional. De acordo com Faria (2012, p.58), "*etnoturismo é um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade, a cultura de um determinado grupo étnico (japoneses, alemães, ciganos, indígenas etc.)*".

O turismo étnico é inspirado na diversidade étnica dos povos com suas identidades específicas, sendo desenvolvido não exclusivamente por eles, ou seja, ainda ocorre a representação dessas identidades étnicas por outros grupos da sociedade nacional, fato que justificaria, em parte, o caráter comercial da atividade (FARIA, 2012, p. 60).

De acordo com a OMT (2002, p.168), o turismo étnico "*é voltado para as tradições e estilo de vida de um grupo e utilizado, principalmente, para destacar o turismo nas comunidades ou enclaves específicos, em processo de desenvolvimento*". Ainda de acordo com a OMT, o turista procura a etnicidade como motivação para as viagens, muitas vezes para observar e/ou vivenciar experiências únicas sobre a organização social e o estilo de vida das populações visitadas.

Chambers (2000, p.100), ao referir-se ao turismo étnico, afirma que a termino-

logia *“tem sido usada para referir as atividades que envolvem turistas na experiência de eventos culturais e situações que são distintas das suas próprias”*. Nessa perspectiva, nesse tipo de turismo, muitos grupos minoritários têm aproveitado tal atividade para fortalecer sua identidade, diferenciando-se do estereótipo nacional. Usando as palavras de Chambers (Ibdem), *“existem ocasiões em que as minorias étnicas têm manejado o uso do turismo para afirmar sua própria identidade e diferenciar-se da imagem nacional”*.

Para o Mtur (2010, p.11), no turismo étnico, deve-se considerar que:

o turista busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, essas atividades articulam-se com uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados.

Corroborando com essa ideia, Leal (2009, p.246) afirma que *“o turismo étnico é alimentado pelo interesse dos visitantes em ter acesso à cultura e ao povo indígena, buscando conhecer seus costumes e crenças no próprio ambiente de vivência dos mesmos”*.

Para que o etnoturismo seja sustentável em nível ecológico e cultural, é importante que a comunidade informe aos visitantes os costumes locais, as possibilidades de contato, celebrações religiosas, hábitos e expectativas da população quanto ao processo de visita, inclusive sobre possíveis problemas a serem gerados na relação entre moradores e visitantes. Nesse sentido, é imperioso que a população local reconheça e valorize a identidade étnica, incluindo suas línguas, tradições organizacionais, técnicas de produção, ocupação da terra e recursos naturais, na perspectiva de um convívio pacífico através do intercâmbio cultural que o etnoturismo é capaz de propiciar.

Não se pode deixar de mencionar que o etnoturismo, assim como outras atividades, deve caminhar segundo as bases legais, a fim de facilitar a fiscalização, garantir a preservação dos povos, suas culturas e tradições, além de resguardar o meio ambiente, visando sempre ao desenvolvimento sustentável.

Relação entre etnoecologia e desenvolvimento sustentável nas culturas indígenas

A expressão desenvolvimento sustentável foi utilizada publicamente em 1979, durante o Simpósio das Nações Unidas cujo tema debruçava-se sobre a inter-relação entre recursos, ambiente e desenvolvimento. Contudo, somente em 1987, quando Gro Harle Brundtland, primeira ministra da Noruega, apresentou o relatório *“Nosso Futuro Comum”*, também conhecido como *“Relatório Brundtland”*, apareceu pela primeira vez de forma clara o conceito de *“Desenvolvimento Sustentável”*, que é *“o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”* (WCED, 1991).

Esse acontecimento foi anterior à Rio-92, evento cujo objetivo foi buscar meios que permitissem o desenvolvimento socioeconômico e a conservação da natureza, *“onde o meio ambiente e o desenvolvimento são duas faces de uma mesma moeda”* (SACHS, 1993, p.30). A partir da Rio-92, Maurice Strong (1991), secretário geral da

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), empregou os conceitos de “Ecodesenvolvimento” e “Desenvolvimento Sustentável” como sinônimos e apontou cinco dimensões para se planejar o desenvolvimento, a saber: sustentabilidade social; sustentabilidade econômica; sustentabilidade ecológica; sustentabilidade espacial e de sistemas agrícolas integrados. Dimensões essas que devem respeitar a cultura, a identidade e tradições das comunidades locais (SACHS, 1993).

Desde então, surgiram diferentes estudos que discutem o conceito de desenvolvimento sustentável. Independente da área, há o consenso de que consiste em uma situação de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos – do presente e do futuro – com um nível de uso dos ecossistemas que não exceda sua capacidade regenerativa e assimiladora dos rejeitos do ambiente natural (FERNANDEZ, 2011, p.117).

O desenvolvimento sustentável não pode ser entendido como um estado fixo e harmônico. Mas sim como um processo de mudanças em que alterações na utilização dos recursos e gestão dos investimentos orientam o desenvolvimento para ações coerentes com as necessidades futuras e presentes, exigindo das pessoas formas alternativas de pensar e entender a natureza antes de escolher as técnicas de produção. Para Daly (2004, p.198), desenvolver-se “*significa expandir ou ter consciência de seu potencial para, gradualmente, atingir um estado mais abrangente, maior, ou melhor*”.

Deve-se considerar que pensar em mudanças sociais é ter a compreensão dos três pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, que leva em consideração a ideia de capital econômico; capital humano e intelectual; e o social que deve equalizar o sistema social, ambiental e econômico de modo a progredir de maneira desejada e o ambiental, cujos benefícios por ele gerados podem ser comercializados.

Dessa maneira, o desenvolvimento sustentável tem como propósito, segundo Silva (2012, p.2), “*mudanças fundamentais no sistema de governança de alimentos e agricultura e uma partilha equitativa dos custos de transição e benefícios*”, associados a projetos que utilizem recursos naturais e estabeleçam critérios de regularização fundiária para aqueles que não possuem títulos de terra. Afinal, não se pode admitir que indígenas, ribeirinhos e colonos, moradores de ecossistemas riquíssimos, sejam miseráveis e dependam unicamente de políticas assistencialistas. “*É também inadmissível que essas populações sejam forçadas a desmatar, na busca de melhorar o seu bem estar*” (VIANA, 2004, p.2).

Dessa maneira, o desenvolvimento sustentável centrado na administração dos recursos naturais e da produção, por ser regulada pelo poder público, deve garantir a sustentabilidade na expectativa do bem comum. Por essa linha de pensamento, fica manifesto que o desenvolvimento sustentável está orientado sob a ótica efetiva das potencialidades sociais, culturais e econômicas da sociedade.

Conforme afirmam Costabeber e Caporal (2003, p.158), “*o desenvolvimento sustentável implica, ademais, uma transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando a igualdade de oportunidades para todos*”, na perspectiva de atender às necessidades de cada sociedade, sendo fundamental a valorização do conhecimento tradicional pelo conhecimento científico, uma vez que este poderá considerar que as seis dimensões da sustentabilidade são reconhecidas como

importantes indicadores de monitoramento de sustentabilidade.

Essa autonomia, sob o ponto de vista cultural, incide na utilização e inserção de práticas produtivas que garantem o abastecimento das suas necessidades básicas, bem como permitem a produção de excedentes a serem utilizados na geração de renda. A elaboração dessas práticas baseia-se em conhecimentos da etnoecologia, já que as relações ecológicas existentes, tomadas no seu conjunto, mostram os caminhos da sustentabilidade ambiental.

Frente a essas possibilidades de serviço, o ecoturismo pode ser um exemplo de turismo sustentável, na medida em que todos os envolvidos no processo possam obter resultados positivos, o turista tendo suas experiências e a comunidade mantendo viva para as futuras gerações sua cultura, suas tradições e sua história, além dos benefícios econômicos.

Ruschmann (2008) afirma que o turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente. Ambos dependem da viabilidade de recursos de base e sua consequente preservação. Uma das grandes inquietações nesse processo é o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente. Em se tratando de áreas indígenas, o alcance desse equilíbrio não é tarefa fácil porque seu controle depende de critérios preconizados e valores subjetivos.

É interessante frisar que o desenvolvimento sustentável do turismo requer a gestão dos recursos (tempo, pessoas, tecnologias) sobre os quais muitas vezes as comunidades receptoras não detêm conhecimento, transferindo essa responsabilidade ou sendo obrigadas a entregá-la a outros grupos, geralmente empresas organizadas. Mas, por causa dessa dificuldade, não se deve retirar a possibilidade do ecoturismo em áreas indígenas.

Alguns aspectos relacionados aos conhecimentos científicos e indígenas são abordados por Littler (2002, p.41). Primeiro, a sofisticação e complexidade das ciências indígenas, que *“como tal oferecem um novo universo para estudos em profundidade”*. Segundo o autor, *“os povos indígenas que habitam as florestas tropicais”* dispõem de conhecimento a respeito dos ecossistemas pouco *“conhecidos pela ciência ocidental e ligados ao interesse mundial por parte dos ambientalistas”*. Terceiro, a possibilidade de desaparecimento dos conhecimentos ambientais indígenas, assim como *“agravado pelas inúmeras invasões sofridas pelas sociedades indígenas, o que às vezes põe em questão sua própria sobrevivência como grupo”*.

A manutenção dos conhecimentos indígenas não está ligada apenas à classificação dos elementos da natureza, mas por meio de um processo de classificação criterioso, o qual obedece a determinadas dimensões.

[...] não existe uma classificação única dos elementos da natureza (plantas, animais, fungos, solo, água, rochas, vegetação) e seus sistemas *rankings* são feitos obedecendo vários critérios e categorias e têm múltiplos significados e dimensões, ou seja, são multicritérios e polissêmicos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p.110).

De acordo com Nogueira (2013), na relação natureza e cultura são ampliados os limites dos diversos campos disciplinares, desde as ciências biológicas, com destaque para a Botânica, a Zoologia e a Ecologia, até as ciências sociais, com ênfase para a Antropologia e a Sociologia. As ciências biológicas tendem a destacar as questões relacionadas à etnobiologia; enquanto as ciências sociais procuram evidenciar o conflito nas relações humanas, na perspectiva de que as populações tradicionais vivam em perfeita harmonia com o ambiente natural e com a sociedade envolvente.

Trata-se de uma visão que considera tais populações como sendo frágeis e incapazes de se adaptar a novos contextos, implicando em uma visão estática de cultura, pautada na segregação ao invés da dinâmica cultural, na crença de que, manter essas populações em isolamento em relação à sociedade abrangente seria uma forma de conservar suas tradições e os ambientes onde vivem (SOUZA *et al*, 2009, p.10).

Essa visão das populações tradicionais coaduna-se com Diegues (2005, p. 37), quando afirma que tais populações, apesar de “iletradas”, de viverem “geograficamente” distantes da sociedade envolvente e “sem poder político”, vêm conservando por séculos seus usos e costumes, sendo responsáveis pela conservação do ambiente natural. Nesse aspecto, o desenvolvimento dos saberes pertence à coletividade e a educação é responsabilidade de todos.

A transmissão desse conhecimento se dá por meio da língua e, até onde sabemos, não lança mão da escrita; quer dizer, é um conhecimento ágrafo. A memória é então o recurso mais importante da vida desses povos. Sendo um conhecimento que se transmite no espaço e no tempo pela língua, configura-se e responde a uma lógica diferente: a da oralidade (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, p.35).

Nogueira (2013) afirma que a experiência dos mais velhos é transmitida pela oralidade de modo que a relação dos povos indígenas com o meio ambiente é descrita e interpretada pela própria comunidade. Toledo e Barrera-Bassols (2008, p.54) afirmam que, historicamente, os povos indígenas dominam a prática de uso dos recursos. Esse conhecimento sobre os recursos naturais são “*transmitidos de geração para geração*”, por meio da oralidade, “*daí que os textos são geralmente um conhecimento não escrito*”.

Nesse sentido, para Nogueira (2013), o saber tradicional sintetiza a relação dos povos indígenas com a natureza e o espaço e o tempo. Saber esse acumulado e transmitido em uma relação direta entre o aprendiz, seus pais e avós, de acordo com a capacidade de compreensão de cada indivíduo.

Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2009, p.35), no “*eixo espacial, os conhecimentos são revelados por um só indivíduo (informante)*”, que transfere seus conhecimentos para a comunidade à qual pertence. Na família, essa transmissão ocorre de “*acordo com o gênero e idade*”, uma vez que “*cada um de seus membros realiza atividades específicas que outorgam ao conhecimento sua própria particularidade*”.

De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2009), o conhecimento temporal é repassado por um só informante e sintetizado em três vertentes, conforme descrito abaixo:

[...] (i) a experiência historicamente acumulada e transmitida por meio de gerações por uma cultura rural determinada; (ii) a experiência socialmente compartilhada pelos membros de uma mesma geração (ou um mesmo tempo generacional); e (iii) a experiência pessoal e particular do próprio produtor e sua família, adquirida pela repetição do ciclo produtivo (anual) paulatinamente enriquecido por variações, eventos imprevistos e surpresas diversas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, p.35).

Para Nogueira (2013, p.31) “*esse processo de transmissão de conhecimento mantém as lembranças, solidificando a memória do povo*”. É o que Toledo e Barrera-Bassols (2009, p.36) definem como “formidável mecanismo de memorização, quer dizer, de representação, formação e manutenção de lembranças, que no fundo expressa certo código de memória”, sobre a natureza e a cultura.

[...] os saberes locais incorporam uma visão monista do mundo, portanto, a natureza e cultura são aspectos que não podem ser separados. Não obstante os saberes locais serem adquiridos por meio do processo de aprendizagem experimentada de maneira diferenciada de acordo com a idade e o sexo, o conhecimento coletivo total deve ser entendido como uma teoria social ou como uma epistemologia local sobre o mundo circundante (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009, p.108).

Nesse sentido, segundo Muñoz (2003, p.294) “*saber reconhecer as plantas úteis é resultado de uma disciplina de iniciação ao cuidado da terra e cultivo*”. Esse aprendizado tem como princípio a ideia de que as técnicas de conhecimento indígena envolvem a pessoa no seu meio natural, na vida vegetal e animal, em uma prática de respeito e apropriação dos recursos naturais, como parte de um processo evolutivo entre a natureza e a cultura. Corroborando com esse pensamento, Reyes-García e Sanz (2007, p.51) afirmam que “*o conhecimento ecológico local é organizado, apoiado nas “interações cotidianas” das populações tradicionais com ambiente natural e essas interações podem “contribuir para a concepção e produção de meios de vida sustentáveis*”.

Esse estudo do conhecimento e das conceituações vindas de comunidades tradicionais sob a percepção do mundo natural, visando a entender como a natureza influencia na construção das crenças e na adaptação do indivíduo em certos ambientes, é denominado de etnoecologia.

A etnoecologia das culturas tradicionais está ligada diretamente à etnociência que, segundo Diegues (2005, p.42), “*é a parte da linguística que estuda o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica sobre o conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classifica-*

ções totais”.

Para Toledo (1992) e Nazarea (1999), a etnoecologia é o estudo dos conhecimentos, estratégias, atitudes e ferramentas que permitem às diferentes culturas produzir e reproduzir as condições materiais de sua existência social, por meio de um manejo apropriado dos recursos naturais. Enquanto Marques (2001) define a etnoecologia como:

[...] campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermedia as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos daí decorrentes. (Marques, 2001, p.37).

Nogueira (2013, p.32) explica que o conhecimento local é preservado à medida que se analisa como as comunidades lidam com o manejo, a sustentabilidade, a conservação e os saberes tradicionais. Os saberes das culturas tradicionais passam a ser valorizados pelas ciências como forma de aproximar o conhecimento científico do conhecimento dos locais, partindo das inter-relações, envolvendo humanos em seus ambientes, descobrindo técnicas e práticas, sem tentar “*reconhecer nos outros disciplinas que só existem entre nós da academia*” (CAMPOS, 2002, p.83).

É pela etnoecologia que Bassi, Souza e Kubo (2010, p.7) destacam a “*importância da atenção aos saberes relacionados à natureza em suas dimensões práticas e simbólicas, por intermédio dos estudos da ciência de um povo*”. Ciência essa em que a diversidade cultural, biológica, econômica e técnicas de produção são valorizadas pelos pesquisadores. Assim:

Tanto a etnoecologia como a educação ambiental estão envolvidas com a conservação da diversidade de grupos culturais e, por extensão, da diversidade biológica, por meio da compreensão, valorização e difusão dos conhecimentos e práticas tradicionais. Especificamente a educação ambiental, deve suscitar nas comunidades tradicionais, a reflexão sobre o fortalecimento de seus costumes culturais (NORDI *et al.*, 2001, p.136).

A etnoecologia aborda a relação das comunidades com o ambiente natural, destacando o uso dos recursos naturais, as práticas de manejo, considerando as características ecológicas das espécies e dos ecossistemas. Essa abordagem engloba a valorização e compreensão da diversidade biocultural, fazendo a conexão entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico, uma vez que o conhecimento prático dos locais sobre o ambiente natural, taxonomia, hábitos alimentares e produção são fonte de informações para subsidiar a conservação e utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

É como alude Hanazaki (2006, *apud* NAZAREA, 1999, p.2):

[...] a etnoecologia investiga os sistemas de percepção, cognição e uso do ambiente natural, mas também não pode mais ignorar os aspectos históricos e políticos que influenciam uma dada cultura, bem como as questões relacionadas à distribuição, acesso e poder que dão forma aos sistemas de conhecimento e nas práticas deles resultantes.

De acordo com Nogueira (2013), é inegável que nos dias atuais os indígenas necessitam fortalecer os seus conhecimentos. Contudo, devem incorporar novos conhecimentos para sobreviver nas sociedades, sem desvalorizar a riqueza e a importância de seus conhecimentos e tecnologias tradicionais. Ademais, sabe-se que as comunidades indígenas são cada vez mais desafiadas pelas exigências da sociedade envolvente e, de acordo com Berkes (2003, p.134), a condição para manutenção do conhecimento tradicional, a cosmovisão e as crenças *“são essenciais na manutenção do equilíbrio entre estas e seu ambiente natural”*.

A respeito da necessidade de incorporação de novos conhecimentos por parte dos indígenas, Toledo e Barrera-Bassols (2009, p.110) recomendam que *“o conhecimento tradicional deve ser contemplado em sua íntima relação com as crenças”*. Com o imenso acervo de conhecimentos e tecnologias das distintas sociedades, os indígenas passaram a ser conhecidos como detentores de conhecimento específicos por possuírem modelos de manejo e gestão ambiental de ecossistemas complexos que têm perdurado por séculos, em uma prática que hoje é reconhecidamente uma manifestação do “desenvolvimento sustentável”.

Pelo exposto, reforça-se o argumento de que pela etnoecologia é possível aprofundar o conhecimento sobre o modo de vida diferenciado dos indígenas, identificando as diferentes dimensões e aspectos das relações entre os índios e o ambiente natural. Muitos estudiosos e curiosos passaram a se interessar pelas culturas locais e populações tradicionais, através do estudo de seus saberes e usos do ambiente natural, seja para fins profissionais ou pela busca do exótico.

Em suma, a etnoecologia tem uma extrema relação com o desenvolvimento sustentável já que discute como associar a conservação destas áreas levando em conta as populações locais, reconhecendo que elas se relacionam com a biodiversidade e dependem dela e respeitando os saberes tradicionais e a cultura dessas comunidades (GANDOLFO *et al.*, 2010).

Resultados e discussões

A pesquisa foi realizada na TIRSS, região Ingarikó, localizada em território que inclui o Parque Nacional Monte Roraima. A TIRSS é habitada por aproximadamente 16.484 mil índios, os quais ocupam 164 aldeias. A homologação foi caracterizada pelas reivindicações, que duraram mais de 30 anos, empreendidas pelos povos indígenas Macuxi, Wapixana, Patamona, Ingarikó, Taurepang e Sapará.

A área da Raposa Serra do Sol corresponde a 7,79% do território de Roraima. A junção de todas as terras indígenas soma 46% do Estado; os 54% restantes corres-

pondem à soma dos estados de Alagoas, Espírito Santo e Rio de Janeiro. De acordo com Abramovay (2008, p.3), “o índice de densidade demográfica da área rural de Roraima é de 0,65 habitantes por km²”, enquanto que na Raposa Serra do Sol é “1,1 km²”. Dividindo-se “igualmente as terras do estado entre sua população rural, a terra indígena teria praticamente o dobro do tamanho que tem”.

Conforme o Instituto Socioambiental – ISA (2009), a TIRSS fica a nordeste de Roraima, (Figura 1), onde vivem os Índios das etnias Macuxi, Taurepang, Patamona, Ingarikó, Wapixana e Saporá.

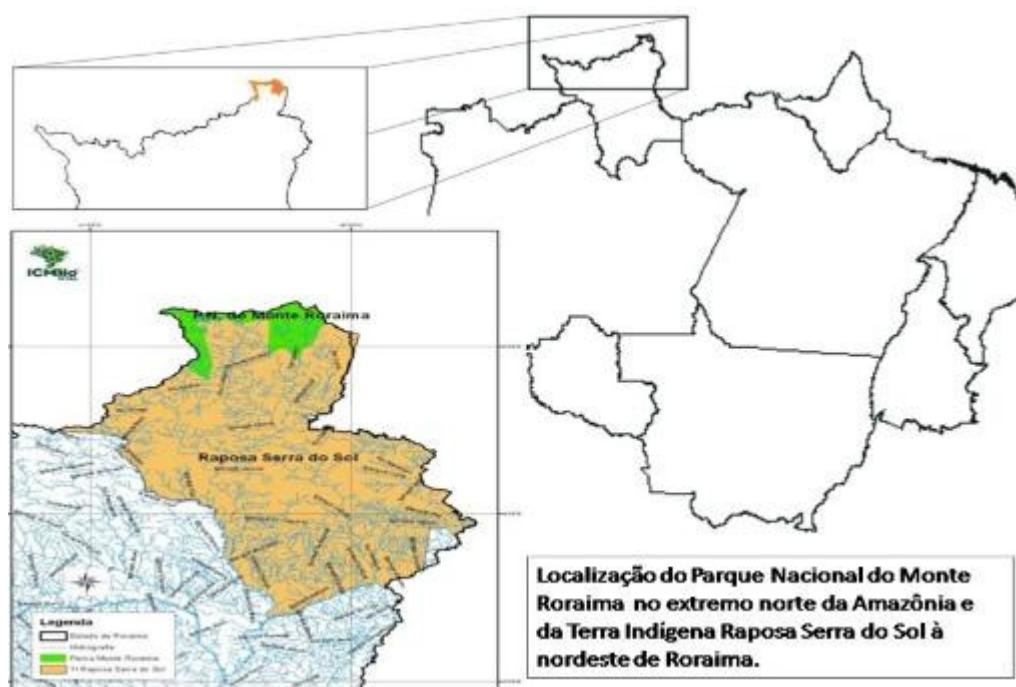


Figura 1: Localização de Roraima e do Parque Nacional no contexto da Amazônia.

Figure 1: The Roraima location and National Park in the Amazon context.

Fonte: ICMBio (2012). **Source:** ICMBio (2012).

Para delimitar seu território ou estabelecer limites institucionais das áreas tradicionalmente por eles ocupadas, os povos indígenas da Raposa Serra do Sol travaram uma luta que durou anos até a efetivação da demarcação dessa terra, por meio do Decreto s/n de 15 de abril de 2005, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005.

Após a efetivação do processo de desintrusão dos arroteiros da TIRSS, pouco a pouco as terras, nas mãos dos indígenas, vêm se tornando produtivas, especialmente com o aumento do rebanho de gado entre os Macuxi e Wapichana, resultado de uma iniciativa da Diocese de Roraima desde os anos de 1980, que consiste na cessão de 52 cabeças de gado a uma comunidade que, após cinco anos, deve repassar essa mesma quantidade de animais para outras aldeias (NOGUEIRA, 2013, p.89), formando uma rede de distribuição e fixação da pecuária entre os indígenas.

Ainda conforme Nogueira (2013), a agricultura também vem ocupando espaço entre os Macuxi e Wapichana, especialmente com o aumento da produção das lavouras de mandioca, feijão, milho, além da cultura de algumas hortaliças. Essa atividade é possível graças à assistência técnica de alguns técnicos agrícolas indígenas.

Destaca-se ainda a participação de algumas comunidades no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - do Governo Federal, coordenado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado ou pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Nesse programa o excedente da produção é vendido por essas instituições ou doado a outras comunidades.

A preocupação com a possível diminuição de conhecimentos tradicionais, a maneira de transmitir os conhecimentos sobre a agricultura familiar e comunitária, sobre as plantas que curam e o cultivo de plantas frutíferas, que representam a maneira de ser dos povos e de se relacionar com a natureza e com o mundo, motivou as comunidades a questionarem-se por que não investir mais em educação, desenvolver e fazer pesquisas a respeito dos métodos de cultivos mais adequados às suas necessidades. Pensando assim:

aldeias Serra do Sol, Sauparu, Awendei, Pipi, Kumaipá, Manalai, Mapapé/ Karumanpak Tëi”, presentes na VI Assembleia Geral do Povo Ingarikó e na I Assembleia do Conselho do Povo Indígena Ingarikó (COPING), reivindicaram a criação de um centro educacional, com o propósito de trocar experiências sobre agricultura, fortalecimento da cultura, “convivência social”, “práticas educativas, estudo e pesquisa, lazer e vivência comunitária do povo Ingarikó” e “dos demais povos que habitam a faixa de fronteira como os Patamona, Akawaio, Macuxi e Taurepang (OLIVEIRA, 2011, p.28).

No Plano Pata Eseru (2009), consta o fortalecimento do manejo tradicional dos indígenas como o cultivo, a moradia, a caça e o extrativismo realizado no território duplamente afetado (espaço destinado à preservação do meio ambiente e aos direitos constitucionais dos Índios). Segundo Nogueira (2013), esse documento tem como meta a identificação dos obstáculos para o desenvolvimento de atividades com baixo impacto ambiental e as potencialidades econômicas, sem modificar o modo de vida dos indígenas e com a possibilidade de melhorar as condições de vida do povo ali residente.

Recorrendo à etnoecologia, é possível aprofundar o conhecimento sobre esse modo de vida específico das comunidades indígenas, bastando para isso identificar as dimensões e aspectos das relações entre as etnias e o ambiente natural. Quanto ao modo de vida, este pode ser apreciado pelo turista.

A base da alimentação do povo Ingarikó é oriunda da mandioca, produto do qual produzem o caxiri (bebida alimentícia servida desde o café da manhã até a última refeição da noite, concentrada pela mistura cozida da mandioca e da batata) e o pajuaru (bebida produzida a partir do beiju¹), a damorida (cozido de peixe ou carne cujo tempero principal é a pimenta) (NOGUEIRA, 2013, p.92).

No interior de todas as casas existe um local reservado para o preparo dos alimentos. Na hora das refeições a comida é servida sobre uma mesa ou no chão, na panela onde foi preparada, acompanhada do beiju, que é disposto sobre uma esteira de palha, um abano ou um prato ou outra vasilha; o caxiri é servido em uma tigela ou em uma jarra plástica. De acordo com Nogueira (2013), antes esse alimento era tomado na cuia². A família faz um círculo em volta da panela e todos compartilham da alimentação, da seguinte forma: corta-se um pedaço de beiju (Figura 2), mergulha-se suavemente na damorida (Figura 3) e degusta-se sem pressa e em silêncio.



Figuras 2 e 3: Alimentação típica beiju e damorida.

Figures 2 and 3: Typical food, manioc bread and damorida.

Foto: Elizabete Melo Nogueira (2012). **Photo:** Elizabete Melo Nogueira (2012).

Nesse contexto, destaca-se a Igreja Coração do Mundo que faz parte da cosmovisão do povo Ingarikó e seu principal rito é a dança areruia, presente em todos os momentos da vida em comunidade. É tão forte o sentimento que uma parte da produção deve ser destinada à igreja para ser consumida coletivamente, pois acreditam que o fortalecimento da religião encorajará a comunidade na manutenção dos conhecimentos tradicionais (NOGUEIRA, 2013).

Considerações finais

Os indígenas da TIRSS são pessoas que vivem em meio aos recursos naturais e acumulam conhecimentos e saberes sobre o uso da fauna e da flora que são repassados de geração em geração. Seus costumes refletem a convivência com o ambiente natural, o que se traduz nas ricas manifestações da cultura amazônica com seus mitos, músicas, ritos, danças, artesanato e sua culinária (especialmente as produzidas a partir da mandioca). No entanto, esses conhecimentos e saberes ainda não são reconhecidos pela maioria dos membros da sociedade envolvente e, com isso, os indígenas acabam à mercê das políticas assistencialistas dos governos federal, estadual e municipal, quando poderiam estar desenvolvendo o turismo e gerando renda para a comunidade.

A aprendizagem entre os indígenas requer o fortalecimento dos saberes transmitido por via oral, especialmente aqueles relativos à relação do povo com a natureza. Por outra perspectiva, a incorporação de alguns conhecimentos da sociedade envolvente poderá ser um indutor do desenvolvimento social e econômico dessas comuni-

dades. Sobre esse aspecto, Toledo (2008, p.20, tradução nossa) afirma que “*se trata dos saberes transmitidos por via oral de geração para geração e, em especial aqueles conhecimentos imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza*”.

Os povos indígenas da TIRSS têm conhecimento de sua história, do potencial de sua cultura, apresentando, dessa forma, requisitos internos para a implantação de projetos capazes de proporcionar o etnoturismo da comunidade.

Foi possível visualizar uma grande insatisfação dos indígenas com o atual cenário das aldeias. Eles reconhecem as necessidades, os problemas e as aspirações da própria comunidade.

Muitos já estão abandonando a aldeia em busca de outras formas de sustentar a família e outros deixaram de lado o fazer tradicional. Aqueles que ainda continuam apegados ao modo artesanal de produção manifestam o descontentamento com o setor público que deveria atender as necessidades, investindo em práticas que preservassem a cultura e a tradição.

O conhecimento dos indígenas precisa ser preservado e reconhecido pela sociedade, considerando-se o desenvolvimento sustentável, mesmo que em desacordo com os interesses econômicos. Como afirma Viana (2004, p.1): “*isso não deverá ser resultado do altruísmo dos indígenas, extrativistas, colonos, fazendeiros e empresários [...] mas sim de políticas públicas capazes de mudar a lógica econômica da fronteira do desmatamento*”.

O etnoturismo pressupõe o desenvolvimento de atividades que promovam a inter-relação do homem por meio de vivências com ecossistemas, com as tradições, com os mitos locais. Para tanto, esse segmento deve ser planejado de modo que o turista sinta-se responsável pela conservação dos recursos e do patrimônio, via etnoecologia, e, assim, a comunidade anfitriã receberá os benefícios resultantes das atividades etnoturísticas como protagonistas do processo.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, P. **Terra Indígena**: A guerra da raposa. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=252>>. Acesso em 10 ago.2012.

AZEVEDO, L.L. **Ecoturismo Indígena**. Quito: Abya-Yala, 2007.

BASSI, J.B.; SOUZA, G.C.; KUBO, R.R. Etnoecologia contemporânea e interdisciplinaridade: contribuições da antropologia ecológica de Tim Ingold. **Anais** do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político. Curitiba/PR: UFPR, 2010.

BERKES, F. Toward a unity of mind and nature. In: VIEIRA, P.F. (Org.) **Conservação da diversidade biológica e cultura em zonas costeiras**. Florianópolis: APED, 2003. p. 115-143.

BRASIL. **Turismo Cultural: orientações básicas.** Marcos Conceituais do Mtur. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96p.

BRASIL. **Segmentação do Turismo. Conceitos.** Documento preliminar, não revisado. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRITO T.M. Turismo e Povos Indígenas. **Anuário de Produção Acadêmica Docente.** Vol III, N° 4, ano 2009. Anhanguera Educacional S.A. Publicação 19 de março de 2010.

CAMPOS, M.D. Etnociência ou etnografia de sabers, técnicas e praticas? *In:* AMOROSO, M.C.; MING, L.C.; SILVA, S.M.P. (orgs.) **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatadas.** Rio Claro, UNESP/CNPQ, 2002.

CAMPOS, A.M.N. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. **Revista Turismo**, 2005, Disponível: <www.revistaturismo.com.br/artigo/eco-desenvsut.htm> . Acesso: 13 ago. 2005.

CHERNELA, J.M. Povos Indígenas e Turismo Cultural: Condições para sustentabilidade. *In:* NELSON. S.P.; PEREIRA, E.M. (Orgs). **Ecoturismo: Práticas para turismo Sustentável.** Manaus: Editora Vale/Uninorte, 2004.

COSTABEBER, J.A.; CAPORAL, F.R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In:* VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194.

DALE, P. Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem? *In:* MENDONÇA, R.; NEIMA, Z. (Orgs). **Ecoturismo no Brasil.** São Paulo: Manole, 2005.

DALY, H.E. Crescimento sustentável? Não obrigado. **Ambiente & Sociedade**, vol. VII nº 2, São Paulo, jul/Dez 2004.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP: 2005.

ESTENDER, A.C.; PITTA, T.T.M. **O conceito do desenvolvimento sustentável.** 2007, disponível: <www.institutosiegen.com.br/artigos/conceito_desenv_sustent.pdf>. Acesso: 19 ago. 2012. 14 p.

ESTENDER, A.C.; PITTA, T.T.M. **Ecoturismo Indígena: Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo.** São Paulo: Annablume, 2012.

FERNANDEZ, B.P.M. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 23, p. 109-120, Paraná: Editora UFPR, jan/jun. 2011.

GANDOLFO, E.S. *et. al.* A etnoecologia como zona de convergência entre ensino, pesquisa e extensão. *In:* GUIMARÃES, L.B.; KRELLING, A.G.; BARCELOS, V. **Tecendo educação ambiental na arena cultural.** Trabalhos do Grupo Tecendo: Educação Ambiental e Estudos Culturais da UFSC, Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2010, p. 139-158.

HANAZAKI, N. Etnoecologia, Etnobiologia e as interfaces entre o conhecimento científico e o conhecimento local. **Anais/ Resumos**, 58ª reunião SBPC, Santa Catarina: UFSC, 16 a 21 de julho de 2006. Disponível: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/atividades/TEXTOS/texto_290.html>. Acesso: 17 abr. 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Entenda o que está acontecendo na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1526>>. Acesso: 18 jun. 2009.

LEAL, R.E.S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (org). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LITTLE, P.E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: SOUZA LIMA, A.C.; BARROSO-HOFFMANN, M. (org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**. Rio de Janeiro, LACED, Contracapa, 2002.

MARQUES, J.G.W. O olhar (Des)multiplicado. O papel interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROZO, M.C.M.; MING, L.; SILVA, S.P. Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas. Rio Claro: **Anais** do I Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste, Coordenadoria da área de Ciências Biológicas, UNESP/CNPQ, 2001. 204 p.

MARQUES, P.C.L. Turismo Alternativo no Pátio de São Pedro: Estabelecimento de Relações entre Turistas e Manifestações Culturais Pernambucanas. In: BAHL, M., MARTINS, R.C.R.; MARTINS, S.F. **O Turismo como força transformadora do Mundo Contemporâneo**. São Paulo: ROCA, 2005, 105 – 113.

MIECZKOWSKI, Z. **Environmental issues of tourism and recreation**. University Press of America, Inc: Lantarn, Maryland, 1995.

MUÑOZ, M.G. Saber Indígena e Meio Ambiente: Experiência de Aprendizagem Comunitária. In: LEFF, E. (Coord). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

NAZAREA, V.D. Introduction: a view from a point: Ethnoecology as situated knowledge. In: NAZAREA, V.D. (ed.). **Ethnoecology: Situated knowledge/located lives**. The University of Arizona Press, Arizona, USA: 1999, p. 3-20.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (org). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

NOGUEIRA, E.M.; GHEDIN, L.M. A Pesca Esportiva como suporte para o turismo de base local no baixo Rio Branco no Estado de Roraima. **Anais**: XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local – ENTBL, Niterói: 2010. pp. 781 – 896, ISSN 1808-9755.

NOGUEIRA, E.M. Etnodesenvolvimento e Educação Indígena: Problemas e perspectivas para a implantação do Etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), Região Ingarikó - Wli Típi. **Dissertação** de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - PPGEA, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 152p.

NORDI, N. et. al. Etnoecologia, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: SANTOS, J.E.; SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2001, 2003. p.133-144.

OLIVEIRA, S.L. (Cons.). **Projeto de cooperação técnica internacional BRA/IICA/07/009 – desenvolvimento territorial**. Relatório Contendo Análise e parecer sobre os projetos de infraestrutura propostos em 2011 no Território Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Boa Vista: IICA, SDT, MDA, 2011.

OLIVEIRA, S.L. **Relatório contendo análise e parecer sobre os projetos de infraestrutura propostos em 2011 no Território Terra Indígena Raposa Serra do Sol**. Boa Vista Roraima: IICA-OEA/Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Junho de 2011.

OMT. **Introducción al Turismo**. Madrid: OMT, 2002.

REYES-GARCÍA, V., SANZ, N.M. Etnoecología: punto de encuentro entre naturaleza y cultura. Ecosistemas – **Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente**, 16 (3), septiembre, 2007, Disponible: <http://www.revista_ecosistemas.net/articulo.asp?Id=501>. Acceso en 20 nov.2012. p. 46-55.

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: IBAMA/ENAP, primeira edição, 1993.

SILVA, J.G. Além da RIO + 20: Juntos por um futuro sustentável. **Revista Eco-21**, Rio de Janeiro: PUC-RIO, ed. 188, 2012.

SOUZA, G.C. de *et al.* Etnobiologia, multidisciplinaridade e extensão: conflitos de uso dos recursos naturais e a etnoconservação. In: ARAÚJO, T.A.S.; ALBUQUERQUE, U.P. **Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica: os desafios do trabalho em campo**, Recife: NUPEEA, 2009. 288 p.

TOLEDO, V. M. What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. **Etnoecológica**, 1992.

TOLEDO, V. M.; Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural la importancia Ecológica de las sabidurías tradicionales perspectivas agroecológicas**. Junta de Andalucía – Consejería de agricultura y pesca, Barcelona: Icaria editorial, Perspectivas agroecológicas, 2008.

TOLEDO, V. M., BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, Paraná: editora UFPR, jul/dez, 2009 – p. 31-45.

VIANA, V.M. Desenvolvimento sustentável e áreas protegidas na Amazônia. **Revista Eco 21**, Ano XIV, edição 86, Rio de Janeiro, 2004. p. 1 -5.

WCED. **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo-Impacto, Tendencias y Posibilidades**, Madrid: Editorial Síntesis, 2001.

WTTC. **Investigación de Impacto Económico**. Disponível: <<http://www.wttc.org/research/economic-impact-research/>>. Acesso: 23 ago. 2012.

Notas:

¹ Alimento feito da massa da mandioca semelhante a uma bolacha de tamanho maior.

² Tigela feita da casca da cuieira para tomar caxiri ou comer outro alimento.

Elizabete Melo Nogueira: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: betemnogueira@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7571793745280814>

Georgia Patrícia da Silva: Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: geoufpe@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8762583706265854>

Canrobert Penn Lopes Costa Neto: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: canrobertp@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4801851220092783>

Raimunda Maria Rodrigues Santos: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: raimundarodrigues@ifrr.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7428971100040320>

Márcia Teixeira Falcão : Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: marciatfalcao@oi.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1671906250858943>

Data de submissão: 30 de junho de 2013

Data de recebimento de correções: 30 de junho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Parques da Copa do Ceará: uma proposta de gestão de roteiros de ecoturismo para o desenvolvimento regional

Parks's Cup Ceará: a proposal for management of ecotourism routes for regional development

Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento

RESUMO

O presente trabalho é uma proposta de gestão de roteiros integrados de ecoturismo que visa o desenvolvimento socioambiental do Estado do Ceará. Nesse sentido, o objetivo central é estruturar um rol de serviços integrados que viabilize a implantação e consolidação de roteiros em 06 (seis) Unidades de Conservação estaduais para serem os Parques da Copa. Para tanto, adotou-se uma metodologia de governança participativa tanto na fase analítica quanto na propositiva, com as oficinas técnicas e de capacitação. Observa-se, parcialmente, pelos cenários já obtidos que há aceitação e comprometimento de órgãos públicos, empresa privadas e comunidades do entorno para que se avance nos trabalhos e que tornem as Unidades de Conservação um verdadeiro equipamento de uso público e de preservação.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão; Roteirização; Unidades de Conservação; Ecoturismo; Parques da Copa.

ABSTRACT

This work is a proposal for integrated management of ecotourism itineraries aimed at environmental development of the State of Ceará. In this sense, the main objective is to structure a roster of integrated services which facilitates the deployment and consolidation of itineraries in six (06) state Protect Areas for Parks's Cup. Therefore, we adopted a methodology of participatory governance both in the analytical and in purposeful, with technical workshops and training. There are, in part, by the scenarios already obtained there acceptance and commitment of public agencies, private companies and the surrounding communities so that they move forward in the work and to make the protected areas a real machine for public use and preservation.

KEYWORDS: : Management; Routing; Protects Areas; Ecotourism; Parks's Cup.

Introdução

Verifica-se que a partir da década de 1970, as preocupações com o desenvolvimento econômico, a degradação do meio ambiente e as questões sociais alcançaram a atividade turística, tanto na esfera acadêmica, quanto na das organizações civis, evidenciando a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis (MTur, 2007).

Por esse motivo, o ecoturismo vem se confirmando como um produto turístico de real potencial econômico-social, capaz de propiciar a divulgação do patrimônio ambiental e cultural, tanto no mercado interno como externo, uma vez que o Brasil possui uma riqueza natural de inestimável valor.

Esse segmento do turismo configura-se, também, como uma importante alternativa de desenvolvimento, se operado em bases sustentáveis, pois quando utiliza racionalmente os recursos naturais e culturais, sem comprometer a sua capacidade de renovação e conservação, pode gerar novos modelos de desenvolvimento para a sociedade.

Dessa forma, para fins de entendimento, conceitua-se, o ecoturismo como:

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994).

Nesse caminho, o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM), com esta proposta, pretende dar um salto significativo na implantação e, posteriormente, na consolidação das atividades turísticas em unidades de conservação (UCs) no Ceará. Assim, além de planejar, estruturar, organizar e monitorar a visitação pública nas UC, a proposta supracitada visa também associar o turismo à valorização e proteção do patrimônio natural das áreas envolvidas. O caráter único e a fragilidade dos ecossistemas exigem precaução no planejamento e execução das atividades. Os resultados dos Projetos devem subsidiar políticas públicas que visem o ordenamento e estruturação da visitação pública para a sua efetivação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A proposta objetiva, prioritariamente, consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência para a conservação da natureza e, também, ampliar sua participação no desenvolvimento regional e fomentar os arranjos produtivos locais (APL) do turismo de natureza. Logo, a partir do enfoque central de implementar 06 (seis) roteiros de ecoturismo com objetivos que serão alcançados por meio da integração dos atrativos turísticos das UC; apoio à cadeia produtiva do ecoturismo regional e pelo fortalecimento da capacidade de gestão pública e social.

As diretrizes para a implantação de uma gestão integrada do ecoturismo, portanto, baseia-se, em certos princípios calçados no: uso sustentável dos recursos naturais; manutenção da diversidade biológica e cultural; desenvolvimento de políticas públicas para o turismo; suporte às economias locais; envolvimento das comunidades da

região; consulta ao público e aos atores envolvidos com intuito de incentivar o planejamento participativo; capacitação de mão de obra; marketing turístico responsável; fomento do consumo consciente; valorização da produção de artefatos locais; e o desenvolvimento de pesquisa.

Contextualizando a problemática

A Copa do Mundo FIFA de 2014 será a 20ª edição do evento e terá como país anfitrião o Brasil. A competição ocorrerá pela quinta vez na zona sul-americana após 36 anos. No dia 30 de outubro de 2007 a FIFA ratificou o Brasil como país-sede e a escolha das cidades-sede aconteceu em 31 de maio de 2009. Dentre as 12 cidades escolhidas, uma dessas é Fortaleza que é a capital do Estado do Ceará.

Como aconteceu na copa de 2006 na Alemanha, o Brasil quer garantir sustentabilidade ambiental, social e econômica para a Copa de 2014. A chamada "Copa Verde" propõe adotar medidas ambientalmente sustentáveis que privilegiem a mobilidade urbana, a redução do consumo de água e energia, certificação de estádios para que tenham aproveitamento de água da chuva, aproveitamento da energia solar e da ventilação natural, acessibilidade para pessoas portadoras de qualquer necessidade especial e compras sustentáveis.

Considerando a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Esporte, em 29 de abril de 2010, com vistas ao estabelecimento de agenda de trabalho conjunta, voltada em especial ao desenvolvimento das diretrizes de sustentabilidade ambiental da Copa do Mundo FIFA 2014, foram criadas Câmaras Técnicas de meio Ambiente e Sustentabilidade nas cidades sedes e Núcleos Temáticos, para elaboração de uma Agenda de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Além de seu futebol, a natureza exuberante é uma das mais fortes imagens do Brasil no exterior. Quando se pensa em turismo de natureza, as Unidades de Conservação (UCs), principalmente, os Parques ocupam a primeira opção procurada pelos viajantes.

Os Parques da Copa associam estas fortes marcas com o objetivo de oferecer aos turistas, que virão ao Brasil para a Copa do Mundo, a estrutura adequada nas regiões abrangidas pelo projeto.

Um evento desse porte de abrangência intercontinental traz oportunidades de agregação de valor imensurável às atividades turísticas, científicas e da produção associada dos demais setores econômicos instalados no Estado, notadamente por meio do Projeto Parques da Copa, do Ministério do Meio Ambiente. Com foco nos eixos: turismo sustentável, conservação e educação ambiental; importante estabelecer um modelo de desenvolvimento socioeconômico de base territorial sustentável que favoreça a preservação dos patrimônios: material e imaterial, por intermédio inclusive das riquezas regionais. Assim sendo, esforços institucionais devem convergir para garantir o sucesso deste evento internacional, que pode abrir oportunidades para a ampliação

e inovação dos negócios instalados, agregação de valor à produção e atração de novos investimentos.

De tal modo, por ser um país de dimensões continentais, abrigando uma biodiversidade exuberante, foram constituídos núcleos temáticos específicos, em cada cidade sede, objetivando identificar as unidades de conservação prioritárias nas regiões no entorno das mesmas, representativas dos diferentes biomas brasileiros, e as políticas e medidas necessárias para que estejam em condições de atenderem a demanda turística derivada da Copa, exibindo aproximadamente aos 600 mil turistas estrangeiros e três milhões de viajantes brasileiros a biodiversidade brasileira, seus atrativos turísticos, científicos e paisagísticos.

No Ceará foram selecionadas, baseadas em critérios de atração e indução turística, 06 (seis) Unidades de Conservação Estaduais nas regiões prioritárias de conservação, representativas dos diferentes biomas cearenses, que farão parte do Projeto Parques da Copa. Sendo assim, as contempladas com as suas respectivas localidades são: o Parque Ecológico do Cocó (Fortaleza), Parque Botânico do Ceará (Caucaia), Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio (Fortaleza), Monumento Natural das Falésias de Beberibe (Beberibe), Monumento Natural dos Monólitos de Quixadá (Quixadá) e Parque Estadual do Sítio Fundão (Crato).

Logo, tais Unidades acima receberão aporte técnico e logístico para se configurar como Roteiros de Ecoturismo objetivando receber com qualidade os visitantes e turistas que vierem ao Ceará na Copa do Mundo de 2014.

Objetivos

Objetivo Geral

Dotar o Estado do Ceará de instrumentos que possibilitem a orientação, diálogo e negociação para implantação e consolidação de 06 (seis) roteiros de ecoturismo nas Unidades de Conservação, do ponto de vista institucional, econômico, cultural, social, ambiental e mercadológico, segundo o grau de desenvolvimento da atividade turística de cada região.

Objetivos Específicos

- Realizar levantamentos documentais e complementares de campo, com vistas a atualizar e ordenar o conjunto de informações necessárias para um inventário municipal das sedes das Unidades de Conservação nos aspectos geográficos, demográficos, econômicos, políticos, hidrográficos, educacionais, históricos, da fauna, da flora, do relevo, do clima, da infraestrutura e para a qualificação dos roteiros;
- Elaborar os Planos Estratégicos de Desenvolvimento e de Ação do Ecoturismo nas 06 (seis) Unidades de Conservação e entorno que servirão como elementos norteadores para tomadas de decisão, com vistas a implementação dos Roteiros;

- Produzir um inventário turístico dispondo de informações de Atrativos Turísticos, Equipamentos e Serviços Turísticos e Infraestrutura de Apoio Turístico nas regiões do Projeto;
- Confeccionar documentos-síntese visando a elaboração da Política Estratégica de Desenvolvimento do Ecoturismo para as Unidades de Conservação Estaduais do Ceará.

Escopo do trabalho

A implementação dos Roteiros de Ecoturismo em Unidades de Conservação no Ceará, objeto deste trabalho, compreende a elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento e de Ação do Ecoturismo de cada uma das 06 (seis) Unidades Estaduais contempladas para o Projeto Parques da Copa; incluindo o diagnóstico e estruturação dos roteiros de ecoturismo que efetivamente serão trabalhados, resultando na produção dos documentos norteadores para tal implementação, como também a elaboração do documento visando a Política Estratégica de Desenvolvimento do Ecoturismo para as 23 (vinte e três) Unidades de Conservação Estaduais do Ceará.

Planos Estratégicos de Desenvolvimento e de Ação do Ecoturismo

Os Planos Estratégicos de Desenvolvimento e de Ação do Ecoturismo deverão ser consolidados com metas para 5 anos, com projeções e desafios para 10 e 15 anos, compreendendo:

- Análise situacional e avaliação de cenários com projeções de curto, médio e longo prazo das 06 (seis) Unidades de Conservação selecionadas pelo Projeto Parques da Copa.
- Elaboração do Plano Estratégico e de Ação, com indicação dos Projetos Estruturantes e seus possíveis Termos de Referência para subsidiar a execução do Plano em questão.

Análise Situacional e Avaliação do Cenário Projetado das 06 (seis) Unidades de Conservação

Compreende o conjunto de informações sobre a situação atual e o cenário das 06 (seis) Unidades de Conservação dos Parques da Copa, a análise e a avaliação das informações, as necessidades e as recomendações. A etapa deverá ser desenvolvida considerando os aspectos abaixo relacionados.

Contexto Físico, Territorial e Socioeconômico

Posicionamento de cada região no contexto estadual e inter-regional e municípios integrantes; caracterização econômica; caracterização ambiental; caracterização sociocultural (comunidades tradicionais, costumes, folclore, manifestações artísticas e

populares); acessibilidade e mobilidade; abastecimento de água e esgotamento sanitário; limpeza pública; energia elétrica; educação e saúde; comunicação; segurança. Deverão também ser levantados outros aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo e os programas e projetos planejados, em execução ou em conclusão.

Contexto Turístico

Suporte e Apoio da Oferta e Produtos Turísticos: Atrativos turísticos: naturais, culturais, eventos e outros; Equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, alimentação e entretenimento, agências de viagem, equipamento para convenções, áreas para manifestações públicas); facilidades (bancos, locadoras de veículos, serviços telefônicos, correios, farmácias, shopping, mercados, feiras, venda de artesanato, serviços de táxi e outros, pontos de venda nas estradas e outras facilidades); segmentos turísticos-âncora; produtos e roteiros turísticos comercializados (empresas que comercializam e forma de comercialização).

Demanda turística nos Polos Regionais: fluxo turístico, origem, movimentação, gasto médio.

Gestão do Turismo: órgãos de turismo na estrutura administrativa dos municípios, participação nos Fóruns de Turismo e Cultura do Estado do Ceará. Sistema de informação, postos de informações turísticas; recursos humanos para o turismo: nível de capacitação dos recursos humanos para o turismo.

Estratégia de Marketing e Promoção: Formas de promoção, divulgação e comercialização da região, roteiros comercializados, agências e operadores que atuam na região.

Análise, avaliação e projeção do potencial turístico

Análise das informações obtidas em cada região; avaliação do potencial da região para o aumento da oferta, incremento do fluxo turístico, atração de negócios, captação de investimentos. Definição dos produtos principais e produtos complementares.

Elaboração do programa de necessidades em infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, facilidades, capacitação, divulgação, promoção e comercialização; oportunidade de negócios para micro, pequenas, médias e grandes empresas; incentivos estaduais e municipais aos investimentos turísticos e recomendações gerais.

Elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento e de Ação do Ecoturismo

Planos Estratégicos de Desenvolvimento e de Ação

Os Planos Estratégicos e de Ação de cada uma das 06 (seis) regiões dos Parques da Copa compreendem as definições estratégicas constituídas por Objetivos

Centrais e Estratégicos e as propostas das ações contendo: projetos, medidas e instrumentos prioritários e estruturantes, necessários para o desenvolvimento do ecoturismo de cada Unidade.

Objeto Central: Sintetiza o modelo de desenvolvimento do ecoturismo desejado (cenário desejado) para a região, devendo, obrigatoriamente, explicitar os objetivos da demanda (qual mercado) e da oferta (quais produtos).

Objetos Estratégicos: São os temas-chave da região, aqueles que farão passar do cenário atual ao cenário desejado. Abrangem as áreas mais relevantes e de natureza estratégica que permitirão alcançar o objeto central do plano.

Ações: São agrupamentos de projetos, medidas ou instrumentos que devem ser implementado para alcançar os objetivos, estratégias e, portanto, garantir a realização do Plano. Contemplam os programas estruturantes da política de turismo do Estado, com enfoque nos princípios da sustentabilidade e outros que possam vir a ser identificados.

Projetos: Constituídos de ações específicas, medidas ou instrumentos para atingir os objetivos agrupados por linhas de ação, capazes de dar respostas em curto prazo.

Na elaboração dos Planos, as definições estratégicas para cada uma das regiões fundamentam o conjunto de intervenções programadas de acordo com os objetivos central e estratégico, definindo as ações específicas e projetos prioritários estruturantes. Essas intervenções deverão ser organizadas de maneira cronológica, com objetivos e metas, responsabilidades, prazos de execução e cronograma das atividades e os respectivos Termos de Referência necessários para os encaminhamentos dos trabalhos, abrangendo:

- Roteiros temáticos e segmentados, de acordo com as âncoras regionais e respaldados pelo documento: Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo;
- Gestão (definição da forma de gestão do ecoturismo para cada região; qualificação dos serviços, ações programadas para qualificar os roteiros, capacitação de recursos humanos para o ecoturismo; regulação da atividade de turismo de natureza);
- Investimentos em infraestrutura básica, de apoio/suporte e ecoturísticas na geração de bens e serviços para o incremento da atividade;
- Marketing (definição da imagem, marca, produtos a serem ofertados, ações promocionais e de apoio a comercialização), com comunicação e divulgação simultâneos ao decorrer das ações;
- As ações e projetos, a serem realizadas pelos poderes públicos e/ou iniciativa privada, deverão ser apresentados dentro de critérios de prioridade que incluem a imprescindibilidade, a capacidade de articulação, desdobramento e contribuição com outros projetos e a visibilidade dos resultados a curto, médio e longo prazos.

Etapas de monitoramento, acompanhamento e avaliação do plano

A proposta deverá incluir os indicadores de impacto e benefício para o qual deverão ser desenvolvidos processos que permitam o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos pelo Órgão Gestor Estadual das Unidades de Conservação do Ceará – CONPAM.

Ao final desta etapa deverão ser gerados documentos ou informações ao gestor público do órgão, relativo à Política Estratégica Regional do Ecoturismo para as Unidades de Conservação Estaduais.

Política Estratégica de Desenvolvimento do Ecoturismo

Este documento deve estabelecer objetivos, normas e princípios para programas governamentais e empreendimentos privados voltados para o ecoturismo. A referência para a política deve conter informações sobre o desenvolvimento estadual do turismo de natureza; definir estratégias de ação e regulamentação; apresentar as Unidades de Conservação existentes; mostrar áreas prioritárias para conservação ambiental e; evidenciar potenciais regiões de interesse para o desenvolvimento do ecoturismo.

Produção de Documento-Síntese

A produção dos documentos-síntese representa o resultado final do Projeto de Implementação de Roteiros de Ecoturismo das Unidades de Conservação Estaduais do Ceará, compreendendo os documentos de que trata o item 4 (Escopo do Trabalho) deste Termo de Referência:

- Planos Estratégicos de Desenvolvimento e de Ação do Ecoturismo para cada uma das 06 (seis) Unidades de Conservação.
- Roteiro de Ecoturismo para 06 (seis) Unidades de Conservação contempladas para o projeto Parques da Copa.
- Política Estratégica de Desenvolvimento do Ecoturismo para as 23 (vinte e três) Unidades de Conservação Estaduais.

Abrangência

Os estudos técnicos contemplarão as 23 (vinte e três) Unidades de Conservação localizadas no Estado do Ceará, maximizando 06 (seis) dentre essas, com enfoque de roteirização turística para os Parques da Copa. As áreas poderão ser identificadas pelas Figuras 1 e 2.

Atividades

Todos os procedimentos necessários para a execução efetiva desta etapa devem na sua abrangência especificar:

- Mobilização e organização dos atores locais como forma de conquista dos direitos e deveres, responsabilizando-se para conservação e preservação das áreas naturais;
- Mobilização e sensibilização das comunidades sobre a importância do uso sustentável dos recursos naturais das UCs;

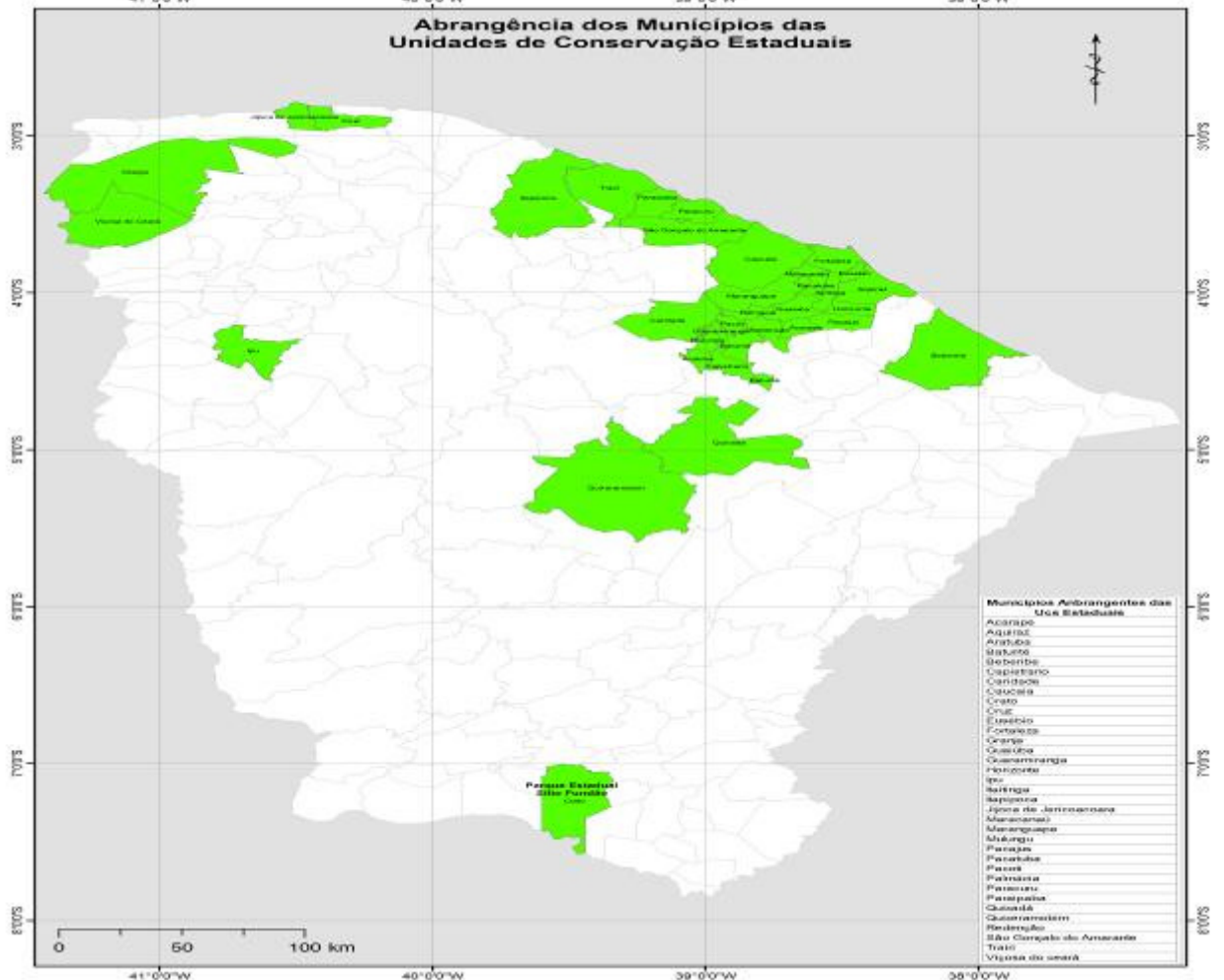


Figura 1: Regiões de influência da proposta de roteirização.
Figure 1: Regions of influence of the proposed routing.

-

- Levantamento de informações sobre os atrativos (localização, acesso, pontos de referência, agendamentos, etc);
- Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos;
- Elaboração de roteiro descritivo e operador;
- Precificação e teste do roteiro turístico;
- Promoção e comercialização;
- Monitoria e avaliação.



Figura 2: Macrorregiões turísticas do Estado do Ceará.
Figure 2: Macroregions tourist of Ceará State.

Componentes dos roteiros

Gestão, proteção e conservação dos recursos naturais

O processo de roteirização consiste principalmente na adoção de estratégias e ações para minimizar possíveis impactos negativos da visitação turística por meio do uso de um modelo de gestão sustentável da atividade.

Para tanto, é preciso dispor de um conjunto de medidas planejadas, organizadas e gerenciadas de forma sistêmica, capazes de promover a conservação, recuperação, preservação e manejo da área em questão, em sintonia com as demais atividades no território.

Escala do empreendimento e do fluxo de visitantes

Os Roteiros de Ecoturismo devem ser caracterizados sob dois aspectos principais, em função da capacidade de suporte¹ de cada ambiente e da atividade desenvolvida:

- Volume e intensidade dos fluxos turísticos – referem-se à quantidade de turistas e à frequência da visitação;
- Porte dos equipamentos turísticos² – diz respeito às dimensões – pequenas, médias e grandes – das instalações que serão utilizadas para o incremento do Ecoturismo.

Paisagem

A paisagem, além de ser um recurso turístico, é um importante elemento na caracterização dos roteiros, pois são os locais preservados ou conservados e sua atmosfera que compõem o cerne da motivação dos turistas. Nesse sentido, deve-se buscar por infraestrutura, equipamentos e serviços adequados que visam minimizar a intervenção na paisagem local.

As edificações devem observar o meio físico em que estão inseridos (montes, rios, lagos, penhascos, cachoeiras, ilhas e praias), biológicos (flora e fauna) e culturais (ser humano e artefatos em interação), a partir da utilização de elementos que expressem e fortaleçam a identidade local, como artesanatos e comidas típicas. Aspectos da arquitetura devem ser observados, como autenticidade dos elementos arquitetônicos e decorativos, contemplando-se o conforto e a qualidade dos serviços.

Recomenda-se que os equipamentos turísticos que se destacam no segmento do Ecoturismo devam revelar as práticas e técnicas de construção utilizadas nas localidades e regiões, que pode ser conferida na arquitetura vernacular³, respeitando-se os critérios normativos ambientais existentes no Brasil. Essas técnicas observam a origem dos materiais, aproveitando-se especialmente os materiais locais. Assim, destacam-se a autenticidade, a simplicidade e a rusticidade dos elementos arquitetônicos e decorativos, primando pelo conforto e qualidade.

Deve-se buscar a ambientação dos equipamentos e o uso de materiais, artesanato e gastronomia locais, permitindo ampliar as possibilidades de interpretação de caracte-

rísticas importantes do meio ambiente e da cultura em que o ecoturista está inserido. Além de estimular, fortalecer e resgatar o uso de técnicas tradicionais na confecção de produtos, que geram emprego e renda para as populações locais.

Educação Ambiental

Os trabalhos propostos devem permear os objetivos elencados no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que visa a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, cultural, econômico-financeira, político-institucional, jurídica e mercadológica.

Orienta-se que as atividades do objeto desse Termo de Referência perpassem pela comunicação dos atores envolvidos com o planejamento e execução de ações de educação ambiental em Unidades de Conservação e seu entorno.

Cabe observar que é fundamental inserir no contexto dos roteiros as experiências de formação de monitores locais e a capacitação de agentes multiplicadores capazes de contribuir ao estimular a reflexão e apontar soluções para problemas enfrentados por comunidades tradicionais, promovendo uma efetiva participação social e considerando valores e comportamentos particulares de diversas culturas que compõem nossa sociedade em processos decisórios relacionados ao turismo e à melhoria da qualidade de vida em áreas verdes protegidas.

Interpretação Ambiental

Todas as atividades de roteirização devem priorizar a interpretação ambiental como a arte de explicar o significado de determinado recurso ou atrativo turístico. Trata-se de proporcionar o entendimento do ambiente natural, despertar a atenção e o interesse do visitante em relação à natureza e à cultura, esclarecendo dados, fatos e correlações que normalmente não são claros ao simples olhar. As características do local são ressaltadas e explicadas em um processo de facilitação da informação, levando o turista a compreender e vivenciar experiências mais significativas, ricas e aprazíveis.

Além disso, a interpretação nos roteiros serve ao propósito de sensibilizar e conscientizar em relação às questões ambientais, fato que a torna uma estratégia de educação ambiental e uma forma adequada de comunicação do conhecimento da natureza e da cultura. É também uma maneira de contribuir para a sustentabilidade, na medida em que as mensagens transmitidas podem mudar ou fortalecer a percepção do turista, estimulando a atenção para as questões ambientais e promovendo a valorização e proteção da natureza – justamente por isso torna-se imperiosa na prática do Ecoturismo.

Os roteiros interpretativos constituem-se em um processo e como tal requer planejamento, denominado Plano de Interpretação, para contemplar etapas importantes: análise do recurso e de suas potencialidades; identificação dos destinatários ou público-alvo da interpretação; formulação dos objetivos da interpretação;

determinação das mensagens a transmitir; seleção dos meios de interpretação; recomendações para executar tarefas e levantamento das necessidades de pessoal; eleição dos critérios para efetuar a execução e avaliação.

Como método de trabalho para a roteirização é imprescindível inserir a interpretação como ferramenta que promova também a inter-relação entre condutores ambientais locais e ecoturista. As técnicas utilizadas variam de acordo o objetivo da interpretação e do público – que está conhecendo a localidade ou região, visto que não se pode desassociar a área natural interpretada de sua dinâmica socio-cultural. Diante desse contexto, cabe ressaltar alguns princípios para a interpretação ambiental na roteirização do Ecoturismo:

- Estimular as percepções e sentidos do visitante, de modo a estabelecer uma compreensão das características singulares do ecossistema vivido, para que se sensibilize sobre a importância da conservação;
- Não apenas instruir, mas provocar, estimular a curiosidade do visitante encorajando a explorar o ambiente interpretado por meio do uso dos sentidos - tato, olfato, audição;
- Buscar a interface nos dados técnicos da fauna e flora local com causos, lendas e histórias de ocupação territorial, entre outros;
- Realizar a interpretação em parceria com integrantes da comunidade receptora, estimulando a troca de conhecimentos dos saberes e dos fazeres;
- Utilizar uma linguagem acessível quando o grupo for mais heterogêneo viabilizando a interpretação de aspectos socioambientais complexos para um público mais leigo;
- Preparar-se tecnicamente para atender públicos e produtos de Ecoturismo mais específicos, como observação de aves, orquídeas, mamíferos, entre outros;
- Preparar-se tecnicamente, verificar a acessibilidade dos atrativos e equipamentos turísticos para atender públicos que demandam maior atenção na execução de atividades como pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida;
- Não tentar vender uma verdade universal, mas destacar a diversidade ambiental e suas relações socioculturais com o entorno.

Procedimentos Metodológicos

Todas as etapas propostas deverão se desenvolver de modo integrado e participativo, acompanhados “*pari passu*” pela equipe da Coordenadoria de Biodiversidade (COBIO), apoiados pela Coordenadoria de Educação Ambiental e Articulação Social (COEAS), ambas do CONPAM e, pactuados pelos fóruns regionais de

turismo e cultura.

A fase de informação analítica e avaliativa deve ser procedida de duas formas, a análise dos documentos básicos e projetos existentes ou outros documentos e a realização de pesquisas e levantamentos de campo.

É fundamental que sejam consultados os Planos de Desenvolvimento Regionais e Inter-regionais, os Planos Estratégicos para o Turismo, o Manual de Informações Turísticas, os módulos de Conjuntura Econômica da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR), os projetos em desenvolvimento e os que estiverem programados. Os dados obtidos deverão ser analisados, avaliados e apresentados de forma textual, em gráficos, tabelas e mapas representativos dos aspectos geográficos, de infraestrutura, atrativos, acessos e outras informações passíveis de mapear.

Na fase propositiva, após análise dos planos existentes e depois do resultado das pesquisas, serão realizadas as oficinas com a participação dos técnicos do CONPAM, membros dos Fóruns Regionais de Turismo e Cultura e da comunidade do entorno. Como resultados dessas oficinas surgirão os Planos Estratégicos de Desenvolvimento e Ação do Ecoturismo. Na fase de implementação dos roteiros, a avaliação deverá ser feita através de visitas técnicas e outras formas de análise “in loco”.

Produtos

O projeto de implementação para os Roteiros de Ecoturismo nas Unidades de Conservação do Ceará deverá ser apresentado em quatro produtos nos quais deverão ser consideradas e seguidas as recomendações contidas nesta presente proposta.

Produto 1: Relatório dos levantamentos e pesquisas realizados, com o prognóstico dos possíveis Termos de Referências e Projetos Executivos.

Produto 2: Análise situacional e avaliação dos cenários possíveis das regiões e projeção de roteiros.

Produto 3: Planos Estratégicos e de Ação para as 06 (seis) Unidades contempladas para os Parques da Copa.

Produto 4: Documentos-síntese para uma Política Estratégica de Desenvolvimento de Ecoturismo em Unidades de Conservação que contemple as 23 (vinte e três) Unidades de Conservação e Implementação dos Roteiros de Ecoturismo das 06 (seis) Unidades de Conservação selecionadas para os Parques da Copa.

Considerações finais

Constata-se, parcialmente, que ao longo das pesquisas e da elaboração dessa proposta foi possível visualizar as oportunidades e desafios para a viabilização

dos roteiros de ecoturismo nas Unidades de Conservação estaduais do Ceará.

Por ora, nota-se que as articulações necessárias para atingir os objetivos desta proposta foram já foram devidamente iniciadas com a institucionalização e instrumentalização legal para encaminhamento dos processos administrativos.

Do ponto de vista técnico, o objeto deste trabalho preconiza, sobretudo a preservação ambiental dos ecossistemas protegidos do Estado do Ceará.

Portanto, com a premência da realização grandes eventos, como a Copa do Mundo, e com a preocupação das questões ambientais que abarcam toda a sociedade, o Governo do Estado do Ceará com as suas políticas públicas está se preparando para receber os turistas com uma gama de serviços e infraestrutura ecológica adequada em nível de qualidade e diversidade de produtos turísticos sustentáveis.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EM-BRATUR, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur, 2007, p. 28.

Notas:

¹A capacidade de suporte corresponde ao número máximo de visitantes e frequência dos fluxos (dia/mês/ano) que um local pode suportar em relação a possíveis alterações nos meio físico e social.

²Serviços e equipamentos turísticos: conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e os equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, eventos, lazer etc. (BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília, 2007).

³Arquitetura vernacular: entendida como arquitetura comum, anônima, construída sem interferência de arquitetos ou engenheiros – constitui a fisionomia da cidade, ou seja, é aquela que se exprime com linguagens e expressões que refletem o lugar e o ambiente onde foi formada. Uma cidade nunca é igual à outra. As cidades resultam de uma infinidade de diferenças geográficas ou da tradição. BARDA, Marisa. Por que conservar. Revista aU – Arquitetura e Urbanismo. Edição 163 - Outubro 2007. Disponível em <http://www.revistaau.com.br>. Acesso em Setembro de 2012.

Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento: Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, Fortaleza, CE, Brasil.

Email: henrique.sampa@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0195752487069939>

Data de submissão: 28 de julho de 2013

Data de recebimento de correções: 28 de julho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Paisagens do ecoturismo na estrada real: reflexão sobre o planejamento e gestão do segmento no Polo Diamantina (MG)

Landscapes of ecotourism on the Royal Road: reflection about the planning and management of segment in Polo Diamantina (MG)

***Gabriela Duarte Vieira, Nauê Gonçalves Bulhões,
Tainá Gonçalves Bulhões***

RESUMO

A Estrada Real foi o antigo caminho aberto para escoamento do ouro e diamante até o litoral para envio à Coroa Portuguesa, sua riqueza histórica e importância para história do Brasil já são comprovadas e muito estudadas, também já se tem conhecimento do potencial para o turismo de aventura e ecoturismo. O artigo apresenta um histórico de criação deste caminho bem como sobre sua gestão feita pelo Instituto Estrada Real. A análise fica por conta do diagnóstico da gestão do ecoturismo, no que diz respeito à sua comercialização, na primeira porção do Caminho dos Diamantes da Estrada Real, que vai de Diamantina a Alvorada de Minas. A intenção do artigo é diagnosticar a situação atual da gestão e comercialização do ecoturismo bem como apontar o grande potencial que há para ser trabalhado, assim apresentamos quais atrativos são comercializados e de que forma, a que atividade do ecoturismo é vinculada e são identificados quais atrativos e atividades têm potencial turístico e ainda não são trabalhados.

PALAVRAS-CHAVE: Estrada Real; Ecoturismo; Gestão, Comercialização e Atividades do Ecoturismo.

ABSTRACT

The Royal Road was the old way open for the flow of gold and diamond until the coast for shipment to the Portuguese Crown, and its historical importance to the history of Brazil are already proven and widely studied, also already aware of the potential for adventure tourism and ecotourism. The article presents a history of the creation of this path as well as its management by The Royal Road Institute (IER). The analysis is for the diagnosis of ecotourism management, with respect to its marketing, the first portion of the path of Diamond's Path, which runs from Diamantina to Alvorada de Minas. Here attractions which are marketed and how the ecotourism activity that is linked and are identified attractions and activities which have tourism potential and are not yet worked.

KEYWORDS: Royal Road; Ecotourism; Management; Marketing and Ecotourism Activities.

Introdução

As estradas reais foram consideradas as principais vias abertas para dominação do interior do Brasil colônia, como o objetivo de controlar a circulação de pessoas e fiscalizar a extração das riquezas (MARQUES, 2009). Sendo então, esses caminhos construídos no contexto de riquezas do período colonial, tendo como pontos principais cidades que fazem parte, e são necessárias, na história do Brasil, como Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina e Paraty.

Em 1999 é criado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG o Instituto Estrada Real, com o objetivo de transformar a antiga estrada em uma rota turística, considerada hoje como o maior completo turístico do país.

Para o Instituto, a Estrada Real abrange 199 municípios, sendo a maioria no estado de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O caminho principal passa por 87 cidades e distritos, sendo 76 em Minas Gerais, 3 em São Paulo e 8 no Rio de Janeiro, tem mais de 1,6 mil quilômetros de extensão. Toda essa área é dividida em quatro caminhos, o Velho, o Novo, o de Sabarabuçu e o Caminho dos Diamantes.

Durante o período colonial quando a sua riqueza mineral construiu o notável caminho da Estrada Real, os mais expressivos naturalistas da época por ali passaram e nos legaram extraordinárias descrições e afrescos de sua exuberante paisagem.

O Caminho dos Diamantes foi escolhido para a realização desta análise de vido a relevante expressão de suas paisagens naturais, que se revelam em atrativos turísticos que somam aventura, natureza, história e cultura. Dentro deste caminho foi selecionado o recorte no polo Diamantina, considerado apenas o eixo principal da Estrada Real, que passa pelos municípios de Diamantina, Serro e Alvorada de Minas o que corresponde a aproximadamente cem quilômetros.

Este trajeto está localizado na Serra do Espinhaço, que é reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera Mundial. O patrimônio natural da Serra do Espinhaço é singular devido às ricas representações de plantas, animais e rituais, sendo diversas espécies endêmicas, apresenta ainda inscrições rupestres dos períodos mais antigos da ocupação ameríndia, e representativos cursos d'água encontradas por toda a extensão da Reserva.

O artigo não faz uma análise aprofundada da paisagem, considerando a complexidade de seu conceito, consideramos paisagem como uma categoria de estudo da geografia que permite uma avaliação a partir de uma imagem que pode ser contemplada por meio da observação. Sendo assim, o artigo pretende apenas por meio da observação identificar as características da paisagem da região tendo em vista a prática do ecoturismo, ou seja, apontar atividades do ecoturismo que tem condições de serem desenvolvidas na região devido a suas peculiaridades.

Baseado nos atrativos de ecoturismo que Instituto Estrada Real apresenta em seu site e na análise das formas em que estes atrativos são comercializados pelos receptivos locais, será possível o diagnóstico do planejamento turístico realizado e o levantamento das potencialidades ainda não exploradas. Indicando, dessa forma o potencial ecoturístico da região.

A Estrada Real e sua Gestão

Com a notícia da descoberta de um novo território os portugueses foram ocupando o litoral do país e por isso a princípio apenas a costa foi sendo desbravada e colonizada, tendo em vista as diversas tentativas de invasão sofridas por holandeses, espanhóis e franceses, por exemplo, além das tentativas fracassadas de algumas bandeiras.

Cerca de 50 anos após o descobrimento por Pedro Álvares Cabral o território foi dividido em capitanias hereditárias que considerava uma extensa área interna, que foi sendo adentrada em busca de locais para o cultivo da cana de açúcar. Apenas no final do século XVII o tão procurado ouro foi descoberto na região nas Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Foi a partir daí que as viagens e ocupação do interior do Brasil têm início.

Apenas no último quartel do século XVII, foram descobertas as primeiras minas pelos bandeirantes, nas regiões onde hoje se situam os municípios de Sabará, Ouro Preto e Mariana. O ouro era abundante nos cursos de água da região das Minas Gerais, trazendo um grande fluxo de pessoas para o interior da colônia, o que ocasionou a formação de vários núcleos urbanos. Este movimento de intensificou no início do século XVIII com a descoberta dos diamantes na região do atual município de Diamantina (MARQUES, 2009, p.181 *apud* INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2006, p.2).

Quando a notícia chega à Portugal, a Coroa logo começa a fiscalização dos caminhos já abertos e ordena a abertura de novos caminhos, as estradas reais, que foram consideradas as principais vias da colônia, como o objetivo de controlar a circulação de pessoas e fiscalizar a extração das riquezas “*estabeleceu caminhos oficiais (estradas reais), que se tornariam as únicas vias autorizadas para a circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante*” (MARQUES, 2009, p.182). Marques (2009) encontra um conceito para termo Estrada Real que é usado desde os anos 1600 que é descrito por Renger (2007) como referencia.

Aos caminhos do período colonial onde o poder do Estado se fez presente em forma de registros ou outros pontos de cobrança, seja de pedágios, dos direitos de entrada, seja do quinto do Ouro. Assim, nas Minas, as Estradas Reais surgiram em decorrência da inserção do interior do Brasil na política fiscal exercida pela Colônia. Nas Minas, o objetivo primordial do controle dos caminhos era a arrecadação dos quintos de ouro, sempre confiada a funcionários régios (...) Formaliza-se, assim, a aplicação do título Estrada Real aos caminhos de Minas, como um conceito fiscal (MARQUES, 2009, p.182 *apud* RENGGER, 2007, p.135).

Por isso o povoamento da região foi intenso, sendo formada tanto por pessoas que tinham autorização para extração de ouro e diamantes e seus diversos escravos como pessoas que vieram para lucrar com hospedarias para os diversos viajantes e

suas bandeiras e também com o comércio ilegal das pedras preciosas. Segundo Marques (2009, p.181 *apud* INSTITUTO ESTRADA REAL; INSTITUTO TERRA AZUL, 2006, p.04), “em 1700, a estimativa populacional alcançava 30 mil pessoas nas regiões das minas, contra 500 mil na colônia, sem contar a população indígena” população essa responsável por abrir as primeiras trilhas que deram origem aos caminhos oficiais.

Sendo então, esses caminhos mineiros, construídos em todo um contexto de riquezas do período colonial, tendo como pontos principais cidades que fazem parte, e são necessárias, na história do Brasil, como Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina e Paraty, além de estar inserido em um meio ambiente riquíssimo e de extrema beleza, em 1999 é criado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG o Instituto Estrada Real, com o objetivo de transformar a antiga estrada em uma rota turística, considerada hoje como o maior completo turístico do país.

O Instituto Estrada Real é uma entidade criada em 1999 pelo Sistema FIEMG, que tem por objetivos organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real. Com uma equipe multidisciplinar especializada em turismo, transformou o antigo caminho, aberto há mais de 300 anos pela Coroa Portuguesa, em um destino reconhecido no Brasil e no exterior. A Estrada Real é a maior rota turística do país. São mais de 1.630 km de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2013¹).

Para o Instituto, a Estrada Real abrange 199 municípios, sendo cento e sessenta e nove de Minas Gerais, vinte e duas de São Paulo e oito do Rio de Janeiro, que equivalem a mais de 80 mil quilômetros quadrados de área de influência da Estrada Real. O eixo principal que é o caminho, o percurso, passa por 87 cidades e distritos, sendo 76 em Minas Gerais, 3 em São Paulo e 8 no Rio de Janeiro, tem mais de 1,6 mil quilômetros de extensão. Toda essa área é dividida em quatro caminhos, o Velho, o Novo, o de Sabarabuçu e o Caminho dos Diamantes.

O Caminho Velho, o mais antigo, foi a primeira rota para se chegar e sair da região de Vila Rica, atual Ouro Preto, sendo assim são 710 km que ligam Ouro Preto à Paraty, passando pela região de Tiradentes e o sul de Minas. O Caminho de Sabarabuçu pode ser considerado como uma extensão ao Caminho Velho que o liga ao Caminho dos Diamantes tem como um dos pontos principais a cidade de Sabará que fica no meio dos 160 km da extensão desse caminho.

O Caminho Novo é o caminho que pode ser considerado como a verdadeira Estrada Real, já que foi o único trecho aberto exclusivamente devido à uma ordem da Coroa Portuguesa para aumentar a fiscalização, controlar o contrabando e garantir um escoamento mais rápido das riquezas extraídas nas Minas Gerais, são 515 km que ligam Ouro Preto ao Rio de Janeiro.

As constantes revoltas ocorridas na região aurífera, somadas ao frequente e intenso contrabando que se praticava com o ouro extraído das minas gerias, levaram o então governador da Capitania do Rio de

Janeiro, Artur de Sá de Menezes, a planejar já em 1968, um caminho mais curto e seguro entre a região mineradora e a cidade do Rio de Janeiro. (...) Assim, em outubro de 1968, a Coroa acatou a indicação. (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2005, p. 20).

Os 395 km do Caminho dos Diamantes foram os mais fiscalizados pela Coroa Portuguesa, para sair de Ouro Preto com destino à Diamantina era necessária uma autorização, e para entrar na cidade a autorização deveria ser analisada pela autoridade local, o intendente-geral, como descreve Spix e Martius (1981, p.26).

Como por uma ordem régia, a entrada no Distrito Diamantino, que começa a umas cinco léguas daqui só é permitida se o intendente-geral dele autoriza por escrito o registro, o ouvidor teve a bondade de mandar um mensageiro especial (pedestre) a Tejuco com nosso requerimento, junto a licença do rei.

Além de toda fortuna a Estrada Real é rica também por sua história e cultura, porém o foco deste trabalho é riqueza natural, as paisagens que compõe a Estrada Real.

Assim, não consideramos toda a extensão da Estrada Real no artigo, foi considerado apenas o Polo Diamantina do Caminho dos Diamantes. O Polo abrange 14 municípios, sendo eles: São Gonçalo do Rio Preto, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Santo Hipólito, Monjolos, Gouveia, Datas, Presidente Kubitscheck, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Sabinópolis, Alvorada de Minas, Serro e Diamantina (Figura 1).



Figura 1: Recorte do Polo Diamantina no caminho dos diamantes da Estrada Real.

Figure 1: Cut the Polo Diamantina in the path of diamonds Royal Road.

Fonte: www.estradareal.org.br.

Source: www.estradareal.org.br.

Entretanto, não foi feita uma análise da paisagem e potencial do ecoturismo de todo o polo, foi considerado apenas o eixo principal da Estrada Real, que passa pelos municípios de Diamantina, Serro e Alvorada de Minas o que corresponde a aproximadamente cem quilômetros.

Ecoturismo

Em 1994, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), em conjunto com representantes do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de empresários e consultores da área, criaram as Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo e estabeleceram o seguinte conceito para a atividade:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (BRASIL, 1994, p.19).

De acordo com essa definição, percebe-se que o ecoturismo precisa ser praticado de forma sustentável, sendo que as atividades devem contribuir para a conservação da natureza e ações de sensibilização e conscientização devem ser propostas aos praticantes, para que os mesmos sejam informados quanto à importância das áreas preservadas. É fundamental o envolvimento da comunidade em todas as etapas de implantação e sua participação deve ser efetiva (VIEIRA, 2012).

De acordo com o Ministério do Turismo – MTUR (2010, p 21):

[...] o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza e as comunidades receptoras, comprometidas com a conservação, a educação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico.

Buscando outros conceitos de ecoturismo é possível perceber que esses são diversos, mas ainda não existe uma definição única aceita por todos. Sabe-se que a razão de ser do ecoturismo é a preocupação com o meio ambiente. O prefixo “eco” tem sido muito utilizado como bandeira em todo movimento que tenha apelo ambientalista, embora nem sempre ele seja utilizado com o real comprometimento do significado do mesmo (VIEIRA, 2012).

Ainda sobre a origem dos termos ligados a esse tipo de turismo, Moraes (2000) ressalta que as raízes do ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. Os visitantes que há mais de um século chegaram em massa ao Parque Nacional de *Yellowstone* (nos Estados Unidos da América) foram os primeiros ecoturistas do mundo.

Segundo Mourão (2004), apesar da origem do termo ecoturismo ser controversa e não muito clara, especula-se que o termo foi utilizado pela primeira vez por W. Hetzer, em 1965, identificando os quatro princípios para o turismo responsável: respeitar as culturas locais, minimizar impactos ambientais, maximizar a satisfação do visitante e maximizar os benefícios para comunidades locais. Segundo Bernaldez (1994 *apud* CÉSAR, 2007, p.8), o “*ecoturismo surgiu devido a alguns problemas causados pelo turismo de massa*”.

Os primeiros praticantes do ecoturismo não estavam interessados nos padrões de consumo do turismo de massa, ocorrendo assim a renovação da atividade após a década de 1980.

A Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, consolidou o termo desenvolvimento sustentável, estimulando o interesse e o grande crescimento do ecoturismo como uma estratégia de desenvolvimento sustentável (CÉSAR, 2007). Nesse contexto, outro marco temporal, foi o ano de 2002, eleito o Ano Internacional do Ecoturismo. Segundo Rodrigues (2003), foi um ano também emblemático na história das discussões de cunho ecológico, pelo fato de ter completado dez anos da realização da Eco-92, momento de grande ebulição em torno da Cúpula Mundial Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul². Já no ano de 2012, foi realizada entre os dias 13 e 22 de junho, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, cujo objetivo principal foi discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. (VIEIRA, 2012)

Mitraud (2003, p.11) ressalta que “*dentro dos diversos segmentos turísticos, o ecoturismo vem sendo apontado como aquele que apresenta os mais altos índices de crescimento, com um aumento de demanda variando de 10 a 20% ao ano, de acordo com diversos estudos*”.

É notável que o ecoturismo e o turismo de aventura vêm crescendo em larga escala no mundo, portanto, é de suma urgência que os agentes, agências, operadoras de ecoturismo e o poder público deem maior atenção para que a atividade cresça de forma controlada e acompanhe o ritmo acelerado de crescimento da atividade em todo o mundo.

Por ser o ecoturismo uma atividade recente e em expansão, necessita ser monitorada de perto para que a mesma possa ser desenvolvida de forma organizada e responsável, havendo a necessidade de preparar o ecoturista para o contato com a natureza, sem depredá-la.

O ecoturismo em Diamantina e Região

Considerando as reflexões apresentadas à luz do objeto de estudo desse trabalho – o ecoturismo em Diamantina – é interessante considerar essa atividade frente ao ecossistema do cerrado brasileiro, conforme apresentado por Neiman e Rabinovici (2002, p.154).

O Brasil é um país de recursos naturais e com enorme potencial para todas as modalidades de turismo, porém, muitos de seus ecossistemas, e o cerrado em especial, estão ameaçados pela prática de um ecoturismo irresponsável que poderá vir agravar essa situação. Apesar desse risco, o ecoturismo configura-se, no momento, como uma das mais importantes alternativas de desenvolvimento econômico sustentável, desde que sejam utilizados racionalmente os recursos naturais em visitas monitoradas, sem comprometer a sua capacidade de renovação e sua conservação.

Ainda segundo Neiman e Rabinovici (2002), o cerrado tem potencial para oferecer observação de fauna e flora, safáris fotográficos e possui diversas belezas paisagísticas, despontando o ecoturismo como uma atividade que pode promover o desenvolvimento econômico e social dessas regiões. Sendo assim, Diamantina, por estar localizada no bioma cerrado e por possuir diversas belezas naturais, pode despontar como um forte destino para a prática dessa atividade.

Segundo a pesquisa elaborada por Vieira (2012), intitulada “*O desenvolvimento do mercado de Ecoturismo na cidade de Diamantina*”, percebeu-se claramente o que já apontam outras pesquisas: o principal atrativo turístico natural é o Parque Estadual do Biribiri com a Cachoeira da Sentinela e a Cachoeira dos Cristais.

Segundo Vieira (2012) em se tratando das modalidades de ecoturismo praticadas em Diamantina e região aponta-se para uma característica peculiar do destino. No quesito das modalidades de ecoturismo praticadas na região de Diamantina, muitos respondentes apontaram as atividades de Caminhada e Caminhada de longo curso, Rapel, Cicloturismo, Cavalgada, Turismo fora de estrada, Trekking. Metade dos respondentes mencionaram as atividades de Escalada, Espeleoturismo, Montanhismo e Tirolesa. Poucos mencionaram Arvorismo, Canionismo e Cachoeirismo, Canoagem e Observação da vida selvagem.

Percebe-se que existe uma variedade muito significativa de modalidades praticadas, e pela diversidade existente, muitas outras ainda poderiam ser trabalhadas para serem oferecidas de forma segura ao ecoturista que procura por essas atividades, além de gerar benefícios econômicos às comunidades envolvidas e a valorização da cultura local.

A relação entre as modalidades e o benefício para a comunidade demonstra equilíbrio entre as opiniões dos respondentes, pois muitos responderam que essas modalidades trazem benefícios, ressaltando que economicamente há um retorno para a comunidade local com as despesas e consumo dos turistas. Outro benefício significativo que deve ser apontado é o alto índice de realização de atividades de ecoturismo pela comunidade local, que frequentam, por exemplo, o Parque Estadual do Biribiri, fazendo caminhadas e visitando cachoeiras. De acordo com Vieira (2012), a comunidade diamantinense se beneficia bastante dos atrativos do Parque, pois são frequentadores assíduos. A empresa Quintal Radical ressaltou que no Circuito de arvorismo do Quintal em Currálinho, nas atividades de Rapel e tirolesa a mão de obra é de monitores locais. Assim, é significativa também a geração de emprego e renda para a

comunidade.

As atividades como a caminhada de longo curso, o cicloturismo e a cavalgada trazem grande benefício, pois utilizam serviços de apoio totalmente nas comunidades, como meios de hospedagem, contratação de condutores, alimentação, serviços de muleiros gerando recursos diretamente para a comunidade.

Ainda nesse contexto, baseado especificamente em números da “Pesquisa de Demanda Turística Real de Diamantina e Região”, realizada semestralmente pelo Curso de Turismo da UFVJM por meio das edições já concretizadas (2009-1, 2009-2, 2010-1, 2010-2, 2011-1, 2011-2 e 2012-1), apresenta-se informações significativas acerca do mercado de ecoturismo local.

No quesito Motivação Principal da viagem a Diamantina, em todas as edições os atrativos ligados à cultura são apresentados como principais. Porém, nesse tema a Pesquisa aponta também dados interessantes acerca do meio natural. Nas edições de 2009 (1 e 2), do total de 516 entrevistados, 21 turistas tiveram a natureza como motivação principal de visita; número que subiu para 35 nas edições de 2010, na qual 264 turistas participaram; para 45 em 2011 dentre 297 entrevistados nas duas edições e apenas 13 turistas entre os 142 participantes, no primeiro semestre de 2012. Esses dados podem ser mais bem visualizados no Gráfico 1:

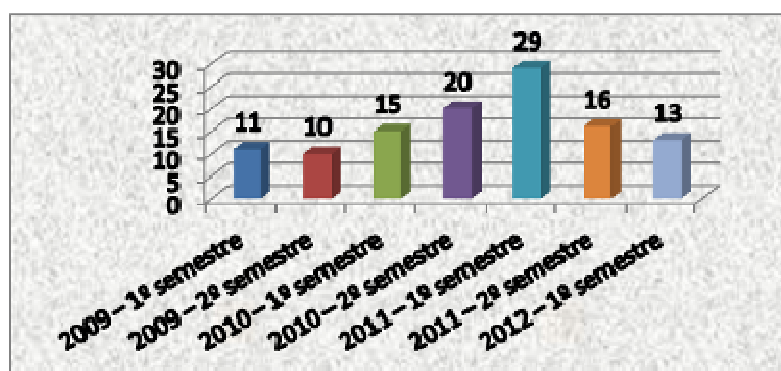


Gráfico 1: Número de turistas que tiveram natureza como motivação principal.

Graph 1: Number of tourists who have nature as their primary motivation.

Fonte: elaboração própria a partir de Medaglia e Silveira, 2009 1 e 2, 2010 1 e 2, 2011 1 e 2, 2012 1.

Source: Own elaboration from Medaglia and Silveira, 2009 1 e 2, 2010 1 e 2, 2011 1 e 2, 2012 1.

Percebe-se que a natureza é, ainda, motivação secundária, considerando que o público da cidade de Diamantina menciona Cultura, Arquitetura e Vesperata como motivações principais de suas visitas. Mesmo assim, é possível indicar os principais atrativos naturais visitados mencionados nas pesquisas que são: Parque Estadual do Biribiri – PEB, Cachoeiras, Gruta do Salitre, Caminhos dos Escravos, Parque Estadual do Itambé, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Nacional das Sempre Vivas, Serra dos Cristais e Serra do Espinhaço.

Nesse contexto ainda, buscando especificamente dados relacionados ao meio natural, quando questionados sobre o que lhes causou encantamento em Diamantina,

nas edições de 2009 (1 e 2), do total de 516 entrevistados 81 turistas responderam que foi a natureza, seguidos por 43 nas edições de 2010, na qual 264 turistas participaram, 62 visitantes nas edições de 2011 dentre 297 entrevistados nas duas edições e, por fim apenas 20 visitantes no primeiro semestre de 2012 entre os 142 entrevistados.

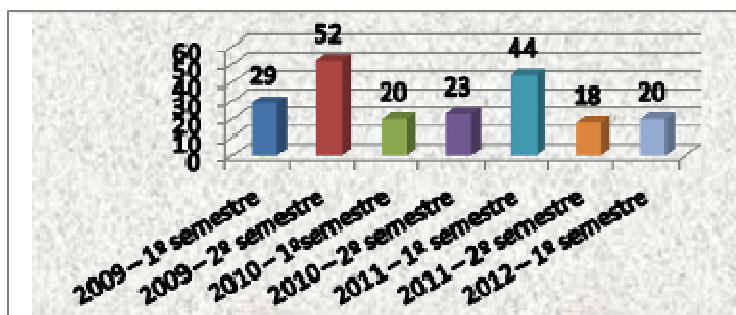


Gráfico 2: Número de turistas que se encantaram com a natureza em Diamantina.

Graph 2: Number of tourists enthralled with nature in Diamantina.

Fonte: elaboração própria a partir de Medaglia e Silveira, 2009 1 e 2, 2010 1 e 2, 2011 1 e 2, 2012 1.

Source: Own elaboration from Medaglia and Silveira, 2009 1 e 2, 2010 1 e 2, 2011 1 e 2, 2012 1.

As Paisagens da Estrada Real e seu uso para o Ecoturismo

O termo paisagem é carregado de significâncias e possui diversos conceitos, dentre os mais superficiais e os mais complexos, Oliveira (2007) destaca algumas das principais considerações científicas acerca da palavra.

O termo “paisagem” foi introduzida na ciência pelo geobotânico, Alexander Von Humboldt, no início do século XIX, no sentido de “característica total de uma região terrestre” (Metzger, 2001). O seu conceito na ciência é aprofundado dentro de várias proposições onde se destacam: ecologia da paisagem (Troll, 1971), geossistemas (Sotchava, 1977), ecodinâmica (Tricart, 1977, 1979) e geografia física global (Bertrand, 1971) (OLIVEIRA *et al*, 2007, p. 88).

Como é possível perceber para uma completa análise da paisagem é necessário considerar processos técnicos de pesquisa, suas características geológicas, geomorfológicas, entre outro. Oliveira baseado em outros pesquisadores aponta outros aspectos da paisagem que devem ser considerados para sua análise.

O mapeamento das unidades de paisagem considera os atributos abióticos, bióticos e antrópicos (Bertrand, 1978; Bolós, 1981), ou seja, efetua uma síntese cartográfica dos diferentes temas que compõe a paisagem, como: geologia, clima, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso da terra (Martins *et al*, 2002) (OLIVEIRA *et al*, 2007, p. 88).

Este estudo aprofundado permite tratar não só dos aspectos de competência da visão, como sua beleza e cores, mas também permite entender sobre a formação da paisagem enquanto sistema ecológico.

A metodologia de paisagem possibilita descrever não só a beleza cênica, porém também o grau de estabilidade do sistema ecológico. A pesquisa da paisagem para o ecoturismo integra os diferentes componentes naturais (relevo, condições climáticas, solo, cobertura da vegetação, etc.) e avalia suas inter-relações com as características do destino turístico (OLIVEIRA *et al*, 2007, p. 87).

O artigo não faz uma análise aprofundada da paisagem como propõe Oliveira, consideramos paisagem como uma categoria de estudo da geografia que permite uma avaliação a partir de uma imagem que pode ser contemplada por meio da observação. Sendo assim, o artigo pretende apenas por meio da observação identificar as características da paisagem da região tendo em vista a prática do ecoturismo, ou seja, apontar atividades do ecoturismo que tem condições de serem desenvolvidas na região devido a suas peculiaridades.

Considerando o tratamento da paisagem desta forma, por meio da observação encontramos diversas bibliografias, que datam de diferentes períodos históricos, acerca das paisagens da região. Como já apresentado, a Estrada Real e a região de Diamantina foi explorada por viajantes, bandeirantes, que registraram não só a fauna, flora e riquezas, mas também suas percepções sobre as paisagens que compuseram suas viagens.

Sobre o trecho objeto desse artigo, que vai de Diamantina à Itapanhoacanga, distrito de Alvorada de Minas existem vários relatos de antigos viajantes que vieram desbravar a região, entre tantos destacamos Spix e Martius que percorreram o caminho por volta do ano de 1818. E também Felício dos Santos que elaborou o livro *Memórias no Distrito Diamantino* em 1868.

Spix e Martius deixa claro sua percepção acerca da paisagem do trecho analisado e do encantamento que ela proporciona, emoção esta que até hoje é sentida pelos turistas que visitam a região como foi apontado anteriormente.

Quase parece que a natureza escolheu para a região ordinária dessas pedras preciosas os mais esplêndidos campos e os guarneceu com as mais lindas flores. Tudo que até agora havíamos visto de mais belo e soberbo em paisagens, parecia incomparavelmente inferior diante do encanto que se oferecia aos nossos olhos admirados. Todo o Distrito Diamantino parece um jardim artisticamente plantado, a cuja alternativa de românticos cenários alpestres, de montes e vales, se aliam mimosas paisagens de feição idílica. (...)

Sente-se o viajante, nesses deliciosos jardins, atraído de todos os lados por novos encantos e segue extasiado pelos volteios do caminho sempre nas alturas que o leva de uma a outra das belezas naturais. Volven-

do o olhar do pacífico e variegado ambiente para a distância, o espectador vê-se todo contornado por altas montanhas rochosas que, iluminadas pelos ofuscantes raios solares, refletem uma luz resplandecente de seus vértices brancos, recortados em forma maravilhosa, aqui ameaçam desmoronar, ou, ali em amontoados terraços uns sobre os outros, puxam para o azul etéreo do céu, ou abrem-se profundos vales, patenteando abismos sombrios, onde alguma torrente montanha abre caminho com estrondo (SPIX E MARTIUS, 1981, P. 27).

Foi também devido à magnitude e importância da paisagem regional que Diamantina recebeu da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, cuja justificativa é ressaltada por Braga e Machado (2010, p.39) visto que *“seu conjunto urbano é precioso testemunho da adaptação de modelos europeus a uma cultura original, tão perfeitamente integrada à paisagem severa e grandiosa”*.

Tendo em vista a importância da paisagem para a região pretendemos destacar as suas características que permitem o desenvolvimento do ecoturismo. As imponentes montanhas, precipícios, os campos, rios e cachoeiras são ambientes onde a atividade se desenvolve.

De acordo com o Ministério do Turismo o ecoturismo permite o uso do meio ambiente de diversas formas para desenvolver a atividade.

No âmbito do Ecoturismo observa-se a possibilidade de desenvolvimento de uma grande variedade de atividades. Caracterizam-se pela relação com a natureza, seja com a fauna, a flora, as formações rochosas, as paisagens, os espetáculos naturais extraordinários, e até mesmo vários deles ou todos ao mesmo tempo (BRASIL, 2010, p. 27).

A fim de apontar quais são essas atividades o Ministério criou a uma descrição dessas atividades (Tabela 1).

Para identificar os locais que acolhem aos critérios para a realização das atividades do ecoturismo extraímos do site do Instituto Estrada Real³ os atrativos naturais que atendem às atividades apontadas pelo Ministério do Turismo, lembrando que os municípios pesquisados são Diamantina, Serro e Alvorada de Minas. No site os atrativos naturais e histórico-culturais são listados juntos, porém consideramos apenas os atrativos em meio natural (Tabela 2).

São no total 24 atrativos naturais nos três municípios, sendo que Serro contém 11 deles, Diamantina outros 10 e Alvorada de Minas 3 atrativos. É um grande número de atrativos com potencial para serem explorados e trabalhados pelo turismo, e é essa análise, de quais e como esses atrativos vem sendo trabalhados que será apresentada com o diagnóstico a seguir.

Tabela 1: Atividades praticadas no âmbito do ecoturismo.
Table 1: Activities performed within the scope of ecotourism.

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Observação de Fauna (Relaciona-se com o comportamento e habitats de determinados animais)	Aves – atividade conhecida como birdwatching. O País ocupa o terceiro lugar no mundo em matéria de diversidade no gênero, com um total de 1.832 espécies, das quais 234 endêmicas.
	Mamíferos – o Brasil, que possui um número significativo de espécies de mamíferos do mundo, apresenta algumas espécies consideradas ícones da nossa fauna, como a onça-pintada, o tamanduá-bandeira, a anta e o lobo-guará.
	Peixes – a observação geralmente ocorre pela flutuação ou mergulho, com ou sem o uso de equipamentos especiais, em ambientes marinhos ou de água doce.
	Répteis e anfíbios – considerado o primeiro em espécies de anfíbios e o quarto em répteis, destaca-se no País a observação de salamandras, sapos, rãs, pererecas, tartarugas, jacarés, lagartos, cobras. Sobre esse assunto, apontam-se os projetos brasileiros para a conservação da tartaruga marinha e do tracajá.
Observação de Flora	Permite compreender a diversidade dos elementos da flora, sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma, devendo estar associada às possibilidades de interação com a fauna silvestre existente na localidade e região. Os usos tradicionais das comunidades locais sobre as plantas (usos medicinais, cosméticos, ornamentais) despertam muito interesse, podendo ampliar as experiências dos visitantes e promover o uso sustentável de elementos que integram as áreas visitadas.
Observação de Formações Geológicas	Atividade ainda tímida no País que consiste geralmente em caminhada por área com características geológicas peculiares e que oferecem condições para discussão da origem dos ambientes (geodiversidade), sua idade e outros fatores, por meio da observação direta e indireta das evidências das transformações que ocorreram na esfera terrestre.
Visitas a cavernas (Espeleoturismo)	Atividade recreativa originada da exploração de cavidades subterrâneas, também conhecida por espeleologia – estudo das cavernas.
Observação Astronômica	Observação de estrelas, astros, eclipses, queda de meteoros, em locais preferencialmente com reduzida influência de iluminação artificial.
Mergulho Livre	Mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara, snorkel e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração.
Caminhadas	Percursos a pé em itinerário predefinido. Existem caminhadas de um ou mais dias com a necessidade de carregar parte dos equipamentos para pernoite em acampamentos ou utilizando meios de hospedagem, em pousadas ou casas de família.
Trilhas Interpretativas	Conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região. Podem ser autoguiadas por meio de sinalização e mapas ou percorridas com acompanhamento de profissionais, como Guias de Turismo e Condutores Ambientais Locais.
Safáris Fotográficos	Itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte.

Fonte: Brasil (2010, p.30). **Source:** Brasil (2010, p.30).

Tabela 2: Atrativos naturais de Diamantina, Serro e Alvorada de Minas.
Table 2: Natural Attractions of Diamantina, Serro e Alvorada de Minas.

MUN.	ATRATIVO	DESCRIÇÃO
DIAMANTINA	CACHOEIRA DAS FADAS	A Cachoeira é circundada por densa mata de transição e de galeria e afloramentos rochosos, possui queda de 25m formando um poço propício ao banho. O acesso ao local pode ser feito por um trecho de estrada e, depois, por uma trilha de pedras com descida acentuada. Localizado a 49 km da sede em direção ao Distrito de Conselheiro da Mata.
	CACHOEIRA DOS REMÉDIOS	Cachoeira circundada por densa mata de transição e de galeria e formações rochosas, possui queda de 20m formando um belo poço propício ao banho. Localizada a 15 km do Sede.
	GRUTA DO SALITRE	Conjunto de grandes formações rochosas com embasamentos cristalinos, formando cânions, que se dividem em salões da Gruta do Salitre, o maior com 64m de largura e 5m de altura. As formas pontiagudas e esculturais remetem à arquitetura das igrejas góticas. Localizada a 9 km de diamantina e a 1 km do distrito de Curralinho.
	CACHOEIRA DO TELÉSFORO	Considerada a mais bonita cachoeira do distrito de Conselheiro Mata, com praia de areia branca, circundada de densa mata ciliar e de transição, formada por corredeiras, que deságuam em poços propícios ao banho. Localizada no Distrito de Conselheiro Mata, à 36 km da Sede.
	GRUTA MONTE CRISTO	A Gruta possui abertura horizontal de aproximadamente 15m de altura por 25m de largura, dois amplos salões com água corrente e embasamento cristalino. O local serviu de cenário para a novela Irmãos Coragem da rede Globo. Localizada a 12 km de Diamantina.
	PARQUE ESTADUAL DE BIRIBIRI	Possui 17.130 hectares, onde ainda não foi definido a sua posição como parque, mas é um lugar de vasta vegetação e fauna, além de cachoeiras e poços.
	CACHOEIRA DA TOCA	Cachoeira circundada por formações rochosas e vegetação de cerrado com queda de 15m de altura e 15m de largura, formando pequenos filetes de água e um grande poço propício ao banho, que chega a 8m de profundidade. Localizada próxima à Sede - 10 min de caminhada.
	CACHOEIRA DOS CRISTAIS	Cachoeira circundada por formação rochosa e cerrado. Possui duas quedas sequenciais de aproximadamente 5m, formando um poço propício ao banho. Localizada à 14 Km da sede.
	SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO BATATAL	Encontram-se várias pinturas rupestres sobre a fauna representativa da região: capivaras, veados e peixes - não há um estudo que afirme com exatidão a idade das pinturas. O sítio fica a 49 km de Diamantina, é aconselhável o acompanhamento de um guia local.
	CAMINHO DOS ESCRAVOS	A estrada vai da sede do município ao distrito de Mendanha, era usada pelos tropeiros no transporte de cargas e dos diamantes. O caminho cruza o Parque Estadual do Biribiri e áreas particulares. Os principais remanescentes (principalmente trechos calçados) encontram-se nas extremidades do caminho. Aconselhável acompanhamento de um guia. Calçamento de pedras construído por escravos distante 2 km da sede, sentido BR-367 que vai para Araçuaí.

Continua...

...continuação.

SERRO	CACHOEIRA DO CARIJÓ	Situada a 3 km de Milho Verde, a Cachoeira do Carijó tem 8m de queda e possui um grande poço com água limpa. Ideal para banho, seu acesso é feito seguindo a estrada principal de Milho Verde, no sentido Milho Verde - Serro.
	RIO JEQUITINHONHA	Rio cuja nascente está entre Milho Verde e Capivari. O Rio Jequitinhonha faz parte da história do surgimento de Milho Verde, bem como, outros lugarejos, graças ao garimpo de Ouro e Diamantes.
	CACHOEIRA DO MOINHO	Próximo a Milho Verde e de fácil acesso, está a cachoeira do Moinho. Após uma sucessão de piscinas naturais, que correm sobre uma lage, as águas desabam em duas grandes quedas, para mais abaixo formar o rio Jequitinhonha.
	CAMINHO MILHO VERDE AO POVOADO DO VAÚ	Antigo caminho que ligava Milho Verde ao vilarejo de Vau. Trecho em campos abertos e matas fechadas. Existem até hoje vestígios de calçamentos de pedras. Tem aproximadamente 9 Km.
	CACHOEIRA DO LAGEADO	É um dos principais atrativos de Milho Verde e um dos mais visitados também. Distância de 2 Km da cidade.
	CACHOEIRA DO PIOLHO	É uma das cachoeiras mais altas de Milho Verde com uma queda livre de 35 metros. Utilizada para a prática de rapel. Tem esse nome devido aos pequenos diamantes que davam em seu leito, do tamanho de piolhos. Está a 3 Km de Milho Verde.
	CAMINHO DE MILHO VERDE À TRÊS BARRAS	Trilha de calçamentos de pedras ligando Milho Verde à Três Barras, que foi aberta por escravos. O Caminho é feito por belos campos rupestres, passando por pequenas cachoeiras e riachos de águas cristalinas.
	PICO DO RAI0 - SGRP	Pico que está localizado na divisa de Capivari e São Gonçalo do Rio das Pedras.
	CACHOEIRA DO COMÉRCIO	Cachoeira situada dentro da cidade. Queda muito alta, usada para a prática do rapel.
	CACHOEIRA DA GROTA SECA	Cachoeira com pequenas quedas, formando piscinas naturais em meio a muitas montanhas e matas.
ALVORADA DE MINAS	CACHOEIRA DO PACU	Cachoeira no meio de matas e com algumas piscinas naturais, tem como ponto de referência um campo de futebol.
	ALTO DO CRUZEIRO	O Mirante proporciona uma bela visão panorâmica de toda a cidade e do pico do Itambé com sua vasta mata nativa ao seu entorno. Está localizado na entrada da cidade.
	CACHOEIRA DA CAMPINA	A cachoeira com quedas de até 4 m e águas cristalinas, lindas formações rochosas, muitos poços e abundante vegetação circundante. Está localizada no distrito de Itapanhoacanga.
	RIO DO PEIXE	O rio do Peixe corre formando cachoeiras, corredeiras, piscinas naturais e cascatas (lugares de rara beleza - fauna e flora riquíssimas). Dentre as belezas naturais, destacamos o balneário Tanque do Carimbé e a Área de Proteção Renascença.

Fonte: Elaboração própria adaptado de www.estradareal.org.br (2013).**Source:** Authors, adapted from www.estradareal.org.br (2013).

Diagnóstico do Planejamento e Gestão do Ecoturismo em Diamantina e Região

A cidade de Diamantina é polo e referencia do turismo regional, por isso acolhe sede de instituições de abrangência regional, é o caso do Instituto Estrada Real - IER, Circuito dos Diamantes e Instituto Estadual de Florestas - IEF, esses que mais se relacionam ao turismo, mas ainda tem-se como exemplo, o SEBRAE, EMATER, IDENE, etc.

Além dessas instituições, Diamantina também é sede dos receptivos turísticos que comercializam o destino e a região. São esses receptivos, Agência de Viagens e Turismo Minhas Gerais Ltda.; Agência Veredas do Espinhaço, ARM Turismo e Quintal Radical. Para este trabalho consideramos apenas estas empresas para diagnosticar as atividades que vem sendo oferecidas, mas é importante ressaltarmos que cada vez mais grupos independentes vêm praticando atividades como ciclismo, escalada, rapel e caminhada na região, porém como não existem dados e fontes oficiais para pesquisa, assim esses grupos foram desconsiderados. O levantamento e perfil desses grupos se faz como um interessante tema à ser pesquisado.

Nesse contexto, foram levados em consideração os atrativos envolvidos nos pacotes de ecoturismo comercializados pelos quatro receptivos, bem como as atividades desenvolvidas, nos primeiros municípios do Polo Diamantina da Estrada Real, como foi apontada anteriormente como foco do trabalho. O levantamento foi feito com base nos materiais de divulgação dos receptivos, seus folders informativos, para assim ter acesso às atividades que já são comercializadas, pois se o meio para este levantamento fosse uma pesquisa com os responsáveis pelos receptivos, talvez pudessem ser apontados atividades que vem sendo estudadas para comercialização, mas como ainda não estão no mercado por isso preferimos apenas a análise do que é divulgado e vendido.

Para uma melhor visualização foi construída a Tabela 3 para demonstrar o diagnóstico das atividades de ecoturismo comercializadas.

Os atrativos não estão sendo explorados em sua totalidade, apenas parte de seu potencial é explorado, na tabela de diagnóstico, é possível observar que o mesmo atrativo se enquadra em mais de uma atividade de ecoturismo, porém não são todos os tipos de atividades que são comercializadas, uma opção seria o conhecimento dos gestores dos receptivos turísticos para oferta opcional dessas atividades aos turistas, dessa forma seria conferido a esses produtos mais valor.

No levantamento dos atrativos do trecho foco são apontadas 13 cachoeiras e 2 ri- os, dentre as cachoeiras, apenas a do Telesforo é comercializada diretamente, outras como a dos Cristais e a do Moinho são associadas a outros atrativos.

Algumas das atividades listadas pelo MTur ainda não são praticadas na região, são elas, observação da fauna e da flora, observação astronômica e safári fotográfico, atividades que tem potencial visto que a região pesquisada se localiza na Serra do Espinhaço, e conta com grande número de espécies endêmicas da fauna e flora. Dos atrativos indicados no site ER dez deles não fazem parte dos pacotes comercializados, confirmando o potencial ainda não trabalhado. Isso ainda sem levar em consideração outras regiões e atrativos que tem muito potencial mais sem mínima estrutura turística, como é o caso do Parque Nacional das Sempre-Vivas.

Tabela 3: A comercialização do ecoturismo no início do caminho dos diamantes da Estrada Real.**Table 3:** The marketing of ecotourism at the beginning of the path of diamonds in the Royal Road.

RECEPTIVO	PACOTES	ATRATIVOS	ATIVIDADES
Veredas do Espinhaço	Diamantina Natural	Curralinho, Gruta do Salitre, Parque Estadual do Biribiri, Cruzeiro Luminoso, Cachoeira da Sentinela, Pinturas Rupestres.	Observação de Formações Geológicas, Visitas a cavernas, Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Estrada Real	Rio Jequitinhonha, Cachoeira do Moinho, Cachoeira do Carijó	Mergulho Livre, Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Cachoeira do Telésforo	Serra do Pasmor, Pedra da Tromba d'Anta, Cachoeira do Telésforo, Cachoeira das Fadas	Observação de Formações Geológicas, Caminhadas, Trilhas Interpretativas
Minhas Gerais	Curralinho	Gruta do Salitre, Curralinho, Serra do Espinhaço.	Observação de Formações Geológicas, Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Parque Estadual do Biribiri	Vila do Biribiri e cachoeiras.	Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Estrada Real	Vau, Milho Verde, Serro	Caminhadas, Trilhas Interpretativas
Quintal Radical	Rota Curralinho	Cruzeiro da Serra, Caminho dos Escravos, Gruta do Salitre, Curralinho.	Observação de Formações Geológicas, Visitas a cavernas, Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Rota Conselheiro Mata	Cachoeira das Fadas, Cachoeira do Telésforo, Distrito de Conselheiro Mata	Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Rota Milho Verde	São Gonçalo do Rio das Pedras, Milho Verde – Cachoeira do Moinho e do Carijó	Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Cicloviagem na Estrada Real	Diamantina a Ouro Preto	Trilhas Interpretativas
ARM	Parque Estadual do Biribiri	Cachoeira da Sentinela, Cachoeira dos Cristais, Vila do Biribiri	Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Gruta do Salitre	Gruta do Salitre	Observação de Formações Geológicas, Visitas a cavernas, Trilhas Interpretativas
	Passeio à Milho Verde	Milho Verde – foco histórico	Caminhadas, Trilhas Interpretativas
	Cachoeira do Telésforo	Cachoeira do Telésforo	Caminhadas, Trilhas Interpretativas, Mergulho

Fonte: Elaboração própria. **Source:** Authors.

Como é possível perceber os receptivos já oferecem várias opções de atividades do ecoturismo, mas ainda há muito potencial para ser explorado de maneira sustentável, e que gere não só um retorno financeiro, mas também no sentido da preservação

e valorização do meio ambiente natural, histórico e cultural da região. Esse perfil de público merece pacotes, roteiros e atrativos estruturados também para o ecoturismo, dessa forma acreditamos ter alcançado a intenção do artigo que é de diagnosticar a situação atual da gestão e comercialização do ecoturismo bem como apontar o grande potencial que há para ser trabalhado.

Referências bibliográficas

BRAGA, S.; MACHADO, J. **Comunicação e cidades Patrimônio Mundial no Brasil**. Brasília: UNESCO, IPHAN. 2010 .

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, Embratur/Ibama, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CÉSAR, P.A.B.; *et al.* **Ecoturismo: caminhos do futuro** – Ministério do Turismo, AVT/IAP, NT/USP. São Paulo: IPSIS, 2007.

INSTITUTO ESTRADA REAL, **Conheça o Instituto Estrada Real**. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/institucional/apresentacao>> Acesso em: 04 de julho de 2013.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Estrada Real: Brasil**. São Paulo: Empresa das Artes, 2005.

MARQUES, D.A.D. Estrada Real: Patrimônio Cultural de Minas Gerais (?) – Um estudo de Diamantina e Serro. 170 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2009.

MITRAUD, S. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MORAES, W.V. **Ecoturismo**: um bom negócio com a natureza. Viçosa: Aprenda fácil, 2000. v.1

MOURÃO, R.M.F.(Org.) **Manual de melhores práticas para o ecoturismo**. Rio de Janeiro: FUNBIO: Instituto ECOBRASI, 2004.

NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri, SP: Manole, 2002.

RODRIGUES, A.B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, J.F. **Memórias no Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868

SPIX; MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**; tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. 4 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VIEIRA, G.D. **O Desenvolvimento do Mercado de Ecoturismo na Cidade de Diamantina/MG**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Diamantina: UFVJM, 2012.

Notas:

INSTITUTO ESTRADA REAL, Conheça o Instituto Estrada Real. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/institucional/apresentacao>> Acesso em: 04 de julho de 2013.

² Entre os dias 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, a Organização das Nações Unidas promoveu em Johannesburgo, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+10. Esse evento reuniu representantes de 189 países, além da participação de centenas de Organizações Não Governamentais (ONGs). As discussões na Rio+10 não se restringiram somente à preservação do meio ambiente, englobou também aspectos sociais. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/rio-10.htm>. Acesso dia: 29/03/2011.

³ www.estradaareal.org.br.

Gabriela Duarte Vieira: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil.

Email: gabiduarte83@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8646278535561064>

Tainá Gonçalves Bulhões: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: taina_gbulhoes@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6772228461686706>

Nauê Gonçalves Bulhões: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, Brasil.

Email: nauegb@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7010523049833393>

Data de submissão: 29 de julho de 2013

Data de recebimento de correções: 29 de julho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local

***Community-based tourism in Protected Areas: environmental justice
for local development***

Patrícia Betti, Valdir Frigo Denardin

RESUMO

A possibilidade de terceirização de serviços de apoio à visitação e ao turismo em unidades de conservação (UCs) vem sendo indicada como uma das soluções para viabilizar o uso público nestes espaços, sendo possível privilegiar médios e grandes empresários ou valorizar e inserir as populações locais neste processo. Com o objetivo de melhor compreender a relação entre turismo de base comunitária (TBC) e UCs, realizou-se pesquisa bibliográfica. O resultado demonstrou que a necessidade de criação destes espaços protegidos insere-se num contexto global de crise socio-ambiental, consequência do modelo de desenvolvimento hegemônico, e que o estabelecimento destas UCs afeta grupos sociais desigualmente. Por um lado, os serviços ambientais prestados são estendidos em nível global, como na absorção de gás carbônico, por exemplo. Por outro lado, as populações locais são mais impactadas por restrições a atividades econômicas e culturais, decorrentes da legislação ambiental. Conflitos pelo uso de recursos naturais como este, que nascem da crescente utilização do ambiente natural devido à expansão econômica, que avança e causa ressentimentos em territórios já habitados por outras pessoas e espécies, originaram o movimento pela justiça ambiental. Neste movimento ecologista o principal não é a reverência sagrada à natureza, mas um interesse material pelo meio ambiente para a própria subsistência. Em algumas categorias de UCs o ecoturismo é uma das poucas atividades econômicas permitidas, por vezes a alternativa restante aos moradores locais. Desta maneira, sua vinculação ao turismo de base comunitária, capaz de contribuir para a consolidação de dimensões do trabalho, social, política, cultural, ambiental e humana e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade, favorece o desenvolvimento local sustentável, um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, proposta que inclui, além de benefícios econômicos e sociais, a valorização da cultura, dos modos de vida, das tradições e das cosmologias locais.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação; Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento Local; Justiça Ambiental.

ABSTRACT

The possibility of outsourcing the services to support visitation and tourism in protected areas has been recommended as a solution to enable the public use of these spaces and can focus on medium and large businesses or enhance and insert local populations. With the aim of a deeper understanding of the relationship between community-based tourism and protected areas, a bibliographical interdisciplinary research was performed. The result showed that the need for the creation of these protected areas is part of a context of global environmental crisis, the effect of the prevailing model of development, and that the establishment of these areas affects social groups unequally. On the one hand, the environmental services are extended globally, as the absorption of carbon dioxide, for example. On the other hand, local populations are more impacted by restrictions on economic and cultural activities arising from environmental legislation. Conflicts over the use of natural resources such as this, arise from the increasing use of the natural environment due to economic expansion, which causes resentment in areas already inhabited by people and other species, originated the environmental justice movement. In this environmental movement the principal is not the holy reverence to nature, but a material interest in the environment for subsistence. In some categories of protected areas ecotourism is one of the few economic activities allowed, sometimes remaining alternative to local residents. In this context, community-based tourism, able to contribute to the consolidation of dimensions of work, social, political, cultural, environmental, human and symbolic dimension of life in society, promotes local sustainable development, one of the goals of Brazilian National System of Conservation Units Law, a proposal which includes, in addition to economic and social benefits, appreciation of culture, ways of life, traditions and local cosmologies.

KEYWORDS: Protected Areas; Community-Based Tourism; Local Development; Environmental Justice.

Introdução

A proteção de áreas naturais é uma medida utilizada para preservação de espécies em larga escala, comunidades biológicas e a manutenção de serviços ambientais tais como água, ar e alimentos, essenciais à sobrevivência de todos os seres vivos, e passou a ser defendida diante dos impactos causados no ambiente natural pela espécie humana. No Brasil, entre as áreas legalmente protegidas encontram-se as unidades de conservação, cujos objetivos compreendem promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais seguindo-se princípios e práticas de conservação.

Para conquistar adeptos à causa ambiental o turismo é recorrentemente utilizado como argumento, principalmente em áreas que já sofrem pelo pouco desenvolvimento econômico, baseando-se nos benefícios potenciais desta atividade para a conservação e utilização sustentável da natureza. No entanto, o cumprimento deste e demais objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação enfrenta diferentes obs-

táculos na implementação e gestão destas UCs, dentre os quais estão os baixos orçamentos públicos destinados ao meio ambiente.

Como uma das soluções para viabilizar a visitação nestes espaços vem sendo indicada a terceirização de serviços de apoio ao uso público através de instrumentos de gestão tais quais autorização, permissão, concessão e gestão compartilhada. Estas modalidades permitem a participação de populações locais, organizações não governamentais e iniciativa privada na prestação de serviços de apoio à visitação e ao turismo.

Diante deste contexto, com o objetivo de melhor compreender a relação entre turismo de base comunitária e as unidades de conservação, foi realizada pesquisa bibliográfica. Na primeira seção do texto a seguir aborda-se como a atividade turística possibilita o desenvolvimento territorial/local a partir de lógicas não hegemônicas. Na seção seguinte discorre-se a respeito dos conflitos gerados a partir da criação de UCs e do turismo como potencial de desenvolvimento socioeconômico neste cenário. A terceira seção trás reflexões sobre a terceirização de serviços como uma das soluções para promover a visitação nas UCs. Na quarta e última seção são apresentadas características do turismo de base comunitária e sua relação ao movimento de justiça ambiental, que nasce de conflitos sociais pelo uso de recursos naturais enquanto fonte de subsistência.

Por último, nas considerações finais são apresentados alguns apontamentos sobre os alcances mais sustentáveis na congruência entre turismo de base comunitária e desenvolvimento local para enfrentamento da crise socioambiental instalada.

Turismo: valorização local e desenvolvimento

O desenvolvimento correntemente é associado a uma ideia de progresso em que a ampliação de riquezas materiais e geração de bem estar e conforto levariam à satisfação das necessidades humanas. Esta concepção compreendida como crescimento econômico surge na metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, em um clima favorável ao chamado “desenvolvimentismo”, guiado pela industrialização e urbanização. Mais de meio século depois se observa que o modelo de desenvolvimento baseado no aumento constante da riqueza econômica e na competitividade entre mercados, desconsiderando a importância das dimensões sociais e ambientais, gerou a crise socioambiental contemporânea. Os resultados positivos prometidos foram alcançados apenas por alguns países e para uma parte das pessoas, e os impactos negativos da degradação ambiental foram externalizados para toda sociedade.

Diante destas observações, Furtado (1974) definiu o desenvolvimento econômico como um mito, uma vez que não é garantido apenas com crescimento econômico. Nas palavras de Furtado, *“desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”* (FURTADO, 2004, p.485). O crescimento econômico *“vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacen-*

te” (FURTADO, 2004, p.484). Em suma, o crescimento econômico por si só não proporciona desenvolvimento como consequência sem que haja vontade política organizada para a ação no sentido de estender os frutos em um projeto social.

Além de induzir modificações socioeconômicas e ambientais para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações, entendendo que “*todo processo de desenvolvimento tem, inexoravelmente, um sentido societário*”, o desenvolvimento deve incluir processos de mudança social, ampliação da justiça social, das liberdades individuais e da emancipação política (SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2004, p.14). No meio rural, por exemplo, a busca por alternativas para territórios submetidos a impactos como modernização da agricultura, desigualdades regionais, limitações impostas pela legislação ambiental, dentre outros fatores, impele seus atores à diversificação de suas atividades como estratégia de adaptação às novas realidades. A atividade turística de base comunitária, ao passo que valoriza pessoas e recursos locais, tem se apresentado como oportunidade de resgate dos vínculos com o território, fortalecimento da identidade e diversidade sociocultural e possibilitado o desenvolvimento territorial/local a partir de lógicas de desenvolvimento não hegemônicas, numa perspectiva multidimensional – social, ambiental, cultural e econômica.

Em se tratando de áreas naturais protegidas, localizadas significativamente no espaço rural, o desafio principia no fato de que, não raramente, a ideia de conservação ambiental é associada à ideia de impedimento ao desenvolvimento. Por outro lado, na defesa à proteção de amostras de ecossistemas em áreas legalmente protegidas tais como unidades de conservação (UCs) observam-se lacunas que contribuem para esse entendimento equívoco. Visto que a criação e gestão de UCs não envolve somente a preservação de recursos naturais, mas a manutenção de grupos sociais que vivem, trabalham e buscam sua reprodução sociocultural, os direitos destas pessoas também devem ser preservados neste processo.

Para conquistar adeptos à causa ambiental entre as populações habitantes em áreas de abrangência de UCs recorrentemente o turismo é apontado como alternativa de desenvolvimento local, principalmente em áreas que já sofrem pelo pouco desenvolvimento econômico, baseando-se nos benefícios que esta atividade potencialmente desencadeia para a conservação e utilização sustentável da natureza. Ressalta-se, no entanto, que apesar da “marca” de uma unidade de conservação ser capaz de valorizar territórios e atrair demanda turística ela por si só não garante a extensão destes benefícios à população local, sem que haja um projeto social de desenvolvimento do turismo com base local, mais justo e equitativo.

Conservar para desenvolver: o papel das Unidades de Conservação

Diante dos impactos causados no ambiente natural pela espécie humana, a proteção de áreas naturais passou a ser utilizada como forma possível na preservação de espécies em larga escala, comunidades biológicas e a manutenção de serviços ambientais essenciais à sobrevivência de todas as espécies, tais como água, ar e alimentos (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007; PRIMACK; RODRIGUES, 2002). No Brasil, entre as áreas legalmente protegidas encontram-se as unidades de conservação, com

regras próprias de manejo¹ e definição legal para sua criação, entendidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art.2º, inciso I, da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).

O domínio de uma UC pode ser público ou privado, admitir ou não a presença de populações em seu interior, e permitir ou não a visitação pública, questões que variam de acordo com a categoria da UC e respeitando-se normas específicas de cada unidade, definidas em seu plano de manejo² e legislação pertinente. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das UCs federais, estaduais e municipais, divididas em dois grupos: as de uso sustentável³, as quais aprovam o uso direto de parte dos recursos naturais; e as de proteção integral⁴, que permitem apenas o uso indireto⁵.

A criação de unidades de conservação gera nova dinâmica de apropriação dos espaços e dos recursos naturais de uso comum do território⁶ no qual se inserem. Por um lado, podem proporcionar benefícios como a preservação dos recursos naturais necessários para a subsistência das populações, garantia de direitos às comunidades tradicionais, barreira à especulação imobiliária, implementação de políticas públicas, etc. Por outro lado, podem implicar impactos negativos quando, por exemplo, não são realizados estudos prévios aprofundados, não há implementação das UCs, existe restrição de práticas econômicas e culturais, a população local é realocada e/ou não é inserida no processo de criação e gestão destas áreas, entre outros fatores. Nestes casos, conflitos socioambientais são gerados e por vezes a comunidade se coloca em oposição às unidades por sentirem seus direitos cerceados.

Diante da importância natural, sociocultural e econômica dos espaços territoriais das UCs, seu planejamento e gestão de modo a conservarem a diversidade natural e sociocultural, os serviços ambientais e ainda propiciarem desenvolvimento local é um desafio. De acordo com Leuzinger (2007), as UCs devem conciliar os direitos culturais àqueles naturais de maneira a prover à sociedade um meio ambiente equilibrado:

Não se contesta, portanto, a necessidade de instituição de unidades de conservação, incluídas as UCs de proteção integral e domínio público, como necessárias à proteção do ambiente natural e, em especial, da diversidade biológica, mas defende-se que sua instituição deve obedecer aos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, que permitem conciliar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos culturais, dentro da perspectiva de ser o Brasil não apenas um país rico em biodiversidade, mas também um país sociodiverso, portador de imensa riqueza cultural, que conforma o seu patrimônio cultural, essencial à formação da identidade nacional (LEUZINGER, 2007, p.307).

Entre os objetivos do SNUC consta promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais utilizando-se princípios e práticas de conservação (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000). As UCs do grupo de uso sustentável possibilitam maior gama de atividades econômicas, incluindo extrativismo, manejo florestal e caça, de acordo com a categoria e respectivo plano de manejo da unidade. Já em UCs do grupo de proteção integral permite-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, acarretando maiores mudanças nos modos de vida das populações.

Neste cenário em que a visitação turística é comportada na maioria das categorias de UCs (com exceção apenas das estações ecológicas e das reservas biológicas) (LEUZINGER, 2010), em algumas destas o ecoturismo é uma das poucas atividades econômicas permitidas, por vezes a alternativa restante às populações locais, e pode ser definido da seguinte maneira:

Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 1994).

Ao abranger em sua conceituação a conservação da natureza, a educação e a interpretação ambiental, a valorização cultural e o desenvolvimento local, o ecoturismo, ou turismo ecológico, torna-se compatível às unidades de conservação, desde que previsto e respeitando-se as normas do plano de manejo e do plano de uso público da unidade em questão (KINKER, 2005).

Ecoturismo nas Unidades de Conservação

Apesar do significativo potencial que a diversidade de ecossistemas e paisagens aliadas à riqueza cultural apresenta para o ecoturismo, a participação brasileira é ainda muito pequena neste segmento (KINKER, 2005). De acordo com Kinker (2005), o estímulo ao desenvolvimento das atividades de uso público nas áreas protegidas, tais como visitação, recreação e turismo, tem sido impulsionado recentemente por tendências mundiais, financiamentos de agências de cooperação e bancos internacionais e pela pressão nacional para que as UCs de fato promovam desenvolvimento territorial. Neste sentido, o documento “Diretrizes para visitação em unidades de conservação”, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006) ressalta a importância do planejamento da visitação⁷ no SNUC de modo a “cumprir os objetivos de sua criação, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização *da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional*” (MMA, 2006, p.7).

O estudo “Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional” (MEDEIROS *et al.*, 2011) afirma que, apenas nos parques nacionais, o incentivo à visitação tem potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano na economia nacional, considerando as estimativas de fluxo de turistas projeta-

das para o país até 2016, ano das Olimpíadas (cerca de 13,7 milhões de pessoas, entre brasileiros e estrangeiros). No ano dos Jogos Olímpicos estas UCs injetariam até R\$ 2,2 bilhões na economia a partir de ganhos obtidos com ingressos, parcerias e geração de renda nas populações do entorno, desde que, no entanto, haja investimentos significativos. Porém, na prática observa-se justamente diminuição destes investimentos. Entre 2001 e 2010 a verba destinada às unidades federais manteve-se a mesma, cerca de R\$ 300 milhões por ano. No entanto, no mesmo período a área total protegida aumentou 83,5%. O investimento em cada hectare conservado pelo governo brasileiro, portanto, sofreu uma redução de 40% desde o início da década passada (MEDEIROS *et al.*, 2011). Este valor foi complementado, em parte, por recursos de compensação ambiental⁸, o qual proporcionou R\$ 33,4 milhões para os parques nacionais entre janeiro e junho de 2013 (O GLOBO, 2013a).

Em 2010, quando realizado o estudo anteriormente citado, existiam 67 parques nacionais, dos quais apenas dezoito apresentavam visitação estruturada considerada satisfatória, com controle do fluxo de visitantes e cobrança de ingressos (MEDEIROS *et al.*, 2011). Atualmente são 69 parques nacionais e o cenário pouco se modificou. Faltam serviços como centro de visitantes, mapas, lanchonetes, trilhas sinalizadas e guias qualificados e os recursos humanos estão entre os pontos críticos. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das UC instituídas pela União, dispõe de aproximadamente dois mil funcionários para gerir 75 milhões de hectares, divididos em 313 unidades de conservação federais (ICMBIO, 2013). Em 2010 o Brasil dispunha um funcionário para cada 18,6 mil hectares de áreas protegidas. Na África do Sul esta proporção era de um servidor para cada 1,1 mil hectare e nos EUA um para cada 2,1 mil hectares. No mesmo ano o Brasil investia R\$ 4,43 para cada hectare de área protegida, valor muito inferior ao investido pela África do Sul (R\$ 67,09) e pelos Estados Unidos (R\$ 156,12) (MEDEIROS *et al.*, 2011).

Frente ao baixo investimento para implementação das unidades de conservação federais de modo que cumpram os objetivos de sua criação, em entrevista ao jornal O Globo, Roberto Vizentin, presidente do ICMBio, indica como soluções, além de maior orçamento, projetos de cooperação internacional, entrada de mais recursos via compensação ambiental, ampliação de parcerias com estados, municípios e órgãos como o SEBRAE e concessão de serviços à iniciativa privada (O GLOBO, 2013a; ICMBIO, 2013). Este último item, a concessão, assim como a permissão, a autorização e a gestão compartilhada com Organizações Sociais com Interesse Público (OSIP) são instrumentos de gestão que possibilitam ao Estado viabilizar o uso público nas UCs delegando a terceiros a prestação de serviços de apoio à visitação. Os diferentes instrumentos podem proporcionar a participação de populações locais, de organizações não governamentais e da iniciativa privada (RODRIGUES, 2009)⁹.

Em estudo recente, Rodrigues (2009) constatou que, no caso dos parques nacionais brasileiros, todavia é incipiente a prestação de serviços por terceiros, tanto no que se refere a sua formalização quanto à diversidade e abrangência das modalidades de delegação. Porém, observa-se que dentre estes instrumentos a concessão

tem despertado especial interesse, uma vez que pode contar com maiores investimentos da iniciativa privada. Em entrevista ao jornal O Globo, Vinícius Lummertz, secretário nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo afirma:

Os parques com maior investimento são aqueles onde existem concessões. Nos EUA, por exemplo, estas parcerias levantam US\$ 155 bilhões. É um negócio. Aqui, ainda estamos aprendendo. O Parque da Tijuca já recebe R\$ 50 milhões da iniciativa privada. Adotando este caminho, não precisamos destinar para o turismo os recursos que poderiam ir para a educação ou para a saúde (O GLOBO, 2013a, s/p).

Em suma, transparece na fala do secretário o interesse pela concessão enquanto negócio, para a qual utiliza argumentos referentes a crescimento econômico, e não exatamente como projeto social de desenvolvimento local a partir das UCs. Os parques nacionais estão incluídos nas políticas públicas do Ministério do Turismo e destacados no Plano Nacional do Turismo, que estabelece metas para tornar o Brasil o terceiro maior mercado turístico mundial até 2022 - atualmente ele é o sexto (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013). De acordo com o ICMBio, o número de visitantes nos parques está crescendo em média 10% ao ano (O GLOBO, 2013b), tornando-se mais atraentes para tais investimentos via concessões. Ainda que possam contribuir para a gestão das UCs, esta opção concentra os benefícios econômicos nas empresas concessionárias. A contribuição para o desenvolvimento local, nestes casos, se dá na forma de complementação aos serviços, prestação de mão de obra, entre outros.

De acordo com Rodrigues (2009), a prestação de serviços por terceiros impulsiona a apropriação mercadológica em diversas escalas com a valoração econômica das UCs. No entanto, é possível que esta prestação seja diversificada no que diz respeito à contratação de serviços de micro e pequeno porte e com a participação de organizações da sociedade civil (RODRIGUES, 2009). Sendo as populações locais as mais afetadas por impactos negativos resultantes da criação de unidades de conservação, quando alteram práticas econômicas e culturais, e considerando-se o papel destas no desenvolvimento local, também os impactos positivos poderiam ser localmente mais expressivos, via um turismo de base comunitária em alternativa ao turismo convencional.

Segundo Kinker (2005), o desafio para desenvolver o turismo nas UC brasileiras está em descobrir um modelo próprio: ainda que exemplos e experiências de outros países possam trazer ensinamentos não é viável uma padronização, pois cada região do país, suas realidades e unidades de conservação são peculiares.

Turismo de base comunitária e justiça ambiental

As unidades de conservação, na medida em que protegem em seus limites e entorno potenciais atrativos naturais e culturais, podem estimular o desenvolvimento territorial a partir do ecoturismo. Porém, de acordo com Barreto (2000, p.23), *"o crescimento do turismo tem ocorrido ao sabor do mercado, dos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais sem levar em conta os demais atores sociais, e sem a participação das comunidades afetadas"*. Em concordância, Coriolano (2006, s/p) afirma que *"O modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais objetiva acumular lucros e divisas, por isto não cumpriu, e provavelmente não cumprirá as promessas de gerar emprego e distribuir renda para todos. Estas ideias vão ficando nos discursos, não chegam às políticas"*. Assim, a terceirização de serviços turísticos em unidades de conservação pode seguir este modelo convencional, privilegiando médios e grandes empresários, ou valorizar e inserir as populações locais neste processo.

A concessão de serviços é o instrumento de terceirização mais conhecido, principalmente devido à experiência do Parque Nacional do Iguaçu, *"Contudo, ao mesmo tempo em que o parque é citado como exemplo, é tratado como um 'caso à parte', em função do elevado fluxo de visitantes e das estruturas condizentes com essa demanda"* (RODRIGUES, 2009, p.310). Segundo Rodrigues (2009), o pouco uso e conhecimento a respeito de modalidades como permissão, autorização e parcerias com OSCIP dificulta a inserção de micro e pequenos empreendimentos de base comunitária, *"[...] que podem atender a uma menor demanda de visitantes, não requerem investimentos de grande porte e fortalecem a cadeia produtiva do turismo no local"* (RODRIGUES, 2009, p.310).

Para Irving (2009), além do conteúdo econômico e social, desenvolvimento local inclui a valorização da cultura, dos modos de vida, das tradições e das cosmologias locais, uma vez que é no espaço simbólico do lugar turístico que identidades se encontram e são intercambiadas. A esta proposta vincula-se o turismo de base comunitária (TBC), capaz de contribuir para a consolidação ética das dimensões do trabalho, social, política, cultural e humana e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade (IRVING, 2009). A este entendimento acrescenta-se ainda a dimensão ambiental, que dá suporte a todas as demais.

No TBC os moradores são ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva do turismo. Organizados de forma coletiva ou em núcleos familiares, prestam diferentes serviços aos turistas e são os maiores beneficiários: a renda e o lucro permanecem na comunidade, os atores sociais locais se envolvem diretamente nas atividades e há maior valorização cultural. Os empreendimentos turísticos solidários, como associações e cooperativas, surgem em um momento de resistência e ressignificação das formas de cooperação, em variados contextos de histórias, lugares e personagens, tornando única cada qual destas iniciativas.

Considerando-se que os serviços ambientais gerados pelas UCs podem ser entendidos globalmente, mas sendo as populações locais as impactadas diretamente

por restrições da legislação ambiental, promover o TBC em unidades de conservação vai ao encontro do conceito de justiça ambiental, uma corrente do movimento ambientalista.

O movimento ecologista ou ambientalista global permanece dominado por duas principais correntes: “o culto ao silvestre” e o “evangelho da ecoeficiência”, porém, é crescente uma terceira corrente chamada “ecologismo dos pobres”, “ecologismo popular” ou “justiça ambiental” (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p.21). De acordo com Martínez Alier, o culto ao silvestre ou ao mundo selvagem preocupa-se com a preservação da natureza silvestre e respalda-se na biologia da conservação. Atenta-se para o crescimento populacional, mas não se pronuncia sobre a indústria ou a urbanização, mantendo-se indiferente ou em oposição ao crescimento econômico.

A segunda linha predominante, e cada vez em maior evidência, o “credo da ecoeficiência”, defende o desenvolvimento sustentável, uso prudente dos recursos naturais e controle de contaminações na indústria, agricultura, pesca e silvicultura. Respalda-se na economia ambiental e na ecologia industrial para defender sua crença em novas tecnologias e na internalização das externalidades ambientais como instrumentos voltados à modernização ecológica. Aliada a esta corrente encontra-se a chamada economia verde, tratada recentemente na Rio+20, a qual, sem propor uma nova forma de relação com a natureza, e no sentido contrário, faz da emergente consciência quanto aos limites dos recursos naturais um negócio, o capitaliza.

Já a terceira corrente, o movimento pela justiça ambiental, ecologismo popular ou ecologismo dos pobres, origina-se nos conflitos ambientais pelo uso de água e de florestas ou a respeito das cargas de contaminação, por exemplo. Tais conflitos acontecem de nível local a global e, sendo gerados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social, envolvem questões estudadas pela ecologia política. Ressalta-se que nesta corrente o discurso ambientalista nem sempre é utilizado pelos atores envolvidos, razão determinante para que até os anos 1980 não tenha sido identificada como corrente do ecologismo (MARTÍNEZ ALIER, 2012). Ao encontro desta corrente segue a economia ecológica, na medida em que propõe uma escala ótima, a escala sustentável que corresponde ao máximo de economia compatível com a disponibilidade de recursos da natureza (ar, água, solo, minérios, fotossíntese etc.) e com sua capacidade de resiliência. Para defini-la é preciso indagar o que é que se deseja sustentar, qual tipo de sociedade e modelo de consumo, e em que escala de tempo (CAVALCANTI, 2012), ou seja, é preciso optar por qual sentido de desenvolvimento se pretende seguir.

Sendo que o crescimento econômico implica maiores impactos no meio ambiente, esta corrente observa que há um deslocamento geográfico das fontes de recursos naturais e das áreas de descarte dos resíduos: os impactos são desiguais quando as áreas são habitadas por ricos ou pobres, brancos ou minorias étnicas. Os países industrializados crescentemente demandam importações de matérias primas e bens de consumo, avançando a fronteira em direção a territórios do Sul, fornecedores de minérios, alimentos, petróleo, etc., e no caso das UCs, produção de bens e serviços estendidos globalmente. Resultam-se impactos não solucionados pelas políticas econô-

micas ou inovações tecnológicas, atingindo dessa maneira grupos sociais que por vezes resistem e protestam em defesa de seus direitos. Nesta terceira corrente o principal não é a reverência sagrada à natureza, mas um interesse material pelo meio ambiente para a própria subsistência, ainda que existam tradições em alguns países que se preocupam com a preservação de áreas naturais, tal qual ocorre na Índia (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

Nos Estados Unidos a luta por justiça ambiental é um movimento social organizado contra casos locais de racismo ambiental e pode-se afirmar que, neste contexto, o movimento por justiça ambiental é produto estadunidense. Diversos projetos sociais no país discutem a contaminação do ar, da pintura com chumbo, dos centros de transferência do lixo municipal, dos dejetos tóxicos, entre outros, que se concentram em bairros pobres ou habitados por minorias raciais. Como movimento organizado a justiça ambiental permaneceu limitada ao país de origem até recentemente, ainda que o ecologismo dos pobres ou ecologismo popular constituam denominações de movimentos do Terceiro Mundo contra impactos ambientais que ameaçam os pobres, por sua vez, a maioria da população em muitos países (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

Segundo o historiador indiano Ramachandra Guha, o que acontece em seu país contraria as teses convencionais das ciências sociais ocidentais, que se baseiam em pontos de vista tal como do autor norte americano Lester Thurow, para quem os indivíduos que apoiam o ambientalismo são oriundos da classe média-alta. Guha (1994) afirma que para Thurow e muitos outros autores o ecologismo é um fenômeno social pós-materialista, de pessoas com estômago cheio, uma inquietude de luxo e de tempo de ócio que surge somente quando as necessidades materiais básicas estão satisfeitas. No entanto, o que se observa em países como o Brasil, Índia e Quênia indica que os países pobres, e especialmente os grupos de pessoas pobres, podem também ser ecologistas, porém as motivações e formas de expressão são distintas do ambientalismo pós-materialista chamado por Martínez Alier de ecologia da abundância, característico das sociedades avançadas industriais do Norte (GUHA, 1994).

No Brasil movimentos sociais bem constituídos também ambientalizam as questões de seus grupos, tal como ocorrido na luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes nos anos 1980 e da mesma forma como acontece no Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o qual acusa o setor elétrico de rentabilizar seus investimentos pela expropriação do ambiente dos atingidos, e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ao sustentar que “não é ‘produtiva’ a terra que produz qualquer coisa a qualquer custo, acusando a grande agricultura químico-mecanizada de destruir recursos em fertilidade e biodiversidade, e, assim, descumprir a função social da propriedade” (ACSELRAD, 2010, p. 106). São, portanto, conflitos que nascem da crescente utilização do ambiente natural devido à expansão econômica, que avançam e causam atritos em territórios já habitados por outras pessoas e espécies.

Quanto às unidades de conservação seu objetivo principal é a proteção ambiental, não a exploração econômica. Porém, a necessidade de criação destes espaços insere-se num contexto global de crise socioambiental, resultado das demandas crescentes da população humana, as quais implicam ameaças à diversidade biológica sem precedentes (PRIMACK; RODRIGUES, 2002). O modelo de desenvolvimento hegemônico avança sobre os territórios em busca da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo. Com isto, seus padrões tecnológicos de uso, ritmos de exploração da na-

tureza e formas de consumo geram efeitos de desequilíbrio ambiental e desigualdade social (LEFF, 2007). Neste cenário de degradação, a instituição de UCs visa à preservação de amostras significativas de ecossistemas nestes territórios. Porém, não confronta o modelo de desenvolvimento que está na raiz desta crise e desta forma, de modo geral, o estabelecimento das UCs pressiona desigualmente os grupos sociais, seja pela simples ocupação de seus ambientes, seja pela interferência em sua reprodução social. A injustiça ambiental, então, se acentua na medida em que o uso turístico de UCs públicas favorece grupos externos e minoritários, como nos casos das grandes concessões, em detrimento do incentivo à organização do turismo de base local.

Para Acselrad (2010), o fato é que enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres a pressão geral sobre o ambiente não cessará. Para o autor, a questão de justiça ambiental brasileira propõe a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental, na medida em que sejam interrompidos os mecanismos de transferência dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais vulneráveis.

Considerações finais

O incentivo ao turismo de base comunitária como modelo de turismo nas unidades de conservação, sob a ótica da justiça ambiental e do desenvolvimento territorial, vai ao encontro do que considera Martins (2002 *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2004), para o qual é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui inumeráveis seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos como também na produção da riqueza. A partir dessa concepção, a promoção do turismo nas UCs pode favorecer a sociedade local ao inseri-la na organização e prestação de serviços turísticos a partir dos recursos, genéricos e específicos, encontrados no próprio território, como seus atrativos naturais e culturais.

De acordo com Acselrad (2010), no movimento da justiça ambiental os atores desse ecologismo contestatório tentam preservar o espaço da crítica ambientalista ao modelo de desenvolvimento e fazer com que a questão ambiental integre um projeto político contra-hegemônico. Nesta perspectiva, as lutas entre os que querem usufruir da exploração de um recurso natural, a serviço da economia comercial-industrial crescente, e as comunidades que tiveram o controle sobre tais recursos, e cujos usos eram menos intensivos em gasto energético e de capital, podem ser consideradas como expressão de um novo tipo de conflitos de classe. Em tal disputa o objeto são os recursos naturais como florestas e a água, desejados por todos, porém cada vez mais monopolizados por alguns. No entanto, na maioria das vezes as iniciativas privadas de exploração têm a preferência e são beneficiadas pelo Estado, sobrando apenas a resistência como alternativa às populações desfavorecidas nessa disputa desigual (GUHA, 1994).

Considera-se que o desenvolvimento local só é possível quando seus habitantes estão envolvidos com autonomia, sendo anteriormente necessário, portanto, o desenvolvimento destes indivíduos, no que Amartya Sen denomina "desenvolvimento como liberdade". Segundo o autor (SEN, 2000, p.26), "*Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento*". Desta maneira, o turismo de base comunitária em unidades de conservação pode demandar mais tempo e trabalho para surtir efeitos positivos, no entanto, a-

lém de mais justo ambientalmente, apresenta melhores possibilidades de sustentabilidade no longo prazo.

Se o potencial ambiental de uma região é determinado pelos diferentes processos produtivos ali encontrados, e não apenas por sua estrutura ecossistêmica (LEFF, 2007), desenvolver as pessoas, suas habilidades e capacidades, pode então ser considerado como importante passo a ser dado rumo ao desenvolvimento como um todo. Sendo assim, o incentivo ao turismo em unidades de conservação pode ter alcances mais sustentáveis ao promover aquele de base local e comunitária, fazendo com que as populações produzam e desfrutem por si próprias as riquezas a partir dos recursos de seus territórios, os quais abrangem integralmente sua natureza e sua cultura.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. **Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2002 e Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2004. v. 77.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 35–50, 2012.

CORIOLO, L. N. M. T. **Reflexões sobre o turismo comunitário**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>>. Acesso em: 10 out. 2011.

DOUROJEANNI, M.J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. Curitiba: UFPR, 2007.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 96, p. 483–486, 2004.

GUHA, R. El ecologismo de los pobres. **Cuadernos de debate internacional: ecología política**, n. 8, p. 137–151, 1994.

ICMBIO. **Presidente destaca esforço na gestão dos parques**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/4142-presidente-destaca-esforco-na-gestao-dos-parques.html>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

IRVING, M.A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (ORGS). (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009. .

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEUZINGER, M.D. Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. 2007. **Tese** de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. UnB, 2007.

LEUZINGER, M.D. Uso público em unidades de conservação. 2010, Rio de Janeiro: 8º **Anais** do Congresso do Magistério Superior de Direito Ambiental da APRODAB e o 1º Congresso de Direito Ambiental da PUC-Rio, 2010. p. 1–19.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDEIROS, R. *et al.* **Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional de turismo 2013 – 2016**. . [S.l: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>.

MMA. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília: MMA: [s.n.], 2006.

O GLOBO. **Brasil tem perda bilionária em setor turístico**. 15 jul. 2013a. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/brasil-tem-perda-bilionaria-em-setor-turistico-9021526#ixzz2Z9R1MuGX>>.

O GLOBO. **Parques nacionais oferecem natureza para poucos**. 13 jul. 2013b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/parques-nacionais-oferecem-natureza-para-poucos-9020694#ixzz2Z9CcEJlq>>.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, v. 4, p. 81–103, dez. 2006.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Vida, 2002.

RODRIGUES, C.G.O. O uso do público nos parques nacionais : a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília: [s.n.], 2009.

SCHNEIDER, S.; PEYRÉ TARTARUGA, I.G. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, v. 23, n. 01 e 02, p. 99–117, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Agradecimento:

Agradecemos à CAPES pela bolsa de estudos e à FINEP/MTur - Projeto Turismo e Economia Solidária no Paraná.

Notas:

- ¹ Todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas. (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).
- ² Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).
- ³ Neste grupo incluem-se: Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Floresta Nacional, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Área de Relevante Interesse Ecológico e Reserva de Fauna (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).
- ⁴ Neste grupo incluem-se: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000).
- ⁵ Com exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 9.985, de 18 de setembro de 2000.
- ⁶ O território pode ser definido como “uma construção social de um grupo combinado, por vezes provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados. Com muita frequência, esses recursos estão ligados a (ou oriundos de) um espaço físico bem delimitado.” (PECQUEUR, 2006, p. 149).
- ⁷ O aproveitamento e a utilização da Unidade de Conservação com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais (MMA, 2006, p. 9).
- ⁸ Instrumento que impõe ao empreendedor a obrigatoriedade de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, quando, durante o processo de licenciamento e com fundamento em estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório, um empreendimento for considerado como de significativo impacto ambiental.
- ⁹ Para discussão aprofundada a respeito da dinâmica na prestação de serviços em UC por terceiros e tais instrumentos de gestão ver Rodrigues (2009).

Patrícia Betti: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Email: patibetti@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5008270042129060>

Valdir Frigo Denardin: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Email: valdirfd@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0290714285197089>

Data de submissão: 29 de julho de 2013

Data de recebimento de correções: 29 de junho de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza

The role of wildlife watching tourism for nature conservation

Paula Normandia Moreira Brumatti

RESUMO

Atualmente, o turismo apresenta-se sob as mais diversas formas. O crescimento da demanda, oferta turística e facilidades para as viagens tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes, os quais procuram cada vez mais a flexibilidade das práticas recreativas, colaborando para segmentação dos mercados busca por experiências turísticas mais autênticas. Neste contexto, insere-se o turismo de vida selvagem, que ganha destaque no cenário turístico internacional, por representar uma atividade com rápido crescimento e geradora de benefícios econômicos significativos, além de prever a conservação da natureza. Vários são os exemplos de práticas turísticas que se enquadram neste segmento, inclusive a observação da fauna em seu habitat natural. Considerada uma prática ecoturística, a proposta do turismo de observação da vida selvagem é garantir a interação humana com os animais silvestres de forma contemplativa, minimizando os impactos negativos às populações e ao ambiente em que vivem. Ainda prevê contribuir financeiramente na conservação dos recursos naturais, através das receitas turísticas geradas e para a sensibilização ambiental e mudança de atitudes dos turistas e agentes todos os envolvidos. O objetivo deste trabalho é apresentar a comunidade acadêmica, através de pesquisa bibliográfica, o turismo de observação da vida selvagem, sua importância e dimensão no cenário turístico internacional e, principalmente, o seu papel para a conservação da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Observação da Vida Selvagem; Conservação.

ABSTRACT

Currently, tourism presents itself under different forms. The increasing of tourism demand and facilities for travel have made the world accessible to travelers, who seek for flexibility of recreational practices, contributing to market segmentation search for more authentic self-experiences. In this context, there is the wildlife tourism, which gained acknowledgement worldwide, as an activity with rapid growth and generating significant economic benefits, in addition to providing environmental conservation. There are several examples of tourist practices that fall in this segment, including observing wildlife in their natural habitat. Considered an ecotourism practice, it may ensure human interaction with wild animals in a contemplative form minimizing negative impacts on animal populations and the environment in which they live. Still provides a financial contribution in conservation of natural resources through tourist revenue generated and increase tourists conservation awareness changing their attitudes. The objective of this paper is to present the academic community through research bibliography, the tourism wildlife observation, its importance and dimension in international tourism scene, and especially its role for providing environmental conservation.

KEYWORDS: Tourism; Wildlife Watching; Conservation.

Introdução

Certamente, desde as origens, o homem se viu impulsionado a deslocar-se por diferentes razões: caça, religião, comércio, lazer, entre outras. Mas, foi o desenvolvimento das comunicações, dos meios de transporte e, principalmente, da tecnologia que ampliaram as oportunidades de se chegar a diferentes destinos, mesmo em lugares quase inóspitos, fazendo com que o turismo se tornasse um dos principais setores socioeconômicos mundiais.

De acordo com Trigo (1998), é evidente que o crescimento do turismo está vinculado às novas condições de vida e trabalho e mudanças de hábitos instituídas às sociedades pós-industriais (pós Segunda Guerra Mundial), onde as pessoas conquistaram o direito ao tempo livre e deixaram de enxergar o individualismo e o prazer pela vida como algo negativo e pecaminoso. É neste momento que o turismo e as viagens tornam-se objetos de consumo da sociedade contemporânea e, cada vez mais, multiplicam-se as motivações e desejos pessoais do viajante.

Atualmente, o turismo apresenta-se sob as mais diversas formas. Segundo Ruschmann (2001), o crescimento da demanda, oferta turística e facilidades para as viagens tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes e o “novo turismo” é caracterizado pela flexibilidade das atividades, pela segmentação dos mercados e por experiências turísticas mais autênticas. Hoje, a qualidade de um destino turístico é avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes e à população local.

Neste artigo aborda-se como o turismo é compreendido na atualidade e suas tendências, bem como se apresenta um segmento deste mercado em expansão: o turismo de observação de vida selvagem, considerando a sua importância na conservação da natureza. Este estudo visa apresentar através de conceitos e exemplos um tipo de turismo baseado na natureza que vem ganhando destaque no mercado turístico, dada a sua relevância econômica, social e ambiental. Neste momento, é proposta uma reflexão de como é possível utilizar os recursos naturais em prol de sua própria conservação através de atividades humanas recreativas como o turismo.

O turismo e suas implicações

O turismo pode receber inúmeras definições. Pode ser pensado como sendo *“uma gama de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que se combinam de alguma forma para propiciar uma experiência de viagem”* (COOPER *et.al.*, 2001, p.40), ou ainda, *“uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas visando à satisfação de outras necessidades que não a atividades remuneradas”* (WAHAB, 1972 *apud* TRIGO, 1998, p.12).

Mas, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) mesmo as viagens a trabalho podem ser inseridas no turismo, uma vez que *“compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”* (Op. cit., p.3).

No entanto, com as mudanças sociais e tecnológicas, ocorridas principalmente a partir dos anos 50, as viagens transformaram-se na atividade de lazer mais desejada e acessível, proporcionando, cada vez mais, experiências enriquecedoras aos viajantes, nas suas mais diversas formas e em lugares extremamente distintos, transformando-se num fenômeno mundial complexo.

Com a maturidade do setor turístico e a maior informação e sofisticação dos turistas, desenvolveram-se tipos especiais de serviços e produtos para atender às suas necessidades. Esses serviços e produtos originaram-se de mudanças e de pressões exercidas sobre componentes da oferta turística (como destinos e atrações), bem como sobre o público viajante (OMT, 2003, p.86).

Desta forma, o turismo pode ser considerado, então, como uma atividade multidimensional e multifacetada, que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes (COOPER, 2001). É fato que inúmeros estudiosos tentam chegar a um consenso para definir esta complexidade do fenômeno turístico, objetivando criar um modelo que permita reconhecer todos os componentes envolvidos no sistema turístico e suas inter-relações.

Além da percepção de que o turismo necessita de diversas áreas do saber para que a atividade seja tratada de uma forma mais integrada, modelos foram criados, dentre os estudiosos em turismo, levando em consideração as relações e inter-relações sociais, ambientais e políticas que este provoca, é fruto ou altera (LEME, 2007, p.19).

De uma maneira geral, os modelos para sistema turístico propõem uma relação entre três principais conjuntos: a organização estrutural, composta pela infraestrutura e superestrutura; as ações operacionais, relativa ao mercado, ou seja, composta pela oferta e demanda, produção e consumo; e as relações ambientais, que representa o conjunto de fatores provenientes do ambiente externo, da sociedade, como os fatores ecológicos, sociais, econômicos e culturais (BENI, 1998). A perfeita sintonia entre todos os componentes envolvidos no sistema turístico é o que levará à satisfação das necessidades e exigências dos turistas (FERNANDES; COELHO, 2002) e das populações anfitriãs.

Entretanto, o turismo atual vai muito mais além da satisfação dos turistas, uma vez que, como os próprios modelos apontam, interfere e é interferido pelos elementos externos a ele.

O fato é que uma relação favorável entre o consumidor e a empresa pode não ser favorável à sociedade como um todo. Os impactos econômicos, sociais, ambientais, espaciais e culturais, resultantes diretamente de ações turísticas que não respeitam as limitações de uma destinação, a invadindo (mesmo que esta não esteja preparada para receber a demanda), podem manifestar-se de maneira bastante desfavorável (RESENDE, 2005, p.15).

Pensando na perspectiva econômica do turismo e considerando-o uma atividade eminentemente de prestação de serviços, enquadra-se no setor terciário da economia e, portanto, interage com os demais setores, podendo desencadear um processo de irradiação de benefícios a todos eles (FERNANDES; COELHO, 2002), conhecido com o efeito multiplicador. Por este motivo tem sido elogiado e colocado à frente de muitas políticas econômicas nacionais como um setor prioritário de investimento.

Segundo a OMT (2001), a importância econômica do turismo relaciona-se à oportunidade de “exportação” de determinada região ou nação até o lugar de destino, capaz de gerar renda, favorecer a criação de empregos, entrada de divisas, aumento de impostos e aquecimento da atividade empresarial. Esses efeitos são consequências do círculo de relações que se forma entre as empresas fornecedoras, empresas turísticas e, o mais importante, os turistas. O grande problema está quando esses efeitos positivos são encarados e tomados como a “salvação” das economias nacionais, regionais ou locais.

Embora a atividade turística colabore para o fortalecimento das relações econômicas de determinadas localidades, os seus custos não podem ser desconsiderados (OMT, 2001; RUSCHUMANN, 2001). Dentre eles é importante ressaltar:

- O custo de oportunidade, o qual se refere à ponderação sobre os investimentos realizados sobre os recursos turísticos, que muitas vezes são limitados, fazendo-se necessária a avaliação do real retorno provido pela oportunidade. Isto é, se os benefícios gerados com determinada atividade turística são os mesmos, ou melhores, caso os investimentos tivessem sido destinados a outro uso ou ao não-uso do recurso;
- O custo das flutuações da demanda turística que se refere à sazonalidade da demanda que é dependente das mudanças econômicas, políticas e sociais, podendo trazer sérios problemas às localidades que dependem majoritariamente da atividade turística;
- A inflação e a especulação imobiliária, presente no turismo elitizado, responsável pela elevação dos preços de produtos e serviços que nem sempre podem ser acompanhados pelas comunidades receptoras locais, ou seja, o custo de vida se torna maior;
- A perda de benefícios potenciais, que se refere às localidades onde os investimentos turísticos são dependentes do capital estrangeiro e, portanto, os lucros com a atividade não permanece no local, sendo usufruído apenas pelos investidores;
- As distorções na economia local, a qual é provocada quando o turismo passa a ser a prioritário no desenvolvimento local ou regional, deslocando grande parte dos recursos financeiros e humanos, gerando deficiências nos demais setores da economia.

Portanto, embora as implicações econômicas do turismo tenham se apresenta-

do favoráveis, é imprescindível uma avaliação mais ponderada sobre os valores envolvidos e a sua distribuição, ou seja, o estudo da relação custo-benefício da atividade seja para uma localidade, comunidade ou recurso turístico.

Pensando nas perspectivas social e cultural, o turismo que promove o deslocamento de pessoas e o contato com diferentes sociedades e seus valores culturais representa um grande estimulador de novas relações. Isto se deve ao fato de que representa uma atividade baseada em necessidades e anseios humanos, ou seja, os turistas ao visitarem um lugar tendem a estabelecer relações com as pessoas e atrativos (naturais, culturais), e possuem expectativas a serem atendidas, da mesma forma que a população receptora também as possuem. Desta maneira, é possível o reconhecimento das diferenças entre valores, costumes e necessidades, onde se estabelece uma relação de troca social.

Além disso, a atividade turística é capaz de estimular através dos investimentos melhorias na área da saúde, segurança, infraestrutura básica e educação, ou seja, na qualidade de vida, uma vez que as populações locais devem estar preparadas para atender o público visitante e, de uma maneira geral, exigente.

No entanto, diversos autores apontam a ineficiência turística relativa às dimensões socioculturais, percebidas quando o desenvolvimento do turismo em uma localidade leva a uma profunda desilusão por parte de sua população (RUSCHMANN, 2001), ocasionada por atividades que não trazem efetivamente a melhoria na qualidade de vida local e por turistas não estabelecem contatos e trocas harmoniosas. São inúmeros os casos onde os investimentos turísticos proporcionam apenas a melhoria nas condições de atendimento aos turistas, excluindo as populações locais de qualquer participação (criam-se lugares restritos, importam-se mão de obra, especulam-se os imóveis, as terras). Além disso, ao contrário da valorização do artesanato local, da herança cultural, do patrimônio histórico e do estímulo ao orgulho étnico, o turismo também pode ser capaz de descaracterizar, vulgarizar e destruir toda essa herança histórica e cultural, criando espetáculos e um mundo para turista ver.

De acordo com Pellegrini Filho (1993), a responsabilidade social do turismo está na valorização da qualidade de vida da população receptora, que, uma vez garantida, permite tanto atender da melhor maneira o consumidor e suas expectativas quanto estabelecer relações harmoniosas entre os turistas e as comunidades.

Em relação à perspectiva ambiental, ou ecológica, o turismo estabelece uma estreita relação de dependência com o meio ambiente. Como qualquer atividade econômica ele envolve a utilização dos recursos naturais que, por sua vez, constituem a base para o seu desenvolvimento. Desta forma, é imprescindível que a atividade turística se preocupe com a preservação, a conservação e a revalorização do ambiente natural.

A contribuição do turismo para a garantia do bem estar ambiental e ecológico está associado ao provimento de incentivos e renda necessários à manutenção dos recursos naturais, ou mesmo áreas de preservação ambiental. A própria receita gerada pelas atrações turísticas pode ser investida na manutenção e gerenciamento das

áreas e em mecanismos mais racionais de utilização destes recursos, substituindo outras práticas mais agressivas e minimizando, assim, os possíveis impactos negativos (OMT, 2003). O turismo pode ainda colaborar para a criação e implantação de planos e programas de conservação, promover a descoberta e acessibilidade de certos aspectos naturais, estimular o reconhecimento e a valorização dos elementos da natureza e estreitar as relações psicofísicas entre o homem e seu ambiente natural (RUSCHMANN, 2001).

Entretanto, como fruto do sistema capitalista, o turismo não foge a regra do consumismo e da geração de capital, fazendo dos recursos naturais produtos a serem vendidos. Quando feita de forma inadequada, a atividade turística pode colaborar para a degradação ambiental, através do uso abusivo e exaustivo aumentando índices de poluição das águas, do ar, sonora e visual; transformando as paisagens e estéticas locais; perturbando a vida selvagem e o equilíbrio ecológico dos ecossistemas; e provocando também a erosão dos solos. De acordo com o Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável, apresentado pela OMT, a proteção do meio ambiente e a minimização dos impactos ambientais devem ser considerados ao longo do processo de planejamento e gerenciamento turístico (OMT, 2003).

Fatores como o estabelecimento da capacidade de carga que respeitem os limites de mudanças aceitáveis, o zoneamento das áreas acessíveis aos turistas, a criação de permissões, licenças e taxas, a criação de sistemas de gerenciamento dos visitantes e o estabelecimento de estratégias adequadas de marketing e educação representam importantes ferramentas para o desenvolvimento sustentável do turismo, devendo estar presentes no planejamento de qualquer destino ou atração turística (OMT, 2003; RUSCHMANN, 2001; LINDBERG e HUBER Jr., 2001).

Tendências turísticas: o turismo da vida selvagem

Até os anos 1980, o setor turístico caracterizava-se por oferecer viagens padronizadas, através de pacotes rígidos que permitiam manter preços reduzidos, e um turismo de massa. No entanto, mais precisamente a partir da década de 1990, inúmeros fatores contribuíram para mudar este contexto.

Com o aumento do tempo livre, melhores salários, aumento nos níveis educacionais, maiores expectativas de vida, surgem consumidores mais bem informados e amplia-se a diversidade de suas necessidades e desejos, tornando-os relativamente mais sofisticados e exigentes. Assim, com o surgimento de um enorme espectro de motivações e expectativas, o turismo passa a ter que buscar diferenciadas alternativas de viagens que satisfaçam a estes novos desejos e necessidades. Somando-se a isso, com a globalização e a evolução da tecnologia, os produtos turísticos são capazes de se tornarem mais acessíveis e especializados, enquanto os serviços podem aumentar os seus níveis de qualidade, de acordo com o público alvo em questão.

O turismo tende a se expandir, tornando-se mais flexível e segmentado, no contexto em que os viajantes apresentam diversificadas motivações de viagem, em que o individualismo é reconhecido, em que a tecnologia colabora para a evolução

dos transportes, equipamentos e serviços turísticos e do *marketing*, e as pessoas passam a enxergar uma gama de oportunidades de destinos (COOPER *et.al.*, 2001).

No que se refere ao turismo de lazer, dado o seu crescimento, a sua maturidade, e a competitividade, e visto que o turista atual tem maiores condições de estar informado sobre diferentes produtos e preocupa-se em valorizar o dinheiro que dispõe, tornam-se imprescindíveis inovações no mercado. Dentre os segmentos especiais do mercado turístico de lazer, se destacam as atividades realizadas em áreas naturais, essencialmente, o segmento do ecoturismo. De acordo com a OMT (2003), há dificuldades em determinar a dimensão desta atividade, mas, tem se mostrado crescente e importante. Acredita-se, ainda, que está diretamente relacionada à sofisticação dos viajantes e o desejo de auto desenvolvimento através das viagens.

Segundo Ruschmann (2001, p.21), uma maior sensibilidade ambiental e social e “o crescimento da demanda e, conseqüentemente, da oferta turística, e as facilidades para as viagens tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes ávidos por novas e emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturais consideráveis”.

É nesse ambiente que o turismo de vida selvagem¹ ganha destaque e torna-se importante dentro do segmento do ecoturismo, apresentando um número crescente de participantes e de valores econômicos e conservacionistas (ROE *et.al.*, 1997).

O *Cooperative Research Centre (CRC) for Sustainable Tourism*² (2004) descreve o turismo de vida selvagem como as atividades baseadas na interação entre visitantes e animais não domesticados em seu habitat natural ou em cativeiro, atraídos pelos mais diversos interesses, contemplativos, mercadológicos ou de pesquisa. Incluem mergulhos recreativos, safáris na África, Observação de Baleias, Observação de Aves ou até mesmo visitas a zoológicos e a caça e pesca esportiva.

Tal prática turística tem início no período pós segunda guerra mundial, principalmente através da observação da fauna em Parques Nacionais. Porém, atualmente, tem sido praticada em áreas comuns ou dentro de propriedades privadas. De acordo com a *Commonwealth Australia* (1996 *apud* SINHA 2001), o turismo de vida selvagem desenvolvido sem o controle do governo australiano é significativo, considerando que 70% do território nacional está sob gestão privada ou de povos indígenas.

Grande parte da literatura classifica o turismo de vida selvagem em:

- *Non-consumptive* (“sem o uso”): aquele que envolve as atividades recreacionais onde não há a caça ou morte do animal. Consiste em atividades de observação, filmagens e fotografias da vida selvagem. Neste caso há turistas que viajam na intenção desta prática, os quais esperam ver e interagir com os animais no destino turístico, e aqueles visitantes que não viajam na intenção específica de observarem os animais, mas consideram agregar valor a viagem com esta experiência recreativa;
- Espera-se que este tipo de turismo passivo seja menos invasivo e prejudicial aos animais observados. Mesmo assim, os impactos negativos do turismo podem ocorrer quando se considera a interferência humana sobre os

comportamentos dos animais, ocasionada principalmente pela ausência de controle da atividade;

- *Consumption* (“com o uso”): aquele que envolve a captura ou morte do animal ou parte do mesmo, através da caça, pesca ou jogos e campeonatos desportivos (FREESE, 1998 *apud* CRC, 2004). Embora este tipo de atividade seja classificada como destrutiva e interfira diretamente na vida do animal, a intensiva e efetiva regulamentação permite que o turismo não interfira na sobrevivência das populações animais.

Segundo Sinha (2001) o foco no turismo de vida selvagem é decorrente de três fatores. O primeiro é que há um crescimento no interesse do gerenciamento desta “vida selvagem” por profissionais, governos e organizações não- governamentais em sinergia às atividades turísticas e de conservação. Em segundo lugar, os animais selvagens são cada vez mais utilizados pelo e para turismo, como estratégias de marketing em alguns países (por exemplo, Escócia: aves e mamíferos marinhos, Índia: tigres, China: pandas gigantes). Segundo o autor, este segundo fator está associado ao terceiro: para muitos turistas os animais selvagens são, particularmente, mais interessantes em relação aos outros elementos da natureza.

O crescimento desta atividade e sua importância no cenário turístico mundial é notório, tanto pelo número de participantes e adeptos quanto pelas divisas geradas. Alguns estudos mais pontuais demonstram este crescimento. De acordo com Hoyt (2001), o número de observadores de cetáceos³, entre 1991 a 1998, passou de 4 milhões a 9 milhões de pessoas, um acréscimo de cerca de 12,1 % ao ano (Figura 3), e os países que demonstram maior participação são os Estados Unidos, Canadá, Ilhas Canárias (Espanha), Austrália e África do Sul. Estima-se que as atividades de mergulho recreativo atraem anualmente 14 milhões de pessoas (SHACKLEY, 2001 *apud* CRC, 2004) e que mais de 2 milhões de turistas saem em submarinos para a contemplação do fundo do mar, movimentando financeiramente U\$ 150 milhões de dólares (CARTER; CARTER, 2000 *apud* CRC, 2004).

Poucos estudos apresentam informações e estimativas consistentes sobre a importância econômica do turismo de vida selvagem. Baseado nos dados apresentados pela CRC (2004), o Quadro 1 apresenta algumas informações para espécies animais específicas.

Considerando o movimento mundial pela sustentabilidade em todos os setores da economia, inclusive no turismo, atividades que prevêm a práticas recreativas aliadas ao equilíbrio ecológico, equidade social e viabilidade econômica ganham destaque. Neste sentido, o turismo de vida selvagem ganha destaque e tem sido compreendido e utilizado como ferramenta de conservação da natureza, pois traz em si a proposta de garantir a manutenção das populações animais, proporcionar a maximização dos benefícios econômicos e sociais às pessoas, organizações e governos que participam desta atividade turística e ainda é capa de sensibilizar psicologicamente os turistas, garantindo uma demanda contínua para a atividade e para a conservação destes recursos naturais. Segundo Matos (2003), as espécies animais consideradas carismáticas provocam

forte sentimento de responsabilidade nas pessoas e é o valor pessoal destas emoções que leva a uma cobrança social de conservação da natureza.

Quadro 1: Exemplos de estimativas de impactos econômicos do turismo de vida selvagem.

Table 1: Examples of estimates of economic impacts of wildlife tourism.

<ul style="list-style-type: none"> • Os gorilas da montanha salone geram anualmente a Rwanda US\$4 milhões (Groom et al. 1991). • Cada leão individualente no Parque Nacional de Amboselili National Park vale US\$515,000 como recurso turístico por toda sua vida (Thresher 1981). • O valor econômico atribuído ao Turismo de vida Selvagem internacional na Austrália representa AUD\$1.8 a AUD\$3.5 bilhões por ano, e somente os Koalas geram cerca de AUD\$1.1 bilhões (Hundloe and Hamilton 1997; Davis 2001). • O centro escocês de aves marinhas realia anualmente uma contribuição de 1 milhões de libras para a economia local (Brock 2002).
--

Fonte: Adaptação e tradução de própria autoria a partir de CCR (2004).

Source: Adaptation and translation of CCR (2004) by the author.

No entanto, já alertava Lindberg, em seu trabalho de 1992, que atividades de ecoturismo e o senso comum de esperar que os ecoturistas são ambientalmente mais sensíveis não garantem a sustentabilidade da prática turística e é necessário maiores estudos sobre estas atividades e seus impactos.

O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza

O turismo de observação da vida selvagem representa um segmento do turismo de vida selvagem o qual envolve a contemplação de animais em seu habitat natural. A contemplação ocorre, essencialmente, pela observação, porém em alguns casos pode envolver interações com os animais, como o toque e oferecimento de alimento (UNEP/CMS, 2006).

A observação da vida selvagem segue os princípios do ecoturismo, pois visa a conservação do patrimônio natural e cultural; envolvimento das comunidades locais e indígenas em seu planejamento de desenvolvimento e operação, contribuindo para o seu bem-estar; e a interpretação do patrimônio natural e cultural para os visitantes. (UNEP/CMS *op. cit.*, p.10)

A CRC (2004) aponta que o crescimento do turismo de vida selvagem é evidenciado, justamente, pelo crescimento das atividades de observação de animais e submarinas, apresentados nos estudos de Hoyt e Carter & Carter. De acordo com a UNEP/CMS(2006), apenas entre os anos de 2003 e 2004, o número de turistas que participaram de atividades de observação de baleias em Sidney, Austrália, dobrou e o total de receita gerado quadruplicou. Somente na América Latina as atividades de *whale watching*, a observação de cetáceos, têm crescido a uma taxa de 11,3% ao ano (de 1998 a 2006), o que representa três vezes a taxa de crescimento do turismo mundial (ROMAGNOLI *et. al.* 2011).

Em alguns lugares, como na África Oriental e nas ilhas Galápagos, a vida selvagem tem sido o alicerce sobre o qual o turismo se desenvolve. Em outros, a observação da vida selvagem é uma nova atração que está ajudando a diversificar o turismo e promover o desenvolvimento comunitário em áreas remotas, como observado por Brumatti (2008) no Arquipélago de Abrolhos, extremo sul da Bahia, Brasil.

Segundo Brumatti (2008), a importância atribuída ao crescimento do *whale watching* e demais atividades de observação da fauna está diretamente relacionada aos fatos: geração de renda e emprego com uma melhor distribuição, em contrapartida à caça comercial, onde apenas grandes e poucas indústrias participam dos benefícios econômicos da exploração destes recursos naturais; o uso não letal dos animais, o que colabora com a conservação das espécies e com a possibilidade de trabalhar com a educação ambiental com todos os agentes envolvidos; auxílio à pesquisa científica com o aumento de estudos sobre a história natural e comportamento dos animais em seu próprio ambiente.

Além dos impactos positivos potenciais como uma atividade turística, acredita-se que o encontro entre os animais em seu habitat e os humanos são capazes de proporcionar profundas experiências pessoais, gerando impactos extraordinários na vida das pessoas (VALENTINE; BIRTLES, 2004). Portanto, os efeitos desta atividade recreativa ultrapassam o econômico, social e ambiental atingindo questões de ordem psicológica.

Algumas espécies animais carregam um forte apelo sentimental e acabam atraindo inúmeros curiosos e até estudiosos, colaborando para a conservação animal e todo seu ambiente. Estas espécies, conhecidas como espécies-bandeira, “são aquelas carismáticas para o público, usadas como propaganda para proteger determinada área, que protegerá outras espécies menos conhecidas e/ou carismáticas e seus habitats” (VILAS BOAS; DIAS, 2010). São animais capazes de agregar valor econômico e ambiental quando usadas como símbolos e propaganda em uma localidade turística. Segundo a CCR (2004), as aves e os mamíferos estão entre os animais favoritos para a observação. Exemplos disto são: os pandas gigantes, as baleias jubartes, os golfinhos, os tigres, koallas, cangurus, urso polar, pinguins, araras, tucanos, entre outros. Para Primack e Rodrigues (2002, p.135), “*muitos parques e santuários de vida selvagem têm sido criados para proteger espécies carismáticas, [...] que são importantes como símbolos nacionais e até como atrações turísticas*”.

Neste contexto, os governos e grandes organizações internacionais de conservação passam a apoiar a ideia de que o turismo baseado na natureza, se bem gerido, representa um importante instrumento que pode alcançar metas comerciais, recreativas e

conservacionistas simultaneamente. Em áreas onde existe o uso equilibrado da fauna, o desenvolvimento do turismo baseado na observação da vida selvagem ou caça pode proporcionar incentivos econômicos e receitas para preservação dos habitats naturais e da própria fauna selvagem (HIGGINBOTTOM *et. al.*, 2001).

A conservação dos recursos naturais através da atividade de observação da vida selvagem relaciona-se ao que as pessoas fazem ou deixam de fazer, direta ou indiretamente, para os animais selvagens e seus habitats naturais em longo prazo.

De acordo com a CRC (2004) a potencialidade do turismo de vida selvagem para a conservação da natureza pode ser classificada nas seguintes categorias:

- Gestão direta do turismo de vida selvagem e apoio a pesquisa: considerando a manipulação das espécies e seus habitats para a manutenção das populações e demais recursos ambientais, pelos operadores de mercado e pelos turistas;
- O uso da receita gerada pelas atividades turísticas como fundo para a conservação dos recursos naturais e áreas de preservação: pode ser usada pelas próprias empresas que exploram a atividade na manutenção dos recursos ou em forma de doações à organizações voltadas à preservação dos recursos e ambientes naturais;
- Incentivos socioeconômicos para a conservação – engajamento e participação dos operadores turísticos e comunidades locais, que se beneficiam financeiramente com a atividade de observação dos animais, a tomarem ações em prol da conservação destes recursos naturais;
- Educação dos turistas no sentido de apoiar ações para a conservação: influenciando e pressionando a criação de políticas conservacionistas, o respeito e compreensão das mesmas e estímulo a doações para a conservação.

As potencialidades do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza e seus elementos são ilustradas conforme Figura 1.

Acredita-se, portanto, que o turismo de observação da vida selvagem pode colaborar para a conservação da natureza através do fomento às atividades de gerenciamento dos recursos naturais e fomento da pesquisa científica, visando aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica ecológica e os impactos derivados de atividades como a observação de animais em seu habitat natural; da utilização das receitas financeiras geradas pelas atividades turísticas em ações de conservação como a criação e manutenção de parques nacionais e áreas de proteção ambiental, fomento a pesquisa e à organizações de proteção dos animais; do beneficiamento socioeconômico de empresas, governos e comunidades locais, motivando-os a colaborar para a conservação das espécies e seus habitats garantindo a manutenção da fonte dos benefícios; e da educação de todos os agentes envolvidos, permitindo uma mudança de atitude frente ao uso dos recursos naturais, realização pessoal e psicológica e maiores informações e conhecimentos sobre o meio ambiente.

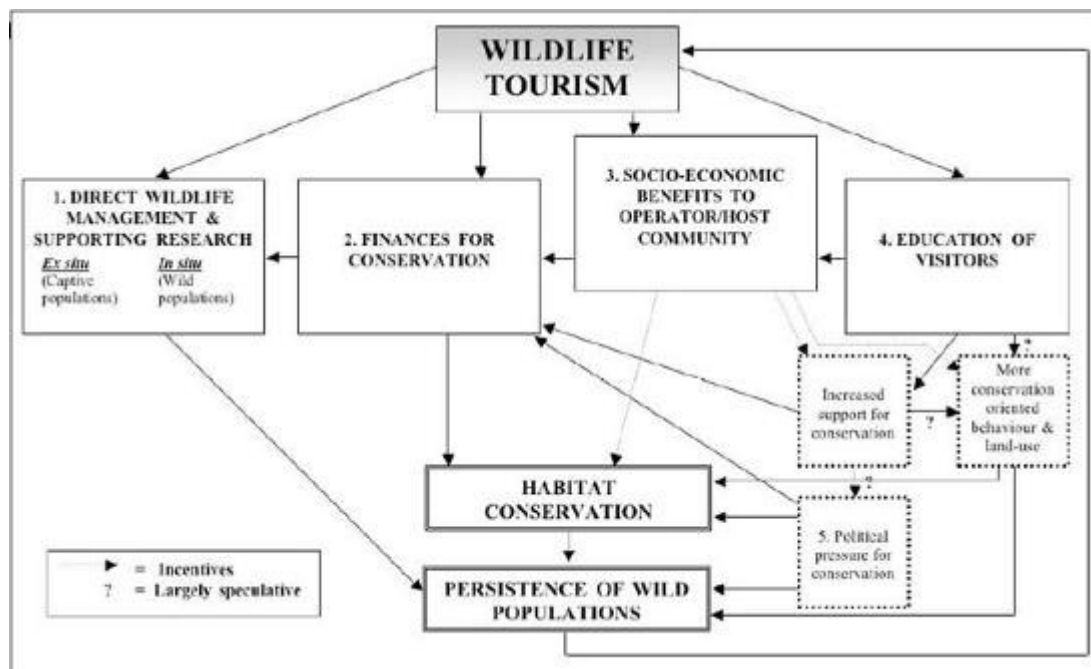


Figura 1: Benefícios potenciais do turismo de observação da vida selvagem.

Figure 1: Potential benefits of tourism for wildlife viewing.

Fonte: CCR (2006, p.100). Adaptado de Higginbottom, Tribe e Booth (2003).

Source: CCR (2006, p.100). Adapted from Higginbottom, Tribe and Booth (2003).

Entretanto, é necessário considerar os efeitos negativos destas atividades, tanto efeitos de curto prazo, quanto de longo prazo. As atividades de observação da vida selvagem são capazes de interferir na fisiologia e comportamento animal, que por sua vez pode vir prejudicar índices de natalidade e padrões reprodutivos de populações animais inteiras, interferindo em todo um ecossistema. Ou seja, impactos de curto prazo cumulativamente podem levar ao desenvolvimento de impactos de longo prazo que vêm a interferir em processos ecológicos das populações animais e dos ecossistemas.

De acordo com Roe *et. al.* (1997), em geral, o *Whale Watching* ocorre, principalmente, em áreas cruciais de parte da história natural destes animais, como exemplo as rotas migratórias ou áreas de alimentação e reprodução, que tornam o encontro mais garantido, mas, que ao mesmo tempo, por serem áreas de grande relevância para os animais, pode-se alterar e ou perturbar todo o comportamento característico das espécies e assim interferir em sua sobrevivência.

Brumatti (2008) aponta que a grande preocupação em relação ao turismo de observação das jubarte está relacionada a fatores como: intenso tráfego de embarcações turísticas; estreita proximidade destes barcos sobre as baleias que estão muitas vezes acompanhadas de seus filhotes nas áreas de reprodução; poluições sonoras, que podem provocar mudanças nos padrões da sonorização produzida por elas para a comunicação⁴; distúrbios nos seus deslocamentos, na distribuição e na formação dos grupos (mãe-filhote, macho-fêmea); alteração nos comportamentos usuais (ex:

tempo de amamentação e intervalo respiratório); choque accidental com as embarcações. Inúmeros estudos ainda apontam que existe uma relação direta entre os comportamentos das espécies observadas e a distância que se dá esta aproximação dos animais (GREEN; HIGGINBOTTOM 2001 *apud* CCR, 2004).

Neste contexto, esta forma turismo baseado na vida selvagem pode traduzir muitos resultados favoráveis ao desenvolvimento turístico e à conservação da natureza, mas para que seja sustentável e se respeite os princípios do ecoturismo é necessário considerar muitos fatores. Há necessidade significativa de capacitação profissional em todos os níveis e participação direta do poder público na ativação dos códigos de conduta, diretrizes e desenvolvimento de melhores práticas. Deve haver a participação efetiva de todos os interessados no ordenamento da atividade a fim de garantir que os benefícios atinjam a todos, e a tarefa crucial é preservar as espécies já ameaçadas por perda dos habitats, pelas pressões antrópicas sobre os ecossistemas.

São muitas as incertezas associadas ao crescimento do turismo de vida selvagem. Ainda há um conhecimento insuficiente sobre os efeitos da atividade recreativa para a espécie-alvo; a falta de clareza sobre o desejo de proximidade na observação da vida selvagem pelos turistas (incluindo a disposição de assumir riscos e incerteza como parte da experiência); a possibilidade de expansão e utilização de novos grupos de espécies-alvo, o tipo de desenvolvimento econômico compatível com os princípios da sustentabilidade turística e ambiental; e identificação de indicadores apropriados para medidas de acompanhamento e sustentabilidade.

De acordo com Filla e Monteiro Filho (2009), o turismo de menos impacto deve ainda ser abordado de forma sistêmica: 1) conjunto da organização estrutural, que compreende as políticas públicas e privadas relacionadas ao funcionamento do turismo e a infraestrutura geral; 2) conjunto das ações operacionais, que envolve a dinâmica de atuação das organizações, como a oferta, produção, distribuição, demanda e consumo e 3) conjunto das relações ambientais, que são as consequências ecológicas, sociais, culturais e econômicas do turismo. “*O equilíbrio entre estes grupos possibilitará um turismo mais humano, atendendo as necessidades ambientais e das comunidades receptoras, dos turistas e dos empresários, nesta ordem*” (GOMES *et. al.*, 2006, p.15).

O elenco de preocupações citadas confirma ser este tipo de turismo uma atividade geradora de impactos sociais, econômicos e ambientais, e a necessidade de ser estruturado e organizado, visando, preferencialmente, impactos positivos e uma prática sustentável.

Conclusões

O turismo é, sem dúvida, uma atividade capaz de mobilizar, todo ano, milhões de pessoas, levando a uma série de impactos socioculturais, econômicos e ambientais nas comunidades receptoras e todos os agentes envolvidos, que refletem em profundidade sobre o nível local onde é desenvolvido (DIAS, 2003). Há portanto, uma grande preocupação sobre a sustentabilidade desta atividade, a real participação e beneficiamento das comunidades locais pelo turismo e a conservação da natureza.

Muitos segmentos do setor turístico surgiram a partir da década de 90 com a proposta de garantir a conservação do patrimônio natural e cultural com o envolvimento das comunidades locais, visando minimizar os impactos negativos advindos desta atividade comercial. Dentre estes segmentos, surge o turismo de vida selvagem que vem apresentando um acelerado crescimento, tanto no número de participantes e interessados (turistas, governos, organizações não governamentais, comunidades), quanto na significativa receita gerada pela atividade recreativa.

Acredita-se que o turismo de observação da vida selvagem, por utilizar de maneira direta, porém não letal, dos recursos naturais, as espécies animais e seus habitats, e ser procurado por turistas ambientalmente mais interessados, representa uma importante ferramenta de conservação da natureza. A interação e aproximação das pessoas com os animais, principalmente com as espécies-bandeira, com forte apelo carismático, podem levar a uma maior e mais rápida sensibilização ambiental da sociedade e a procura por ações voltadas a conservação da natureza. Além disso, o retorno financeiro pode fomentar várias atividades ligadas à conservação dos recursos naturais, como a manutenção de áreas de preservação, financiamento de pesquisas e maior conhecimento das espécies e seus ecossistemas.

Na realidade, o cerne da discussão está em como melhor aproveitar os benefícios desta atividade sem que traga muitos prejuízos a natureza e seus elementos, porém sem desconsiderá-los. O sucesso de um bom ordenamento e gestão do turismo de vida selvagem está relacionado às considerações de acesso público sobre as intenções comerciais e impactos biológicos claramente definidos.

Portanto, é necessário reconhecer a importância econômica e ambiental do turismo de observação da vida selvagem e estimular seu desenvolvimento para a conservação, mas ao mesmo tempo verificar e apresentar mais estudos consistentes sobre os impactos da atividade na vida destas espécies e em seus habitats, colaborando para a gestão, ordenamento e definição de diretrizes e normas de desenvolvimento deste tipo de turismo coerentes aos princípios da sustentabilidade.

Referências bibliográficas

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BRUMATTI, P.N.M. Análise das potencialidades do desenvolvimento sustentável do turismo de observação de baleias, *Whale Watching*, na costa da Bahia, Brasil. **Dissertação** (Mestrado) - Mestrado de Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPERD, R. **Turismo Princípios e Prática**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRC. Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism. **Wildlife tourism: impacts, management and planning**. Common Ground Publishing, Australia, 2004.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, I.P.; COELHO, M.F. **Economia do Turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FILLA, G.F.; MONTEIRO FILHO, E.L.A. O Desenvolvimento do Turismo Náutico e a sua Ligação com a Observação do Boto-Cinza (*Sotalia guianensis*) na Região de Cananéia, Litoral Sul do Estado de São Paulo. **Turismo em Análise**, v.20, n.2, agosto 2009.

GOMES, B.M.A.; ROMANIELLO, M.M.; SILVA, M.A.C. Os efeitos do turismo em comunidades receptoras: um estudo com moradores de Carrancas, MG, Brasil. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.43. n.3, pp.391-408. 2006.

HIGGINBOTTOM, K., RANN, K., MOSCARDI, G., DAVIS, D.; MULON, S. Status Assessment of Wildlife Tourism in Australia: an overview. **Wildlife Tourism Research Report** No. 1, CRC for Sustainable Tourism, Gold Coast, Australia. 2001.

HOYT, E. **Whale Watching 2001: Worldwide tourism numbers, expenditures and expanding socioeconomic benefits**. International Fund for Animal Welfare. Yarmouth Port, MA, USA. 2001

LEME, F. B. M. Represas como territórios, lugares e paisagens: subsidio para o planejamento turístico sustentável. **Dissertação** (Mestrado) - Mestrado de Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

LINDBERG, K. International Issues in Ecotourism Management with Applications to Kenya. In: GAKAHU, C.G.; Goode, B.E. (Eds.), **Ecotourism and Sustainable Development in Kenya** (pp. 1- 13). Wildlife Conservation International, Nairobi, 1992.

LINDBERG, K.; HUBER Jr., R M. Questões econômicas na gestão do turismo. In: HAWKINS, K.; LINDBERG, D.E. (Orgs.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3 º edição. São Paulo, SP: SENAC, 2001.

OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: ROCA, 2001.

OMT. **Turismo Internacional: uma perspectiva global**. 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

PRIMARK, R.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina, PR: Sinauer, 328 p.2002.

RESENDE, L.A. A Construção de Produtos Turísticos com Base Local: uma reflexão sobre o *marketing* societal no turismo brasileiro a luz da comunidade de Canavieiras-BA. **Dissertação** (Mestrado em Cultura e Turismo), Mestrado de Cultura e Turismo Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

ROE, D.; WILLIAMS, N.L.; CLAYTON, B.D. **Take only photographs, leave only footprints: the environmental impacts of wildlife tourism**. London: The International Institute for Environment and Development, 1997.

ROMAGNOLI, F.C.; SILVA, V.M.F; NELSON, S.P.; SHEPARD-Jr, G.H. Proposta para o turismo de interação com botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*): como trilhar o caminho do ecoturismo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n; 3, pp.463-480, 2011.

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 7º ed. Campinas: Papyrus, 2001.

SINHA, C. **Wildlife tourism: a geographical perspective**. Paper apresentado no The Geography Curriculum Inservice Conference, Tourism Geography: Issues, Challenges and the Changing Nature of Contemporary Tourism, University of Western Sydney, Hawkesbury Campus, 27 July 2001.

VALENTINE, P.; BIRTLES, A. Wildlife Watching. Chapter 2. In: Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism. **Wildlife tourism: impacts, management and planning**. Common Ground Publishing, Australia, 2004.

VILAS BOAS, M.H.A.; DIAS, R. Biodiversidade e turismo: o significado e importância das espécies-bandeira. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n.1, p. 91-114, abril de 2010.

UNEP/CMS. United Nations Environment Programme and Conservation of Migratory Species of Wild Animals. **Wildlife Watching and Tourism: A study on the benefits and risks of a fast growing tourism activity and its impacts on species**. UNEP / CMS Secretariat, Bonn, Germany. 68 pages. 2006.

Notas:

¹ O termo generalista “selvagem” refere-se a fauna e flora, mas neste contexto do turismo de “vida selvagem” é entendido como a atividade de interação com a fauna selvagem, aquela não domesticada, incluindo insetos e animais marinhos.

² Centro Cooperativo de Pesquisa para o Turismo Sustentável. Tradução própria.

³ Taxonomicamente os cetáceos são os animais conhecidos popularmente como baleias, golfinhos e botos pertencentes à ordem CETACEA.

⁴ As baleias jubarte também são conhecidas como baleias cantoras, pois são capazes produzir canções com sistemas de ritmos e produção de frases melódicas, compreendidas como estratégias de reprodução.

Paula Normandia Moreira Brumatti: Instituto Federal de Educação de Pernambuco, Barreiros, PE, Brasil.

Email: paulanmb@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8162160743491260>

Data de submissão: 05 de agosto de 2013

Data de recebimento de correções: 05 de agosto de 2013

Data do aceite: 01 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

SEÇÃO RESUMOS



Caracterização das atividades de turismo de observação de golfinhos em Baía Formosa (RN)

Lucélia Allynny Fernandes*, Tatiana Moritz*, Michele Galdino Câmara*

***Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.**

E-mails: luceliaaline@hotmail.com, tatimoritz@msn.com, michele_camara@hotmail.com

O município de Baía Formosa está localizado no litoral Sul do estado do Rio Grande do Norte, caracterizando-se inicialmente como vila de pescadores, cultura mantida até os dias atuais. Detêm atrativos para o desenvolvimento do ecoturismo, além de outros segmentos. Em questão neste trabalho o turismo de observação de golfinhos desenvolvida a partir do entendimento de seu potencial naquela região, através dos próprios moradores da cidade. O presente trabalho buscou caracterizar as atividades de Observação de Golfinhos na cidade, avistado nessa região a espécie *Sotalia guianensis*, mais conhecido como boto cinza. Os objetivos propostos neste trabalho são: a) Caracterizar as operações de turismo de observação de golfinhos na Praia de Baía Formosa – RN; b) Identificar o perfil sócio econômico e cultural dos operadores de turismo que realizam os passeios; c) Caracterizar as concepções da população e operadores de turismo sobre a importância da conservação marinha no local. Utilizando-se procedimento metodológico de abordagem qualitativa, pesquisando-se fontes primárias e secundárias. Os sujeitos da pesquisa constituem a comunidade local, os barqueiros que operam com barcos de passeios turísticos para observação dos golfinhos e os turistas que realizam esta atividade em Baía Formosa. Para alcançar os objetivos citados acima, a coleta de dados foi realizada por meio de questionários de três tipos que diferiam de acordo com o público-alvo. Os dados foram analisados por meio de procedimentos de estatística descritiva, elaborando-se gráficos de setores. Foram obtidos resultados sobre a percepção do turista e barqueiros em relação aos impactos da atividade no ambiente em que ela ocorre. Identificando-se, que mesmo que a atividade aconteça de forma improvisada, os mesmos consideraram que o impacto causado é mínimo, já que a atividade não ocorre com grande frequência. Em relação à comunidade, existe uma porcentagem significativa no interesse do desenvolvimento do turismo, pois acreditam que a atividade possa mudar a realidade em que vivem. Por ser uma atividade relativamente nova na cidade é necessário um planejamento eficaz e direcionado para que não tenha um fim precoce, e nem comprometa a localidade ocasionando impacto ambiental irreversível. O turismo inevitavelmente transforma os espaços em que se desenvolve, estando o meio susceptível a diversas alterações. Porém, se realizado com responsabilidade e um planejamento eficaz que possibilite um desenvolvimento sustentável, utilizando de forma controlada e não invasiva às características que a cidade possui, a fim de reduzir os possíveis impactos, requisitos sugeridos para prática ecoturística. Contudo, é possível afirmar que o turismo ainda não é uma prioridade de governo, podendo-se perceber esse fato em âmbito nacional, estadual e municipal como é o caso de Baía Formosa, que mesmo tendo potencial para o desenvolvimento de vários segmentos turísticos não se desenvolve por falta de investimentos do poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Baía Formosa; Desenvolvimento Sustentável; Ecoturismo; Turismo de Observação de Golfinhos.

Characterization of tourism activities dolphin watching in Baía Formosa (RN, Brazil)

Lucélia Allynny Fernandes*, Tatiana Moritz*, Michele Galdino Câmara*

***Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brazil.**

E-mails: luceliaaline@hotmail.com, tatimoritz@msn.com, michele_camara@hotmail.com

The city of Baía Formosa is located in the south coast of the state of Rio Grande do Norte, characterized initially as a fishing village, culture maintained until the current days. It has attractions for ecotourism development, as well as other segments. This work covers the dolphin watching tourism developed from an understanding of their potential in that region, through the residents of the city. This study aimed to characterize the activities of Dolphin watching in the city, seen the species *Sotalia guianensis* in this region, better known as tucuxi. The proposed objectives of this work are: a) Characterize the tourism operations of dolphin watching in the Baía Formosa beach - RN, b) identify the socio economic and cultural profile of tourism operators who perform the tour, c) characterize the concepts of population and tourism operators about the importance of marine conservation in the region. Using a methodological procedure of qualitative approach, investigating primary and secondary sources. The subjects of the search consist in the local community, boaters who operate tourism boats for dolphin watching and tourists who perform this activity in Baía Formosa. To achieve the objectives mentioned above, data collection was conducted through three types of questionnaires that differ according to the target audience. Data were analyzed using descriptive statistical procedures, elaborating graphs of sectors. Results were obtained on the perception of tourists and boaters regarding the impacts of the activity on the environment in which it occurs. Identifying, that even if the activity occurs in an improvised way, they considered that the impact is minimal, since the activity does not occur with great frequency. In relation to the community, there is a significant percentage in the interest of tourism development, because they believe that the activity can change the reality in which they live. Being a relatively new activity in the city, is necessary a planning effective and focused on not having an early end, and not compromise the locality causing irreversible environmental impact. Tourism inevitably transforms the spaces in which it develops, being susceptible environment to various changes. However, if done responsibly and effective planning that enables sustainable development, using a controlled and noninvasive characteristics that the city has, in order to reduce possible impacts, suggested requirements to practice ecotourism. However, it is clear that tourism is still not a priority for the government, being able to realize this fact at the national, state and municipal levels as is the case of Baía Formosa, even having the potential for the development of various tourism segments not develops from lack of investment of public authorities.

KEY-WORDS: Baía Formosa; Sustainable Development; Ecotourism; Tourism Dolphin Watching.

Uso público na Reserva Biológica do Tinguá (RJ) e entorno: uma análise da percepção ambiental dos visitantes

Andréia da Silva Lopes Stellet de Oliveira*, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues*, Monika Richter*, Sílvia Maria Varela*

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

E-mails: andreialopes.stellet@hotmail.com, camirural@gmail.com, mrichter84@hotmail.com, bj.silvia@hotmail.com.br

Nesta pesquisa foi analisada a percepção ambiental de visitantes sobre o uso público no interior e entorno da Reserva Biológica do Tinguá (REBIO Tinguá), localizada no município de Nova Iguaçu (RJ). Os resultados obtidos apontam que o entorno da reserva e partes de seu interior vem sendo utilizada como área de lazer pela população local. Contudo, a REBIO permite apenas a visitação com objetivo educacional, fato que acaba gerando situações conflitantes e dificuldades de compreensão sobre a função e os objetivos da área. A REBIO Tinguá foi criada em maio de 1989, com 26.000 hectares, é a maior do bioma Mata Atlântica e encontra-se próxima ao perímetro urbano e abrange seis municípios: Petrópolis, Miguel Pereira, Duque de Caxias, Nova Iguaçu. Esta categoria é a mais restritiva dentre as unidades de conservação, sendo permitida apenas visitas com o objetivo educacional (BRASIL, 2000/-2002). A carência de opções de lazer, sobretudo em contato com a natureza, é um dos fatores que exerce pressão sobre as formas de utilização permitidas e compatíveis com a REBIO. Para o desenvolvimento e embasamento da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos, visitas a campo e aplicados 127 questionários junto aos visitantes (moradores e turistas), com o objetivo de identificar e analisar três aspectos principais: perfil dos entrevistados, conhecimento sobre a REBIO, e expectativas relacionadas a região e ao uso público da REBIO. Os resultados indicam que existe a necessidade de se compreender melhor a função da REBIO e de ter acesso a informações mais detalhadas sobre a área. Outro ponto relevante são os conflitos de uso, pois, conforme destacado também por Martins (2011), a REBIO ainda é alvo de ocorrências de caça e extração ilegal de espécies vegetais. Além disso, existe um baixo envolvimento da população com a questão da conservação da natureza. Esses resultados reforçam a importância de se promover um programa de educação ambiental com o objetivo de aproximar a sociedade da REBIO e fortalecer o apoio público para a sua conservação.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2000. 3ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2002.

MARTINS, Ana Lucia Lucas. Lazer e área protegida: conflitos na busca de "emoções agradáveis". Ambient. soc. vol.14 no.2 Campinas July/Dec. 2011. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT1-1187-959-20120714175835.pdf>>. Acessado em 26/06/2013.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva Biológica do Tinguá; Uso Público; Percepção Ambiental.

Public use in Tinguá Biological Reserve (RJ, Brazil) and surroundings: an analysis of environmental perception of visitors

Andréia da Silva Lopes Stellet de Oliveira*, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues*, Monika Richter*, Sílvia Maria Varela*

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brazil.

E-mails: andreialopes.stellet@hotmail.com, camirural@gmail.com, mrichter84@hotmail.com, bj.silvia@hotmail.com.br

In this study we analyzed the environmental awareness of visitors about the public use in and around the Tinguá Biological Reserve (REBIO Tinguá), located in the municipality of Nova Iguaçu (RJ). The results show that around the reserve and parts of its interior has been used as a recreational area for the local population. However, REBIO only allows visits with educational goal, a fact that eventually generates conflicting situations and difficulties of understanding about the role and objectives of the area.

KEYWORDS: Biological Reserve; Public Use; Environmental Perception.

Turismo de Base Comunitária: o caminho para a inclusão social, conservação ambiental e geração de emprego e renda na comunidade de Santa Maria do Baixo Acará - Trilha do Cutiti (PA)

Flavio Henrique Souza Lobato*, Jamyle Cristine Abreu Aires*, Alan Carlos de Jesus Costa*

*Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mails: snkflavio_henry@hotmail.com, myhaires@gmail.com, alan_ifpa@hotmail.com

O turismo não se configura somente como atividade econômica, possuindo também cunho socio-ambiental, envolvendo deslocamento de pessoas entre os mais variados lugares do globo, sendo a questão ambiental um dos fatores determinantes do turismo, pois esta prática consome elementarmente o espaço. Este consumo se tornou, ao longo dos anos, cada vez mais intenso e massificado, causado principalmente pela falta de planejamento adequado, gerando assim, impactos cada vez mais drásticos ao espaço onde se desenvolve, dando à atividade o aspecto de "indústria" que degrada o meio ambiente. A partir desta conjuntura, os questionamentos negativos acerca deste modelo predatório tiveram um destaque significativo, fomentados pelas discussões ambientais ascendentes. Diante deste prisma, o turismo passou a buscar novos meios de se desenvolver, tendo como alicerce os conceitos e moldes do desenvolvimento sustentável e do ecodesenvolvimento, configurando o Turismo de Base Comunitária como novo paradigma exemplificador destas novas abordagens. Neste sentido, o TBC desenvolvido em Santa Maria emerge como uma forma de se vivenciar a natureza, visando produzir mudanças ideológicas nos indivíduos inseridos na atividade, bem como promover a sustentabilidade, a conservação, o fortalecimento de relações e a inclusão da comunidade receptora no processo produtivo local. A comunidade Santa Maria está situada no município do Acará, na região conhecida como Baixo Acará, cerca de uma hora de barco partindo de Belém. Subsistência e economia são obtidas através da pesca, cultivo e coleta de frutas regionais, porém estas atividades não se estabelecem como suficientes, neste contexto, o TBC adquire significativa importância como alternativa econômica. Portanto, o TBC realizado nesta comunidade se constitui como objeto de estudo deste trabalho, tendo como objetivos diagnosticar e o prognosticar as transformações desta atividade no local; analisar as ações do projeto em consonância com as bases teórico-conceituais da atividade TBC; além de ouvir a comunidade no que concerne à atividade e suas implicações na sociedade, sendo a principal questão pautada em debate o turismo comunitário como real caminho para a inclusão social, conservação ambiental e geração de emprego e renda. A partir deste contexto, o presente estudo realizou-se, primeiramente, a partir de pesquisas exploratórias bibliográficas e documentais e, posteriormente, pesquisas em campo, realizadas em novembro de 2012, com coleta de dados, feitas através de observações sistemáticas *in locus*, registros fotográficos e aplicação de questionários, tendo as perguntas elaboradas com base na problemática deste estudo e nos objetivos propostos. A partir das pesquisas realizadas, evidenciou-se que a comunidade de Santa Maria, ou ao menos uma parte dela, já demonstrou vontade de empreender o TBC no local, havendo, portanto, uma tentativa de coadunação do TBC em Santa Maria Baixo Acará/PA com as perspectivas teórico-conceituais do turismo comunitário. Entretanto se trata de um projeto embrionário, que precisa de capacitação, compromisso com a realidade, ajustes na estrutura do receptivo, engajamento de um número maior da população local, etc., demonstrando que a comunidade local deve atentar-se que a espera por benefícios em curto prazo pode comprometer a atividade em sua plenitude, afinal o TBC é uma complementação e alternativa na geração de renda.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Turismo de Base Comunitária; Santa Maria do Baixo Acará; Trilha do Cutiti.

Community-Based Tourism: the path to social inclusion, environmental conservation and generation of employment and income in the community of Santa Maria do Baixo Acará - Trail Cutiti (PA, Brazil)

Flavio Henrique Souza Lobato*, Jamyle Cristine Abreu Aires*, Alan Carlos de Jesus Costa*

*Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brazil.

E-mails: snkflavio_henry@hotmail.com, myhaires@gmail.com, alan_ifpa@hotmail.com

Tourism is not only configured as an economic activity, but also has socio-environmental influences, involving the displacement of people from the most diverse places on the globe, and the environmental factors between tourism, since this practice consumes the space elementally. This consumption has become, over the years, increasingly intense en masse, mainly caused by a lack of proper planning, thus generating impacts increasingly drastic space which develops activity giving the appearance of "Industry" that degrades the environment. From this juncture, negative questions about this predatory model had a significant emphasis, encouraged by rising environmental discussions. Given this perspective, tourism began to seek new ways to develop, as a foundation concept and patterns of sustainable and ecological development, setting up community-based tourism (TBC) with a new paradigm exemplifying these new approaches. In this sense, the TBC development in Santa Maria emerges as a way of experiencing nature, aiming to produce ideological changes in individual activities, as well as promote sustainability, conservation, strengthening relationships and inclusion in the community receiving local productive process. The community of Santa Maria is located in the city of Acará, the region known as Low Acará, about an hour by boat departing from Belém and the economy is based on fishing, agriculture and cultivating regional fruits, but these activities are not enough to establish a minimum standard of living. Having this fact in mind, the TBC acquires a significant importance as an alternative economic resource. However, TBC in this community is constituted as the object of this work, having as objectives to diagnose and to forecast the location of transformations of this activity ; to analyze the actions of the project in line with the theoretical and conceptual activity of TBC, plus listen to the community in which concerns the activity and its implications for society, being the main issue under discussion guided community tourism as a real path to social inclusion, environmental conservation and employment generation and revenue. From this context, the present study was based, first, on exploratory, bibliographic and documentary research and later on field research, conducted in November 2012, with data collection, made through systematic observations in locus, records, photographic up questionnaires, and the questions prepared based on the study of this problem and objectives proposed. From the research conducted, it became clear that the community of Santa Maria, or at least a part of it, has demonstrated a willingness to undertake the TBC in place, exists, therefore, an attempt to coordinate TBC in Santa Maria do Baixo Acará (PA, Brazil) with the theoretical and conceptual perspectives of community tourism. However it is an embryonic project that needs training, engagement with reality, adjustments in the structure of receptive engagement of a larger number of local people, etc., Demonstrating that the local community should be aware that waiting for benefits in a short period can compromise the activity in its entirety, after all the TBC is a complementary and alternative income generation source.

KEYWORDS: Ecotourism; Community-Based Tourism, Santa Maria do Baixo Acará; Trail Cutiti.

Complexo Ecológico Parque dos Igarapés (PA), uma dicotomia: de dia um complexo ecológico turístico, à noite um degradador ambiental

**Flavio Henrique Souza Lobato*, Jamyle Cristine Abreu Aires*,
Alan Carlos de Jesus Costa***

*Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mails: snkflavio_henry@hotmail.com, myhaires@gmail.com, alan_ifpa@hotmail.com

O Parque dos Igarapés, como é popularmente conhecido, é um dos belos recortes da Amazônia em plena a cidade de Belém do Pará, localizado as margens do Rio Ariri e a 7 km do Estádio Olímpico do Pará, o “Mangueirão”. O Parque possui grande estrutura de turismo e lazer, que a própria natureza incumbiu-se de edificar, juntamente às intervenções do homem. O objetivo do Parque é proporcionar lazer em um espaço, que fomenta a sensibilização, conservação e sustentabilidade da floresta remanescente na urbe de Belém, tendo o público frequentador um contato mais estreito e consciente com o meio ambiente. Entretanto, como todo e qualquer empreendimento privado, o Parque está intrinsecamente envolto pelos ideais capitalistas, tendo nos últimos anos desenvolvido, novas alternativas de renda. Neste cenário, os eventos ganharam destaque, e acabaram surtindo efeitos de cunho econômico, social e ambiental no espaço. Os famosos “*reggaes*” nas noites do parque, se consolidam nesse contexto como os principais agentes contribuintes dos impactos ambientais. Se instaurando uma dicotomia em que de dia este espaço promove sustentabilidade o ecoturismo e durante a noite degrada o que ainda resta de natureza na selva de pedra chamada Belém. É diante deste panorama que o presente trabalho, tem como objeto de estudo o Parque dos Igarapés, sendo o problema de pesquisa a ser investigado e debatido; o porquê do discurso e prática paradoxal do parque? Tendo por objetivo analisar as consequências socioambientais que essa dicotomia implica. A partir dos resultados deste estudo espera-se contribuir com a área de estudos ao qual a problemática abordada neste estudo vincula-se, levantando o debate e discussão, como uma forma de dar seguimento as pesquisas, seja através da mesma ou de novas abordagens. Com isso, ambiciona-se chamar a atenção dos gestores, para que estes possam identificar suas falhas e, assim construir alternativas para reverter à situação. A partir deste contexto, o presente estudo foi construído a partir de uma abordagem qualitativa com pesquisas exploratórias documentais e pesquisas em campo, com a coleta de dados feita através de um *survey*, tendo as perguntas sido elaboradas com base na problemática e objetivo deste estudo, e por meio de observações sistemáticas *in lócus*, e registros fotográficos realizados em maio e junho do presente ano. Destarte, a partir das pesquisas realizadas, foi possível compreender que o arcabouço teórico-conceitual da sustentabilidade, do ecoturismo e de modelos afins, no Parque, assim como em outros empreendimentos não saem do discurso, quando um planejamento é realizado, em geral de natureza mercadológica a sustentabilidade é até incluída, porém não implementada. O Parque cria uma “maquiagem” sustentável, como forma de firmar ante o mercado que possui as responsabilidades social e ambiental, por meio de ecoturismo “encenado” em de dia demonstra e propaga a sua preocupação e responsabilidade socioambiental, porém de forma paradoxal, a noite oferece festas que comprometem a sua biodiversidade. A gestão precisa compreender que os recursos encontrados na natureza são limitados e que essas tipologias de acumulação de capital, somente intensificam os impactos e aceleração a estagnação dos recursos do Parque.

PALAVRAS-CHAVE: Parque dos Igarapés; Dicotomia; Sustentabilidade e Degradação.

Ecological Complex Parque dos Igarapés (PA, Brazil), a dichotomy: in the day a complex eco tourism, in the night is environmental degrading

***Flavio Henrique Souza Lobato*, Jamyle Cristine Abreu Aires*,
Alan Carlos de Jesus Costa****

*Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brazil.

E-mails: snkflavio_henry@hotmail.com, myhaires@gmail.com, alan_ifpa@hotmail.com

The "Parque dos Igarapés" as it is popularly known, is one of the beautiful Amazon cuts in full the city of Belem (PA, Brazil), located in the banks of the Ariri River and 7 km from the Para Olympic Stadium, the "Mangueirão". The park has great structure of tourism and leisure; nature itself undertook to build, together with human intervention. The purpose of the Park is to provide a space for leisure, which fosters awareness, conservation and sustainability for the forest in the metropolis of Belém, taking the audience to get closer contact and conscious about the environment. However, as any private enterprise, the park is surrounded by intrinsically capitalist ideals, having developed in recent years, new revenue alternatives. This scenario, the events were highlighted, and ended up having an effect imprint economic, social and environmental space. The famous "reggae" nights in the park are consolidated in this context as the main agents of environmental impacts taxpayers. Installing a dichotomy which by day this space promotes sustainable ecotourism e during night degrades what is left of nature in the concrete jungle called Belém is on this background that the present work has as its object the study of "Parque dos Igarapés", and the research problem to be investigated and debated; why the paradoxical discourse and practice of the park? In order to analyze the environmental consequences that this dichotomy implies. From the results of this study are expected to contribute to the field of study to which the issues addressed in this study is linked to raising the debate and discussion, as a way to follow up the research, either through the same or new approaches. Thus, aims to draw the attention of managers, so that they can identify their failures and thus construct alternatives to reverse the situation. From this context, the present study was built a from a qualitative exploratory research with documentary and sources field, with the data were collected through a survey, the questions having been based on the problem and purpose of this study, and means of systematic observations in locus, and photographic records held in May and June of this year. Restarted from the research conducted, it was possible to understand the theoretical and conceptual framework of sustainability, ecotourism and models in the Park, as well as in other ventures do not leave the speech, when planning is done in general nature to marketing sustainability is included, but not implemented. The park creates a "makeup" sustainable, as a way to establish before the market that has the social and environmental responsibilities through ecotourism "staged" in day demonstrate and propagates its concern and environmental responsibility, but paradoxically, the night provides that parties undertake its biodiversity. The management needs to understand that the resources found in nature are limited and that these types of capital accumulation only intensify the impact and accelerates the resource stagnation of the Park.

KEYWORDS: Parque dos Iguarapés; Dichotomy; Sustainability and Degradation.

Mapeamento de Unidades de Conservação com iniciativas de Turismo de Base Comunitária

***Andréia da Silva Lopes Stellet de Oliveira**, *Ana Paula Veríssimo de Moraes**,
*Patrícia Isabella Frutuoso Lima**, *Eduardo Gustavo Soares Pereira**,
*Aleixa Miranda Viana**, *Teresa Cristina de Miranda Mendonça Nascimento****

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

E-mails: andreialopes.stellet@hotmail.com, anapaula_vmoraes@hotmail.com,
isabellafrutuoso@yahoo.com.br, edu_vcd@hotmail.com, aleixa.viana@gmail.com,
tecaturismo@yahoo.com.br

Este trabalho é resultado do projeto de iniciação científica intitulado “O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do Estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso”, realizado com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Segundo a WWF-Internacional (2001), o turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais. Dentre as diversas perspectivas conceituais, algumas marcam o tema como: protagonismo e forte mobilização dos grupos locais; fundamentos da economia solidária e do cooperativismo; busca pelo desenvolvimento local e inclusão social; participação; sentimento de pertencimento. Diversos pesquisadores sobre o tema têm apontado termos como turismo de base comunitária, turismo comunitário, turismo rural comunitário, ecoturismo de base comunitária, entre outros, para iniciativas que tem como objetivo construir um modelo de turismo que busca maior oportunidades para aqueles, historicamente, excluídos do processo de tomada de decisão e dos resultados mais efetivos oriundos de projetos turísticos. Destaca-se que, no cenário brasileiro, os projetos de turismo de base comunitária (TBC) têm sua implantação, principalmente, em lugares com grande riqueza ecossistêmica, onde grupos sociais vivem economicamente, essencialmente, de atividades produtivas tradicionais. No entanto, estes grupos perceberam o potencial do lugar em que moram como destino turístico e decidiram se inserir na atividade de forma diferenciada. Este diferencial é representado por um modelo de turismo em que é possibilitada a oportunidade de diversos atores sociais participarem de forma mais efetiva no planejamento, implementação e gestão do turismo, cuja maior parte dos benefícios gerados é destinada à própria comunidade. Muitos destas iniciativas estão localizadas em lugares que compreendem áreas protegidas onde se pratica o chamado ecoturismo comunitário. Esse trabalho tem como objetivo, então, investigar, do ponto de vista teórico-conceitual e político organizacional, o TBC no Brasil, a fim de buscar compreender as suas premissas básicas para subsidiar reflexões teóricas emergentes sobre o tema; assim como mapear as iniciativas de TBC no Brasil tendo como fonte as produções documentais e bibliográficas. Por esta razão, a metodologia de trabalho compreendeu inicialmente, pesquisa bibliográfica e documental para entendimento do atual estado da arte da produção do conhecimento sobre TBC no Brasil. Este mapeamento gerou um banco de dados com 239 documentos (livros, dissertações, teses, artigos, filmes, etc.) produzidos no Brasil no período de dez anos (2002 a 2012). Dentre estes documentos foram identificados diversos relacionados direta ou indiretamente com áreas protegidas, entre eles, iniciativas diretamente envolvidas com as seguintes categorias de unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental; Floresta; Monumento Natural; Parque Estadual; Parque Nacional; Parque Natural Municipal; Reserva Biológica; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Extrativista; Reserva Particular do Patrimônio Natural. Todas iniciativas relacionadas a um modelo de gestão de áreas protegidas e suas respectivas relações ao processo de planejamento e gestão participativa de projetos turísticos.

PALAVRAS-CHAVES: Turismo de Base Comunitária; Participação; Unidades de Conservação; Gestão Participativa.

Mapping of Protects Areas with initiatives Community-Based Tourism

**Andréia da Silva Lopes Stellet de Oliveira*, Ana Paula Veríssimo de Moraes*,
Patrícia Isabella Frutuoso Lima*, Eduardo Gustavo Soares Pereira*,
Aleixa Miranda Viana*, Teresa Cristina de Miranda Mendonça Nascimento***

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brazil.

E-mails: andreialopes.stellet@hotmail.com, anapaula_vmoraes@hotmail.com,
isabellafrutuoso@yahoo.com.br, edu_vcd@hotmail.com, aleixa.viana@gmail.com,
tecaturismo@yahoo.com.br

This work is the result of undergraduate research project entitled "The state of the art community-based tourism on the coast of the State of Rio de Janeiro: theoretical-conceptual, political and organizational initiatives in progress", conducted with support from the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. According to WWF-International (2001), community-based tourism or community tourism can be defined as one where local people has effective control over its development and management. And through participatory involvement, tourism projects should provide most of their benefits to local communities. Among the various conceptual perspectives, some mark the subject as: leadership and mobilization of local groups, social economy and cooperatives, local development and social inclusion, participation, sense of belonging. Several researchers have pointed out on the subject terms as community-based tourism, community tourism, rural community tourism, community-based ecotourism to initiatives that aims to build a model of tourism that seeks greater opportunities for those who was historically excluded of the process of decision and more effective results come from tourism projects. It is noteworthy that, in the Brazilian scenario, community-based tourism projects (TBC) have their development, especially in places with rich ecosystem where social groups lives economically, essentially at traditional productive activities. However, these groups have realized the potential of the place where they live as a touristic destination and decided to do something different. This difference is represented by a model of tourism which is possible participation of social actors, more effectively, in planning, implementation and management of tourism, most of whose benefits generated is intended for the community. Many of these initiatives are located in places that include protected areas where practices called community ecotourism. Then, this work aims to investigate, from a theoretical perspective the conceptual and political organization of the TBC in Brazil in order to understand its basic premises to support emerging theoretical reflections on the topic, as well as mapping initiatives of TBC in Brazil by the documentary productions. For this reason, the work methodology based initially at literature and documents for understanding the current state of the art production of knowledge about TBC in Brazil. This mapping resulted a database of 239 documents (books, dissertations, theses, articles, films, etc.) produced in Brazil in the period of ten years (2002-2012). Among these documents were identified someones directly or indirectly related to protected areas, including initiatives directly involved with the following categories of protected areas: Environmental Protection Area, Forest, Natural Monument, State Park, National Park, Municipal Nature Park, Biological Reserve, Sustainable Development Reserve; Extractive Reserve, Private Reserve of Natural Heritage. All initiatives related to a model of management of protected areas and their relations to the process of participatory planning and management of tourism projects.

KEYWORDS: Community-Based Tourism; Participation; Protects Areas; Participatory Management.

Trilhas ecológicas de Cerro Corá (RN)

Clébia Bezerra da Silva*, Ednaja Faustino Silva de Moura*, Ricardo Farias do Amaral*

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, RN, Brasil.

E-mails: clebia@ufrnet.br, ednajaturismoufrn@gmail.com, projeto_corais@yahoo.com.br

Cerro Corá/RN está localizado a 180 km de distância de Natal/RN. Dentre seus recursos turísticos, destacam-se os naturais, como a trilha para a nascente do rio Potengi e a do Vale Vulcânico. Essa tem sua origem devido a um vulcão extinto a 25 milhões de anos. No local podem ser encontrados vários tipos de rochas, como basalto. As caminhadas em trilhas ecológicas integram o contato humano com o meio ambiente, tendo como premissa o respeito e a sensibilização dos praticantes em relação à conservação do meio ambiente, onde está pautada a contemplação da paisagem, bem como da fauna e da flora local, dentre outras atividades que permitam o contato com a natureza. Neste sentido o presente trabalho, desenvolvido como parte das ações do projeto integrado Caminhos do Presente, tem por objetivo fazer o levantamento do potencial das trilhas ecológicas de Cerro Corá. Os dados preliminares mostram que a trilha para a nascente do rio potencia tem grau de dificuldade médio, já a do Vale Vulcânico o grau é difícil, necessitando de bom preparo físico do trilheiro e tem duração de uma hora e meio, tendo duas possibilidades de circuito. Assim, pode-se observar que o município de Cerro Corá apresenta trilhas ecológicas com potencial para o desenvolvimento do turismo tendo a natureza como motivação, mas ainda são necessários investimento para aproveitar todo o potencial delas bem como, dar mais segurança ao visitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Trilhas Interpretativas; Educação Ambiental; Vale Vulcânico; Indicadores de Atratividade.

Mapping of Protects Areas with initiatives Community-Based Tourism

***Andréia da Silva Lopes Stellet de Oliveira*, Ana Paula Veríssimo de Moraes*,
Patrícia Isabella Frutuoso Lima*, Eduardo Gustavo Soares Pereira*,
Aleixa Miranda Viana*, Teresa Cristina de Miranda Mendonça Nascimento****

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brazil.

E-mails: andreialopes.stellet@hotmail.com, anapaula_vmoraes@hotmail.com,
isabellafrutuoso@yahoo.com.br, edu_vcd@hotmail.com, aleixa.viana@gmail.com,
tecaturismo@yahoo.com.br

This work is the result of undergraduate research project entitled "The state of the art community-based tourism on the coast of the State of Rio de Janeiro: theoretical-conceptual, political and organizational initiatives in progress", conducted with support from the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. According to WWF-International (2001), community-based tourism or community tourism can be defined as one where local people has effective control over its development and management. And through participatory involvement, tourism projects should provide most of their benefits to local communities. Among the various conceptual perspectives, some mark the subject as: leadership and mobilization of local groups, social economy and cooperatives, local development and social inclusion, participation, sense of belonging. Several researchers have pointed out on the subject terms as community-based tourism, community tourism, rural community tourism, community-based ecotourism to initiatives that aims to build a model of tourism that seeks greater opportunities for those who was historically excluded of the process of decision and more effective results come from tourism projects. It is noteworthy that, in the Brazilian scenario, community-based tourism projects (TBC) have their development, especially in places with rich ecosystem where social groups lives economically, essentially at traditional productive activities. However, these groups have realized the potential of the place where they live as a touristic destination and decided to do something different. This difference is represented by a model of tourism which is possible participation of social actors, more effectively, in planning, implementation and management of tourism, most of whose benefits generated is intended for the community. Many of these initiatives are located in places that include protected areas where practices called community ecotourism. Then, this work aims to investigate, from a theoretical perspective the conceptual and political organization of the TBC in Brazil in order to understand its basic premises to support emerging theoretical reflections on the topic, as well as mapping initiatives of TBC in Brazil by the documentary productions. For this reason, the work methodology based initially at literature and documents for understanding the current state of the art production of knowledge about TBC in Brazil. This mapping resulted a database of 239 documents (books, dissertations, theses, articles, films, etc.) produced in Brazil in the period of ten years (2002-2012). Among these documents were identified someone's directly or indirectly related to protected areas, including initiatives directly involved with the following categories of protected areas: Environmental Protection Area, Forest, Natural Monument, State Park, National Park, Municipal Nature Park, Biological Reserve, Sustainable Development Reserve; Extractive Reserve, Private Reserve of Natural Heritage. All initiatives related to a model of management of protected areas and their relations to the process of participatory planning and management of tourism projects.

KEYWORDS: Community-Based Tourism; Participation; Protects Areas; Participatory Management.

Roteiro Tucorin: turismo comunitário no Baixo Rio Negro (AM)

Ruth Maria de Souza Neves,* Marco Antonio Vaz de Lima*

*Organização Não Governamental *Nymuendaju*, Manaus, AM, Brasil.

E-mail: ruthturismologa@hotmail.com

Esta proposta tem como base o conceito de Desenvolvimento Sustentável no limiar dos novos paradigmas ambientais, que estabelece a busca da sustentabilidade através da autonomia do capital humano e de sua participação efetiva no controle, fiscalização e exploração racional dos recursos naturais existentes, ainda mais quando nos referimos ao bioma amazônico e principalmente em se tratando de áreas protegidas. Por isso a escolha de atividades do turismo no segmento do ecoturismo surge como uma alternativa viável para o desenvolvimento de trabalho, renda, qualidade de vida, através do envolvimento e participação das comunidades. O Roteiro de Turismo Comunitário no Baixo Rio Negro tem como objetivo valorizar o cotidiano dos ribeirinhos, por meio de uma interação justa e solidária entre visitantes e comunitários. A necessidade da implementação de um roteiro de turismo comunitário na região do baixo Rio Negro, onde o turismo convencional ocorre pelo menos duas décadas, fez algumas instituições governamentais e não governamentais, juntamente com as comunidades se unirem, para a construção de uma estratégia que os comunitários fossem os protagonistas, fazendo a gestão em praticamente todas as fases do processo, por exemplo, o turista paga pelos serviços diretamente aos comunitários. A ideia de consolidar um roteiro comunitário no Rio Negro surgiu a partir do edital “Talentos do Brasil” do Ministério do Turismo que resultou em uma abertura para a inclusão das comunidades, que hoje atuam no Roteiro Tucorin. Com a criação da Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA), o roteiro passou a ser divulgado em site. A metodologia para capacitação das comunidades foi à participativa, e com ajuda dos comunitários foi elaborado um roteiro turístico para cada comunidade. As instituições, *Nymuendaju* e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), atuam de forma a dar apoio e aporte técnico para os comunitários inseridos no roteiro, desenvolvendo oficinas e reuniões para avaliação e fortalecimento das ações, considerando temas relevantes para a atividade, como: Turismo de Base Comunitária em nossa comunidade; visões sobre o turismo local atual; receptividade ao turista; planejamento participativo; levantamentos de atrativos na comunidade; demanda turística e oferta turística; hospedagem; alimentação; transporte; precificação de serviços e produtos comunitários: métodos de divulgação (marketing). Alguns questionamentos levantados em reuniões com participação dos comunitários deixa claro que ainda existem muitas dificuldades a serem superadas, tais como: melhorar a infraestrutura (energia, saneamento básico, comunicação, transporte entre outros); tornar possível a efetivação de políticas públicas (saúde, educação, segurança, infraestrutura); capacitar os comunitários (idiomas, recepção ao turista, culinária, primeiros socorros, associativismo) e viabilizar a participação de comunitários em eventos na temática de TBC e intercâmbios. Embora se compreenda tais questionamentos, o projeto justifica-se pelos resultados significativos trazidos para as comunidades, como: mudança no comportamento em relação às práticas ambientais; implementação de projetos sustentáveis, a partir do uso dos recursos naturais (confeção de balas e doces com polpa de frutas); aperfeiçoamento e burilamento das técnicas artesanais e escoamento desta produção); a valorização da cultura local pelos próprios comunitários, elevando assim o seu sentimento de pertencimento. Como resultado espera-se a melhoria do turismo local e dos serviços oferecidos com foco na sustentabilidade dessas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Comunitário; Roteirização Turística; Planejamento Participativo; Desenvolvimento Sustentável.

Roteiro Tucorin: Community tourism in the Lower Rio Negro (AM, Brazil)

Ruth Maria de Souza Neves,* Marco Antonio Vaz de Lima*

*Organização Não Governamental *Nymuendaju*, Manaus, AM, Brasil.

E-mail: ruthturismologa@hotmail.com

This proposal is based on the concept of Sustainable Development at the threshold of the new environmental paradigm, establishing the pursuit of sustainability through the autonomy of human capital and its effective participation in the control, supervision and rational exploitation of natural resources, especially when the refer to the Amazon biome and especially in the case of protected areas. Therefore the choice of tourism activities in the ecotourism segment emerges as a viable alternative to the development of work, income, quality of life, through the involvement and participation of the communities. The path Community Tourism in the Lower Rio Negro aims to enhance the daily lives of the locals, through a fair and supportive interaction between visitors and community. The need to implement a roadmap for the tourism community of the Lower Rio Negro, where the conventional tourism occurs at least two decades, made some governmental and non-governmental organizations, together with the communities to come together, to build a strategy that Community were the protagonists, making the management in virtually all phases of the process, for example, the tourist pays for services directly to community residents. The idea of consolidating an path in Rio Negro emerged from the edict "Talents of Brazil" from the Ministry of Tourism has resulted in an opening for the inclusion of communities who currently work in the Roadmap Tucorin. With the creation of the Central Community Tourism Amazon (CTCA), guide has to be disclosed on the website of CTCA and started the receipt of the first groups. Some training was conducted with the objective of participatory building a tour for each community, aimed at sustainable development of the same. The Institutions, and Nymuendaju Ecological Research Institute - IPE - act in order to make a technical contribution to the community residents, inserted in the process, developing workshops and meetings for evaluation and strengthening actions, considering issues relevant to the activity, such as: Unit Tourism Community our Community; Views on current local tourism, the tourist receptivity; participatory planning; surveys attractive community; tourist demand and tourism, lodging, food, transport, pricing of services and products shall: methods of dissemination (marketing). Some questions raised in meetings with participation of the community makes it clear that there are still many difficulties to be overcome, such as improving infrastructure (energy, sanitation, communication, transportation and others); Making possible the effectiveness of public policies (health, education, security, infrastructure); Empowering Community (languages, the tourist reception, cooking, first aid, associations); Facilitate the participation of community events on the theme of TBC and exchanges. Although it is understood such questions, the project is justified by the significant results brought to communities, such as: behavior change in relation to environmental practices; implementing sustainable projects, from natural resource use (manufacture of candies and sweets with pulp fruit); improvement and chipping of craft techniques and flow of this production), the development of local culture by the community, thus increasing their sense of belong in the community. As a result it is expected to improve local tourism and services offered with a focus on sustainability of these communities.

KEYWORDS: Community Tourism; Tourist Routing; Participatory Planning; Sustainable Development.